**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

JULIANA LORDELLO SÍCOLI

**Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do
trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: estudo etnográfico
da Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu**

**São Paulo
2007**

JULIANA LORDELLO SÍCOLI

Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: estudo etnográfico da Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof^a Dr^a Leny Sato

**São Paulo
2007**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Sícoli, Juliana Lordello.

Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: estudo etnográfico da Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu / Juliana Lordello Sícoli ; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2007.

280 p.; ilus.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Autogestão. 2. Saúde ocupacional. 3. Reciclagem. 4. Organização do Trabalho. I. Título

HD 5650

FOLHA DE APROVAÇÃO

Juliana Lordello Sícoli

Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: estudo etnográfico da Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Aos cooperados e ex-cooperados da Coopermape, com quem tive o prazer de conviver durante o trabalho de campo: Sandra Faustino, Dona Ana, Preta, Érica, Andrea, Cláudia, Dita, Rosana, Áurea, Jandira, Maria, Sandra Soares, Judith, Rose, Juliana, Bacana, Marcelo, Carlos, Samuel, Clayton, Lucia, Ivanice, Marisa, Luciana, Fernanda, Victor, Bill, Alexandre, João, Nildo, Carmem, Solange, Jaqueline, Nanda, Avelina, Cida, Camila, Patrícia, Tarcísio, Danilo, Joel, Valdenir, Manuel, Ricardo, Aline, Milca, Tiago, Anderson e Beth. Especialmente à Dona Ana, Andrea, Érica, Cláudia e Seu Tarcísio, pelas horas de entrevista cedidas e os ricos depoimentos prestados. E ainda ao Fábio, motorista com quem dividi boas conversas.

À Leny, pela capacidade de contribuir às construções de seus orientandos sem reduzir a autonomia necessária e pelo respeito e confiança no modo particular de cada um conduzir suas dissertações e teses; pelo largo aprendizado sobre a riqueza da pesquisa empírica, o método etnográfico e o olhar sobre o trabalho cotidiano; e ainda pelas preciosas contribuições ao texto da qualificação e à primeira versão do texto final, fruto de uma leitura atenta e coerente.

Ao Lacaz e à Silvia pela leitura envolvida do texto apresentado no exame de qualificação, pela importante interlocução e as preciosas sugestões à modificação do texto e interrogações compartilhadas.

À Beth Grimberg pelas informações e trocas que contribuíram para enriquecer meu olhar sobre o campo dos resíduos sólidos antes e durante os

anos de trabalho no Pólis e ajudaram a escolher o lócus da pesquisa. Também e, especialmente, pela interlocução a partir da minuciosa leitura do texto preliminar ao exame de qualificação.

Ao Augustino e à mamãe pelo acolhimento carinhoso às vésperas do trabalho de campo, pelos momentos que puderam partilhar das realizações e angústias durante o mestrado, mesmo que às vezes mostrem dificuldade para compreender minhas escolhas na vida...

Ao Paulo Barros (em memória), pela sensibilidade admirável, as importantes trocas e as lições afetivas aprendidas durante o processo terapêutico.

À Gabi, amiga especial, de todas as horas, que conheci *nessas tortuosas trilhas* da Psicologia Social e com quem compartilho tantos anseios, pensamentos e afetos.

Ao Gerson e ao Marcelo pelo companheirismo em diferentes momentos do Mestrado e pelas histórias afetivas que me permitiram viver encontros ricos e reconhecer limites diversos das relações atravessadas pelas desigualdades de classe.

À Tati, companheira de casa nesses últimos anos, que continuamente tensionou o convite a uma análise macro-política, com quem dividi muitos pensamentos desorganizados e anseios e que colaborou especialmente na reta final, me oferecendo a tranquilidade de trabalhar em seu computador quando a tecnologia me deixou na mão.

Aos cooperados e ex-cooperados da Verso Cooperativa de Psicologia, com quem pude exercitar por três anos a difícil construção da autogestão, compartilhar ideais, elaborar projetos na área de Saúde do Trabalhador e

aprender “na pele” como é duro viabilizar propostas de assessoria e intervenção às cooperativas. Especialmente ao Allan pela tentativa de construção de projetos na área de reciclagem e pelas conversas compartilhadas que ajudaram a amadurecer minhas questões de investigação.

Aos orientandos da Leny pelas trocas e aprendizados nas reuniões de apresentação dos projetos, especialmente à Ana pela proximidade de nossos objetos de pesquisa.

Ao Ricardo Musse, por ter reafirmado o sentido da aproximação da obra de Marx e alimentado o desejo de estudar mais a teoria marxista. Especialmente por ter me aceito como sua orientanda na Sociologia e, em seguida, compreendido minhas razões para cursar o Mestrado na Psicologia Social.

RESUMO

SÍCOLI, Juliana Lordello. **Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores: estudo etnográfico da Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu.** 2007. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

O estudo parte do reconhecimento da crescente disputa por materiais recicláveis no atual estágio de alargamento das formas desregulamentadas, degradadas e precarizadas de trabalho, condicionadas pelo imperativo da sobrevivência. Situa o trabalho intensivo da pré-reciclagem no circuito inferior da economia urbana e discute o incalculável custo humano deste trabalho que alimenta as indústrias recicladoras e traz enaltecidos benefícios ambientais à coletividade. Partindo do entrecruzamento da Economia Solidária e do campo de Saúde do Trabalhador, procurou-se identificar as potencialidades e limites da organização do trabalho cotidiano pelos trabalhadores da Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu (Coopermape) e suas repercussões à saúde dos trabalhadores. O trabalho de campo permitiu reconhecer a complexidade do contínuo replanejamento do trabalho cotidiano e as dificuldades de construção da autogestão para compatibilizar a logística e o faturamento capazes de assegurar as expectativas de retirada mensal dos cooperados e, ao mesmo tempo, construir um processo horizontal de tomada de decisão que considere também a atenção às condições de trabalho e saúde. Na Coopermape, esse desafio é potencializado ainda por limitações impostas pelas constantes oscilações e condicionalidades do mercado da reciclagem e pelas pressões sofridas pela prefeitura de Embu. Num ambiente em que estão em jogo pesadas forças e interesses divergentes aos da cooperativa, o aprendizado do grupo se faz “a duras penas”. Apesar da configuração exógena do processo de trabalho, a experiência de campo mostrou que existe uma margem residual, mas importante, de decisão dos cooperados sobre o processo cotidiano de trabalho. As experiências de reconfiguração de algumas etapas de trabalho e atitudes preventivas identificadas indicam que em algumas situações os cooperados conseguem compatibilizar a agilidade do processo e a minimização da sobrecarga e desgaste os trabalhadores. Ainda que a maioria destas pequenas mudanças não tenha sido promovida com a intencionalidade deliberada e explícita de poupar a saúde dos trabalhadores, elas permitem alimentar esperanças de reorganização do trabalho a favor dos trabalhadores.

Palavras-chave: Autogestão. Saúde do Trabalhador. Reciclagem. Organização do Trabalho.

ABSTRACT

SÍCOLI, Juliana Lordello. **Possibilities and limits of self-management on work organization and its effects to workers' health: ethnographic study of Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu.** 2007. 280 f. Dissertation (Master) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

The study begins by recognizing the increasing struggle for recycling material at the actual period of extension of unregulated, decreased and precarious work occupations, determined by mandatory survival. Associates the intensive work made before the recycling process to low urban economy circuit and discusses the incommensurable human price of the this work that feeds recycling industry and brings exalt environment profits to society. Leaving from the crossing of Solidarity Economy and Workers' Health field, the objective was to identify the possibilities and limits of work organization conducted by Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu (Coopermape)' workers and its effects to workers' health. The empiric work allowed recognizing the complexity of day-by-day continuous replanning of work and the difficulties to build workers' self-management. These difficulties are connected to the need to consider both the logistics and invoicing able to assure the workers expected rewarding and the construction of an even decision making process that also considers the regard to work and health condition. At Coopermape, this challenge is even bigger because of the limits imposed by the constant variation and conditionality of recycling trade and by Embu's city hall pressure. On a surrounding involving heavy power and disagreeing interests in relation to the ones of the cooperative, the learning takes a high cost. Although the exogenous conformation of work process, the empiric experience showed that there is a remaining, but important, border of decision of the day-by-day work process by the workers. The experiences of changing conformation at some work stages and provident attitudes demonstrates that in some situations the cooperative' workers can consider the process agility and the reducing of workload and workers consuming. Though the majority of these little changes were not encouraged with the premeditated and explicit intention of guarding workers' health, they allow feeding hopes of work rearrangement in favor of workers.

Key-words: Self-management. Workers' health. Recycling. Work organization.

SUMÁRIO

Apresentação	13
1) Contextualizando o trabalho da pré-reciclagem	23
1. 1) Catadores: produto do atual estágio do capitalismo.....	23
1. 2) A disputa desigual no mercado da reciclagem e a alimentação perversa do circuito inferior e superior da economia urbana.....	30
1. 3) “Catadores” como categoria ocupacional e a aposta nas associações e cooperativas para reduzir a subalternidade no mercado da reciclagem.....	38
2) Delineando o objeto de pesquisa a partir do entrecruzamento dos campos de Saúde do Trabalhador e Economia Solidária	42
2. 1) Problematizando o trabalho do catador que atua individualmente a partir do referencial da Saúde do Trabalhador	42
2. 2) O ideal da organização coletiva e a Economia Solidária: um caminho para a melhoria das condições de trabalho e saúde?	46
2.3) A fronteira cooperativa-ambiente: as contribuições da teoria sociotécnica.....	57
3) A riqueza do trabalho de campo.....	60
3. 1) O percurso para escolha do locus de investigação	60
3. 2) A etnografia como referencial teórico-metodológico	64
3. 3) A centralidade inesperada da fotografia.....	75
4. Situando a Coopermape em seu contexto	80
4.1) O município de Embu: das artes ao acolhimento da população de baixa renda expulsa da capital.....	80
4.2) Um breve panorama nacional da insustentabilidade da produção e descarte de resíduos sólidos e a responsabilidade do poder público frente ao problema.....	82

4.3) Apontamentos sobre a gestão de resíduos sólidos no município de Embu e o fechamento do lixão	87
4.4) O trabalho no lixão e o apoio da prefeitura para a estruturação da cooperativa	89
4.5) Os dois sub-grupos de trabalhadores da Coopermape: diferenças e semelhanças	98
5. A difícil construção da autogestão no cotidiano: os avanços e limites na capacidade de controle e autonomia no trabalho.....	108
5.1) Autogestão: a contínua experimentação cotidiana e a árdua construção da igualdade política.....	109
5.2) As limitações impostas pela prefeitura: a permanente ameaça e possíveis contra-argumentos	123
5.3) O caso do PEC e a crise administrativo-financeira: “ <i>nosso trabalho não foi contado nessa história</i> ”	131
5.4) Os recentes rearranjos de gestão: descentralização de responsabilidades e poder e a recuperação financeira	146
5.5) Equipamentos e tecnologia: a situação atual e o “ <i>sonho</i> ”	159
6. O trabalho na Coopermape: o contínuo replanejamento e a impressionante capacidade organizativa.....	165
6. 1) O visível e invisível processo de trabalho cotidiano	165
6. 2) A minúcia e detalhamento das complexas etapas do processo de trabalho	173
6. 2. 1) A coleta seletiva	175
6. 2. 2) A triagem no “ <i>verdinho</i> ”.....	184
6. 2. 3) O consecutivo processo de classificação dos recicláveis	188
6. 2. 3. a) A classificação dos papéis	188

6. 2. 3. b) A classificação dos plásticos duros	190
6. 2. 3. c) A classificação dos PETs e PVCs	193
6. 2. 3. d) A classificação dos copinhos plásticos	194
6. 2. 3. e) A classificação das “aparas	195
6. 2. 3. f) A classificação dos vidros.....	197
6. 2. 3. g) A classificação das sucatas com materiais ferrosos e do cobre.....	199
6. 2. 4) A prensagem, o enfardamento e o armazenamento.....	204
6. 2. 5) Negociações para comercialização.....	208
6. 2. 6) O transporte de rejeitos ao aterro	221
7 – As relações entre a organização e as condições de trabalho cotidianas e o processo saúde-doença	223
7.1) Indícios de riscos e acidentes e relatos de experiências concretas de agravos, desgastes e sofrimentos no trabalho: “ <i>Qual o corpo que aguenta?</i> ”	223
7.2) A percepção dos trabalhadores sobre os agravos e a consciência dos nexos entre as condições de trabalho e o processo saúde-doença	233
7.3) Experiências de reorganização do trabalho e os efeitos sobre a produtividade e a saúde	248
Considerações finais	261
Bibliografia.....	274

APRESENTAÇÃO

A motivação inicial para a dissertação partiu de uma monografia sobre a concepção, os princípios e a operacionalização da promoção de saúde¹, que envolveu o estudo documental da experiência de gestão dos resíduos sólidos em Belo Horizonte, com destaque para a atuação dos catadores da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare)².

Ela se fortaleceu com a atenção ao crescimento, constatado a “olhos nus”, da presença de catadores na paisagem urbana e o contato com as reivindicações do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR), que abarcavam o fortalecimento das associações e cooperativas como geradoras de trabalho e renda e o almejado domínio da cadeia da reciclagem. Foi emocionante acompanhar a mobilização dos catadores na marcha de abertura do 3º Fórum Social Mundial (2003).

No âmbito nacional, se discutia na época a elaboração do “Plano Nacional de Resíduos Sólidos”, trazendo à tona os diferentes interesses envolvidos no mercado da reciclagem e a articulação de um conjunto de atores da sociedade civil que procurava fortalecer a atenção às reivindicações do MNCMR na elaboração da proposta.

¹ O artigo escrito em co-autoria com Paulo Roberto do Nascimento a partir da monografia, intitulado “Promoção de Saúde: concepções, princípios e operacionalização”, foi publicado em fevereiro de 2003 na Revista *Interface* – comunicação, saúde e educação, coordenada pela Fundação UNI/Unesp, Botucatu-SP.

² A Asmare se tornou referência nacional e recebeu premiações por seu caráter de inclusão social. Criada em meados da década de 90, foi influenciada pela experiência da Coopamare. A Coopamare, fundada em 1989 em São Paulo, com apoio da Organização do Auxílio Fraternal (OAF), é a primeira cooperativa de catadores da qual se tem conhecimento no Brasil.

Na cidade de São Paulo se iniciava a implantação do “Programa Coleta Seletiva Solidária”, cuja elaboração envolveu também os catadores organizados e fóruns da sociedade civil, que procuraram assegurar que os catadores fossem assumidos como protagonistas do Programa e que suas reivindicações fossem contempladas pela política pública.

A primeira versão de nosso projeto de pesquisa mesclava o interesse pelo problema ambiental gerado pela produção dos resíduos sólidos urbanos e pela organização das associações e cooperativas de catadores, prevendo um estudo das “Centrais de Triagem” implantadas com apoio da prefeitura de São Paulo.

A reaproximação com o universo acadêmico, participando como aluna ouvinte e especial de disciplinas na Sociologia e na Psicologia Social, fortaleceu o interesse pelo tema a partir da chave do trabalho, passando a questão ambiental a ser meramente pano de fundo.

Foi marcante também para esta reorientação do projeto atentar para a crescente disputa pelos materiais recicláveis por distintos atores. O cotidiano paulistano se tornou um “laboratório” precioso. A prefeitura, como parte do “Programa Coleta Seletiva Solidária”, acabava de instalar os Pontos de Entrega Voluntários (PEVs)³ pela cidade e iniciava a coleta seletiva porta-a-porta. Interessados em incentivar o programa público, experimentamos as duas possibilidades e passamos a monitorar seu funcionamento diariamente.

Casualmente descobrimos que a coleta porta-a-porta contemplava nosso bairro, sem que a prometida educação ambiental dos moradores

³ Contêineres verdes, na época dispostos em várias ruas da cidade.

tivesse sido feita. Quando experimentamos deixar os sacos de recicláveis na rua, próximo ao horário e dia da semana indicado, quando supostamente passaria o caminhão da coleta seletiva, assistimos o material ser desviado duas vezes. A primeira por um segurança que trabalhava no estacionamento da frente, que retirou dos sacos os materiais considerados “filé mignon”: latinhas, papéis brancos e caixas de papelão. Em seguida, os sacos com os materiais de “segunda classe” foram recolhidos por um carrinheiro e quando finalmente o caminhão da coleta seletiva passou não havia mais nada.

Tampouco os PEVs foram bem-sucedidos. Em nosso bairro, a população aparentemente aderiu à entrega periódica nos contêineres. Inicialmente eles ficavam cheios de recicláveis, alguns mais bem acondicionados, outros não tão limpos e com orgânicos misturados. Contudo, a trava de segurança e a pequena “boca” do contêiner não conseguiram impedir que seu conteúdo fosse retirado por outros atores antes da passagem do caminhão da prefeitura. Ouvimos de um vigia da rua o depoimento de que uma criança, acompanhando um carrinheiro, teria entrado no contêiner por essa estreita boca para remover os recicláveis. Com o tempo, a trava dos contêineres foi quebrada e em outra situação presenciamos um caminhão de um sucateiro encostar ao lado do PEV e tombar o contêiner para retirar seu conteúdo.

O singelo “laboratório” evidenciou que, ao contrário de ser “tudo o que não presta [...] coisas inúteis, velhas, sem valor” (Ferreira, 1999, p. 1228), “restos ‘inúteis’ do consumo” (Barros, 2004, p. 85), o usualmente

chamado “lixo” se tornou no século XXI uma *mercadoria* digna de disputa por diversos perfis de trabalhadores.

Seu potencial enquanto gerador de renda num contexto de crescimento da pobreza, desemprego estrutural, desregulamentação progressiva das relações de trabalho, redução do assalariamento, expansão do mercado informal e alargamento das formas de trabalho degradadas, faz com que o antes meramente tido como “lixo” configure um novo mercado, no qual é extensa a disputa por resíduos sólidos – especialmente latinhas⁴, cobre, papel branco, papelão e algumas modalidades de plásticos.

Esta disputa comporta hoje novos concorrentes para os chamados “catadores históricos”⁵, para os que se dedicam à catação nos lixões e para as associações e cooperativas de materiais recicláveis.

Além destes trabalhadores que lutam, dia após dia, pela sobrevivência e dos conhecidos “sucateiros”, hoje atuam também na pré-reciclagem⁶ desde trabalhadores subempregados com baixa remuneração – que têm na coleta e venda de recicláveis um complemento de renda (vide porteiros,

⁴ Conceição (2003), baseando-se em Calderoni (1997), afirma que o preço diferenciado das latinhas de alumínio, que chega a ser cinco vezes superior a outros tipos de material, está relacionado ao alto índice de reciclagem que possuem e à “imposição das grandes indústrias que dominam a maior fatia de mercado no Brasil: Alcan, Latasa, Albras, Alcoa, Billiton, CBA e Atuvale” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 135). Não é a toa que nas rodas de conversa da área de reciclagem circula a brincadeira de que, contrariando as leis da física, ao se jogar uma latinha pro alto, ela não cai no chão!

⁵ São chamados de *catadores históricos* a parte da população de rua que há anos sobrevive da catação de materiais recicláveis, geralmente vendidos a ferros-velhos. Muitos deles contam com apoio da Igreja Católica e de entidades assistenciais de atendimento à população de rua. Na cidade de São Paulo, a Organização do Auxílio Fraternal (OAF) e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos são pioneiras na organização dos moradores de rua que trabalham na coleta de recicláveis. A Coopamare, ligada a OAF, e a Coopel (Cooperação na Reciclagem de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis), ligada ao Centro Gaspar Garcia, têm suas histórias entrelaçadas pela troca de experiências e informações entre técnicos e agentes pastorais que buscavam formas alternativas de geração de trabalho e renda para moradores de rua (Barros, 2004). “As duas experiências mostram claramente como **população de rua e catadores estão intimamente ligados, ainda que não sejam termos/categorias coincidentes. A origem comum** é justamente o ir para rua, o tornar-se da rua, o **processo de empobrecimento da população e as formas 'alternativas' de sobrevivência**” (BARROS, 2004, p. 82, grifo nosso).

⁶ Desde já cabe esclarecer que o termo “pré-reciclagem” é adotado para assegurar a distinção em relação ao processo de transformação dos materiais recicláveis em novos insumos, este sim propriamente de “reciclagem”, que continua concentrado nas indústrias recicladoras que detém a tecnologia e o capital necessários para tanto.

faxineiros e vigias) – passando por condomínios e empresas – que aderiram à separação e venda de recicláveis como um meio de abater suas despesas ou possivelmente implantar melhorias no espaço físico (reformas, construção de quadras, *playground* etc) – até grandes redes de supermercado, como o Extra, do Grupo Pão de Açúcar – que, se aproveitando do discurso da consciência ambiental, seduz a população à entrega voluntária de recicláveis nos pontos instalados nas lojas da rede em troca de vales para abatimento nas compras⁷. Todos esses atores alimentam, de diferentes formas, o mercado da reciclagem.

Retomando os limites identificados pelo acompanhamento cotidiano do primeiro ano de implantação do programa público de coleta seletiva da capital paulistana, constatamos a dificuldade enfrentada para viabilizar que os resíduos sólidos separados pela população chegassem efetivamente às Centrais de Triagem apoiadas pela prefeitura.

Uma conversa com o na época presidente da primeira Central de Triagem implantada reforçou o problema da entrada de recicláveis na cooperativa: além da pouca quantidade de material recolhida pela coleta seletiva pública (dados os “desvios” sofridos antes da passagem do caminhão), a qualidade dos resíduos era baixa (devido à triagem inadequada pelos moradores e a pequena presença de materiais de maior valor de venda) e havia também o problema da compactação pelos caminhões que operavam a coleta porta-a-porta e o recolhimento dos PEVs, dificultando a triagem e a classificação pelos trabalhadores das Centrais.

⁷ Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo em 19/07/04, no Extra cada lata de alumínio correspondia a um vale de R\$ 0,03 e cada garrafa PETa R\$ 0,02.

Compartilhando o problema com uma pessoa do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, nos foi recomendado continuar levando nossos recicláveis diretamente às cooperativas de catadores. Passamos então a aproveitar a continuidade das visitas de entrega dos recicláveis domésticos à “Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis” (Coopamare) para interagir com os catadores e atentar para o processo de trabalho e suas condições de realização.

Além do contato direto com materiais que oferecem risco de contaminação e de acidentes, nos indignava o enorme peso dos carrinhos transportados e a posição de triagem do material doado, feita diretamente no chão com os trabalhadores curvados sobre os sacos. Diferente do pequeno galpão das associações de catadores integrantes da política pública da prefeitura de Porto Alegre, visitadas em 2003, o espaço utilizado pela Coopamare não contava com qualquer tipo de adaptação para minimizar o desgaste dos trabalhadores na triagem e separação dos recicláveis.

Procurando contemplar estas inquietações despertadas pela vivência empírica e alimentadas pelo interesse de investigar esta forma de trabalho desregulamentado e precarizado em expansão, elaboramos a segunda versão do projeto, localizando o problema de pesquisa no cotidiano da organização do trabalho em uma cooperativa de trabalhadores de materiais recicláveis e nas repercussões destas condições de trabalho à saúde dos trabalhadores.

Desde nosso ponto de vista, mais do que os enaltecidos benefícios ambientais proporcionados pelo trabalho de pré-reciclagem, importava atentar para o custo humano de realização deste trabalho frente às precárias

condições cotidianas existentes.

Partindo do entrecruzamento das apostas da Economia Solidária e das contribuições do campo da Saúde do Trabalhador, nossa atenção se voltou para as possibilidades dos trabalhadores decidirem sobre a organização cotidiana e controlarem o processo de trabalho, quem sabe a favor das necessidades e da saúde dos trabalhadores, e para os limites colocados por atores externos ao potencial controle do processo produtivo por organizações autogestionárias.

A convicção de que essas questões não seriam apreendidas por um contato superficial e o desejo de estar próxima dos trabalhadores nos fez optar pelo estudo etnográfico de uma cooperativa.

Seguindo critérios construídos no início do percurso e visitas a cinco experiências de trabalhadores organizados de materiais recicláveis, escolhemos a Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu (Coopermape) para ser o lócus da investigação. Um dos fatores determinantes na escolha foi a interface da cooperativa com o poder público municipal. Por acreditarmos que o Estado possui uma responsabilidade indelegável na redução das desigualdades socioeconômicas historicamente construídas, nos parecia importante investigar um caso no qual sua presença estivesse implicada.

Nos propusemos, então, a analisar o processo do trabalho de cotidiano na Coopermape, atentando para a fronteira cooperativa-ambiente e a participação de atores externos na determinação da organização do processo de trabalho, bem como para as repercussões das condições de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores.

Mais especificamente, os objetivos estabelecidos foram: a) descrever o processo de trabalho cotidiano, detalhando as etapas de coleta seletiva, triagem, separação, enfardamento e comercialização de materiais recicláveis; b) identificar as possibilidades e limites de reorganização do trabalho cotidiano pelos trabalhadores frente à pressão da prefeitura e do mercado da reciclagem; e c) identificar as repercussões (percebidas ou não pelos cooperados) das condições de trabalho sobre o processo saúde-doença e as possibilidades de mudança do trabalho cotidiano em função de um olhar voltado a minimizar os riscos de agravos, desgastes e sofrimentos à saúde dos trabalhadores.

A dissertação está organizada em sete capítulos. No primeiro discutimos como seu crescimento da catação é produto das mudanças recentes do mundo do trabalho, relacionando-o com os resultados perversos da reestruturação produtiva, o alargamento do mercado informal e a ampliação das formas de trabalho degradado no atual estágio do capitalismo. Situamos o trabalho da pré-reciclagem no circuito inferior da economia urbana e sua subordinação aos poucos atores do topo da pirâmide da cadeia da reciclagem e apresentamos a aposta da organização coletiva de trabalhadores para reduzir a subalternidade no mercado da reciclagem.

No capítulo dois precisamos o delineamento de nossa questão de investigação a partir do entrecruzamento dos campos da Economia Solidária e da Saúde do Trabalhador, contando ainda com auxílio da teoria sócio-técnica para elucidar como a organização do trabalho é um sistema aberto em permanente interação com seu ambiente.

No terceiro capítulo apresentamos o percurso de escolha da Coopermape como lócus da pesquisa e o suporte da etnografia como referencial teórico-metodológico, acrescentando reflexões sobre o uso inesperado e potente da fotografia no trabalho de campo.

No quarto capítulo situamos o contexto em que a Coopermape está inserida, trazendo breves dados sobre o município de Embu e a gestão de resíduos sólidos pelo poder público municipal. Discutimos a responsabilidade do poder público frente ao problema da insustentável produção e descarte de resíduos sólidos e a importância da intervenção da prefeitura de Embu no apoio à constituição e estruturação do grupo desde o fechamento do lixão. Resgatamos o trabalho no lixão e mostramos que a esta trajetória marca importantes diferenças em relação ao grupo de trabalhadores desempregados que entraram mais recentemente na Coopermape.

No quinto capítulo discutimos os desafios da construção cotidiana da autogestão, apontando a difícil experimentação dos trabalhadores para compatibilizar as dimensões econômica e social em comunicação com limitantes condicionalidades externas impostas pela pressão da prefeitura e pelas oscilações e condições de comercialização do mercado da reciclagem. Apontamos como os recentes rearranjos de gestão introduzidos contribuíram para a descentralização de responsabilidades e o reequilíbrio financeiro e como a ausência da posse dos meios de produção e a tecnologia lacunar interfere na organização do trabalho.

No sexto capítulo, descrevemos detalhadamente cada etapa do processo cotidiano, desde de a coleta seletiva nos caminhões, passando pela

triagem, classificações consecutivas de cada tipo de material, prensagem, enfardamento e comercialização dos recicláveis. Mostramos o longo e extenuante trabalho intermediário envolvido entre a coleta e a venda das cargas e a admirável capacidade organizativa da cooperativa para viabilizar as inconstantes condições impostas pelo mercado da reciclagem e a inteligência envolvida na negociação da comercialização.

Finalmente, no sétimo capítulo discutimos os indícios e experiências de agravos à saúde dos trabalhadores observados durante o trabalho de campo, a percepção dos cooperados sobre a relação trabalho-saúde e destacamos experiências de reorganização do trabalho cotidiano que geraram repercussões positivas sobre a redução do desgaste dos trabalhadores.

1) CONTEXTUALIZANDO O TRABALHO DA PRÉ-RECICLAGEM

1. 1) Catadores: produto do atual estágio do capitalismo

É comum argumentar-se que a coleta de materiais reaproveitáveis foi iniciada há várias décadas⁸ – resgatemos a figura do na época chamado *garrafeiro*. Contudo, compartilhando do ponto-de-vista de Barros (2004), acreditamos ser fundamental reconhecer o crescimento acentuado da atividade da catação desde meados dos anos 1990, a partir de quando significativa parcela da população que sofre com a exclusão social no ambiente urbano passou a encontrar na catação de materiais recicláveis um meio para sua sobrevivência, contingente esse que tem crescido continuamente ao lado da miséria e do desemprego e a reboque da expansão do mercado da reciclagem.

O crescimento da atividade da catação, ao nosso ver, está associado às mudanças nos processos produtivos e nas relações sociais de produção dos últimos vinte anos, que “constituem uma verdadeira crise sistêmica atingindo trabalhadores, seus órgãos de representação, as políticas públicas trabalhistas, as propostas formuladas pela Saúde do Trabalhador e sua produção científica” (GOMES E LACAZ, 2005, p. 798). As recentes mudanças no mundo do trabalho tem levado à progressiva precarização do trabalho formal e informal, à perda dos vínculos empregatícios, ao

⁸ Há ainda quem argumente, num claro movimento de naturalização da catação, descolando-a do atual estágio do capitalismo, que a atividade de “rebuscar” ou “respigar” sempre tenha existido, sendo motivada pelas mais diversas razões. Em seu documentário *Les glaneurs et la glaneuse*, traduzido em português como *Os catadores e eu*, Agnès Varda chega a defender o direito dos pobres de rebuscar!

desemprego estrutural e ao alargamento das formas desregulamentadas de trabalho.

Como atesta Offe (1985, p. 193), “[...] em qualquer lugar que o desemprego estrutural for concentrado, poderão se desenvolver sub-culturas baseadas em uma empobrecida 'economia informal' ou 'economia paralela’”. Para nós, contudo, os sujeitos dessas sub-culturas fazem parte da classe-que-vive-do-trabalho, como concebida por Antunes (1995), ao contrário de conformarem a “não-classe dos não-trabalhadores” de Gorz (1987), os pretensos sujeitos sociais da abolição do trabalho, aos quais não se colocaria o objetivo de transformá-lo.

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, apontou a existência de mais de 24 mil catadores trabalhando nas unidades de destino final dos resíduos sólidos – predominantemente lixões a céu aberto, já que os aterros sanitários⁹ costumam contar com fiscalização, que impede a entrada desses trabalhadores. Deste total, 32% trabalham na região sudeste (7,6 mil), entre os quais 38% estão no Estado de São Paulo (2,9 mil) e, por sua vez, 39% dos catadores paulistas atuantes nas unidades de destinação final concentram-se na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), perfazendo 1,1 mil trabalhadores.

É importante pontuar que os dados da PNSB estão certamente aquém do enorme contingente de catadores que trabalham cotidianamente nas ruas dos grandes centros urbanos, sejam os que atuam individualmente ou os trabalhadores organizados em associações e cooperativas de materiais

⁹ Aterros sanitários são as unidades que dispõem os resíduos no solo por meio da técnica de confinamento em camadas cobertas de material inerte, segundo normas específicas destinadas a evitar danos ou riscos à saúde pública e minimizar os impactos ambientais.

recicláveis. As estimativas trazem números bastante distintos, mas vale pontuar, pela frequência com que é citada no campo da reciclagem, a estimativa do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), que já em 1999 sugeria a existência de 300 mil catadores atuando no Brasil, sendo 2/3 concentrados no Estado de São Paulo (CONCEIÇÃO, 2003).

Os catadores são, talvez, a expressão máxima dessa sub-cultura. Compondo a economia informal são, a nosso ver, parte da subclasse dos trabalhadores, subproletariado, *lumpen* (em alemão= trapo). Compõem as “classes marginais” do sistema de geração de mercadorias.

Submetidos à crise do desemprego estrutural, os catadores sujeitam-se à coleta de resíduos sólidos recicláveis, lutando por sua sobrevivência não diretamente por meio da venda da força de trabalho, mas sim por meio do produto da insalubre, precária, perigosa, indigna, penosa e desgastante atividade da catação nas ruas com carrinhos puxados pela tração humana ou em meio ao lixão. Fazem do rejeito humano, daquilo que é tido como dispensável e descartável, dos restos, a matéria-prima de seu trabalho e a fonte da vida possível.

A análise feita por Braverman (1981) sobre a degradação do trabalho no século XX (fortemente apoiada em Marx) é de grande valia para compreender porque um trabalho realizado em condições tão precarizadas como o do catador-carrinheiro e dos que atuam em lixões cresce continuamente e é capaz de ser admitido no atual contexto de alargamento das formas de trabalho degradadas.

Estendendo as considerações de Braverman ao trabalho da pré-reciclagem no século XXI, acreditamos que também essa forma de trabalho

degradado esteja associada a “conquista de formas de produção pré-capitalistas pelo capital” (BRAVERMAN, 1981, p. 116). Como bem enfatiza o autor, a constante expansão do capital tende a favorecer sujeição dos trabalhadores ao trabalho degradado:

Neste contexto, **novas levas de trabalhadores são trazidas a funções que já foram degradadas** em comparação com ofícios de antes; mas na medida em que vêm de fora da classe trabalhadora existente [...] entram num processo desconhecido deles, sem que dele tenham prévia experiência e **aditem a organização do trabalho sem discutir** (BRAVERMAN, 1981, p. 116, grifo nosso).

Recorrendo a forças de trabalho não sindicalizadas, o capital adota a “reserva de pauperizados da parte inferior da sociedade” (BRAVERMAN, 1981, p.240), criando novos setores de baixa remuneração, nos quais a exploração e a opressão são mais intensas do que nos setores mecanizados da produção. Uma grande massa de trabalhadores de baixa qualificação submete-se a atividades com mínimas exigências de preparo e conhecimento anterior, sujeitas a baixos salários e à intercambialidade de pessoas e funções – as taxas de desemprego entre esses trabalhadores é maior do que a média. Assim é que condições degradadas e precárias de trabalho, tais como as abundantes na pré-reciclagem, passam a ser admitidas por trabalhadores “inempregáveis”, cuja força de trabalho permanece sem interesse para serem diretamente compradas pelo capital.

Os trabalhadores “inempregáveis” são os que compõe, conforme termo cunhado por Marx (1984), o “exército industrial de reserva”, a população trabalhadora excedente, produto e alavanca da acumulação do capital e a própria condição de existência do modo-de-produção capitalista:

[...] proporciona às suas mutáveis necessidades o **material humano sempre pronto para ser explorado** [...] O curso de

vida característico da indústria moderna [...] repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação (MARX, 1984, p. 200/201, grifo nosso).

Este é o caso dos trabalhadores que atuam na pré-reciclagem, especialmente os catadores-carrinheiros e os que atuam nos lixões, que parecem expressão da forma “estagnada” descrita por Marx como uma das três formas de exército de reserva¹⁰.

A forma estagnada, que “constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular”, se mistura com a parcela da população excedente que habita o mundo do pauperismo, “o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1984, p. 208). Esses trabalhadores proporcionam ao capital

[...] um **reservatório inesgotável de força de trabalho disponível**. Sua condição de vida afunda-se abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma **ampla base para certos ramos de exploração do capitalismo. É caracterizada pelo máximo serviço e o mínimo salário** (MARX, 1984, p. 208).

Trata-se do antagonismo da acumulação capitalista, da “**acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital**”:

A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1984, p. 210).

¹⁰ As outras duas formas do exército industrial de reserva são a “líquida” ou “fluente”, composta por trabalhadores que passam de uma função a outra, contratados ou descartados pelos movimentos da tecnologia e do capital, e a “latente”, freqüente nas zonas agrícolas nas quais a parte da população está “continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano” (MARX, 1984, p. 208).

Braverman (1981) enfatiza que a parcela da “superexploração relativa estagnada” vem abrangendo imensas proporções de populações urbanas, zonas rurais deprimidas e regiões suburbanas, nas quais a remuneração oferecida a estes trabalhadores está “**abaixo no nível de subsistência**”, é inferior a “um salário de vida”. Embora insuficientes para satisfazer “[...] os gastos necessários na sociedade moderna [...] uma massa cada vez maior de trabalhadores tornou-se dependente delas como única fonte de apoio para suas famílias” (BRAVERMAN, 1981, p. 334).

Os salários são mantidos baixos justamente pela contínua disponibilidade de população excedente relativa, estimulando a expansão de formas de trabalho menos afetadas pela revolução técnico-científica, que abusam do trabalho manual a baixo custo (BRAVERMAN, 1981):

Assim, não é absolutamente ilógico que com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o número dos trabalhadores disponíveis a preços baixos continue a crescer em ritmo rápido para atender aos caprichos do capital em suas **formas funcionais e minimamente mecanizadas** (BRAVERMAN, 1981, p. 325, grifo nosso).

Como adverte a matéria publicada no Jornal Diário de São Paulo em 2001, “[...] os índices alcançados com a reciclagem de alguns resíduos, no Brasil, advêm não da consciência ambiental e sim da pobreza em que se encontra boa parte dos excluídos deste país” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 30).

Apesar da relação entre a expansão do trabalho de catação e o atual contexto de alargamento das formas de trabalho precarizado e degradado, há instituições de auxílio à população de rua, como a OAF, que procuram enfatizar o que entendem por *politização* da catação. Embora não neguem que a atividade tenha origem na busca pela sobrevivência, procuram enaltecer os catadores como agentes ativos do sistema de limpeza urbana,

prestadores de um serviço que beneficia a coletividade, contribui para a preservação ambiental (à medida que possibilita a economia de matéria-prima e energia), desonera o poder público e poupa os aterros sanitários¹¹.

Em contraposição a essa concepção que se pretende politizada da atividade do catador, Barros (2004, p. 83-85, grifo nosso) problematiza a catação como uma experiência de liminaridade e transitividade na pobreza, expressiva da completa desregulamentação do trabalho e elo necessário para fornecer os insumos à indústria da reciclagem:

Transitoriedade que se afirmará como permanência e passa a ser o lugar a partir de onde parte da população de rua se reconhece como sujeito público, anunciando uma **face da exceção permanente [...]** Na coincidência entre os termos e as figuras dos catadores e moradores de rua, **vislumbra-se a extração de mais-valia sem a mediação de nenhuma forma de contrato [...]** os catadores estão na ponta do processo de expulsão da força de trabalho, são o resultado mesmo desta plenitude do trabalho abstrato. **Trabalham por conta própria, sem nenhuma regulação,** iniciando seu trabalho no momento de encerramento do ciclo de consumo das mercadorias [...] Apropriam-se dos restos do consumo das mercadorias na sua atividade de catação como carrinheiros (puxam carroças de até 500 quilos, sendo a própria tração do carrinho), **servindo de elo entre os restos inúteis do consumo e outra ponta rentável de um novo ramo da indústria: a reciclagem de material.**

Prosseguindo a crítica de Barros (2004), cabe problematizar o lugar marginal que os catadores ocupam na base da cadeia da reciclagem e os custos e as conseqüências da atividade para a saúde destes trabalhadores. A enaltecida atividade exercida por eles alimenta os aparistas e as indústrias recicladoras, numa típica cadeia de extração de mais-valia cumulativa, e é realizada de maneira totalmente precarizada, submetendo-os a longas e extenuantes jornadas de trabalho com os carrinhos ou nos lixões (incluindo

¹¹ Esta posição fica explícita no depoimento de uma pessoa da OAF, que consta da dissertação de Barros (2004, p. 82).

muitas vezes o trabalho noturno), baixa remuneração, trabalho sem garantias previdenciárias ou direitos sociais e que expõem os catadores a sérios agravos crônicos à saúde.

1. 2) A disputa desigual no mercado da reciclagem e a alimentação perversa do circuito inferior e superior da economia urbana

A conformação do trabalho da catação e a inserção destes trabalhadores nas franjas do mercado da reciclagem parece expressiva do atual estágio do modo de produção capitalista, contribuindo para apontar os desdobramentos perversos e precariedades a que estão sujeitas estas novas formas de trabalho degradado que alimentam, por meio de intermediários, a acumulação de capital em um número bastante reduzido de indústrias.

O trabalho degradado da pré-reciclagem parece característico do **“circuito inferior da economia urbana”**, conforme qualificação de Milton Santos (2004). Esse circuito é uma das principais conseqüências do atual modelo de crescimento econômico, que promove a concentração de renda, impede a expansão do emprego, amplia o subemprego e torna ainda mais improvável a absorção da mão-de-obra excedente pelo **“circuito superior”** frente à imposição do capital monopolista ou oligopolista. Conforme Santos (2004, p. 37):

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma maioria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las [...] Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da

criação e manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

É predominantemente no circuito inferior que a população pobre da cidade e os migrantes com baixa qualificação, excluídos do poder de acesso aos bens e serviços urbanos, encontram abrigo. Segundo Santos, ele **é dotado de uma perfeita racionalidade, definida pelo equilíbrio da miséria:**

O circuito inferior constitui, portanto, um mecanismo de integração permanente, que interessa em primeiro lugar a toda uma massa de migrantes insolventes e não-qualificados. Fornece uma quantidade de empregos [a rigor, postos de trabalho] máxima para uma imobilização mínima de capital. Responde, ao mesmo tempo, às necessidades do consumo e à situação geral do emprego e do capital (SANTOS, 2004, p. 260).

Os circuitos inferior e superior da economia urbana agem em interação permanente, de maneira complementar, ainda que essa complementaridade não implique ausência de concorrência. “A complementaridade significa que as atividades de um dos circuitos demandam *inputs* do outro circuito ou utilizam algumas de suas atividades ou produções como economias externas” (SANTOS, 2004, p.261).

Entre as principais características das atividades do circuito inferior descritas por Santos (2004), destacamos: capital reduzido, emprego do **trabalho intensivo** em detrimento da tecnologia, “organização primitiva ou deficiente”, uso de crédito pessoal e predominância do dinheiro líquido, pouca quantidade de manipulação de mercadorias, alta frequência de trabalho temporário ou instável, grande presença de organizações familiares e trabalhadores autônomos com remuneração “no limite ou abaixo do mínimo vital” e orientação pelo curto prazo, associada ao imperativo da

sobrevivência cotidiana, que sujeita os trabalhadores a um “esforço desesperado para subsistir, adaptando-se totalmente às condições” (SANTOS, 2004, p. 203).

É característico ainda desse circuito a presença de um “grande número de intermediários [financeiros] entre o primeiro fornecedor de *inputs* e o consumidor final” (SANTOS, 2004, p. 46) e a tendência a ser “controlado, subordinado, dependente” (SANTOS, 2004, p. 47), ao contrário do circuito superior “que tende a controlar a economia por inteiro” (SANTOS, 2004, p. 47).

A respeito dos intermediários, Santos (2004) enfatiza que nos países subdesenvolvidos eles são a própria condição de funcionamento da economia, estabelecendo uma ponte entre a demanda e a oferta. Cumprindo um papel privilegiado, muitas vezes associado à capacidade de armazenamento de mercadorias, os intermediários promovem especulações.

Seu papel é mais dominante por ser em geral o único que dispõe de crédito bancário [diferente do crédito pessoal predominante nas atividades do circuito inferior] e, portanto, de dinheiro líquido para efetuar as compras diretamente ou passando por outros intermediários (SANTOS, 2004, p. 226).

Todas as características descritas por Santos (2004), inclusive a marcante presença de intermediários, estão presentes no trabalho da pré-reciclagem. O trabalho do catador que atua individualmente ou dos trabalhadores de associações e cooperativas de materiais recicláveis implica considerar a atuação dos **atravessadores** (ou sucateiros), que via de regra complementam de maneira desigual o trabalho na etapa anterior ao processo de reciclagem propriamente dita, feito pelas indústrias.

Os atravessadores estabelecem a ligação entre os dois circuitos. Compram materiais já trabalhados para vendê-los em melhores condições; são especuladores. Exploram os trabalhadores pagando baixos valores pelos materiais por eles coletados, classificados e (a depender da infra-estrutura disponível ao grupo) enfardados, material este que é armazenado e comercializado em maiores quantidades a outro intermediário – maior e que está mais acima da pirâmide – ou diretamente às indústrias recicladoras.

A diferença entre o valor pago na compra de recicláveis de catadores que atuam individualmente ou de cooperativas e a obtida por atravessadores na venda às indústrias chega a 133% no caso do vidro colorido (R\$ 0,06/Kg na compra e R\$ 0,14/Kg na venda) e do ferro (R\$ 0,03/kg na compra e R\$ 0,07/kg na venda) e a 50% no caso da latinha de alumínio (R\$ 2,00 na compra e R\$ 3,00 na venda) – material mais valioso entre os recicláveis (CONCEIÇÃO, 2003).

Conceição (2003) esclarece que o sucateiro é a figura que possibilita a intermediação da exploração do catador e assegura a mais-valia da indústria:

Hoje, o setor industrial é o maior beneficiado da reciclagem do lixo [a rigor reciclagem dos resíduos sólidos] promovida pelos catadores e cooperativas de lixo [a rigor cooperativas de materiais recicláveis] no Brasil¹². É através do sucateiro, seu intermediário e 'comparsa' que as indústrias ficam com o maior valor primário extraído dos catadores (CONCEIÇÃO, 2003, p. 41).

Dias (2002), enfocando especificamente a reciclagem de papel e partindo da pirâmide descrita por Calderoni (1997), detalha seus cinco

¹² Compartilhamos da concepção de alguns autores que defendem que lixo é o material que efetivamente não tem possibilidade de reaproveitamento, diferente dos resíduos sólidos que tem potencial reciclável e podem ser resinseridos na cadeia produtiva.

níveis hierárquicos, com os diferentes graus de organização e de quantidades de recicláveis envolvidos na transação: na base os catadores, seguidos pelos donos de depósitos, pequenos aparistas, grandes aparistas e finalmente o reduzido número de indústrias recicladoras do topo da pirâmide. Contudo, dada a “clandestinidade” dos três primeiros agentes¹³, representantes do circuito inferior da economia¹⁴, o mercado da reciclagem “só passa a existir para o governo a partir da relação que os grandes aparistas estabelecem com as fábricas de celulose e papel” (LEGASPE, 1996, p. 72).

Legaspe (1996) afirma que as relações sociais e econômicas que alimentam a cadeia da reciclagem no país são bastante complexas, envolvendo desde a extrema pobreza à extrema riqueza e uma cadeia de exploração de um homem por outro homem. Segundo ele, na “**reciclagem clandestina**” os catadores “garimpam” resíduos para o setor industrial, **barateando os custos do processo**. Após perambular pelas ruas durante todo dia, o “**trabalho de formiga**” **do conjunto dos catadores** gera um enorme volume de materiais, que antes de chegar ao setor industrial são atravessados por pelos menos dois intermediários (o donos do ferro-velho e o aparista).

Também Lorenzetti (2003, p. 3) esclarece a subalternidade dos catadores na cadeia da reciclagem: “[...] são o elo mais frágil de um processo de exploração de mão-de-obra informal que possui até cinco etapas, desde a catação dos materiais nas ruas, até sua chegada na indústria

¹³ Legaspe qualifica os donos dos depósitos como “sonegadores convictos” do ICMS.

¹⁴ Vale lembrar que, embora no circuito inferior a não formalização das atividades econômicas seja comum, esta característica não é suficiente para localizar uma atividade em um ou outro circuito. Afinal, mesmo as associações e cooperativas de materiais recicláveis legalizadas continuam compondo o circuito inferior.

para transformação”. Em seu estudo sobre as associações de material reciclável de Porto Alegre, ele ressalta que os catadores ficavam apenas com uma pequena parte dos recursos gerados no ciclo da comercialização dos materiais, o que pôde ser problematizado a partir da troca de experiências entre os coordenadores das associações de catadores.

As relações de exploração presentes na cadeia da reciclagem, “que muito lembram as relações de trabalho servis do passado” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 17), confrontam com o moderno discurso ambientalista de preservação dos recursos naturais e combate à geração insustentável de resíduos sólidos, tornando a reciclagem símbolo de um “paradoxo da modernidade”:

[...] atividade econômica revestida da tão propalada modernidade, mas que pode estar, muitas vezes, **precarizando o trabalho humano e gerando relações iníquas** que, examinadas por certos ângulos, remetem a estágios evolutivos que se julgavam superados na história do trabalho (CONCEIÇÃO, 2003, p. 18, grifo nosso).

As críticas de Conceição (2003) parecem apoiar-se em Legaspe (1996). Enfocando as relações injustas que organizam o circuito da reciclagem no país, ele já criticava duramente o discurso que enaltece seus benefícios ambientais: “[...] seja a efetuada no centro de São Paulo [seu lócus de estudo] [...] seja a da coleta seletiva é a mais pura construção capitalista, travestida de ecologista e falando na defesa do meio ambiente” (LEGASPE, 1996, p. 32). Suas críticas estavam pautadas na informalidade que orienta a inserção dos catadores na economia clandestina da pré-reciclagem, sendo impostas a precariedade das condições de trabalho, a miséria e a exploração de milhares de trabalhadores.

A chocante descrição sobre as “especializações” da catação (catador-

fixo, catador-carrinheiro e cabeceiro)¹⁵ é utilizada por Legaspe (1996) para ilustrar a disputa entre os próprios catadores: “Em virtude do lixo propiciar produtos que podem ser trocados no final de um dia de trabalho por dinheiro, ele é almejado por todos aqueles que dele necessitam e trabalham para consegui-lo” (LEGASPE, 1996, p. 34). Estas “especializações” atendem à configuração do mercado da reciclagem e à alimentação do circuito superior, mantendo estes trabalhadores alheios ao seu funcionamento e à margem dos benefícios econômicos alcançados pelos atores do topo da pirâmide:

Esta divisão do trabalho em categorias possibilita controlá-los e diferenciá-los na sua natureza de trabalhadores alienados das estruturas da produção como um todo, permitindo arrancar-lhes da vida tudo, tudo mesmo. Quando não mais produzirem serão, então, transformados em lixo humano, e passarão a vaguear pela cidade semi nus, cheirando a lixo, parecendo lixo, vestindo lixo, comendo e se nutrindo do lixo, pertencendo ao lixo e tratados como lixo (LEGASPE, 1996, p. 82).

No entanto, até que cheguem a ponto de esgotar completamente sua força de trabalho, estes trabalhadores seguem fornecendo, a baixo custo, os *inputs* para o processo de reciclagem propriamente dito, realizado pelos atores do topo da pirâmide.

Conforme aponta Reginaldo Prandi¹⁶ (1978 apud RODRIGUES, 2005, p. 63), o trabalhador autônomo ocupa o papel coadjuvante

¹⁵ Legaspe (1996) caracteriza o “catador-fixo” como aquele que estabelece um ponto regular da cidade para a coleta, criando afinidade com comerciantes de lojas que liberam os materiais num horário estipulado, sendo os recicláveis coletados comercializados a um depósito específico em seu território de atuação. Diferentemente, o “carrinheiro” é definido como o catador que coleta sobras de todos os tipos de resíduos com uma carroça própria ou alugada, vendendo-os a depósitos diversos, conforme a área da cidade por onde esteja transitando quando sua carroça atingir a capacidade máxima. Já o “cabeceiro” é caracterizado como aquele que também tria recicláveis entre os resíduos comuns, mas que não utiliza mais a carroça, já que “perdeu força física e só consegue carregar pequenas porções de materiais sobre a cabeça” (LEGASPE, 1996, p. 39).

¹⁶ Prandi, José Reginaldo. *O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo: Símbolos, 1978.

secundário, mas não descartável, “uma vez que preenche, na divisão social do trabalho, as brechas mantidas e abertas pelo desenvolvimento contraditório das forças produtivas sob o capital”.

Na mesma direção de Lesgaspe (1996), Conceição (2003) denuncia a exploração dos trabalhadores de baixa qualificação promovida pelas indústrias, que reforçam sua hegemonia às custas dos catadores que atuam individualmente:

Os setores industrial e comercial são os que determinam os valores a serem pagos pelas matérias-primas virgens e também pelos produtos reciclados e, com isso, procuram manter a hegemonia capitalista da exploração. A própria estrutura informal da reciclagem de lixo [pré-reciclagem] privilegia/facilita a formação deste cartel. Os catadores e os depósitos clandestinos incorporados ao setor industrial vem atender os anseios do capital industrial, proporcionando preços baixos (CONCEIÇÃO, 2003, p. 137).

Assim é que a maior parte dos resultados econômicos do produto do trabalho dos trabalhadores da pré-reciclagem são apropriados por um pequeno número de atravessadores e indústrias recicladoras, representantes do circuito superior da economia. Se aproveitando dos *inputs* proporcionados pelo circuito inferior a baixo custo, o setor industrial economiza matéria-prima virgem e energia elétrica ao reintroduzir os recicláveis no processo produtivo.

O elo de ligação, permeado de intermediários, estabelecido a partir dos trabalhadores que atuam na pré-reciclagem e as indústrias recicladoras ilustra a perversa complementaridade dos circuitos inferior e superior da economia, na qual as indústrias detém o controle da cadeia da reciclagem (ainda que hoje estejam também sujeitas às oscilações do mundo 'globalizado').

1. 3) “Catadores” como categoria ocupacional e a aposta nas associações e cooperativas para reduzir a subalternidade no mercado da reciclagem

Neste contexto de luta pela sobrevivência num ambiente de precariedade de condições e contratos de trabalho e expansão do desemprego estrutural, identificam-se diversas formas de atuação e inserção marginal de trabalhadores na cadeia da reciclagem: o catador-carrinheiro, que atua individualmente e costuma vender diariamente os recicláveis coletados com carrinhos nas ruas a ferros-velhos (também chamados de sucateiros); o catador do lixão, que tria recicláveis em meio ao lixo depositado a céu aberto e os comercializa dia-a-dia ou semanalmente a atravessadores no próprio local; e os grupos de trabalhadores organizados em associações e cooperativas.

Embora ainda seja predominante o trabalho individual do catador-carrinheiro, Conceição (2003) enfatiza que a formação de cooperativas de materiais recicláveis vem sendo incentivada por órgãos de governo, instituições religiosas, organizações não governamentais (Ongs) e inclusive pelo setor privado – a exemplo da experiência do Grupo Pão de Açúcar. Segundo ele, sua constituição tem sido fomentada “[...] com o objetivo maior de gerar renda e possibilitar o exercício da cidadania a estas pessoas excluídas do mercado formal de trabalho” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 14). Como bem localiza o autor, estas cooperativas são formadas predominantemente “[...] por desempregados e pessoas sem formação

educacional, hoje fora do mercado de trabalho [...]” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 14).

Longe de serem constituídas por um perfil totalmente homogêneo de trabalhadores, as associações e cooperativas que atuam na pré-reciclagem envolvem trabalhadores com diferentes trajetórias de trabalho. Muitas vezes elas não estão associadas a experiência de catação anterior com carrinhos ou em lixões, mas sim remete à reestruturação produtiva e à redução dos postos de trabalho no mercado formal, que tem levado inúmeros trabalhadores a buscar formas alternativas de geração de renda, por vezes apostando na organização coletiva. Há ainda grupos que se constituíram a partir da preocupação com os padrões insustentáveis de produção e descarte de resíduos sólidos, buscando alternativas locais para a coleta seletiva e a educação ambiental.

Em função do potencial de serem generalizadas para este conjunto relativamente heterogêneo de trabalhadores, é importante mencionar algumas das reivindicações que aqueles que se identificam como “catadores”¹⁷ vem fazendo, ainda que nem todos os que atuam na pré-reciclagem se reconheçam como pertencentes à categoria¹⁸.

A *Carta de Caxias do Sul* (2003), produto do encontro latino-americano de catadores, traz um conjunto de reivindicações, das quais destacamos: assegurar o reconhecimento pelos cidadãos e governos; lutar

¹⁷ A partir da década de 90, muitas vezes com suporte de entidades religiosas e filantrópicas, os chamados “catadores” vem ampliando sua organização política. Ela pode ser constatada por meio do Comitê Metropolitano dos Catadores, criado em 2000 em São Paulo, do Encontro Nacional de Catadores de Material Reciclável, realizado em 2001 em Brasília, no qual se originou o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR) e finalmente por meio do Congresso Latino-Americano, realizado em Caxias do Sul em 2003. Vale pontuar que as experiências da Coopamare, Asmare e Cooprel, apoiadas pela OAF e Centro Gaspar Garcia, tiveram forte influência na constituição do MNCMR.

¹⁸ Nas visitas feitas para seleção da cooperativa que seria nosso lócus de pesquisa, nos chamou a atenção que a auto-identificação dos trabalhadores como “catadores” não tenha acontecido no Projeto Vitória, na Cooperlimpa ou na Coopermape, se restringido aos trabalhadores da Cooprel e da Cruma.

contra a privatização da limpeza urbana e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implantados em parceria com suas organizações; lutar por políticas públicas de capacitação e formação; fortalecer associações e cooperativas como geradoras de trabalho e renda, e assegurar o domínio da cadeia da reciclagem.

Na perspectiva da conquista do almejado reconhecimento, cabe destacar a inclusão dos “catadores de materiais recicláveis” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (2002). O código 5192 refere-se a “Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa)”. Assim, além do catador-carrinheiro e dos que catam nos lixões, a CBO (2002) engloba na categoria ocupacional “catador” o trabalhador de associações e cooperativas de materiais recicláveis, entendido como “enfardador, separador e triador de sucata”. A descrição da atividade inclui as ações de catar, selecionar e vender materiais recicláveis.

É interessante observar as *competências pessoais* requeridas para o exercício da atividade do catador descritas na CBO (2002):

[...] prudência, paciência, espírito de prosperidade, educação, eficiência, agilidade (esperteza), sinceridade, honestidade, auto-organização, criatividade, perseverança, jogo de cintura, capacidade de atenção constante, habilidade de puxar carroça e de proteger-se contra a violência nas ruas.

Se por um lado, a formalização e reconhecimento como categoria ocupacional criam as bases legais para a exigência de direitos por parte desses trabalhadores que atuam na pré-reciclagem e para a regulamentação das atividades de catação, classificação e enfardamento de recicláveis, por

outro remete ao risco de formalizar um trabalho precário e degradado cujas condições de realização não deveriam ser admitidas, ao mesmo tempo em que as competências individuais requeridas do trabalhador guardam estreita relação com o *espírito empreendedor* enaltecido nos tempos atuais de alargamento do trabalho desregulamentado, depositando sobre cada trabalhador atribuições e responsabilidades que deveriam ser remetidas ao processo de trabalho e ao contexto histórico de sua realização.

Quanto ao almejado *domínio da cadeia da reciclagem*, a expectativa é de que as associações e cooperativas viabilizem uma maior geração de renda a seus trabalhadores a partir do aumento do volume de material armazenado e das melhores condições de comercialização dos recicláveis. Em outras palavras, seguindo o modelo autogestionário de organização, o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável ambiciona operar toda cadeia anterior à reciclagem propriamente dita: coleta seletiva, triagem, separação, pré-beneficiamento, armazenamento e comercialização dos recicláveis às indústrias recicladoras, criando as condições para reduzir/extinguir a intermediação do atravessador no processo e assim aumentar a apropriação dos trabalhadores sobre os recursos obtidos com a venda do material.

2) DELINEANDO O OBJETO DE PESQUISA A PARTIR DO ENTRECRUZAMENTO DOS CAMPOS DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

2. 1) Problematicando o trabalho do catador que atua individualmente a partir do referencial da Saúde do Trabalhador

A Saúde do Trabalhador é um campo situado dentro da Medicina Social Latinoamericana, em construção teórico-metodológica desde meados da década de 70, em interface com a Saúde Pública, a Medicina Social e a Saúde Coletiva (LACAZ, 1997).

A maior parte dos estudos brasileiros do campo de Saúde do Trabalhador dos anos 70 e 80 tiveram como foco o “chão de fábrica”, o trabalho produtivo industrial (GOMES E LACAZ, 2005, p. 800). Contudo, o paradigma convencional da Saúde do Trabalhador vem se mostrando insuficiente para acompanhar os efeitos das relações de trabalho sob a reestruturação produtiva, que,

[...] sem excluir as formas arcaicas, tradicionais e modernas de produção, impactam fortemente a vida e a saúde de grandes contingentes de trabalhadores na informalidade que atuam em condições inseguras, precárias ou simplesmente estão desempregados (GOMES E LACAZ, 2005, p. 800).

O trabalho da pré-reciclagem é uma das formas de trabalho precário, degradado e desregulamentado que compõem a configuração heterogênea do universo dos trabalhadores brasileiros e evidencia a crise da sociedade

assalariada, mas que, lamentavelmente, não vem recebendo a devida atenção do campo da Saúde do Trabalhador.

Como reconhecem Gomes e Lacaz (2005, p. 800), é fundamental ao campo da Saúde do Trabalhador

[...] investir fortemente no conhecimento dos diversos tipos de agravos à saúde em todos os setores nos quais se acumulam problemas causados pela labilidade dos vínculos de trabalho [...] Pesquisar, nomear e distinguir o imenso contingente socialmente desprotegido no qual os trabalhadores do setor terciário da economia assumem lugar qualitativa e quantitativamente preponderante constitui o maior desafio acadêmico atual.

Sato (1996) e Seligmann-Silva (1994) dividem as causas que explicam os efeitos nocivos do trabalho à saúde mental em 5 grupos: 1) as formas de organização do trabalho (divisão de tarefas, funções, hierarquias etc); 2) a exposição a produtos químicos; 3) a convivência diária com riscos que ameaçam a integridade física e a vida; 4) as repercussões à saúde mental dos acidentes e doenças de trabalho; 5) a ameaça do desemprego.

Os catadores parecem sofrer problemas decorrentes de cada um dos cinco grupos mencionados. A atividade de catação favorece a exposição aos riscos de contaminação advindos do contato direto com os resíduos (agentes biológicos transmissores de doenças e resíduos químicos), de acidentes possivelmente decorrentes de seu manuseio, de atropelamento no caso dos carrinheiros e do modo de funcionamento das unidades de destino final dos resíduos, no caso daqueles que atuam em lixões, aterros ou unidades de transbordo (FERREIRA E ANJOS, 2001).

Para além do trabalho insalubre (realizado em condições de trabalho que provocam doenças e intoxicações) e do trabalho perigoso (condições

que geram acidentes de trabalho), categorias tradicionalmente usadas para compreender a relação entre o trabalho e o processo saúde-doença, nos toca aqui destacar a categoria do trabalho penoso, bem como o problema da carga de trabalho e o processo de desgaste sofrido pelos catadores.

De acordo com Sato (1993, p. 202)

[...] o trabalho é penoso quando o trabalhador não tem conhecimento, poder e instrumentos para controlar os contextos de trabalho que suscitam vivências de desconforto e desprazer, dadas as características, necessidades e limite subjetivo de cada trabalhador.

Como destaca a autora, o controle sobre o trabalho é um dos principais requisitos de um trabalho saudável. Segundo ela, “a relação trabalho e saúde/saúde mental pode ser positiva (estruturante) ou negativa (repercutindo em doenças, acidentes e sofrimento)” (SATO, 1996, p. 169). A saúde dos trabalhadores implica que eles tenham controle sobre as condições e contextos de trabalho e está associada à possibilidade de “respeitar as necessidades, ritmos e desejos do organismo quando elas se apresentam, não o forçando a comportar-se segundo normas e prescrições” (SATO, 1996, p. 170).

Frankenhaeuser e Gardell¹⁹ (1976 apud SELIGMANN-SILVA, 1994) enfatizam também a necessidade de exercer controle sobre a atividade como uma das principais necessidades psicossociais a serem atendidas nas situações de trabalho, à qual acrescentam a necessidade de encontrar sentido nas tarefas pessoais, inseridas num todo significativo, e a necessidade humana de interação social. Seligmann-Silva (1994)

¹⁹ Frankenhaeuser, M.; Gardell, B. Underload and overload in working life: outline of a multidisciplinary approach. *J. Human Stress*, 1976. v. 2. n. 3. p. 35-46.

complementa ainda a necessidade de reconhecimento social a partir do trabalho desenvolvido e o imperativo de viabilizar a sobrevivência.

Analisando o processo de trabalho capitalista, bastante distante da realização de tais necessidades psicossociais, Laurell e Noriega (1989, p. 110) enfatizam os processos adaptativos que se traduzem em desgaste, isto é, em concretização de transformações negativas originadas pela interação dinâmica das cargas de trabalho, levando à “perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica”. Fazendo referência ao trabalho abstrato tal qual definido por Marx, explicitam que o trabalho

[...] sob o capitalismo é trabalho alienado e implica no uso deformado e deformante tanto do corpo como das potencialidades psíquicas, converte-se numa atividade cujo componente desgastante é muito maior que o da reposição e desenvolvimento das capacidades (LAURELL E NORIEGA, 1989, p. 116).

A carga de trabalho, elemento que sintetiza a mediação entre o trabalho e o desgaste do trabalhador, representa o conjunto de esforços físicos, cognitivos e psicoafetivos/emocionais, desenvolvidos para atender às exigências da tarefa (SELIGMANN-SILVA, 1994). Estudos realizados na Suécia por Frankenhaeuser e Gardell consideraram aspectos qualitativos e quantitativos da carga de trabalho. A quantitativa diz respeito ao volume de trabalho exigido dentro de determinada unidade de tempo, ao passo que a qualitativa refere-se ao nível de complexidade do trabalho e à possibilidade de realizar os interesses, capacidades e potencialidades do trabalhador.

Assim, permitem pensar atividades que imponham a combinação (mais que mera somatória, potencialização recíproca) da sobrecarga quantitativa e da subcarga qualitativa. Este parece ser justamente o caso do

trabalho cotidiano dos carrinheiros: combina um esforço físico desumano para empurrar os carrinhos pelas ruas e o trabalho insalubre e indigno da catação, a uma atividade inferior às suas possibilidades cognitivas, sempre parcializada (atuando individualmente participam apenas da coleta de resíduos, a parte mais pesada do trabalho envolvido na cadeia da reciclagem), pouco estimulante, que exige baixa qualificação e não permite o exercício da criatividade.

Como explicita Conceição (2003, p. 34), referindo-se aos catadores-carrinheiros

Tais catadores submetem-se a uma rotina diária de trabalho que, muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), e percorrendo mais de 20 quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos de depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhes um valor simbólico insuficiente para a própria reprodução [da força de trabalho].

2. 2) O ideal da organização coletiva e a Economia Solidária: um caminho para a melhoria das condições de trabalho e saúde?

A partir da aposta do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCMR), nos interessamos em investigar se a constituição de associações e cooperativas de trabalhadores que atuam na pré-reciclagem é capaz de aumentar o poder de barganha dos trabalhadores frente aos demais atores da cadeia da reciclagem.

Além dos desafios trazidos pelo contexto desfavorável de atuação no mercado capitalista, outro grande desafio dos empreendimentos solidários é construir uma relação de trabalho que opere não somente pela racionalidade instrumental, pela busca de condições materiais de sobrevivência, mas que tome como ponto de partida os trabalhadores, suas necessidades e experiências (SATO, 1999). Afinal, teoricamente, a organização autogestionárias (mais do que a mera figura da cooperativa) traz a potencialidade de ampliar o controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho e reorganizá-lo considerando também as necessidades, experiências, ritmos e seqüências ditados pelos trabalhadores, podendo contribuir para reduzir a carga, o desgaste e o sofrimento dos trabalhadores que atuam na pré-reciclagem.

Buscamos, então, investigar em que medida a organização do trabalho em uma cooperativa autogestionária é capaz de potencializar a interação dos trabalhadores e um processo dialógico-discursivo de forma que os trabalhadores possam argumentar e contra-argumentar, negociar as escolhas organizacionais, considerando as desigualdades da cadeia de reciclagem e as possibilidades de disputa num ambiente em que estão representados interesses de ordens diversas (SATO, 2002).

Tal disputa é fundamental pois tornar o trabalhador sujeito e agente da organização do processo de trabalho e viabilizar a construção do planejamento dialógico-discursivo pode potencializar e ampliar as mudanças na organização e divisão do trabalho.

Indo além do problema da renda, procuramos investigar se e de que forma uma cooperativa de material reciclável que conta ao menos com uma

infra-estrutura mínima e é orientada pela autogestão cria condições para reorganizar o processo de trabalho e contribuir para a melhoria das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores.

Nosso foco de investigação vem ao encontro dos horizontes almejados pela Economia Solidária. Como preconiza Singer (2002, p. 114, grifos do autor):

A economia solidária é ou poderá ser **mais do que mera resposta** à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma **alternativa superior ao capitalismo**.

Superior não estritamente em termos econômicos, mas sim por proporcionar às pessoas que a adotam uma “vida melhor”, associada ao

“[...] direito à **autonomia na atividade produtiva**, de não ter de se submeter a ordens alheias, de **participar plenamente das decisões que o afetam** [...] superar as tensões e angústias que a competição de todos contra todos acarreta” (SINGER, 2002, p. 114-15, grifo nosso).

Nessa mesma direção, Souza (2000, p. 7) afirma que os empreendimentos de economia solidária são promissores “[...] sobretudo no que se refere a mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho”.

As cooperativas e empreendimentos solidários autênticos são orientados pela autogestão, podendo supostamente os conflitos de interesses serem travados abertamente e serem resolvidos em negociações em que todos têm igual poder de participação e deliberação e nas quais podem ser questionadas tanto a **finalidade da produção**, como as **formas de partilha**

e de pertencimento no interior desse coletivo (SINGER, 2000; PARRA, 2002).

A expectativa de Singer é que essa conquista do poder de participar das decisões crie condições para a melhoria das condições de trabalho, ainda que estas possam permanecer aquém das necessidades do trabalhador.

Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos, além disso, **os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar** para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer às determinações da direção (SINGER, 2000, p. 17, grifo nosso).

De acordo com Singer este potencial está colocado tanto nas cooperativas industriais originadas de processos falimentares, como para as usualmente chamadas “cooperativas populares”, entre as quais estão incluídas a maioria (senão totalidade) das cooperativas de material reciclável.

Se em uma organização tipicamente capitalista é certo que “o processo de trabalho é dominado e modelado pela acumulação de capital” (BRAVERMAN, 1981, p. 56), é de responsabilidade do capitalista, procuramos investigar até que ponto uma gestão conduzida pelos trabalhadores consegue interferir nessa dominação e modelação do processo de trabalho pelo capital, podendo reorganizá-lo levando em conta os interesses e necessidades dos trabalhadores, possivelmente minimizando a sobrecarga e o desgaste cotidianos.

Contudo, diferentemente de Singer, desde o princípio reconhecemos limites na capacidade de controle dos trabalhadores sobre o processo de

trabalho, acreditando que se há uma margem possível para determinar “como trabalhar”, dificilmente será possível interferir na “finalidade da produção”, na decisão sobre “o que” entra e o que sai, uma vez que o produto continua sendo pautado externamente pela correlação de forças externa à cooperativa e frente a qual seu poder tende a continuar sendo bastante reduzido²⁰.

Tal como Parra (2002), acreditamos que mesmo nos empreendimentos autogestionários a autonomia dos trabalhadores tende a continuar limitada, uma vez que

[...] continuará sendo determinada externamente em pelo menos duas outras dimensões presentes na produção cooperativa: por um lado, a inserção da cooperativa no mercado mais amplo que impõe a **heteronomia do capital sobre as possíveis organizações do processo produtivo**; por outro, a diferença entre as necessidades da empresa coletiva e as necessidades individuais de cada trabalhador (PARRA, 2002, p. 132, grifo nosso).

A heteronomia do capital sobre as cooperativas de materiais recicláveis, materializada no controle do mercado da reciclagem pelas indústrias recicladoras, parece ter sido um dos limites encontrados por Conceição (2003):

[...] mesmo os catadores formando cooperativas para fugirem da exploração econômica, esta continua, porque **as indústrias que compram materiais reciclados** são poucas (formam um mercado oligopsônio), **exigem grandes volumes para negociarem e estes volumes só são alcançados**, muitas vezes, **por sucateiros** que estão há mais tempo no mercado e **financiados pela própria indústria** (CONCEIÇÃO, 2003, p. 133, grifo nosso).

²⁰ Salvo condições excepcionais nas quais o empreendimento autogestionário tenha poucos concorrentes no mercado e exerça uma liderança irrefutável.

Chamando a atenção para a importância de atentar para o modo de funcionamento das cooperativas, buscando distinguir as organizações autenticamente autogestionárias das “coopergatos”, Conceição (2003) criticou a terceirização de serviços e de mão-de-obra presente quando a cooperativa é a estratégia adotada para livrar o contratante dos encargos trabalhistas.

Esta parece ter sido a motivação para a criação das cooperativas de materiais recicláveis que foram seu lócus de estudo²¹, nas quais os cooperados tinham pouca ou nenhuma participação nas decisões administrativo-financeiras, sendo o controle exercido por um ator externo – órgão do poder público, Ongs, consultoria etc. Segundo o autor, elas não se orientavam pelos princípios e sistema cooperativista, mas, ao contrário, reproduziam relações de trabalho capitalistas, muitas vezes explorando os trabalhadores ao lhes colocarem a serviço de outrem e submetendo-os a relações e condições de trabalho precárias.

Enfatizando a contraposição ao discurso moderno que foca as “necessidades preservacionistas e ambientais”, Conceição (2003) afirmou que as cooperativas estudadas por ele promoviam

“[...] a espoliação do trabalhador e a perpetuação de mazelas sociais [...] As pessoas que trabalham com lixo estão longe do exercício de seus direitos de cidadania. Relegadas a certas condições sociais e econômicas acabam vivendo em um submundo” (CONCEIÇÃO, 2003, p.18).

²¹ Lamentavelmente, o autor não identifica as cinco cooperativas estudadas nem os municípios do interior de São Paulo em que elas estão localizadas – a exceção de Sorocaba, onde foi feito o estudo da viabilidade econômica do processo de reciclagem.

Como fica claro, as agudas críticas de Legaspe (1996), feitas ao analisar a exploração sofrida pelo catador-carrinheiro que trabalha individualmente alimentando os depósitos clandestinos, são estendidas por Conceição (2003) às cooperativas que atuam na pré-reciclagem:

[...] as cooperativas de reciclagem de lixo [a rigor cooperativas de materiais recicláveis] apresentam-se como **fonte de produtos, serviços e mão-de-obra barata aos setores modernos da economia**, facilitando a exploração de catadores de lixo [a rigor de resíduos recicláveis] pelo modelo de produção e reprodução capitalista [...] Acabam, assim, **permanecendo à margem da economia**, continuando a ser **usadas como meio de sobrevivência de seus membros e reafirmação da subordinação ao modelo vigente**. Em todo o mundo, apesar da exploração e precarização deste modelo, o número de pessoas que trabalham com a reciclagem de lixo [a rigor com materiais recicláveis] vem aumentando (CONCEIÇÃO, 2003, p. 107 e 108, grifo nosso).

Assim como Legaspe (1996), Calderoni (1997), Dias (2002) e Lorenzetti (2003), Conceição ressalta a subalternidade do trabalho da pré-reciclagem. Ele afirma que os trabalhadores que atuam na etapa anterior ao processo de transformação propriamente dito, sejam eles organizados ou não em associações e cooperativas, pouco se apropriam dos resultados do produto de seu trabalho, resultados estes que são, na verdade, apropriados pelos atores do topo da pirâmide descrita por Calderoni (1997) e Dias (2002):

O catador de lixo [a rigor com materiais recicláveis], que agora é patrão ou cooperativado, torna-se um agente ambiental e, por suas mãos o lixo volta a ter valor de uso e de troca, só que o valor maior (aquele que gera valor reputável para o produto ou mercadoria) não fica com as cooperativas (CONCEIÇÃO, 2003, p. 23)

Segundo ele, a subalternidade à qual também as cooperativas permanecem sujeitas no mercado da reciclagem está ligada às etapas de

trabalho que elas têm capacidade de realizar, isto é, via de regra limitam-se (quando contam com a infra-estrutura necessária) à separação e enfardamento dos recicláveis, permanecendo excluídas da tecnologia que possibilitaria o beneficiamento e transformação dos materiais.

O acesso à tecnologia para beneficiamento tende a continuar sendo privilégio dos atores do topo da cadeia, assegurando a subordinação e a continuidade da assimetria de poder do circuito inferior em relação ao circuito superior. As indústrias recicladoras, pautadas pela lógica concentradora e exploradora, impõem as condições para comercialização aos trabalhadores que atuam na pré-reciclagem:

As grandes beneficiadas de todo processo de reciclagem de lixo [a rigor de resíduos sólidos reaproveitáveis] no Brasil e no mundo são as indústrias, justamente por estarem altamente concentradas, representando um modelo oligopsônio, quando **um reduzido número de empresas consome os materiais recicláveis e impõe as condições e os preços aos catadores e cooperativas, tornando-os reféns da exploração da economia formal sobre a informal [...]** Sejam cooperativados ou catadores autônomos, **a exploração se dá em todos os níveis das cadeia produtiva e reprodutiva da reciclagem.** (CONCEIÇÃO, 2003, p. 108, grifo nosso).

Conceição lembra que, por ironia, os atores que mais se apropriam da renda gerada na cadeia da reciclagem são justamente os que maiores geradores de resíduos sólidos:

Com isto, o valor maior ou a parte que agrega maior valor aos resíduos reciclados volta para as mãos dos grandes capitalistas. Sim, eles mesmos, os geradores de lixo, acabam roubando novamente o valor para gerar mais lixo depois. Eis a *prima facie* do ecocapitalismo²² (CONCEIÇÃO, 2003, p. 23).

²² Termo emprestado de Legaspe (1996).

As críticas de Conceição (2003) fazem lembrar a racionalidade do circuito inferior orientado ao equilíbrio da miséria, como problematizou Santos (2004):

Nestas condições, a reciclagem, em si, não representa uma alternativa econômica [do ponto de vista dos trabalhadores] e muito menos ambiental; somente **ameniza momentaneamente as pressões sociais sobre o desemprego dos excluídos e propicia um ganho pelas indústrias**, por meio da redução de seus custos; e estas, utilizando-se dos sucateiros, os grandes “senhores do lixo”, controlam o mercado de produtos reciclados. **Este é o desenvolvimento sustentável 'pró-capitalista' de nosso país** (CONCEIÇÃO, 2003, p. 108, grifo nosso).

Os resultados do estudo feito pelo autor permitiram constatar que, além dos trabalhadores continuarem sujeitos à exploração e expropriação pelo mercado da reciclagem, ao contrário das expectativas depositadas pelo MNCMR e pelo Fórum Lixo e Cidadania, nas cooperativas investigadas as relações e condições de trabalho permaneceram sendo opressoras, precárias e subumanas. Conceição (2003) é categórico nas conclusões de seu trabalho: “as cooperativas de reciclagem de lixo estão malsinando o sentido do trabalho associativo e o pior: criando trabalho precarizado” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 183).

Apoiando-se em Legaspe (1996), ele afirma que o serviço prestado por catadores-carrinheiros e por trabalhadores de cooperativas de materiais recicláveis têm gerado benefícios ambientais à sociedade e econômicos aos atravessadores e indústrias às custas de um trabalho

[...] realizado em condições subumanas, num ambiente em que a concorrência pelo produto é disputada com ratos, animais peçonhentos e urubus, sem se contar com o perigo da aquisição de uma doença. Sendo assim, os catadores, ao mesmo tempo em que são os 'agentes da modernidade', tornam-se escória da sociedade (CONCEIÇÃO, 2003, p. 184, 185).

Diferente da expectativa de que em sociedades cooperativas e autogestionárias as relações e condições de trabalho fossem melhores, o autor sugere que, em função da restrição de equipamentos para beneficiar os recicláveis e da baixa condição de vida dos trabalhadores, nas cooperativas de pré-reciclagem não há atenção às condições de trabalho e saúde mas sim sujeição a um trabalho precarizado. Sua constatação vem ao encontro da tendência à resignação ao trabalho degradado por trabalhadores que compõem o exército industrial de reserva, como analisou Braverman (1981).

Considerando os resultados do estudo de Conceição (2003), a advertência de Parra (2002) e os apontamentos teóricos de Braverman (1981) e Santos (2004), desde o início da investigação ponderamos que o potencial dos trabalhadores para determinarem a organização do trabalho e melhorarem as condições de trabalho e saúde em cooperativas autogestionárias é incapaz de interromper, superar por completo a heterodeterminação do trabalho pelo processo social de produção capitalista.

Contudo, nos propusemos a identificar como esta necessária limitação se faz presente no cotidiano e que formas os trabalhadores de uma cooperativa efetivamente autogestionária encontram para lidar com ela na organização do processo de trabalho, iluminando suas repercussões sobre as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores.

Nossa questão nos colocou em um lugar intermediário entre o otimismo de Singer e as conclusões categóricas do trabalho de Conceição (2003). O reconhecimento da heterodeterminação do capital não nos impediu de acreditar que valeria a pena ter um olhar atento para as

possibilidades dos trabalhadores lidarem cotidianamente com estas condições objetivas desfavoráveis, valorizando arranjos que podem fazer pouca diferença para uma mudança da correlação de forças macroeconômicas, mas que não são de pouca relevância do ponto-de-vista do cotidiano de trabalho, das disputas envolvidas na relação entre os atores que estão ao redor da cooperativa e da saúde dos trabalhadores.

A definição de “relação social” de Hirata e Kergoat (2002) contribui para reforçar a valorização do movimento potencial de transgressão, impulsionado pelas contradições e antagonismos das relações sociais dominantes:

[...] relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa de considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes. [...] se trata de uma **contradição viva**, perpetuamente em via de modificação, de recriação [...] **existem margens de indeterminação entre as tramas que tecem essas relações sociais [...] há um remanejamento possível das margens de liberdade para os atores coletivos e individuais** (HIRATA; KERGOAT, 2002, p. 244, grifo nosso).

Essa margem de liberdade não é colocada a priori, mas é fruto do entrecruzamento das condições objetivas e das disputas travadas pelos sujeitos frente aos determinismos sociais. Na análise do mundo do trabalho, Hirata e Kergoat (2002) lembram que é importante ter em vista a noção de sujeito “precisamente para não encerrar os indivíduos na norma, o que tornaria as contradições, as transgressões e as lutas invisíveis” (HIRATA; KERGOAT, 2002, p. 245).

2.3) A fronteira cooperativa-ambiente: as contribuições da teoria sócio-técnica

Assim, nosso foco de investigação esteve na fronteira da cooperativa, nos fluxos ambiente-cooperativa (*inputs*) e cooperativa-ambiente (*outputs*).

O paradigma sócio-técnico, desenvolvido ao longo das décadas de 50 e 60 na Grã-Bretanha e nos EUA²³, concebe a organização do trabalho como um **sistema sócio-técnico aberto, em permanente inter-relação com seu ambiente**. “Ela importa várias coisas de seu ambiente (matéria-prima, equipamentos, dinheiro, pessoas), usa essas importações em algum tipo de processo de conversão e depois exporta os produtos e serviços resultantes” (MURRAY, 1970, p. 17).

De acordo com Murray (1970) todo sistema de produção é composto por 2 elementos essenciais em interação: um sistema técnico – equipamentos, instalações, disposição e duração da operação, os 3 “T”s: tecnologia, território e tempo – e um sistema social – as pessoas e sua organização formal e informal na situação de trabalho.

Segundo ele, a “regulação básica dos sistemas sócio-técnicos abertos é a auto-regulação” (MURRAY, 1970, p. 17). Enfatiza que “[...] a tarefa primária de administrar a empresa como um todo é **relacionar o sistema**

²³ A sócio-técnica representa uma resposta à escola de administração científica, que concebia a organização do trabalho predominantemente como um sistema técnico, partindo de um modelo mecanicista de comportamento humano, no qual o homem era apenas uma extrapolação da máquina, um “[...] elemento ou peça num complexo sistema produtivo dominado por um equipamento suntuoso” (MURRAY, 1970, p. 2). Na escola de administração científica, os trabalhadores eram tidos como meros elos de ligação que não interagem entre si. A iniciativa e auto-organização eram inconcebíveis, já que podiam aumentar a variabilidade do sistema, fugindo ao previsto e planejado. As tarefas eram rigidamente especificadas e fragmentadas em seus elementos básicos, ao passo que os comportamentos eram prescritos e submetidos à rígida supervisão e controle externos. Visando a padronização e a fácil substituição do trabalhador, havia exigências mínimas de qualificação para a execução das tarefas e reforço aos comportamentos desejáveis prescritos.

total com seu ambiente e não a regulação interna per se” (MURRAY, 1970, p. 17, grifo nosso).

Para Murray (1970) caberia à gerência se encarregar do estabelecimento e manutenção das condições de fronteira (entrada de suprimentos, saída do produto, controle de distúrbios externos etc), permitindo que a equipe, com autonomia e responsabilidade, determinasse a divisão de tarefas, num processo que implica a formação do próprio grupo. “Uma empresa só pode atingir as **condições auto-regulatórias** [...] se ela libera aos seus elementos humanos informação suficiente e um certo grau de autonomia para escolher” (MURRAY, 1970, p. 17). Spink (1982) caminha na mesma direção, destacando que para fazer escolhas organizacionais é preciso ter poder de decisão.

Desde nosso ponto-de-vista, o maior desafio de uma cooperativa autogestionária está na conciliação das necessidades econômicas dos cooperados a uma racionalidade não meramente instrumental da organização do trabalho. Aproximando as contribuições da teoria sócio-técnica de nosso objeto de investigação, entendemos que a superação deste desafio, mais do que lidar com os conflitos interpessoais internos, implica ser capaz de criar condições para negociação com os diversos atores que estão ao redor da cooperativa a favor dos interesses e da saúde dos trabalhadores.

Embora Murray (1970) enfatize que há “um elemento de opção no planejamento de uma organização do trabalho”, reconhece que o sistema tecnológico impõe exigências ao sistema social.

Em nosso caso, procuramos desde o princípio atentar para a relação estabelecida entre a Coopermape e o conjunto de compradores com os quais ela comercializa os materiais recicláveis trabalhados, analisando em que medida suas exigências impõem limites à autogestão e suas repercussões para a saúde dos trabalhadores. Coube também atentar para a relação estabelecida com um ator essencial na história da Coopermape: o poder público municipal, da mesma forma procurando identificar em que medida ele contribui para o avanço da autonomia do grupo e a melhoria das condições de trabalho e saúde e/ou coloca limites a eles.

3) A RIQUEZA DO TRABALHO DE CAMPO

3. 1) O percurso para escolha do lócus de investigação

Em março de 2005, tendo situado o trabalho da pré-reciclagem no atual momento histórico com apoio da pesquisa bibliográfica, iniciamos um período de contatos e aproximações com algumas cooperativas de material reciclável a fim de selecionar aquela que seria lócus da pesquisa.

Para a seleção das cooperativas que mereceriam visita foram consideradas a relação de associações e cooperativas do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo (cerca de 63 grupos); o “Cadastro dos Empreendimentos do Complexo Cooperativo Metropolitano de Reciclagem” (cerca de 65 grupos, vários coincidindo com a relação do Fórum Lixo e Cidadania), construído pela Verso Cooperativa de Psicologia em 2003; materiais sobre as cooperativas disponíveis na internet; monografias e dissertações envolvendo estudos de caso de cooperativas de reciclagem e, finalmente, informações sobre os empreendimentos fornecidas por pesquisadores atuantes na área.

Os critérios de escolha foram: localização na capital ou Região Metropolitana de São Paulo para facilitar nosso deslocamento; tempo de existência e histórico de formação da cooperativa, buscando um grupo que tivesse constituído há alguns anos e preferencialmente originário das necessidades dos trabalhadores; o perfil dos cooperados, privilegiando a população de baixa renda, com histórico de catação ou em situação de

desemprego; as instalações e equipamentos disponíveis, considerando-se fundamental a existência de local de armazenamento e triagem, caminhão, prensa, balança e empilhadeira, assumidos como condições mínimas de trabalho; o potencial autogestionário, inferido pela história da cooperativa, a aparente horizontalidade das relações interpessoais, a existência de espaços de discussão e negociação cotidianos (para além das formais assembléias anuais) e a possibilidade de participação nas decisões administrativo-financeiras; e, finalmente, a relação da cooperativa com outros atores, quer o poder público, sindicatos, Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis ou entidades da sociedade civil.

O penúltimo critério procurava responder à tentativa de diferenciar autênticos empreendimentos econômico-solidários de possíveis “coopergatos”, visando escapar de limites encontrados por Conceição (2003) nas cooperativas de materiais recicláveis investigadas. Procurava ainda escapar da tutela problematizada por Barros (2004), promovida por entidades assistenciais de suporte à população de rua, que oferecem apoio à organização de catadores.

Já o último critério foi adotado por acreditarmos que a ligação da cooperativa com outros atores tende a fortalecer o empreendimento, seja pela facilitação do acesso a infra-estrutura necessária ao trabalho, a maior mobilização para doação de recicláveis, a promoção do acesso a informações decisivas, a ampliação dos canais de negociação, entre outros. Ao mesmo tempo, acreditávamos que a ligação da cooperativa com outros atores tenderia a facilitar a identificação de contradições e interferências da intervenção do ambiente externo sobre o processo de trabalho.

Partindo desses critérios, entre março e julho de 2005 foram realizadas visitas a cinco grupos que constavam das listagens acessadas inicialmente: Projeto Vitória, zona norte da cidade de São Paulo²⁴; Coorpel (Cooperação na Reciclagem de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis), centro da capital²⁵; Cruma (Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente), no município de Poá, a leste da Região Metropolitana de São Paulo²⁶;

²⁴ O Projeto Vitória é fruto da iniciativa de dois moradores do bairro do Jaçanã, que buscaram criar uma alternativa local para minimizar o problema da geração e descarte insustentáveis de resíduos sólidos. Em 2000, eles mapearam as ruas do bairro e educaram os moradores para separar os resíduos, coletados porta-a-porta pela dupla e inicialmente armazenados nas garagens de suas próprias casas. Com o passar dos anos, as 30 ruas foram ampliadas para 70, nas quais conquistaram 70% de adesão dos domicílios. Há alguns anos, os dois moradores que impulsionaram o projeto fundaram uma Ong (Ecos do Vitória), dedicada à educação e gestão ambiental e ao fomento dos denominados “ecopontos”, deixando a coordenação do Projeto do Parque Vitória, o primeiro ecoponto instalado, a cargo de um pequeno grupo de trabalhadores bastante jovens, que persistem buscando recursos na própria comunidade para viabilizar o Projeto. Se, por um lado, o cuidadoso trabalho de educação ambiental feito junto à população do território coberto pelo grupo possibilita uma boa separação pelos moradores, resultando num material com baixa presença de orgânicos e baixo índice de rejeito, por outro lado, o pequeno volume coletado e a ausência da infra-estrutura necessária para coleta seletiva, armazenamento adequado dos materiais, produção dos fardos ou pré-beneficiamento, tornam as condições de negociação na comercialização dos recicláveis bastante desfavoráveis, limitando a venda a baixos preços a atravessadores.

²⁵ Descartamos a Coorpel pelos indícios de tutela da autonomia dos trabalhadores nas decisões envolvendo a organização do processo de trabalho, sinalizados em nossa visita. Esses indícios foram confirmados por Barros (2004), que investigou o grupo apoiado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, mostrando as disputas de gestão entre os catadores e os chamados *apoios* (técnicos do Centro Gaspar Garcia que dão suporte ao grupo), tensões na divisão dos trabalhos e atribuições, reivindicações dos catadores associados quanto ao direito de decisão sobre a comercialização dos materiais e o dinheiro dela resultante, bem como sobre o futuro dos trabalhadores e do próprio grupo. As entidades apoiadoras partem do pressuposto de que em função de uma trajetória de vida de perdas e de desorganização das referências e vínculos sociais, é preciso primeiro *reconstruir os indivíduos* para que, depois de *reconstruídos*, possam assenhorar-se de si e de suas vidas. Este pressuposto tem consequências na divisão do trabalho e na reprodução de hierarquias, “[...] limitando as possibilidades de uma atuação e uma experiência verdadeiramente autônoma, que pressupõe, inclusive, erros, desacertos, avanços, retrocessos” (BARROS, 2004, p. 78). Segunda ela, “[...] este tipo de trabalho vai ao encontro de uma diretriz de atuação que entende a necessidade de recompor o vínculo dos moradores de rua com o trabalho na chave da moralidade e não propriamente como uma forma de sobrevivência e de inserção no campo dos direitos sociais [...] este trabalho não tem mais a força de instaurar uma nova cena, reivindicar igualdade dos moradores de rua, sua participação nos assuntos do mundo, tornou-se apenas labor-terapia (BARROS, 2004, p. 79 e 80).

²⁶ A Cruma é um caso exemplar de luta autônoma de catadores-carrinheiros e desempregados para sobrevivência por meio da organização coletiva da coleta, separação e venda de materiais recicláveis. O grande diferencial da cooperativa é que a iniciativa partiu do próprio grupo, tendo em comum não necessariamente o viver na rua ou a experiência anterior de catação com carrinhos, mas a situação de desemprego e a necessidade de gerar renda para sobreviver. A iniciativa surgiu em 1996 e é fruto da aposta de trabalhadores de que, frente ao aumento da concorrência da catação no centro de Poá, trabalhando juntos aumentariam as perspectivas de comercialização dos recicláveis e, conseqüentemente, a geração de renda. A legalização da cooperativa deu-se em 1997. A participação do poder público aconteceu depois da cooperativa já estar consolidada. Desde 2003, a prefeitura de Poá vem incentivando e apoiando a coleta seletiva e a entrega dos materiais à Cruma, disponibilizando um caminhão e um motorista para a coleta. O governo do Estado de São Paulo e o governo federal também têm participações no fortalecimento da cooperativa, materializada no financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Fundação Banco do Brasil (FBB) e no projeto Alto Tietê-Cabeceiras, que prevê a comercialização conjunta de PET, envolvendo cooperativas de 6 municípios da região. O presidente da Cruma faz parte da articulação do MNCMR, relação que parece ter permitido boa parte das conquistas da

Coopermape (Cooperativa de Reciclagem de Matéria-prima de Embu), no município de Embu, a sudoeste da Região Metropolitana; e Cooperlimpa (Cooperativa de Reciclagem Cidade Limpa), no município de Diadema, na região do ABCD²⁷.

Durante cada visita nos mantivemos atentos a maior ou menor proximidade dos nossos critérios de escolha. Em seguida, registrávamos os principais pontos observados e nossas impressões gerais. Vale destacar que esse período foi especialmente valioso para lapidarmos os objetivos da pesquisa e que os registros foram um subsídio importante para a compreensão do trabalho da pré-reciclagem e dos grupos organizados em torno dele.

Os critérios estabelecidos nos deixaram em dúvida entre a Cruma, a Cooperlimpa e a Coopermape. A escolha da Coopermape se deu em função da estreita relação da cooperativa com a prefeitura de Embu desde o fechamento do lixão, da relação direta com uma indústria para a qual comercializavam papéis (Ripasa), da empatia com as cooperadas e da maior facilidade no deslocamento. A maior presença de mulheres, inclusive na direção, foi assumida como um aspecto positivo por acreditarmos que

cooperativa, além de contribuir para manter o grupo permanentemente unido. Como contrapartida do projeto FNMA, a prefeitura cedeu um terreno por 15 anos à Cruma e a mudança de sede estava prevista para ocorrer até o fim de 2005, havendo perspectivas de universalização da coleta seletiva e de ampliação do número de cooperados.

²⁷

A Cooperlimpa originou-se da iniciativa de desempregados da região do ABCD, nenhum com histórico de catação e alguns demitidos de grandes montadoras do entorno. Buscando alternativas para gerar renda, inicialmente cogitaram abrir um ferro-velho, até que, por incentivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Partido dos Trabalhadores (PT), optaram pela formação de uma cooperativa de materiais recicláveis, passando por um curso de cooperativismo na Fundação Santo André. Em seguida, negociaram o estabelecimento de um convênio com a prefeitura conquistando o direito de utilização de uma área ociosa na unidade de transbordo do município – como curiosidade vale mencionar que, como outros municípios metropolitanos, Diadema não possui aterro próprio; por falta de espaço físico, o lixo coletado regularmente pelas empresas terceirizadas é levado a esta unidade de transbordo e, em seguida, transportado ao aterro sanitário de Mauá.

facilitaria nossa participação no cotidiano da cooperativa e o estabelecimento de vínculos com os cooperados.

Por sua vez, como anunciado na apresentação, a relação com o poder público municipal foi valorizada por concebermos que o Estado tem uma responsabilidade indelegável na redução das desigualdades socioeconômicas e na regulação do mercado, ainda que não as exerça a contento.

3. 2) A etnografia como referencial teórico-metodológico

Em setembro de 2005 retornamos à Coopermape para compartilhar e negociar a proposta de pesquisa com alguns cooperados, a presidente, a vice-presidente e a tesoureira. A abertura para a participação nas atividades cotidianas foi bastante grande e a única restrição apresentada a princípio foi nossa participação nas assembleias, argumentando-se que seriam exclusivamente para cooperados.

Uma semana depois da negociação, demos início ao estudo etnográfico da cooperativa. Mais do que uma ferramenta de coleta de dados, a etnografia é “uma forma de proceder na pesquisa campo” (ROCKWELL, 1986, p. 32). É um procedimento de pesquisa que articula método e teoria. “A etnografia, que melhor expressa e dá conta das relações e dos processos particulares estudados, é consequência de um trabalho teórico e não a ‘matéria-prima’ para começar a fazê-lo” (ROCKWELL, 1986, p. 35). A prática etnográfica intercala períodos de campo, com períodos de análise e

leitura teórica ou temática, bem como períodos de elaboração conceitual e precisão de categorias.

O trabalho de campo estendeu-se de setembro de 2005 a janeiro de 2007, consistindo de 26 visitas e participação em duas festas na cooperativa e em um evento externo. Os intervalos entre uma visita e outra foram irregulares. Nos primeiros quatro meses realizamos visitas semanais e quinzenais de meio período (das 8 horas ao meio-dia) e uma de dia inteiro (das 8hs às 18:30), rodiziando a participação em cada uma das etapas de trabalho²⁸: desde a coleta seletiva no caminhão, passando pela triagem e classificação de cada tipo de material reciclável, prensagem e enfardamento e, finalmente, transporte de rejeitos ao aterro. A partir de fevereiro de 2006, com raras exceções, as visitas passaram a ser mensais (boa parte delas na parte da tarde), dada a necessidade de dedicar mais tempo na preparação do roteiro de entrevistas e em seguida trabalhar em seu registro.

O diálogo entre o trabalho de campo e as construções teóricas possibilitaram o contínuo questionamento e reformulação das hipóteses criadas inicialmente e recriadas ao longo da vivência empírica. Corroborando Malinowski (1953 apud DURHAN; FERNANDES, 1986), não se trata de partir de hipóteses e buscar sua comprovação no campo, mas sim de formular perguntas que ajudam a aguçar o olhar do pesquisador:

[...] quanto maior o número de problemas ele trazer consigo para o campo, quanto mais estiver habituado a formular suas teorias de acordo com os fatos e a verificar até que ponto os fatos podem contestar a teoria, tanto mais bem equipado estará para o trabalho. As idéias preconcebidas são perniciosas em qualquer trabalho científico, mas saber enunciar problemas previamente constitui o maior talento de

²⁸ Na maioria das etapas, compartilhamos o trabalho cotidiano mais de uma vez, procurando atentar para possíveis mudanças no trabalho em função do dia da semana ou das condições do tempo (sol, chuva, frio, calor).

uma mente científica (MALINOWSKI, 1953 apud DURHAN; FERNANDES, 1986, p. 32).

A pesquisa bibliográfica e as reuniões do grupo de orientandos de mestrado e doutorado da Profª Drª Leny Sato²⁹ nos permitiram partir de algumas perguntas e inquietações iniciais, aguçando nosso olhar sobre o cotidiano da Coopermape. Entre elas, destacamos: Como é o processo de trabalho cotidiano? Como é decidida a divisão de tarefas? Qual a atenção dada à saúde dos trabalhadores no cotidiano da cooperativa? Qual a percepção dos cooperados sobre a relação entre a organização cotidiana e as condições de trabalho e possíveis repercussões sobre sua saúde? É possível observar repercussões imediatas à saúde dos trabalhadores? Qual a possibilidade dos cooperados adaptarem as tarefas às suas necessidades? De que modo a cooperativa responde ao contexto em que está situada? Como se dá a relação com a prefeitura? De que forma as exigências do mercado da reciclagem condicionam a organização do trabalho? Qual a possibilidade de negociar as condições de comercialização ou reorganizar o processo de trabalho cotidiano para poupar os trabalhadores de possíveis agravos, desgastes ou sofrimentos?

Assim, não se tratava de encerrar nossa perspectiva a partir de uma formulação teórica abstrata, total, mas sim da realização de um trabalho conceitual que buscou unir o processo de construção teórica com a pesquisa empírica (ROCKWELL, 1987). Tal trabalho conceitual, como propunha a autora, nos permitiu reconceitualizar nosso objeto de estudo e elaborar

²⁹ O grupo costumava se reunir uma vez por mês, havendo um rodízio na apresentação e discussão das pesquisas dos orientandos. Essa rica troca ocorre paralelamente à orientação individual com a Profª Drª Leny Sato. Agradecemos especialmente à Ana Maria Rodrigues de Carvalho pelas vivências compartilhadas a partir do projeto de extensão da Universidade de Assis, do qual é uma das coordenadoras. Seus depoimentos e contribuições foram fundamentais para alcançarmos maior clareza e reorientarmos nossos objetivos.

sucessivos registros e descrições do cotidiano da cooperativa, entendendo a descrição como fruto de um trabalho analítico-conceitual.

A observação etnográfica é assumidamente tendenciosa (não existem “dados puros” nem descrição neutra ou atórica dos fatos) e é acompanhada da permanente interpretação do observador. A atenção é já seletiva e a observação e registro pelo pesquisador implicam a interpretação daquilo que é compreensível, significativo e passível de sistematização (ROCKWELL, 1987).

O etnógrafo observa e paralelamente interpreta. Seleciona do contexto o que há de significativo em relação à elaboração teórica que está realizando. Cria hipóteses, realiza uma multiplicidade de análises, reinterpreta, formula novas hipóteses [...] No duplo processo de observação e interpretação, abre-se a possibilidade de criar e enriquecer a teoria (ROCKWELL, 1986, p. 50).

O que distingue a “descrição superficial” da “descrição densa” retomada por Geertz (1989) é justamente a possibilidade de incorporar na tarefa descritiva “os motivos subjetivos e intersubjetivos que atravessam os fatos” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 1), a interpretação dos significado de uma ação observada.

Apostando no potencial da descrição analítica para revelar as relações sociais construídas (ROCKWELL, 1987), optamos por descrever extensa e detalhadamente cada uma das etapas do processo de trabalho cotidiano (ver capítulo 6), construção esta possibilitada pela observação participante.

Nossa participação ativa nas etapas de trabalho ao longo das visitas se mostrou preciosa não apenas para apreender o processo de trabalho em seu curso e as trocas cotidianas entre os cooperados, mas também porque possibilitou a construção de vínculos e a conquista da confiança dos

cooperados, especialmente importantes para possibilitar o aparecimento de processos conflitivos, tensões, disputas, nuances e ambigüidades, geralmente ocultos diante de uma presença estranha (ROCKWELL, 1987; ZALUAR, 1985).

Expressões do vínculo e da relação de confiança construída foram os convites recebidos para participar dos momentos de celebração internos, os depoimentos fluidos e abertos colhidos durante as entrevistas, os telefonemas estranhando a distância quando se passava um intervalo mais largo entre uma visita e outra, a solicitação de nossa presença para ajudar a escrever um ofício para estimular a doação de recicláveis por empresas, preparar a apresentação do evento e ajudar o grupo a se posicionar frente a conflitos com outros atores.

Procuramos ter especial atenção à nossa postura no campo a fim de possibilitar a comunicação efetiva com os trabalhadores, considerando a “dessimetria social” que existia entre nós e os cooperados, geralmente com origens socioenômica e culturais bastante distintas da nossa. Segundo Bourdieu (1999, p. 699, grifo do autor):

[...] o pesquisador pode obter do pesquisado mais distanciado de si socialmente que ele se sinta legitimado a ser o que ele é se ele sabe se manifestar, pelo tom e especialmente pelo conteúdo de suas perguntas, sem fingir anular a distância social que o separa de si [...], ele é capaz de **se colocar em seu lugar de pensamento**”.

A conquista desse canal de comunicação ficou sinalizada no dia em que uma das cooperadas, mostrando-se surpreendida, comentou diante de nós com outra cooperada, num tom de elogio que nos deixou realizada: “*ela é uma pessoa simples, né?*”.

Como bem enfatizou Zaluar (1985), vale lembrar que a

[...] pesquisa é a história de um relacionamento pessoal em que o pesquisador procura desfazer as impressões negativas da imagem do ‘dominador’ a fim de tornar a comunicação ou o encontro possíveis, bem como escapar das armadilhas montadas pela hierarquia ou desigualdades que transcendem à situação de pesquisa (ZALUAR, 1985, p. 115).

Paralelamente à observação participante do cotidiano da cooperativa, reservamos tempo para registrar as observações, reconstruir as conversas e refletir sobre as horas de trabalho de campo. O diário de campo produzido procurou registrar as experiências com o máximo detalhe possível, intercalando descrições, fragmentos de informação a princípio dispersos, sentimentos experimentados, pontos que mereciam aprofundamento e questionamentos sobre a interpretação de certos fenômenos. Como chama atenção Zaluar (1985, p. 113), o pesquisador “cria um novo campo de relações ou um espaço público que devem ser, eles mesmos, objeto de reflexão porque históricos, datados e marcados pela alteridade”.

O registro detalhado no diário permitiu construir a descrição do processo de trabalho, revisitar as anotações para embasar a montagem do roteiro de entrevista e auxiliar a estruturação dos capítulos descritivo-analíticos sobre a autogestão e a saúde dos trabalhadores.

O roteiro de entrevista continha seis pontos básicos: 1) trajetórias de trabalho; 2) autogestão; 3) mudanças na organização cotidiana do trabalho; 4) comercialização; 5) relação com a prefeitura; 6) nexos trabalho-saúde. Para cada um desses pontos, elaboramos algumas questões abertas, selecionamos trechos do diário de campo retomando falas dos próprios entrevistados ou outros cooperados e algumas fotos para estimular o depoimento.

A utilização do roteiro se deu de forma bastante livre e variou conforme a entrevista realizada. Quando a apresentação do ponto se mostrava suficiente para mobilizar a fala, não apresentávamos as perguntas, apenas relembrávamos trechos do diário de campo para aprofundar os depoimentos.

A partir do processo de observação, identificamos cooperados para a realização de entrevistas semi-estruturas. Um critério de escolha fundamental foi termos estabelecido uma relação de confiança e empatia com o depoente, que julgamos essencial para que as entrevistas pudessem comunicar o ponto de vista particular e as opiniões dos entrevistados, mais do que meras respostas estereotipadas na direção daquilo que o depoente julgava que gostaríamos de ouvir. “Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista” (BOSI, 2003, p. 60).

Na verdade, em função do contato já estabelecido, as entrevistas configuraram a continuidade de conversas iniciadas durante o trabalho cotidiano, com a diferença de que se orientavam por pontos sugeridos pelo pesquisador e que foram realizadas mediante a interrupção do trabalho. O vínculo já construído amenizou a necessidade de cuidado durante a entrevista com a dessimetria social acima mencionada, afinal “[...] o peso de estereótipos, de uma consciência possível de classe” (BOSI, 2003, p. 61) existente entre nós e os cooperados já tinham sido trabalhados durante os meses oito de observação participante anteriores à entrevista.

Na seleção dos cooperados a entrevistar, procuramos envolver pessoas que passaram pela experiência da catação no lixão e acompanhavam o grupo desde o início, outros que estavam há menos tempo na cooperativa

mas possuíam também grande envolvimento com o grupo, membros da diretoria e da administração e cooperados com idades variadas.

As duas primeiras entrevistas foram realizadas após o término da jornada de trabalho, uma delas na casa de uma cooperada. As três seguintes foram realizadas durante o período do trabalho, mas, com consentimento dos cooperados, com a interrupção temporária das atividades. A duração variou de uma hora e quinze minutos a duas horas e meia, sendo que todas foram gravadas em MP3. Durante a conversa procuramos também registrar a comunicação não-verbal do depoente – “gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 36).

O roteiro bastante aberto pareceu contribuir para que, durante a entrevista, os cooperados refletissem sobre o cotidiano de trabalho, suas determinações e repercussões à sua saúde. Como explicita Bourdieu (1999, p. 702), a entrevista requer do depoente um “[...] esforço doloroso e gratificante, ao mesmo tempo, para tornar visíveis as determinações sociais de suas opiniões e de suas práticas no que elas podem ter de mais difícil a reconhecer e assumir”.

O autor sugere ainda que no caso de depoentes “mais carentes” a entrevista pode representar a “felicidade de expressão”, sendo encarada como

[...] uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de **se explicar**, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo (BOURDIEU, 1999, p. 704, grifo do autor).

De fato, nos chamou a atenção a prontidão com que todos os cooperados convidados a entrevista atenderam à proposta, manifestando satisfação por nosso interesse em ouvir e gravar seus depoimentos. Um deles, ex-carrinheiro, se mostrou particularmente feliz e orgulhoso em ser entrevistado.

A partir da escuta da gravação, produzimos um relatório individual de cada entrevista, optando não por uma transcrição completa, mas por preservar ao máximo as falas literais dos cooperados³⁰, seguindo já uma primeira organização que procurou aproximar os conteúdos dos seis pontos do roteiro para facilitar o trabalho analítico posterior.

A exceção deste ordenamento já contido nos relatórios individuais, optamos por não proceder a análise e interpretação individualizada das entrevistas, mas sim por mesclar esse processo diretamente com a redação dos capítulos analíticos, selecionando e aproximando trechos de diferentes entrevistas, ao mesmo tempo em que redigíamos as compreensões mais gerais e estruturávamos os sub-títulos a partir dos destaques dos depoimentos, do material acumulado ao longo do trabalho de campo e das reflexões teóricas.

A aproximação dos conteúdos das entrevistas foi feita sob o cuidado de não perder de vista o lugar de onde falava o depoente, o contexto em que o discurso foi produzido e a comunicação com as outras fontes de informação. Seguindo esse cuidado, a aproximação dos diferentes depoimentos e a indicação de tendências a partir de um único relato foram orientadas pelo entendimento de que o discurso transcende uma perspectiva

³⁰ Foi solicitada a autorização dos depoentes para manter seus nomes verdadeiros, procurando preservar a narrativa o mais próximo possível da “história viva” (e não fictícia) da cooperativa.

individual, informando ao mesmo tempo sobre a cooperativa e o ambiente no qual está inserida. “O discurso é coletivo à medida que cada indivíduo revela de maneira exemplar estruturas, relações entre fenômenos, presentes de diferentes formas nos outros indivíduos” (PAGÉS ET AL, 1987, p. 200).

Desta forma, a prática etnográfica se mostrou coerente também com o objetivo de compreender a relação da cooperativa com os atores de que estão ao seu redor. Afinal, para além da interpretação de um fenômeno circunscrito e de suas relações internas, a etnografia possibilita compreendê-lo em seu contexto social, requerendo para tanto a complementação de informações de outras ordens sociais e elementos externos a situação particular. Assim, ela permite a construção de um “presente histórico”, que comporta antagonismos e contradições:

Constrói-se, assim, um ‘presente histórico’, em vez de um ‘presente sistêmico’. Um presente em que se reconheçam os vestígios e as contradições de múltiplos processos de construção histórica e não um presente que suponha coerência de um sistema social ou cultural acabado (ROCKWELL, 1986, p. 47).

O processo de análise assim concebido permitiu a (re)elaboração teórica a partir da vivência empírica:

As categorias sociais se misturam com o processo etnográfico não apenas como parte do objeto de estudo, mas também como esquemas alternativos que **confrontam, abrem, matizam e contradizem os esquemas teóricos e o senso comum dos pesquisadores** (ROCKWELL, 1987, p. 51, grifo nosso).

É interessante pontuar que, apesar do maior espaçamento das visitas, ao contrário do que prevíamos, o início da realização das entrevistas não demarcou um distanciamento do cotidiano da cooperativa. Em várias visitas continuamos a participar das tarefas diárias, alimentando conversas com os

cooperados e, a partir de julho de 2006, passamos a ser convidados, em diferentes momentos, a acompanhar um pouco mais de perto o novo grupo responsável pela gestão administrativa.

Por conta disso, diferente de nosso desejo inicial, tivemos que nos restringir às cinco entrevistas com os cooperados, dada a falta de tempo para coletar e analisar depoimentos de técnicos da prefeitura³¹, compradores de materiais recicláveis e uma pessoa da *Capital Social*, vislumbrados no plano de pesquisa.

Também a análise documental que pretendíamos fazer para confrontar e complementar o diário de campo e as entrevistas acabou sendo preterida. Não tivemos condições de nos deter ao exame do estatuto de fundação, regimento interno ou documentos administrativos da Coopermape. O levantamento documental se restringiu a estudos já realizados sobre a cooperativa disponíveis na internet e a materiais disponibilizados nos *sites* da prefeitura de Embu e da Ripasa, que contribuíram para amparar o breve resgate histórico da cooperativa (ver capítulo 4).

O largo envolvimento com o cotidiano de trabalho e os cooperados tomou o tempo que dispúnhamos para o trabalho de campo, demandando nossa participação em atividades não previstas inicialmente, mas que se tornaram preciosas e marcantes para a pesquisa.

Exemplos foram a participação em três festas, realizadas em julho, outubro e dezembro de 2006. A primeira foi um churrasco promovido pelos cooperados no próprio galpão. O momento de festa, animação e descontração teve como pretexto a comemoração dos 13 anos de existência

³¹ Cogitamos especialmente entrevistar o secretário ou uma técnica da Secretaria do Meio Ambiente em função da relação mais direta que estabelecem com o grupo.

do grupo, com discursos tocantes de incentivo à união e à continuidade da luta. A última foi uma festa de fim de ano, na qual os cooperados trocaram presentes num amigo-secreto entre o grupo, alguns acompanhados de palavras e gestos afetivos especiais na descrição do companheiro. Em ambas festas nos sentimos prestigiados por sermos a única pessoa externa ao grupo convidada a compartilhar esses momentos de celebração.

O evento promovido em outubro numa churrascaria próxima à cooperativa contou com meses de organização, mobilizando o grupo para a venda dos convites entre amigos, familiares, empresas e a prefeitura. O objetivo era apresentar o trabalho da cooperativa, ampliar os apoios recebidos e arrecadar fundos para compra de alguns equipamentos³². Neste evento foi lançado o novo folder e o *site* da Coopermape, desenvolvidos pela *Capital Social*, uma ONG que presta assessoria a empreendimentos de Economia Solidária, e apresentados slides com um breve histórico da origem do grupo, o detalhamento do processo de trabalho cotidiano, avanços conquistados em 2006 e perspectivas para 2007 – essa apresentação foi preparada a partir da demanda de que contribuíssemos no evento selecionando fotos que vínhamos tirando e foi elaborada em conjunto com parte do grupo e uma pessoa da *Capital Social*.

3. 3) A centralidade inesperada da fotografia

A partir da 8ª visita passamos a utilizar a máquina fotográfica (ora uma máquina automática, ora uma digital) em nossas visitas de campo.

³² Os equipamentos almejados e resultados do evento serão descritos no capítulo V.

Inicialmente, o uso da fotografia não tinha maiores pretensões e imaginávamos apenas que elas nos ajudariam a descrever etapas de trabalho cotidianas e complementar o registro escrito.

Começamos a atentar para o uso da fotografia como uma linguagem, um meio de comunicação precioso e seu potencial narrativo-descritivo (ACHUTTI, 1997) a partir do momento que levamos a alguns cooperados fotografados cópias das fotos tiradas. Se no momento da fotografia muitos pareciam tímidos e fugiam da cena, alegando não gostar de ser fotografados – especialmente no meio do trabalho com os resíduos, ao verem as fotos e receberam-nas de recordação, os cooperados se mostraram orgulhosos, felizes por serem prestigiados e curiosos para ver o restante das fotografias.

Dado o estreito vínculo que foi sendo construído ao longo do trabalho de campo, a partir de março de 2006 passamos a desejar que nossa pesquisa pudesse ser compreendida e partilhada com o grupo todo durante o processo. Apesar de termos nessa época entregue à cooperativa uma cópia do texto preparado para o exame de qualificação e lido alguns trechos para o grupo, tínhamos clareza de que a linguagem escrita não era um veículo acessível a muitos e tampouco atraente para a maioria.

Foi a motivação da devolutiva durante a realização do trabalho de campo e o retorno positivo da entrega de algumas fotografias que nos trouxeram a idéia de montar um painel de fotos (acompanhado de um pequeno texto), remontando cada etapa do processo de trabalho cotidiano.

A experiência de montagem do painel nos permitiu constatar o poder de síntese da fotografia: com cerca de 25 fotos pudemos transmitir nosso olhar sobre o processo de trabalho, que tomou 30 páginas para ser descrito.

A intuição de que esta linguagem seria mais potente para a comunicação³³ foi acertada: na entrega do painel (maio de 2006) os cooperados se amontoaram na cozinha para ver as fotos, comentando a presença de cada pessoa fotografada, as várias etapas registradas e a possibilidade de reconhecer beleza e colorido nas fotos³⁴, apesar das condições precárias, e por vezes até repugnantes, de realização do trabalho cotidiano.

Foi emocionante ouvir a leitura da carta escrita por eles em agradecimento ao painel, especialmente o trecho que mencionava a contribuição de nosso trabalho para o sentimento de “orgulho” dos cooperados em relação ao trabalho cotidiano, possivelmente associado à compreensão que alcançamos e reiteramos nas conversas quanto à complexidade e inteligência envolvida na classificação dos materiais recicláveis e na negociação das cargas: “você nos deu orgulho de tudo que fazemos. Pois nem todo mundo dá esse valor e esse carinho que você nos deu”.

Outra boa surpresa possibilitada pelo uso da fotografia foi a sequência de fotos de rostos de cooperados, com expressões fortes, espontâneas e intensas, tiradas por “*Bacana*” durante a festa de julho, quando, novamente

³³ Como afirma Collier (1973, apud ACHUTTI, 1997, p. 58) “a linguagem não-verbal do realismo fotográfico é mais entendida inter e transculturalmente”. A fotografia vale por mil palavras, “nos leva a milhares de discursos sobre ela, dentro dela, atrás dela, em torno dela. Discursos interiores na maioria dos casos. Discursos do silêncio. Discursos por ela provocados” (SAMAIN, 1997 in ACHUTTI, 1997, p. XVIII). “As fotografias são tecidos, malhas de silêncios e de ruídos [...] são memórias e confidências” (SAMAIN, 1997 in ACHUTTI, 1997, p. XIX). “A fotografia é um aprendizado de observação paciente, de elaboração minuciosa de diferentes estratégias de aproximação com o objeto, de desenvolvimento de uma percepção seletiva, de uma vigilância constante e de prontidão para captar o acontecimento no momento do acontecimento. A dupla capacidade da câmara de subjetivar e objetivar a realidade” (LEAL, 1986 apud ACHUTTI, 1997, p. XXIII).

³⁴ No mesmo dia, o painel foi encapado para evitar estragar as fotos. Depois de ficar alguns dias na cozinha, passou a uma das paredes do escritório de administração.

num ato despretensioso, compartilhamos a máquina digital para que os cooperados ajudassem a registrar a comemoração.

Estas fotos têm uma beleza singular, indescritível e dificilmente teríamos nos permitido ângulos que supõe tanta intimidade para captar não poses ou gestos premeditados, mas expressões espontâneas, autênticas, que parecem revelar características marcantes da trajetória de vida e modo de ser de cada cooperado. “Fotografar é aprender um olhar sobre o outro, este olhar é reificado em uma imagem, imagem esta que tenha o poder de captar olhares de outros [...] O olhar capaz de seduzir outro olhar é sempre perturbador” (LEAL, 1986 apud ACHUTTI, 1997, p. 48). Estas fotos de rostos dos cooperados foram utilizadas na apresentação feita durante o evento de outubro, num gesto de reconhecimento da contribuição de cada trabalhador para o trabalho da cooperativa.

Os pedidos recebidos para que levássemos as fotos da festa de julho ao grupo nos motivaram a pensar numa nova devolutiva, mais uma vez apoiada nas fotografias: combinamos com a diretoria a exibição coletiva de um CD-Rom gravado para a cooperativa com as fotos do processo de trabalho (organizadas nas diferentes etapas), da festa e dos cooperados. Empolgados com o CD, muitos solicitaram cópias individuais e acabamos gravando um exemplar para todos os que tinham DVD ou computador (para nossa surpresa a imensa maioria), acrescentando uma dedicatória pessoal em cada uma.

O coroamento da potencialidade do uso da fotografia no trabalho de campo se deu quando fomos convidados a contribuir na preparação da apresentação do grupo para o evento de outubro de 2006. Foi o painel de

fotos montado em abril que motivou a demanda, num explícito reconhecimento do poder da fotografia para revelar o que aqueles que não acompanham o trabalho cotidiano do grupo não conseguem enxergar. Afinal a fotografia não é uma cópia, um espelho da realidade, “[...] é uma realidade revelada” (ACHUTTI, 1997, p. 47). Ela porta uma intencionalidade e uma mensagem que procura compartilhar significados a partir de um olhar sobre o mundo. A prática fotográfica é uma “produção do visível”, “um discurso visual”.

A elaboração dos slides a partir da seleção das fotos e escolha das seqüências permitiu a construção de uma narrativa na qual as imagens ocuparam lugar central, enquanto o pequeno texto que as acompanhava ajudava apenas a situar mais rapidamente um expectador desabitado ao contexto. Como enfatiza Achutti (1997, p. 69)

[...] cada fotografia deverá ter alguma importância quando “lida” individualmente e, ao mesmo tempo, deverá servir como parte integrante de uma seqüência de fotografias que no seu conjunto possam vir a compor uma das formas de antropológicamente narrar o que é singular.

Assim foi que as fotos extrapolaram o mero apoio à pesquisa imaginado inicialmente e se tornaram centrais para publicizar o processo de trabalho cotidiano, promover a apropriação pelos próprios cooperados deste processo e de seu mérito e se tornaram um importantíssimo instrumento de devolutiva ao grupo.

Apostando mais uma vez em seu poder de comunicação, algumas das fotografias tiradas ao longo do trabalho de campo (em sua maioria presentes na apresentação pública feita em outubro de 2006) foram selecionadas para complementar o texto dos capítulos 4 e 6.

4. SITUANDO A COOPERMAPE EM SEU CONTEXTO

4.1) O município de Embu: das artes ao acolhimento da população de baixa renda expulsa da capital

O município de Embu está localizado a 26 km da capital, na parte sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo³⁵. É 100% urbanizado e possui 70 km², dos quais 60% corresponde a áreas de mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Guarapiranga.

Criado em 1959, a partir do desmembramento territorial dos municípios de Itapequerica da Serra e Cotia, foi reconhecido como estância turística 20 anos depois, constituindo-se em um centro de artes e cultura, com a famosa feira de artes nos finais de semana, que levou o município a ser batizado como Embu das Artes.

Segundo estimativa do IBGE, possuía em 2005 cerca de 240 mil habitantes. Como fica indicado pela alta taxa de crescimento anual desde a década de 90³⁶, a dinâmica de estância turística vem cedendo espaço para a conformação de cidade-dormitório, associada ao crescimento de áreas ocupadas pela população de baixa renda, muitas vezes expulsas da capital pelo alto custo de vida.

Os indicadores socioeconômicos de Embu sugerem um perfil

³⁵ Limita-se a oeste pelo município de São Paulo, a norte por Taboão da Serra, a leste por Cotia e a sul por Itapequerica da Serra. Como curiosidade, registre-se que o nome do município foi originado da expressão guarani Mbay-ra', que significa aquele que vive distante, solitário, apartado.

³⁶ A taxa de crescimento anual do município de Embu foi superior a 5% entre 1991 e 2000 (eram 155.990 habitantes em 1991 e passaram a 207.663 em 2000) e cerca de 3% entre 2000 e 2004 (IBGE), enquanto a capital teve crescimento inferior a 2% na década de 90 e 1% entre 2000 e 2004, sugerindo uma situação de perda de população e tendência de envelhecimento populacional.

municipal de baixas condições de vida, pouco melhores que o município vizinho de Itapecerica da Serra, mas piores que Taboão da Serra. Segundo dados do IBGE, em 2000, 40,7% dos responsáveis de domicílio tinham renda média familiar per capita de até dois salários mínimos; havia 8,5% de domicílios com crianças menores de 14 anos, onde os responsáveis tinham menos de quatro anos de estudo e cujo rendimento domiciliar era inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo³⁷; 55% dos domicílios tinham mais de dois moradores por dormitório e 27% possuíam formas de esgotamento sanitário inadequadas. Cabe apontar que, frente à tendência de crescimento acentuada inclusive após 2000, com aumento de moradias precárias na região periférica do município, é possível supor uma tendência de piora desse quadro.

Vale ainda chamar atenção para a baixa receita municipal per capita em 2003, de apenas R\$ 480,00, significativamente inferior aos R\$ 602,00 de Itapecerica e os R\$ 773,00 de Taboão da Serra (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN).

A baixa receita municipal, associada a um perfil socioeconômico precário, parece conformar um território bastante desfavorável para a crescente população de baixa renda, tendendo a tornar os serviços públicos disponíveis insuficientes para o atendimento da demanda por saúde, educação e transporte.

³⁷ Esta proporção foi batizada pelo IBGE de “Índice de Vulnerabilidade” e, como se vê, é produto da combinação de 3 indicadores cujos dados foram coletados no Censo Demográfico de 2000. Este Índice procura apontar a proporção das famílias que se encontram em situação de precariedade de renda e escolarização e que possuem crianças no domicílio. Para que se tenham parâmetros de comparação, este índice era de 8,8% em Itapecerica, 6,2% em Taboão e 5,4% em São Paulo.

4.2) Um breve panorama nacional da insustentabilidade da produção e descarte de resíduos sólidos e a responsabilidade do poder público frente ao problema

No atual estágio do capitalismo, a produção de mercadorias em uma escala nunca vista e a expansão ilimitada do consumo conduzem a uma crescente e insustentável produção e descarte de resíduos.

O crescimento populacional e o adensamento urbano ocasionaram não apenas uma maior produção de resíduos, como também uma mudança em sua composição: há uma tendência de redução da proporção de orgânicos em relação às embalagens potencialmente recicláveis. As mudanças nos hábitos alimentares, com redução da utilização de alimentos frescos e aumento de produtos industrializados, as tendências mundiais de utilização intensiva de embalagens³⁸, produção de objetos de baixa durabilidade e o incentivo ao consumo de produtos supérfluos têm gerado um contínuo aumento do volume de material descartado pela sociedade, potencializando ainda mais o problema da destinação dos resíduos.

Se enquanto os resíduos descartados eram essencialmente fruto de matéria orgânica bastavam soluções mais simples – como destinação para uma área não próxima às zonas de moradia e cobertura com terra para acelerar o processo natural de decomposição e evitar o alastramento de odores – o aumento de plásticos, latas, papéis e vidros têm exigido soluções mais complexas e eficazes na destinação final dos resíduos sólidos.

³⁸ Para maior detalhamento do crescimento do uso de embalagens de vidro, plástico e alumínio, bem como seus potenciais e retornos financeiros no processo de reciclagem, ver Conceição (2003).

Contudo, lamentavelmente, em 2000, 64% dos municípios brasileiros continuavam utilizando lixões como unidades de destino final de resíduos³⁹. 37% do volume total de resíduos coletados diariamente no Brasil⁴⁰ eram destinados a aterros controlados, 36% a aterros sanitários, 21,3% a lixões e apenas 3,9% a compostagem ou triagem.

Apesar do quadro de conseqüências ambientais insustentáveis encontrado na maioria dos municípios brasileiros, é importante registrar que a erradicação dos lixões como unidades de destino final e a recuperação da área degradada está amparada em lei. A Lei de Crimes Ambientais (LEI FEDERAL nº 9.605/98), regulamentada pelo Decreto nº 3.179/99, classifica como crime a “[...] poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana”, decorrente, entre outras infrações, do “[...] lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos [...]”, prevendo reclusão de um a cinco anos do responsável pelo crime (LEI FEDERAL nº 9.605/98, Art. 54, inciso V). O Decreto sinaliza ainda uma multa de R\$ 1 mil a R\$ 50 milhões, a depender do laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente após a identificação da dimensão do dano decorrente da infração (DECRETO nº 3.179/99, Art. 41).

³⁹ Vale observar que a Região Metropolitana de São Paulo apresentava indicadores significativamente melhores do que média nacional: 62% dos resíduos coletados eram destinados a aterros controlados, 30% a aterros sanitários e 6% a estações de compostagem ou triagem (PNSB, IBGE).

⁴⁰ A PNSB (IBGE) aponta que, em 2000, coletava-se no Brasil cerca de 228 mil toneladas de resíduos domiciliares por dia. A região sudeste responde por 50% (141 mil toneladas) do volume total de resíduos coletados diariamente. Entre as cerca de 105 mil toneladas correspondentes ao Estado de São Paulo (75% da região sudeste), 79% deste volume é relativo a Região Metropolitana de São Paulo (83 mil toneladas diárias).

Além da adequação das unidades finais de destinação dos resíduos – fechamento de lixões, recuperação de áreas degradadas e implantação de aterros sanitários – o contínuo aumento de sua produção desafia o poder público a buscar alternativas para a minimização, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos gerados diariamente.

Diante deste desafio, têm se tornado recorrentes iniciativas de prefeituras que procuram aliviar a carga de resíduos destinados aos aterros por meio da realização de campanhas que incentivam a separação dos resíduos orgânicos e inorgânicos na fonte geradora para coleta seletiva e a destinação dos inorgânicos à reciclagem.

Em 2003, 78 municípios brasileiros possuíam iniciativas de coleta diferenciada de resíduos recicláveis (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005)⁴¹. Do total de 167 iniciativas, 71 eram lideradas pelo poder público, 68 por associações e cooperativas de catadores, 18 por empreendedores privados e 10 por outros agentes (associações de moradores, organizações religiosas etc)⁴².

Vislumbrando o horizonte de ampliação dos programas públicos de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos é importante lembrar de um Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional, que prevê a instituição da *Política Nacional de Resíduos Sólidos*, complementar à Lei Federal nº 9.605/98. Um dos pontos de debate em torno desse Projeto,

⁴¹ O *Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2003* foi feito a partir de uma amostra de 191 municípios brasileiros, dos quais 132 responderam à pesquisa, predominando municípios de maior porte populacional.

⁴² Retomando a discussão presente no capítulo 1, o diagnóstico admite que para além destas iniciativas organizadas, [...] o recolhimento diferenciado de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis ocorre de maneira difusa, pela **ação anônima e precária de catadores**, que atuam tanto nas áreas urbanas quanto nos lixões existentes, e **alimentam uma rede informal (e igualmente difusa) de agentes intermediários, que promovem seu progressivo redirecionamento para as indústrias que deles se utilizam em seu processo produtivo, quer como matéria-prima, quer como insumos** (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005, p. 45, grifo nosso).

discutido pelos mais diversos setores da sociedade civil organizada, representando os distintos interesses envolvidos na cadeia da reciclagem, passa pela obrigatoriedade dos municípios com mais de 100 mil habitantes implantarem iniciativas de reaproveitamento de recicláveis priorizando as organizações de catadores existentes.

Segundo Grimberg (2004), a valorização de sistemas públicos com inclusão social deve expressar-se na Política Nacional de Resíduos Sólidos por meio de três aspectos:

[...] 1) do reconhecimento do catador como profissional apto a realizar a coleta seletiva, triagem, beneficiamento, comercialização e reciclagem de materiais reaproveitáveis, orgânicos e inorgânicos; 2) da destinação de recursos federais e estaduais prioritariamente para aqueles municípios que implementarem sistemas de recuperação de recicláveis integrando os catadores de lixões e de ruas, organizados em cooperativas ou associações autônomas; 3) e do apoio do poder público municipal a programas de capacitação técnico-gerencial e também de formação para o desenvolvimento integral dos catadores e catadoras para atuarem como profissionais independentes e ao mesmo tempo remunerados.

Além de ter se tornado uma fonte de renda para trabalhadores do circuito inferior da economia, que alimenta as indústrias recicladoras com os insumos necessários para o processo de transformação, a reciclagem traz também benefícios sócio-ambientais à coletividade e econômicos ao poder público. Ao retornarem à cadeia produtiva para serem reciclados, papéis, vidros, plásticos e metais (38% do peso total dos resíduos gerados) diminuem o volume destinado aos aterros sanitários, permitindo o prolongamento de sua vida útil e viabilizando a redução dos gastos públicos com a destinação final dos resíduos. Além disso, reduzem os impactos ambientais à medida que diminuem a necessidade de extração de recursos naturais e os riscos de contaminação do ar, do solo e dos recursos hídricos.

Grandes cidades como Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Santo André, Diadema, Embu e tantas outras vêm promovendo campanhas de educação ambiental como parte de políticas públicas para a gestão de resíduos sólidos em interface com programas de geração de renda, incorporando catadores e trabalhadores desempregados na triagem, classificação e comercialização dos materiais recicláveis originários da coleta seletiva, conforme uma das proposta apresentadas no Projeto de Lei para instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos acima mencionada.

Cabe lembrar que no âmbito da política municipal de gerenciamento de resíduos sólidos é freqüente a terceirização dos serviços de coleta convencional, na qual se observa regularidade na contratação de um pequeno número de empresas, sugerindo poderosos *lobbies* e fazendo lembrar recorrentes denúncias de irregularidades no processo licitatório e de improbidade administrativa nos contratos (infelizmente raramente investigadas). Estas empresas, que consomem vultuosos recursos públicos, usualmente recebem por quantidade de lixo coletado e justo por isso tendem a ser fortemente contrárias à implantação de programas públicos de coleta seletiva – já que a coleta seletiva implica redução do seu faturamento na coleta regular –, especialmente quando não são envolvidas nessa nova modalidade de coleta, como é o caso do município de Embu, que delega esse serviço a Coopermape.

4.3) Apontamentos sobre a gestão de resíduos sólidos no município de Embu e o fechamento do lixão

Em 2000, a coleta convencional e regular de resíduos sólidos alcançava 98,5% dos domicílios de Embu (Censo Demográfico, IBGE). Ela é realizada por uma empresa terceirizada contratada pela prefeitura.

Em 2002, coletava-se diariamente cerca de *125,8 toneladas de resíduos domiciliares*, o que correspondia a cerca de 610 gramas por habitante (CETESB, 2002). Esta produção per capita está dentro dos parâmetros estabelecidos pela Cetesb para os municípios entre 200 e 500 mil habitantes⁴³.

A respeito dos custos da coleta regular de resíduos, cabe lembrar que no Brasil “é quase genérica a fragilidade das estruturas municipais de controle de custos dos serviços de limpeza urbana” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005, p. 19). A pesquisa de 2003 confirmou a grande amplitude de custos da coleta regular já observada em 2002, contabilizando valores que iam de R\$ 14 a R\$ 131 por tonelada, sem que se observasse “qualquer correlação aparente com a variação da população urbana⁴⁴” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005, p. 19) ou mesmo com a terceirização ou a administração direta dos serviços.

No caso do município de Embu, segundo cálculo feito a partir de dados referentes ao ano de 1998, a prefeitura remunerava R\$ 46 por tonelada à empresa terceirizada que realizava a coleta convencional e tinha

⁴³ O índice de produção de resíduos per capita criado pela Cetesb para auxiliar o estabelecimento de parâmetros segundo porte populacional, estabelece que municípios com população urbana de até 100 mil habitantes tendem a gerar 400g/dia, ao passo que aqueles entre 100-200 mil tendem a 500g/dia, os entre 200-500 mil a 600g/dia e os maiores de 500 mil habitantes tendem a 700g/dia.

⁴⁴ A pesquisa analisou os dados subdividindo os municípios em 8 estratos segundo porte populacional (menores de 5 mil; 5-30 mil; 30-50 mil; 50-150 mil; 500-1,5 milhão; 1.5-3 milhões e mais de 3 milhões de habitantes).

um custo de operação do aterro de R\$ 21 por tonelada depositada (RIZPAH, 2003a).

Até 1993, a unidade final de destinação dos resíduos coletados era um lixão a céu aberto, próximo a Rodovia Regis Bittencurt, utilizado desde 1980. Apesar de localizado em área de proteção de mananciais, foi depósito de lixo domiciliar, industrial e hospitalar durante estes 13 anos (RIZPAH, 2003a).

Em 1994, em respeito à Lei Federal nº 9.605/98, a prefeitura fechou o lixão, iniciando a implantação do programa público de coleta seletiva⁴⁵. O programa-piloto foi implantado em julho, com abrangência de 15% dos domicílios, algumas escolas e empresas (RECICLOTECA, 1999). O programa público de coleta seletiva consumia, em 1999, 2,3% do orçamento da limpeza pública da prefeitura, e era tido como “exemplo de experiência bem-sucedida” por promover benefícios ambientais e a inclusão social (RECICLOTECA, 1999).

Além da realização de campanhas periódicas estimulando a adesão à coleta seletiva, mudas (criadas no viveiro de plantas municipal) são oferecidas aos doadores que levam seus resíduos aos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), visando estimular a separação nos domicílios e a doação de materiais recicláveis. Semestralmente, folhetos são anexados à conta de água, esclarecendo a forma de gerenciamento de resíduos sólidos do município e a frequência da coleta seletiva. Outras estratégias utilizadas são a divulgação na imprensa local e o trabalho educativo nas escolas

⁴⁵ Inicialmente, o programa foi gerido pela Coordenadoria do Meio Ambiente, na época vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento. Em 1997, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que passou a coordenar a coleta seletiva através da Divisão de Educação Ambiental, sendo o programa rebatizado de “Nem Tudo é Lixo” (Recicloteca, 1999).

(RECICLOTECA, 1999).

A coleta seletiva porta-a-porta, realizada semanalmente em domicílios, escolas e empresas, abrangia em 1999 cerca de 35% do município, alcançando perto de 60 bairros. Ela é complementada por pontos de entrega voluntária (PEVs) em escolas municipais e estaduais, empresas e Sociedades Amigos de Bairros.

As obras para recuperação da área do lixão foram concluídas em 1999⁴⁶, dando origem ao aterro sanitário atual, cuja previsão inicial de vida útil foi estendida de dois para oito anos (RIZPAH, 2003a).

4.4) O trabalho no lixão e o apoio da prefeitura para a estruturação da cooperativa

Em 1993, cerca de 80 pessoas (incluindo crianças e adolescentes) catavam materiais recicláveis no lixão a céu aberto, trabalhando em “condições de extrema insalubridade” (WITTMANN, 2003). Uma das cooperadas entrevistadas, que trabalhou durante cerca de 10 anos no lixão, indicou um número bastante superior de trabalhadores atuando na catação e fez breve menção ao ambiente insalubre: *“Era muita gente, tinha mais de 500 pessoas dentro do lixo, junto com porco, com galinha, com cavalo...com tudo”* (Ana, cooperada que pertence ao grupo há 13 anos).

Muitos destes trabalhadores iniciaram a catação no lixão para viabilizar a sobrevivência da família e era comum levar os filhos pequenos ou adolescentes para ajudar no trabalho. Esta é a história de Andrea, hoje

⁴⁶ Após dois anos de estudos, as obras foram iniciadas em 1997 com recursos do governo estadual por meio do Programa Guarapiranga.

com 26 anos e responsável pelo setor de “logística” da Coopermape. Com nove anos ela passou a catar recicláveis no lixão com a mãe e o tio, após o pai ter ficado desempregado. Apesar das condições indiscutivelmente degradadas de trabalho, se refere do período do lixão em tom nostálgico:

Na época do lixão eu era criança, criança com responsabilidade, né? Com nove anos eu sabia que eu tinha minha responsabilidade de dar uma força pra minha mãe pra levar comida pra dentro de casa, porque meus outros irmãos era tudo menor [...] vinha trabalhar cedo, vinha eu, minha mãe, meu tio. A gente trabalhava todo dia, de segunda a sexta, das oito até 2 horas da tarde, porque 3 horas eu ia pra escola, na época eu tava na 4ª série [...] Era uma época boa, a gente ganhava dinheiro pra caramba [...] Eu catava os materiais finos e vendia, o dinheiro era meu, era uma comédia! Daí eles fazia carga fechada, dava a maior grana [...] era bacana, eu gostava de trabalhar no lixão, tenho saudade (Andrea).

Andrea chegou a se emocionar durante a entrevista ao falar deste período, especialmente ao lembrar dos companheiros de catação:

[...] a gente aprendeu a conviver com as pessoas, sabe? Por mais que eles bebiam, eles eram umas pessoas bacanas, eu tenho saudade deles, sabia? Muitos morreram, muitos foram embora... Eu tenho saudade deles... Hoje não seria a mesma coisa... [se emociona] Um tempo que a gente era feliz e não sabia... Não tinha fofoca, não tinha maldade... Era um tempo gostoso.

A única lembrança negativa que ela parece guardar da época do lixão está relacionada ao preconceito e humilhação que sofria na escola, levando-a a interromper os estudos:

Quando eu ia pra escola também a raiva que dava era que...muitas vezes eu parei de estudar por causa disso, os moleques ficava falando 'ah, lixeira' [...] Chegava na escola, os moleques zoava, aí dava raiva, eu desanimava da escola... (Andrea)

Na época do trabalho no lixão, a comercialização dos materiais recicláveis coletados pelos trabalhadores era feita no próprio local a atravessadores: *"A gente catava o material reciclável no meio do lixão e vendia tudo junto para os atravessadores, que tinham balanças aqui mesmo"* (depoimento de Maria, mãe de Andrea, colhido por Wittmann, 2003).

Em 1994, diante do fechamento do lixão e o impedimento da continuidade da catação, a prefeitura cedeu um terreno para construção de um Centro de Triagem de Materiais, que funcionou também como um Posto de Entrega Voluntária. Segundo Rizpah (2003b), que auxiliou a estruturação da cooperativa enquanto trabalhou na prefeitura do Embu, *"A retirada do primeiro grupo para o Centro de Triagem causou revolta, exigiu muita negociação, força policial e acompanhamento do Conselho Tutelar"*. Muitos não tinham documentação e o índice de alcoolismo era alto.

Entre 1994 e 1995, os trabalhadores que se dispuseram ao trabalho associativo foram cadastrados e deslocados para o Centro de Triagem, onde passaram a trabalhar na separação e comercialização do material proveniente do programa público de coleta seletiva, sendo o recurso obtido com a venda repartido igualmente.

Em seu depoimento, Ana reafirmou a resistência de boa parte dos trabalhadores a deixarem o lixão e aderirem ao trabalho associativo no Centro de Triagem. Ao mesmo tempo, destacou que ela e outros oito trabalhadores que vieram a fundar a cooperativa *"topamos logo de cara, porque vai indo, vai indo, chega um tempo que cê cansa, né?"* (Ana).

Há muitas possíveis explicações para a resistência dos trabalhadores em deixarem a catação no lixão e aceitarem o trabalho em centros de triagem apoiados pelo poder público. Entre as mais comumente citadas estão a dificuldade de adaptação ao trabalho coletivizado, a necessidade de seguir acordos envolvendo a limitação do uso da bebida e a mudança na periodicidade da remuneração (não mais diária, como a maioria dos catadores está habituada quando trabalha com carrinhos ou em lixões).

Há porém uma razão objetiva bastante forte, mencionada no depoimento de Andrea, e que causa surpresa por contrariar a idealização do trabalho associativo/cooperativo: a diminuição da renda. É freqüente o argumento de técnicos e pesquisadores de que o catador que trabalha individualmente alcançaria uma remuneração inferior à conseguida com o trabalho coletivizado em associações ou cooperativas. Retomando a aposta mencionada no capítulo 1, o pressuposto que sustenta o argumento – que aparece também entre as reivindicações do MNCMR – é que em função da maior quantidade de materiais envolvida na transação e da disponibilidade de infra-estrutura para agregação de valor, os trabalhadores organizados conseguiriam reduzir parte da intermediação da cadeia da reciclagem e assim alcançariam melhor preço na comercialização.

Contudo, segundo Andrea, apesar de comercializarem os recicláveis aos atravessadores sem que fosse feita a detalhada classificação de cada tipo de material ou a prensagem, naquela época sua família (mãe, pai, tio e ela) conseguia uma renda bastante superior à atual retirada mensal da Coopermape:

[...] a gente que já tinha uma responsabilidade, um objetivo], o meu pai tirava, se fosse hoje na faixa de uns R\$ 5 a R\$ 6 mil do lixão por mês, em torno disso (Andrea).

Como frisou em seu depoimento, esta renda era alcançada ao custo de uma jornada de trabalho e dedicação bastante extensas e intensas, envolvendo inclusive finais-de-semana e períodos noturnos, quando a concorrência na catação era menor.

Nem mesmo a hipótese de que há 10 anos atrás o material reciclável descartado fosse mais abundante (principalmente os chamados materiais finos, como as latinhas e o papelão), associado à menor concorrência com os diversos atores hoje atuantes no mercado da reciclagem⁴⁷, parece dar conta de explicar a grande variação na renda estimada por Andrea. Ela afirmou que uma pessoa que deixou o grupo para catar no lixão de Itapecerica da Serra consegue hoje uma renda de R\$ 800 a R\$ 1000, mais de duas vezes superior à retirada mensal da Coopermape e com uma jornada diária de 6 horas (das 16hs-22hs).

Andrea atribui esta diferença na renda ao maior empenho pessoal da colega que trabalha no lixão: *“Ela dá o trampo, né? É o tal negócio, a pessoa é esforçada, gosta de trabalhar, correr atrás, a tendência é só ganhar e tem que administrar, porque ganhar, ganha, viu?”*. Sugeriu que a necessidade de repartir o faturamento entre todos os cooperados, arcar com as despesas associadas à formalização do empreendimento e a dedicação desigual ao trabalho na cooperativa expliquem o porque da remuneração inferior.

⁴⁷ Como mencionamos na apresentação, hoje a disputa por recicláveis envolve também grandes redes de supermercado, condomínios e empresas, que não mais descartam ou doam os materiais “finos”, mas os reverterem eles mesmos em renda.

Buscando incentivar a adesão dos trabalhadores que atuavam no lixão de Embu ao trabalho coletivizado, nos primeiros meses da transição a prefeitura forneceu cestas básicas aos catadores, cursos de formação para crianças e adolescentes, incentivou e assessorou o processo de organização da cooperativa e cedeu um caminhão e um motorista para a coleta seletiva. Ana destacou a importância do apoio da prefeitura nesse momento inicial para a estruturação do grupo:

O prefeito, nos primeiros três meses, pagava um salário, cesta básica, vale-transporte...era só alegria! Aí depois de três meses a gente começou a caminhar com as pernas da gente, sabe? A gente ficou lá embaixo [refere-se ao espaço utilizado pelo grupo no Parque Industrial] acho que oito anos. Depois montou o galpão lá em cima [atual], uns queria subir, outros não queria, queria ficar lá embaixo, mas o ponto tinha que ser aqui em cima, aí a gente subiu, aí foi até agora a luta.

A infra-estrutura inicial do programa foi mantida até 1996, quando o caminhão-carroceria foi substituído por dois caminhões-baú, passando a coleta seletiva a abranger 30% do município (Recicloteca, 1999).

Em 1997, foi oficialmente fundada a Cooperativa de Reciclagem de Matéria-prima de Embu – Coopermape, contando com o apoio da prefeitura, do Sebrae-SP, da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo (Ibraes)⁴⁸. Segundo o folheto distribuído na campanha “Separe que tá limpo” a Coopermape foi criada com o objetivo de oferecer dignidade para

⁴⁸ A partir de uma pesquisa no buscador “Google”, foram encontrados 121 registros para Coopermape. O material documental recolhido na internet indica que em 2000 a Coopermape teria recebido apoio do Ibraes, tendo sido uma das 150 beneficiárias do “Projeto de Desenvolvimento da Gestão Solidária e Coletiva”, criado pelo Ibraes por meio de investimento de R\$ 1,5 milhão do Programa Trabalho e Cidadania, da Fundação Banco do Brasil. Após a realização de um diagnóstico inicial da cooperativa, teriam oferecido um curso de capacitação em cooperativismo e de organização e gestão cooperativa, seguido de um plano de ação, “que abordou o mercado, custos dos materiais e clientes potenciais”. O apoio consistiu ainda em 6 visitas de acompanhamento.

dezenas de pessoas que tiravam seu sustento do lixo. A campanha visava diminuir a quantidade de resíduos sólidos encaminhados ao aterro e impulsionar o desenvolvimento da Coopermape.

Atualmente, além do galpão anexo ao aterro sanitário do município – cedido desde 2000 – a prefeitura disponibiliza três caminhões e três motoristas para a coleta seletiva, a grande balança eletrônica da entrada do aterro para pesagem dos caminhões, uma prensa, duas empilhadeiras e arca com despesas de combustível, água e luz. As ações de educação ambiental permanecem sendo promovidas pela Secretaria de Meio Ambiente, ao passo que a assessoria à cooperativa é realizada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do município de Embu.

Seguem fotos do período inicial e do galpão atualmente utilizado.

Catação na época do lixão

Início da organização do grupo: o primeiro caminhão utilizado, o famoso “*verdinho*”

Visão externa do aterro sanitário e do galpão, avistados da estrada que se comunica à Rodovia Regis Bittencurt.

Visão frontal do galpão utilizado desde 2000.

4. 5) Os dois sub-grupos de trabalhadores da Coopermape: diferenças e semelhanças

O material disponível na internet sobre a Coopermape e a pesquisa de campo indicam que o número de cooperados variou ao longo dos quase dez anos de existência formal da cooperativa. Quando fundada em 1997 contava com 20 cooperados, passando a 30 em 1998 e chegando a 38 em outubro de 2006.

A rotatividade de cooperados foi apontada por Rizpah (2003a) como uma das maiores dificuldades da cooperativa. Ao longo do trabalho de campo, assistimos à saída de cerca de 20 trabalhadores. Diferente do que se poderia esperar, a maior parte dos desligamentos (e mesmo o absenteísmo) não parecem estar ligados às condições precárias de trabalho ou a indisposição para se sujeitar ao trabalho com os resíduos, mas sim à baixa remuneração. A maioria dos ex-cooperados que assistimos deixarem a cooperativa pertenciam a ela há mais de um ano, sendo que alguns deles faziam parte do grupo desde o período do lixão ou do trabalho no centro de triagem. Quase metade dos desligamentos que presenciamos ao longo de mais de um ano de trabalho de campo ocorreram nos meses em que a Coopermape atravessou uma séria crise administrativa, que repercutiu na queda e irregularidade da retirada mensal⁴⁹.

Entre os trabalhadores da cooperativa chama a atenção a parcela desproporcionalmente grande de mulheres, trabalhadores muito jovens, negros e pessoas com mais de 45 anos e baixa escolaridade.

A presença significativa de trabalhadoras de baixa escolaridade e

⁴⁹ Este ponto será retomado e discutido no capítulo 5.

negras reafirma a maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho brasileiro enfrentada por mulheres pobres e com menor escolaridade, especialmente as negras, conforme destacado por Abramo (2005).

Desde o início, o grupo é majoritariamente composto por mulheres, sendo que várias delas trabalharam na catação no período no lixão. Entre as cerca de 22 mulheres hoje cooperadas, há algumas com idade entre 40-60 anos, outras com cerca de 30 anos e várias jovens. Quase todas elas são mães, várias engravidaram ainda adolescentes e muitas têm mais de três filhos.

Entre os cerca de 13 homens, predominam os jovens (alguns com passagem pelo sistema prisional) e há poucos com mais de 40 anos. Três são ex-carrinheiros e passaram a integrar a cooperativa após o período em que a Coopermape administrou o primeiro Ponto de Entrega do Catador (PEC). O ex-presidente da Associação de Catadores de Embu pareceu idealizar o trabalho coletivizado, criticando o imediatismo dos catadores e seu modo de pensar:

Não é fácil andar na rua com a carroça... Tem dia que cê tira um bom dinheiro, tem dia que cê não tira... É difícil... E a maioria é tudo pé de cana, pega pra tomar pinga, não é capaz de organizar... Eu já tinha uma idéia do que era cooperativa na minha cabeça [...] eu queria fazer uma associação lá era pra crescimento, pra gente juntar o grupo [...] só que tava esbarrando em pessoas que eram pequenas demais em pensamento [...] a mente dos catadores é cada um por si, eles não pensam igual a nós aqui [...] Eu penso o bem pra mim e pros meus companheiros, mas tem uns que pensavam o bem pra ele e eu zero, então por aí que é um perigo [...] aqui pensa em grupo [...] A Coopermape aqui são quase 40, mas nós pensamos todo mundo ali, e o ganho tá cada dia ganhando mais, todo mundo unido, se cair cai todo mundo, se subir sobe todo mundo, se der certo vai dar pra todo mundo (Seu Tarcísio).

Até a entrada dos ex-carrinheiros, as trajetórias de trabalho permitiam identificar basicamente dois subgrupos de trabalhadores. Por um lado o grupo que há 13 anos catava no lixão, trabalhadores mais velhos que há muitos anos perderam o vínculo com o trabalho formal ou mais jovens que nem chegaram a constituí-lo (caso dos na época crianças e adolescentes que acompanhavam a famílias na catação).

Por outro lado, uma maioria de pessoas desempregadas moradoras do município de Embu, que encontraram na cooperativa uma forma temporária de gerar renda até que consigam um trabalho com melhor remuneração ou o almejado emprego com carteira assinada. Nesse segundo sub-grupo predominam pessoas jovens, que trabalharam como domésticas, vigias e *office-boys*, ou que não tiveram qualquer experiência de trabalho anterior. A rotatividade nesse subgrupo é mais freqüente e há casos de cooperados que retornaram à cooperativa após terem sido demitidos.

O sub-grupo originário do lixão, no entanto, parece ver na cooperativa um horizonte mais largo, associado à contínua luta pela sobrevivência e à valorização das conquistas nos vários anos de pertencimento ao grupo, além de ser rara a expectativa de conseguir um posto de trabalho assalariado.

O depoimento de Ana é expressivo para ilustrar que não apenas a dificuldade de arranjar outro trabalho – associada à baixa escolaridade e a faixa etária superior a 50 anos – mas também o envolvimento, a dedicação e a participação ativa na história da fundação da cooperativa e dos 13 anos de luta do grupo contribuem para que os trabalhadores que cataram no lixão permaneçam na cooperativa, mesmo que também atravessem períodos de enfraquecimento da esperança de melhoria: “*Eu creio que eu vou mais*

tempo ainda, sabe? Às vezes eu quero sair, mas aí no meio da hora eu falo 'não, não saio', porque eu dei o meu sangue aqui, sabe? Não quero sair, enquanto eu tiver um caco de vida eu tô aqui dentro”.

Andrea, que passou parte da infância na catação no lixão e acompanha o grupo desde o início, também demonstrou a forte ligação com a Coopermape. Apesar de acreditar que tenha condições de conseguir um trabalho melhor, afirmou que seu sonho é ver a cooperativa crescer, só admitindo sair quando conseguir realizá-lo:

Eu fico aqui porque é carinho, o sonho de ver isso aqui crescer. Já falei, só saio daqui o dia que a Coopermape tiver bem, aí sim eu vou procurar meu destino lá fora [...] Cada um tem um potencial, não é verdade? E eu sei que se eu fizer minha correria, voltar a estudar, correr atrás, eu consigo outro serviço lá fora. Mas eu não quero, nessas condições que a Coopermape tá hoje não. Agora quando ela tiver bem aí eu falo 'fui, já arrumei outro negócio melhor, vou ganhar muito, trabalhar pouco' [ri] [...] Por enquanto eu tô tentando batalhar junto com as meninas, a gente fazer de tudo pra crescer... (Andrea)

Contudo, é importante destacar que no sub-grupo que integrou a cooperativa após sua fundação e não passou pela experiência da catação no lixão há também alguns cooperados, como Érica e Cláudia, que demonstram forte ligação com a cooperativa e parecem compartilhar do projeto de fazê-la crescer.

Érica, que está na cooperativa há cinco anos, valoriza como diferenciais positivos do trabalho na cooperativa a inexistência do risco de demissão, a não subordinação a um patrão e a igualdade política entre os cooperados:

[...] o bom de trabalhar aqui é isso, a gente só sai se a gente quiser. Você fazendo tudo direitinho no serviço cê nunca vai ser mandado embora, então é uma garantia que a gente tem que não tem em outro lugar. E a gente que precisa e depende

do serviço, aqui é um serviço garantido [...] [em casa de família] a gente tem que fazer do jeito que a pessoa quer, porque se ela tá te pagando... É muita exigência deles, o jeito da gente trabalhar tem que ser rígido e aqui não, aqui a gente se sente bem mais à vontade, todo mundo igual, todo mundo trabalha junto, ninguém fica mandando, é bem melhor.

Tal como Érica, Cláudia também enfatizou a segurança e a relação mais horizontal dos cooperados como uma qualidade importante do trabalho na Coopermape:

Eu não tive a oportunidade de trabalhar em outros lugares, mas se for pra eu sair daqui pra enfrentar uma casa de família, patrão, essas coisas, eu acho que eu não... Eu prefiro aqui ainda. Aqui a gente tem a liberdade de falar, de dar opinião, de tentar mudar isso, mudar aquilo... E em outro lugar cê não tem isso, você tem que ser do jeito que eles querem, né? (Cláudia)

Antes dedicada aos cuidados da casa e à criação dos filhos, Cláudia deixou claro em seu depoimento o significado de emancipação pessoal que o trabalho na cooperativa possuía para ela:

[...] quando eu era dona de casa, cuidava dos filhos, dependendo de marido...eu sempre achava que eu nunca seria capaz de arrumar emprego. Não queria tá casada, queria me separar [...] e eu sem esperança nenhuma de arrumar emprego pela escolaridade e tudo... Aí foi quando surgiu a oportunidade de trabalhar aqui, aí eu agarrei, agarrei e não consigo sair [...] quando eu consegui trabalhar aqui, no lixo que seja, mas foi o que eu consegui, aí eu comecei ver gente, comecei ver o meu valor como pessoa, coisa que eu já tinha perdido... E é uma coisa que eu não tenho vontade de sair daqui por isso: medo de voltar a ser o que era antes... (Cláudia, grifo nosso)

Por desacreditar a possibilidade de conseguir outro trabalho, dada a falta de experiência prévia, a baixa escolaridade e o fato de já não ser tão jovem, Cláudia vislumbrava um horizonte largo na cooperativa e mostrava disposição para contribuir para a melhoria da condição existente:

[...] às vezes acontece muita coisa aqui, a gente fica chateado, tudo, porque não tem outro meio, então toda minha confiança tá aqui, tenho meus filhos pra cuidar, tudo depende de mim, se não for aqui, vai ser de que maneira? Por isso que eu luto pra que aqui melhore.

A homogeneidade entre o sub-grupo de trabalhadores que catou no lixão e o que vê na cooperativa predominantemente uma forma temporária de gerar renda aparece quando se enfoca a lacuna da escolaridade. Em ambos, constata-se que muitos trabalhadores interromperam os estudos na primeira parte do ensino fundamental (antes da 4ª série) ou nos primeiros anos do segundo ciclo (5ª e 6ª série). São raros os cooperados que concluíram o ensino médio. Um deles é a atual presidente, que permaneceu por muitos anos na função de tesoureira por ser a única que tinha as qualificações minimamente necessárias para o trabalho financeiro.

A baixa escolaridade parece restringir os horizontes profissionais dos cooperados. Entre os que seguem buscando emprego, vemos que as ocupações buscadas são marcadas por uma relação de subordinação e hierarquia – vigia, doméstica, carreira no exército etc -, porém aparentemente capaz de oferecer maior retorno financeiro e regularidade na remuneração mensal, extensão de benefícios trabalhistas como INSS, auxílio-transporte, cesta básica etc, além do almejado registro em carteira, que possibilita o acesso ao crediário, recurso freqüentemente utilizado pelos trabalhadores para aquisição de bens. Em nossas conversas cotidianas, apenas duas cooperadas revelaram o desejo/sonho de cursar uma faculdade.

Diferente de muitos grupos organizados de catadores, na Coopermape nenhum dos cooperados é morador de rua. Vários fazem grandes esforços mês a mês para pagar o aluguel de imóveis ou cômodos e alguns têm casa

própria, geralmente no entorno da cooperativa, em bairros periféricos. As casas das três cooperadas que visitamos eram simples, de alvenaria e ficavam em bairros vizinhos ao aterro sanitário. Em uma delas muitos dos objetos decorativos foram adquiridos durante a etapa de triagem dos resíduos.

Boa parte do grupo atual guarda entre si alguma relação de parentesco: mães que cataram no lixão e trouxeram os filhos para a cooperativa, trabalhadores que são irmãos, cunhados, sobrinhos e companheiros. Como nos chamou a atenção uma cooperada em conversas durante o trabalho, as relações de parentesco contribuem para a composição e aumento da renda familiar.

A seguir vêm-se fotografias de alguns cooperados, em sua maioria tiradas por “*Bacana*”. Por ordem de aparecimento: Dona Ana; Preta e Judith; Andrea; Érica; Áurea; Sandra Faustino; Carmem; Seu Tarcísio; Clayton, Cris, Diogo, Bacana, Samuel e Marcelo.

5. A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DA AUTOGESTÃO NO COTIDIANO: OS AVANÇOS E LIMITES NA CAPACIDADE DE CONTROLE E AUTONOMIA NO TRABALHO

Neste capítulo procuramos discutir a capacidade da Coopermape para controlar o processo de trabalho em um ambiente no qual está sujeita às instabilidades do mercado da reciclagem e à relação com diversos atores públicos e privados, orientados por interesses distintos e, como se verá, possuindo diferenciado poder de pressão sobre a cooperativa.

A figura abaixo procura simbolizar o ambiente no qual a Coopermape está insere, indicando os diversos atores com os quais ela interage direta ou indiretamente e que serão mencionados ao longo do capítulo.

Por enquanto basta atentar para a complexa trama de relações envolvida. O sentido das flechas é intencional e tenta indicar visualmente os “*inputs*” e “*outputs*” da organização do trabalho na Coopermape. O sentido das cores das flechas está simbolizado na legenda à esquerda da figura, ao passo que a legenda à direita procura destacar os atores do circuito inferior e do superior da cadeia da reciclagem que foram mencionados ao longo do trabalho de campo.

5.1 Autogestão: a contínua experimentação cotidiana e a árdua construção da igualdade política

As atribuições legais e formais de gestão de um empreendimento cooperativo (cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro e conselheiros fiscais eleitos em assembléias anuais de sócios) ajudam muito pouco a compreender o cotidiano de administração de uma cooperativa como a Coopermape. De muito pouca valia seria também avaliar a conformidade da cooperativa aos princípios do cooperativismo ou às definições do que venha a ser um empreendimento autogestionário.

Assumimos como pressuposto que, mais do que a adequação às formalidades ou definições pré-existentes, o que pode relevar o quanto um

empreendimento se aproxima ou não da autogestão – nos basta entendê-la como gestão pelos trabalhadores, como o termo explicita –, possui maior ou menor autonomia e controle sobre a organização do trabalho é o acompanhamento do cotidiano e a atenção às formas de tomada de decisão.

Especialmente em cooperativas populares como a Coopermape esse pressuposto parece bastante importante, afinal as formalidades legais guardam larga distância do cotidiano vivido. Nesse sentido, cabe observar que as reuniões reconhecidas pelos cooperados como assembléias são aquelas realizadas mensalmente para prestação de contas, mas o cotidiano autogestionário é bastante mais vivo do que esse mero formalismo, sujeito à contínua reorganização do processo de trabalho e experimentação de espaços de participação.

Quando começamos a acompanhar a cooperativa, eram promovidas reuniões de homens e mulheres, que segundo uma das cooperadas entrevistadas visavam melhorar a produtividade do trabalho: *“As reunião das mulheres era só pra chamar a atenção das mulheres. E a dos homens era só pra falar do caminhão”* (Ana). Essas reuniões por gênero perderam o sentido e deixaram de existir.

De maneira semelhante, as reuniões diárias nas quais a diretoria *“passava tudo que tinha acontecido no dia”* e se falavam das dívidas, realizadas por demanda dos cooperados entre o fim do ano de 2005 e início de 2006 (das 16:40 às 18:30/19hs), motivadas pelas queixas de falta de transparência nas decisões da diretoria durante o período de ápice da crise financeira e queda das retiradas, deixaram de existir a partir do momento em que a situação financeira foi sendo reequilibrada e a maioria optou por

chegar mais cedo em casa.

Desde março de 2006, a situação financeira da cooperativa vem sendo compartilhada com os cooperados nas reuniões mensais, ao passo que os conflitos interpessoais parecem ter reduzido a partir de maio com a reorganização da gestão⁵⁰, que vem possibilitando um maior diálogo cotidiano na divisão do trabalho. A atual vice-presidente reforçou que tal como eram realizadas as reuniões diárias ampliavam os conflitos interpessoais e o desgaste entre os cooperados:

[...] não dava certo. Aí a gente decidiu parar com essas reuniões e passar só o necessário, passar assim ó 'essa semana a gente conseguiu vender tanto, entrou tanto de dinheiro, saiu tanto de material, ainda tá faltando tanto pro pagamento', só mesmo serviço, porque às vezes a gente começava a falar e aí um falava 'ah, mas tal fulano hoje fez isso, isso e isso', aí a pessoa 'ah, não fiz não' e aí começava a briga... Aí se a gente não tivesse parado com as reuniões, qualquer hora ia sair uma briga lá na cozinha. Aí a gente parou e agora mesmo é só serviço (Érica).

Assim, as assembleias voltaram a ser realizadas uma vez por mês, salvo quando há alguma questão que tem que ser resolvida com urgência (como a compra da perua), quando todos são chamados à cozinha.

Também as mudanças na diretoria indicam que cotidiano segue em descompasso com as formalidades. Embora pelo estatuto da cooperativa elas estejam previstas para ocorrer a cada quatro anos, ao longo da história da Coopermape as alterações de cargos administrativos foram muito mais frequentes do que o previsto formalmente.

Durante o trabalho de campo, em menos de um ano e meio presenciamos três distintas configurações na “diretoria” – como é chamada pelos cooperados e identificada nos avisos e informações publicizadas na

⁵⁰ Esse ponto será discutido adiante (ver item 5.4).

cozinha e nos banheiros. A primeira delas contava com três mulheres que cataram no lixão e sofreu alteração na presidência em função de aspectos formais⁵¹: na época a cooperativa buscava financiamento num banco para quitar dívidas acumuladas e a presidente não podia assinar os documentos por estar “*com o nome sujo*” – situação recorrente entre trabalhadores de classe média-baixa, que assumem financiamentos e não conseguem quitá-los⁵². Foi feita então uma “*eleição de boca*” e outra cooperada que também está no grupo desde sua origem assumiu temporariamente a presidência. Em meados do primeiro semestre de 2006, uma nova diretoria foi eleita: a anterior tesoureira tornou-se presidente, uma cooperada jovem que está na cooperativa há cinco anos assumiu a vice-presidência e uma cooperada que vinha auxiliando a *diretoria* no momento de crise tornou-se tesoureira.

É neste cotidiano vivo da organização autogestionária, permanentemente reconstruído a partir dos problemas que se apresentam a cada situação e do aprendizado conquistado com as experiências coletivas, que os trabalhadores procuram enfrentar o **duplo desafio** característico da gestão de um autêntico empreendimento econômico-solidário: viabilizar a logística capaz de assegurar um faturamento mensal que permita o rateio entre os cooperados, passando pela gestão financeira e contábil (dimensão econômica) e, concomitantemente, lidar com os conflitos interpessoais invariavelmente presentes, com atenção às necessidades dos trabalhadores, compartilhando informações e promovendo um processo democrático de

⁵¹ Não são raros nesses quase 10 anos de existência formal casos em que os nomes da Ata da Assembléia Ordinária anual (que deve ser registrada na Junta Comercial pela Lei do Cooperativismo) não correspondem aos cooperados que efetivamente exercem a função de “*diretoria*”.

⁵² Como bem destacou Santos (2004) ao analisar o circuito inferior da economia urbana, a “função do crédito, indispensável à sobrevivência das famílias e também dos negócios, ressalta a importância do **endividamento** em todos os níveis. Numa economia em que o dinheiro líquido é indispensável, mas raro, a **usura** torna-se uma prática freqüente” (SANTOS, 2004, p. 229, grifos do autor).

tomada de decisões (dimensão social).

Na história da Coopermape, às oscilações do mercado da reciclagem – que impõem a contínua revisão da logística e limitações ao faturamento – somam-se a falta de uma adequada formação para a gestão administrativo-financeira e as fragilidades do grupo de trabalhadores para construir um cotidiano efetivamente autogestionário em meio a um ambiente no qual estão presentes pesados jogos de forças, tantas vezes divergentes do interesse da cooperativa.

A forma adotada até maio de 2006 para estabelecimento do valor da retirada fixa expressa a lacunar formação para a gestão administrativo-financeira. Aparentemente, a referência foi estabelecida a priori, a partir de uma remuneração desejada pelos cooperados, sem se fazer acompanhar do cálculo do faturamento mensal e planejamento da logística necessários para atingi-la⁵³.

Quanto às fragilidades do grupo para construção do cotidiano autogestionário, além da dificuldade de superação da postura patrão-empregado e da relação hierárquica – ilustrada na concentração de poder na figura do presidente por anos, parece estar presente também certa ingenuidade para identificar o jogo de forças e interesses tanto no interior da cooperativa, como, principalmente, na relação com os atores externos. Sem conseguir antever esse jogo de forças e interesses divergentes, o grupo parece ter que passar por experiências bastante difíceis e desestabilizadoras para aprender com as amargas consequências.

Caso exemplar de uma experiência negativa na gestão interna é uma

⁵³ Esse ponto voltará a ser abordado mais adiante (ver item 5.4).

mulher que foi eleita presidente em 2003. O caso parece demonstrar até que ponto a gestão pôde chegar a ser centralizada e impor um ritmo, distribuição e sobrecarga de trabalho absolutamente penosas em nome de um interesse pessoal travestido de coletivo pela sedução de maior retorno financeiro a médio prazo.

Enquanto um trabalhador temporário e uma técnica da Secretaria do Meio Ambiente elogiaram o empenho desta ex-presidente na ampliação da relação de compradores e busca por melhores condições de comercialização, os cooperados se referiram a ela com pesar, dado o ritmo excessivo e sobrecarga de trabalho impostos e da postura adotada na relação com os trabalhadores, que passaria por “*gritar com todo mundo*”, mal-tratar as pessoas e intimidá-las, reduzindo o espaço de diálogo e sendo sua palavra “*sempre a última a ser dita*”.

O depoimento de uma das cooperadas entrevistadas permitiu entender que essa mulher se elegeu presidente do grupo ao conquistar um respeito associado à maior escolaridade. Essa autoridade em seguida permitiu o abuso completo de poder e o desvio de recursos da cooperativa:

[...] ela fazia maioria. Quer dizer, ela tinha mais estudo, ela tinha mais liberdade pra se expressar... Então todo mundo vivia...achava que ela sabia mais do que todo mundo... Então no caso ela fazia promessas de mundos e fundos, todo mundo acreditava nela...tratava ela tipo como um Deus, né? [...] Iludia nós todas lá fora: 'melhora disso, melhora daquilo'...era uma ilusão [...] ela só queria ver dinheiro, dinheiro, dinheiro e fazia nós de escravo mesmo (Cláudia).

Prometendo a composição de um fundo que seria partilhado entre os cooperados no fim do ano, impôs uma carga e um ritmo de trabalho extenuante (com extensão da jornada de trabalho, que chegou a ir das 8hs às 3hs), ameaçando reduzir a retirada dos trabalhadores que não dessem conta

da meta estabelecida por ela para um certo intervalo de tempo.

Reunindo informações de cooperados que eram amigos dessa mulher, aos poucos o grupo descobriu que o dinheiro resultante do esforço de trabalho de todos não estava sendo poupado no tal fundo, mas sim desviado e utilizado pela ex-presidente para o próprio divertimento. Foi somente em 2004 que o grupo se articulou e conseguiu destituí-la do cargo e desligá-la da cooperativa:

E nós achando que o dinheiro tava guardado pro fundo... E nós trabalhando feito escravos... Foi aí que as próprias amigas delas contou, viam a situação e acharam que não era justo. Foi aí que começamos a bolar um plano de desmascarar ela. Aí foi o que aconteceu. Esse dinheiro do fundo é um dinheiro que ela guardou muito mesmo, só que é um dinheiro que nós não vimos nunca mais (Cláudia).

Contudo, não são apenas casos extremos de abuso de poder como este que explicam a rotatividade na gestão. Ela guarda também relação com a fragilidade da construção do interesse coletivo do grupo e com as consequências e conflitos gerados pelas diferentes diretrizes estabelecidas por cada *diretoria* frente ao desafio de compatibilizar a dimensão econômica e social. Algumas gestões administrativas parecem priorizar o faturamento mensal a qualquer custo, outras dedicam maior atenção às questões interpessoais. Quando iniciamos o trabalho de campo, ao contrário da gestão anterior, a então presidente era elogiada por alguns cooperados pela boa relação estabelecida com os trabalhadores, manifestando preocupação inclusive com a realocação de cooperados que sofriam agravos à saúde para tarefas de menor sobrecarga. Por outro lado, a diretoria vinha recebendo queixas recorrentes relacionadas à imputada má administração de recursos financeiros, materializada nos atrasos e diminuição da

remuneração mensal dos cooperados.

Uma das cooperadas entrevistadas sugeriu que as mudanças frequentes na diretoria seriam um entrave aos avanços da cooperativa em função da descontinuidade de uma linha de gestão e à consolidação de um horizonte compartilhado pelo coletivo: “[...] *nunca foi uma diretoria só, sempre vem mudando e cada pessoa que pega, leva de um jeito... Uma num consegue, a outra faz dívida demais, não consegue pagar, deixa, quando a outra entra começa a pagar...*” (Érica).

As decisões sobre a retirada ou possíveis adiantamentos são, como se poderia esperar, as que mais envolvem conflitos. Alguns cooperados afirmam enfaticamente que as regras têm que ser aplicadas igualmente para todos, sem qualquer distinção por ser da diretoria, ter parentesco com quem está nos cargos de gestão, ou ainda pelos questionados critérios de maior necessidade econômica:

[...] não gosto, não aceito ver nada errado. Que nem tem uma lei lá que diz que não tem vale pra ninguém, não tem dinheiro adiantado pra ninguém. [...] Se elas [diretoria] adiantar dinheiro pra uma delas, mesmo da presidência, da família ou de quem for, o negócio fica estreito, eu não gosto... Ou tem pra tudo, ou não tem... Se deu R\$ 100, não dá pra dar R\$ 10, dá R\$ 2, dá R \$3 pra cada um e pronto. Não: 'fulano tá apertado, tá precisando pra conta de água, luz'... Eu também tenho, se eu dou meus pulos, a gente se vira, por que eles não podem? Eu não gosto de sacanagem (Ana).

Comparando com o período do lixão, quando os conflitos eram explicitados e imediatamente resolvidos, nem que fosse necessário apelar para a força física, Andrea mencionou a dificuldade do trabalho coletivo na cooperativa: “*Trabalhar em grupo é difícil, tem que ter uma paciência... Na época do lixão não, se alguém embaçasse, cê já sentava o braço, aqui cê*

não pode fazer isso. Os caras já puxavam a peixeira, já vinham com aqueles rastelos". Por outro lado, destacou como pontos positivos do trabalho na Coopermape a estabilidade e o "*respeito da sociedade*" pelo trabalho realizado, mas voltou a apontar como negativo a baixa remuneração obtida.

Outra dificuldade enfrentada é assegurar que todos os cooperados se comprometam e se dediquem ao trabalho cotidiano, especialmente tendo em vista a opção pela retirada igualitária e de valor fixo, independente do grau de empenho de cada cooperado e da variação econômica dos resultados do trabalho a cada mês. Visando garantir o empenho individual de todos os cooperados para possibilitar o alcance do faturamento necessário para viabilizar a retirada fixa e o pagamento das despesas mensais, há uma regra do regimento interno que prevê que "o cooperado que não estiver comprometido com o trabalho, só receberá 70%" da retirada. Porém, Andrea disse que essa penalidade não chegou a ser aplicada: "*a gente ainda não colocou em prática, mas a gente sempre alerta as meninas, porque a gente não descarta a possibilidade... Que é uma mão-de-obra e eles tem que ter responsabilidade, né? Senão fica difícil...*".

Outra forma curiosa encontrada para promover o "*rendimento*" dos trabalhadores é a reapropriação da função dos chamados "*fiscais*". Aparentemente essas figuras foram criadas para adequar a cooperativa à legislação⁵⁴, porém, ao invés da atribuição de fiscalizar a prestação de contas, os cooperados chamados de "*fiscais*" procuram estar atentos, em paralelo à realização das atividades comuns cada qual no seu setor, para

⁵⁴ A lei do cooperativismo determina que, junto à eleição, na Assembléia Ordinária, dos cargos de presidente, vice-presidente e tesoureiro, sejam eleitos seis membros para compor o Conselho Fiscal, sendo 3 deles suplentes.

desequilíbrios na dedicação ao trabalho cotidiano e chamam atenção de trabalhadores que “*fazem corpo mole*”.

Assim, vemos que o trabalho na cooperativa não isenta os trabalhadores da pressão pela produtividade ou por vezes pelo aumento do ritmo de trabalho, porém a grande diferença é que essa pressão (quando existe) está baseada na tentativa de assegurar o alcance de uma meta comum e compartilhada: a retirada mensal, que materializa a apropriação igualitária do faturamento resultante do empenho coletivo e não o lucro do patrão.

Cabe lembrar, no entanto (como vimos no capítulo 1), que se no interior da cooperativa não há reprodução da desigualdade na divisão dos resultados do trabalho, “da porta para fora” a Coopermape permanece sujeita à desigual apropriação dos resultados do trabalho na cadeia da reciclagem, submetendo-se a intermediários que fazem a ponte com o circuito superior, no qual os grandes aparistas e indústrias recicladoras se beneficiam do trabalho precarizado dos atores do circuito inferior para alcançar seus lucros.

Nos limites da fronteira da cooperativa, a nova administração parece estar conseguindo melhor compatibilizar as dimensões econômica e social. Sobre a dimensão social, Andrea sugeriu que a nova diretoria conseguiu estabelecer uma maior comunicação com o atual grupo de cooperados, evitando o acirramento dos conflitos cotidianos:

[...] hoje é tranquilo, hoje com as meninas a gente tem bastante comunicação, a gente não tem briga entre a gente, quando uma não chega bem, a gente senta e já conversa: 'pô, o que que tá acontecendo, o que pode tá fazendo...?'. Nossa, melhorou muito em questão de diálogo [...] O grupo que se formou hoje tá 85%, tá 10, tá maravilha! Não existe

fofoca, não existe diz-que-me-diz, sabe? [...] eu tô gostando, eu tô apostando muito nesse grupo que a gente tá hoje (Andrea).

Ela acredita que o maior entrosamento do grupo seja fruto do acordo feito pela diretoria com os novos cooperados desde sua entrada, orientando para que os questionamentos e insatisfações fossem expressos no ato, evitando o acúmulo de queixas e a ampliação de desgastes interpessoais.

A maior abertura ao diálogo cotidiano do novo grupo responsável pela administração não implica ausência de divergências, como Andrea explicita que ocorrem em relação à divisão de tarefas. Responsável pelo setor de “logística” na reorganização da gestão introduzida desde maio de 2006, Andrea elogia a postura do grupo ao contra-argumentar a divisão de trabalho proposta por ela:

O grupo ele fala, ele questiona, o bom é isso, que hoje eles questiona [...] falo assim 'oh, é pra vocês fica aqui hoje', daí eles fala 'ah, a gente não vai ficar não porque a gente tem que dar conta disso aqui hoje' ou [eu falo] 'não vai fazer verdinho⁵⁵ hoje', [e o grupo responde] 'a gente vai fazer sim, senão amanhã como é que vai ficar?'. Quer dizer, eles questiona, eles sabe, eles discute bastante, e isso que é o bom do grupo, eles não abaixa a cabeça e vai fazer igual muito gente fazia, abaixava a cabeça, ia, fazia e depois ficava 'é, que num sei que, que só quer mandar' [imita tom de reclamação]. Hoje não tem isso (Andrea).

Andrea parece valorizar a contribuição do grupo na tomada dessas pequenas decisões cotidianas, promovendo o planejamento dialógico-discursivo da divisão do trabalho:

⁵⁵ O “verdinho” corresponde a etapa de triagem, sendo assim chamado porque no passado o caminhão que fazia a coleta seletiva era de cor verde (ver foto no capítulo 4). O nome “pegou” e até hoje a etapa de triagem é chamada assim, apesar dos caminhões terem sido trocados há anos.

Às vezes eu tenho uma visão, eles tem uma melhor do que eu e eu sempre tô procurando respeitar [...] Eu nunca procuro tomar uma decisão sozinha, eu sempre peço a opinião de quatro, cinco, seis, o máximo que eu puder, deixar as pessoas falar 'oh, gente, eu tô pensando em fazer assim, o que que cês acham?', sempre tem umas pessoas que não gostam, mas a maioria acaba aceitando, que é o bem pra todo mundo. Quando não, eles expõe uma idéia melhor e eu respeito (Andrea).

Em seu depoimento, a atual vice-presidente também destacou o empenho da nova gestão para ampliar a transparência administrativa e a maior participação e entrosamento dos cooperados. Segundo ela, na época da diretoria anterior os cooperados ficavam apartados das informações e decisões:

[...] a gente não tinha acesso nenhum aqui no escritório, a gente não sabia de nada, era muito difícil isso... E quando chamava uma de nós aqui no escritório, já vinha todo mundo com o coração na mão, porque 'ai, vai me mandar embora'⁵⁶, ou vai me dar uma suspensão'... E hoje em dia não, todo mundo entra, todo mundo conversa, a gente não deixa de passar nada, em momento algum... Se entrou R\$ 0,10 nós fala 'entrou R\$ 0,10, nós fez isso com os R\$ 0,10', sempre todo mundo tá sabendo (Érica).

Ela acredita que a maior transparência e abertura tem contribuído para melhorar o relacionamento com os cooperados e demonstrou sensibilidade para tratar de demandas específicas de alguns trabalhadores:

O dia que precisar ficar até mais tarde, a gente fica, todo mundo brincando no serviço, uns cantando, fazendo bagunça [...] [se] ela [a pessoa] tá trabalhando, tá fazendo a parte dela direitinho, o que a gente puder ajudar... Como num remédio, tem gente que traz receita aqui, ou então fala 'oh Érica, eu tô com duas faltas, será que não dá pra descontar

⁵⁶ Cabe pontuar que numa cooperativa é indevido dizer que um trabalhador pode ser “mandado embora”, mas existe a possibilidade de desligamento. Quanto à suspensão, na Coopermape ela implica ser descontado no dia de trabalho, tendo a retirada mensal reduzida. Durante o período de campo, nos apercebemos dela ser adotada uma única vez, no caso de um cooperado que foi visto (em mais de uma situação) bebendo durante a jornada de trabalho, em desrespeito a uma regra do regimento interno.

mês que vem? Se descontar esse mês vai me quebrar, porque eu tenho aluguel, água, luz, pago pra cuidar das crianças...', aí eu falo 'tudo bem, então a gente desconta uma falta o mês que vem, no outro mês a gente desconta outra, mas tenta não fazer isso de novo não' [...] e assim a gente vai levando nosso dia-a-dia (Érica).

Sobre o processo de decisão adotado pela nova gestão administrativa, Andrea afirmou que as decisões são sempre tomadas pelo coletivo nas assembléias mensais e reuniões na cozinha: *“É passado o problema pra todo mundo e é decidido em assembléia, todo mundo tem direito de opinar [...] todo mundo tem que tá a par do que acontece e aí é quando é passado, a diretoria não toma decisão sozinha”*.

Contudo, aparentemente nem todas as decisões são compartilhadas e decididas pelo coletivo. Nas entrevistas houve críticas aos critérios de seleção de novos cooperados, sugerindo que a diretoria privilegiaria pessoas com as quais guarda relação de parentesco ou amizade – foram mencionadas duas cooperadas que teriam sete ou oito parentes trabalhando na cooperativa.

Uma das cooperadas entrevistadas atribuiu parte dos conflitos cotidianos justo ao maior poder implícito de trabalhadores que têm vínculos de parentesco ou amizade entre si. Ela se queixou de que, por não pertencer essa “*maioria*”, seus argumentos e sugestões seriam desconsiderados e ainda que a “*maioria*” ofereceria retaguarda às decisões, mesmo que não fossem as mais acertadas.

A dificuldade do exercício cotidiano da autogestão, permeada de conflitos e de situações em que as decisões não são orientadas por uma avaliação e um planejamento mais objetivo, fez a trabalhadora desejar uma situação na qual a gerência/administração fosse feita por uma pessoa

externa à cooperativa, sem nenhum vínculo pessoal que interferisse na gestão ou no trabalho cotidiano, almejando uma tomada de decisão neutra.

Embora haja indícios de que nem sempre as decisões tomadas pelo grupo foram embasadas em uma avaliação prévia suficientemente cuidadosa e num planejamento que considerasse os recursos financeiros disponíveis, o tempo e a dedicação dos trabalhadores, nossa hipótese é de que essa lacuna não se deve ao fato de privilegiar o ponto-de-vista de alguns em detrimento de outros, mas sim da grande dificuldade de conciliar no cotidiano autogestionário as dimensões econômica e social, em comunicação com as condicionalidade externas.

A complexidade para prever a combinação deste conjunto de forças divergentes e ponderar qual decisão tomar exige grande habilidade e supõem dispor de um tempo e de uma clareza dos interesses envolvidos nem sempre existente. Por todas estas exigências que deveriam embasar a tomada de decisão, não parece surpreendente que os impactos negativos das opções feitas só sejam passíveis de identificação no curso da ação, levando, então, à revisão da decisão.

Exemplos são a compra da perua e a administração do PEC. Apesar do mérito de buscar uma solução complementar à coleta seletiva feita pelos caminhões da prefeitura – diante da ameaça de redução do número de caminhões e da inviabilização da coleta de doações e comercialização das cargas e ainda da possibilidade de fazer a coleta noturna, aproveitando recicláveis dispensados pelo comércio – foi somente após comprar a perua usada que o grupo se deu conta de que a decisão de comprá-la foi precipitada, uma vez que a perua se mostrou incapaz de atender às

expectativas de ampliar a retirada de doações em empresas e no comércio em função do alto custo da gasolina, da necessidade de constante manutenção e da baixa capacidade de suportar o peso de recicláveis, acabando por ser encostada ao lado do galpão.

Porém, o caso mais dramático em termos das consequências negativas de uma decisão assumida pela diretoria sem conseguir antever os prós e os contras foi a administração do Ponto de Entrega do Catador (PEC) (ver item 5.3).

5.2 As limitações impostas pela prefeitura: a permanente ameaça e possíveis contra-argumentos

Se na origem da Coopermape a intervenção da prefeitura foi fundamental para viabilizar a constituição do grupo e a infra-estrutura da cooperativa (como vimos no capítulo 4), nos últimos anos ela vem sendo sentida pelos cooperados predominantemente como uma cobrança por melhores resultados e como uma ameaça permanente de verem tomados os meios de produção utilizados.

Uma das cooperadas entrevistadas enfatizou que Gina Rizpah Besen, na época coordenadora do programa municipal de coleta seletiva, cumpriu um papel essencial fundação da cooperativa, sendo lembrada por ela em tom de admiração e saudosismo:

Ela [Rizpah] corria atrás mesmo, sabe? Pro interesse mesmo da Coopermape [...] Ela que deu a idéia, ela que montou, ela que fez tudo isso, sabe? Foi uma pena ela ter saído... (Ana)

Segundo Ana, o projeto do atual galpão utilizado desde 2000 foi

idealizado na época de Rizpah, que teria também negociado um empréstimo para a compra dos equipamentos que antes ficavam no Parque Industrial: *“compramos tudo que uma firma precisa”*.

Após a saída de Rizpah, que, segundo relatos, ocorreu em função de mudanças na gestão municipal, o acompanhamento da Coopermape pela prefeitura parece ter deixado de visar os interesses da cooperativa.

Relatos de técnicos da Secretaria do Meio Ambiente sugerem que o prefeito eleito em 2000 (e reeleito em 2004) “foi muito resistente à continuidade do programa, uma vez que não estava havendo uma ampliação do número de famílias beneficiadas” (BESEN, 2006, p. 103). O relato dos técnicos vem ao encontro das observações de nosso trabalho de campo e de depoimentos de cooperados entrevistados, como se verá a seguir.

Atualmente o acompanhamento da prefeitura em relação a Coopermape está focado na pressão pelo desvio de maior quantidade de resíduos do aterro sanitário e no interesse pessoal do atual prefeito em ampliar os resultados alcançados pela cooperativa a fim de associá-los à marca de um governo que promove a preservação dos recursos naturais do município e a inclusão social⁵⁷.

A fala do prefeito numa das últimas visitas a Coopermape, reproduzida por uma das cooperadas entrevistadas, mostra a falta de compreensão das dificuldades vividas pela cooperativa para compatibilizar as dimensões econômica e social da autogestão e, especialmente, para enfrentar as oscilações e assimetrias do mercado da reciclagem. Diante

⁵⁷ Alguns cooperados ironizaram o prêmio de “empreendedor social” recebido pelo atual prefeito (Geraldo Cruz) em função do apoio à cooperativa, no qual os cooperados sequer saíram na fotografia. Enfatizaram o empenho do prefeito em buscar premiações como essa, nas quais a experiência da Coopermape é apresentada como um caso bem sucedido de inclusão social que gera benefícios ambientais.

delas, o empenho pessoal no trabalho e a ambição de alcançar uma retirada maior, insinuados na fala do prefeito como lacunares, ficam muito aquém da logística administrativa necessária para superação das dificuldades:

O prefeito ele veio aqui e falou mesmo que ele tá decepcionado. Ele quis dizer que tá decepcionado porque há 12 anos de cooperativa...pra gente tá ganhando...tá só com esse número de pessoas... porque ele esperava ter mais de 100 famílias aqui dentro, não pessoas, famílias e ganhando R\$ 700, R\$ 800, R\$ 1000 cada um... Ele ficou muito decepcionado com nossa retirada de R\$ 300, R\$ 300 e pouco [...] mais uma vez jogou na cara os caminhões que ele empresta, o galpão que ele empresta [...] ele quer que a gente tenha o nosso próprio lugar, o nosso próprio caminhão, porque...pode ser que daqui a um ano ele tome tudo, porque aqui é um patrimônio público, ele deixou bem claro, não é nosso e não é de ninguém, ninguém é dono, é um patrimônio público (Cláudia).

O ponto-de-vista do prefeito causou um sentimento de indignação em vários cooperados, principalmente tendo em vista que poucos meses antes a Coopermape atravessava uma grave crise financeira largamente aprofundada pelo arranjo proposto pela prefeitura para administração do PEC⁵⁸, frente a qual os cooperados e a diretoria, à custa de muito esforço e dedicação, começavam a reconquistar o reequilíbrio das contas da cooperativa e esperanças de melhora.

Cabe ressaltar que, segundo os cooperados, a postura do atual secretário do Meio Ambiente, que parece alcançar maior compreensão do processo de trabalho cotidiano, é distinta da do prefeito:

⁵⁸ Ver próximo subitem.

*O João [secretário do Meio Ambiente] ele é até fácil de entender, só que quando ele passa isso pro prefeito, o prefeito não vê dessa forma, ele acha que a gente já tá aqui há 13 anos e a gente tinha que tá estruturado pra fazer...pegar todas as filiais [PECs], ter dinheiro pra isso, ter dinheiro praquilo... Mas não funciona assim... **Só mesmo a gente que tá aqui no dia-a-dia que vê, as pessoas que tão aqui que vê como é difícil**, num é só olhar e... porque **o prefeito**, eu falei pro João, ele tem uma imaginação assim: ele olha, ele pensa que é aquilo e pronto e acabou e ele quer daquele jeito [...] ele **acha que de um arrastão cê faz um fardo...** (Érica, grifo nosso)*

Érica também deixou claro os efeitos negativos da constante pressão da prefeitura, sinalizando a dificuldade administrativa trazida pela inexistência de uma relação formal, amparada em um instrumento jurídico, que poderia oferecer maior estabilidade à cooperativa quanto à infraestrutura cedida para o trabalho cotidiano, sem ter que se submeter às ameaças de tomada repentina dos equipamentos e do galpão. A formalização da relação entre a prefeitura e a Coopermape poderia inclusive contribuir para a construção de caminhos emancipatórios, intensamente almejados também pelos cooperados (ao contrária da posição acomodada insinuada pelo prefeito):

*[...] sempre quando a gente tá correndo, quando a gente tá conseguindo, aí tem esse outro lado que entristece muito a gente... A gente começa a se desesperar e até mesmo já falamos pra ele [secretário do meio ambiente] '**quando a gente tá conseguindo chegar lá, vocês mesmo jogam um balde de água fria em nós**, falando que vai tirar o caminhão...' [...] que a gente tem que se virar, andar com as próprias pernas [...] E hoje é que a gente tá conseguindo colocar tudo em dia, mas mesmo assim **sempre tem essa pressão em cima da gente e a gente fica com um pé lá na frente e outro atrás, nunca pode confiar...** (Érica, grifo nosso)*

Como reforça Andrea, de fato a utilização da infra-estrutura cedida pela prefeitura coloca a Coopermape numa posição de submissão ao poder

público municipal, tendendo a anular seu poder de barganha na negociação e a restringir as possibilidades de trabalho da cooperativa: “A gente acaba ficando submisso a eles, fazendo o que eles querem... A gente fica num beco sem saída...”. Ela atrela a reversão dessa sujeição à conquista dos meios de produção próprios:

[...] a gente tem capacidade sim, a gente vai correr atrás do nosso objetivo, a gente vai conseguir. E chega de ficar levando 'ah, vou tirar'. A gente não quer isso. A gente vai correr atrás de conquistar nosso espaço, nossos caminhões... (Andrea).

Érica enfatizou que o caminhão próprio pode abrir novas possibilidades de entrada de materiais, hoje não possíveis pela limitação do acordo envolvendo o uso dos caminhões da prefeitura:

[...] o que a gente mais queria era poder ter o nosso caminhão porque a gente perde muitas empresas boas, lugares que é no Taboão, em Itapequerica, que a gente não pode coletar que eles [prefeitura] não permitem. E com isso a gente perde muito e com o nosso próprio caminhão, a gente pode andar pra tudo quanto é lugar (Érica).

Ela esclarece os interesses divergentes entre a prefeitura e a Coopermape na definição do itinerário e horário de circulação dos caminhões:

[...] o interesse deles [prefeitura] é a diminuição do lixo no município. Eles não pensam assim que a gente depende do material pra gente, eles querem que diminua o lixo. E pra gente é interessante, porque quanto mais material tiver, melhor é. Só que eles querem que seja só aqui [Embu] e a gente não pode ir pra outro lugar. E com o nosso caminhão, a gente podia fazer dois, três turnos diferentes, trabalhar à noite... Já com o caminhão deles a gente não pode fazer nada disso. Tem que tá ali, debaixo das asas deles, aquele horário, tem que ser naqueles lugares... Se for pra outro e eles ficarem sabendo eles já chamam a atenção...e sempre sob pressão (Érica, grifo nosso).

Assim como Érica, Cláudia parece ter clareza de que o apoio da prefeitura a Coopermape não está orientado pelo compromisso do poder público municipal com a geração de trabalho e renda para trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, mas sim atende a interesses da própria prefeitura, especialmente a diminuição da quantidade de resíduos diariamente destinada ao aterro sanitário e o prolongamento de sua vida útil.

São duas lógicas distintas que tendem a se chocar: os trabalhadores da cooperativa priorizam os meios para ampliar a geração de renda, enquanto a prefeitura vislumbra a ampliação da abrangência da coleta seletiva nos domicílios de Embu e a diminuição do índice de rejeito, visando a redução da quantidade de resíduos destinados ao aterro sanitário, independentemente do processo de trabalho implicado e do valor de cada tipo de material reaproveitável no mercado da reciclagem.

Apontando para um argumento importante para a Coopermape, Cláudia enfatizou que a contribuição do trabalho da cooperativa para o alcance desse objetivo maior da prefeitura deveria ser levada em conta pelo prefeito:

[...] ele tem que ver também que o tanto de material que já entrou aqui... Se pegar o balanço de todos os quilos... O lixão, o aterro tá dessa altura hoje, mas se não tivesse a reciclagem ia ter acabado, né? Só que isso eles não reconhecem [...]

Comparando o benefício para o poder público municipal do trabalho realizado pela Coopermape com o serviço da empresa terceirizada contratada pela prefeitura para a coleta convencional, ela afirmou que o apoio da prefeitura não deveria ser encarado como um favor, mas sim como uma remuneração indireta pelos serviços de coleta seletiva e triagem

prestados:

*A prefeitura paga pra ENOB [empresa que faz a coleta convencional] pra ela recolher o lixo, num paga? Então, nós também recolhemos lixo! [a rigor resíduos reaproveitáveis] E cadê o nosso? A gente faz... Não é uma coisa de jogar na cara... **Do mesmo jeito que eles pagam pra ENOB tirar o lixo do município, é a forma que eles pagam nós, dando caminhão e alugando o galpão pra gente também tirar o lixo** [a rigor resíduos reaproveitáveis], a gente também tá limpando o município de uma certa forma. De certa forma não! Tamos limpando o município! E isso é uma visão que ele não tem... Ou acha que nós não temos... Coisa que nós ainda não falamos [...] ele [prefeito] paga a ENOB o que ele gasta aqui? **Ele paga muito mais!**... (Cláudia, grifo nosso)*

O ponto levantado por Cláudia parece de fundamental importância para aumentar o poder de barganha da Coopermape frente às pressões da prefeitura. Ter acesso às despesas municipais com a coleta convencional e operação do aterro sanitário e explicitar a comparação com as despesas geradas com o apoio à cooperativa⁵⁹ certamente empoderaria o grupo na negociação.

Afinal, o trabalho realizado pela Coopermape permite à prefeitura diminuir as despesas com a remuneração da coleta convencional de lixo e os custos de aterramento de resíduos, contribuindo para ampliar a curta vida útil do aterro sanitário de Embu⁶⁰. Como ressalta Rizpah (2003b), as “cooperativas não são remuneradas pelo valor real dos serviços prestados e economia que fazem”. Além dos benefícios já citados, ela lembra que as cooperativas de materiais recicláveis permitem também a redução de

⁵⁹ De acordo com dados trazidos por Gina Rizpah Besen (2006), referentes ao ano de 2005, o custo mensal do programa público de coleta seletiva era de R\$ 10,5 mil, correspondendo a despesas com os caminhões, gastos de combustível e contas de água e luz do galpão da cooperativa. Este montante representava 0,1% do orçamento municipal e 15,2% do orçamento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

⁶⁰ Cabe lembrar que, além da economia de gastos públicos, várias cidades intensamente urbanizadas no Brasil e no mundo vêm enfrentando o problema de encontrar áreas para instalação de aterros sanitários. A opção pelas unidades de transbordo encarece ainda mais o processo.

dispêndios com encargos trabalhistas por órgãos públicos e empresas e a possibilidade de evitar burocracias e despesas com licitações “complicadas para vender os materiais” (RIZPAH, 2003b).

A respeito da falta de reconhecimento do poder público municipal sobre os benefícios gerados pelo trabalho da cooperativa, cabe lembrar ainda do perverso argumento utilizado pela prefeitura quando pressionou a Coopermape para assumir a administração do primeiro PEC, alegando que os carrinheiros responderiam por um volume muito maior na coleta de recicláveis do que a cooperativa. Além de não haver dados públicos disponíveis para amparar tal afirmação, a prefeitura parece ignorar o fato de que os carrinheiros só coletam os materiais que têm maior valor no mercado da reciclagem (essencialmente latinhas, cobre, papéis brancos, papelão, PETs e PEADs). Diferentemente, a Coopermape se dedica à triagem de uma maior diversidade de materiais reaproveitáveis vindos da coleta seletiva, classificando e prensando também materiais com baixa demanda no mercado da reciclagem (tais como o isopor, certos tipos de plásticos, papéis mistos etc), arcando com o ônus de estocar e buscar compradores para todos esses tipos de materiais. Portanto, não é possível afirmar que o trabalho dos carrinheiros gere para a prefeitura e o meio ambiente os mesmos benefícios que o trabalho da cooperativa.

O argumento sobre os benefícios trazidos pelos grupos de trabalhadores organizados da pré-reciclagem tem embasado as disputas do MNCMR e Fórum Lixo e Cidadania pelo direito à remuneração pelo poder público dos trabalhadores que atuam na coleta seletiva de recicláveis em função do serviço prestado à cidade.

Mais além, a argumentação remete à discussão da responsabilidade de cada ator da cadeia da reciclagem, que atravessou os debates em torno do já mencionado Projeto de Lei (PL) que previa a implantação da “Política Nacional de Resíduos Sólidos”. Segundo Rizpah (2003b), a “sustentabilidade do setor [de reciclagem] depende de uma legislação que responsabilize a todos: das cadeias produtivas aos consumidores”.

Além da remuneração dos trabalhadores organizados da pré-reciclagem que prestam o serviço de coleta seletiva e triagem, outra proposta que tentou ser incluída por setores da sociedade civil organizada foi a taxação de grandes geradores, que implicaria em despesas significativas por parte de indústrias envolvidas entre os atores do topo da pirâmide da reciclagem. Talvez justo pelo poder concentrado nestes representantes do circuito superior da economia, propostas como esta tenham gerado grande resistência e o PL continue aguardando tramitação no Congresso Nacional.

5.3 O caso do PEC e a crise administrativo-financeira: *“nosso trabalho não foi contado nessa história”*

Desde de nossa primeira visita em junho de 2005, ainda na fase de aproximação das cooperativas, ouvimos falar do projeto de implantação de “*filiais*” da Coopermape em diferentes bairros da cidade. A iniciativa partiu da prefeitura, prevendo o cadastro de catadores-carrinheiros que se comprometeriam a vender o material exclusivamente nos Pontos de Entrega do Catador (PECs) a serem criados (chamados pelos cooperados de

“*filiais*”), enquanto caberia a Coopermape pesar os materiais coletados pelos carrinheiros e transportá-los à cooperativa para enfardamento e comercialização junto aos demais recicláveis coletados no sistema porta-a-porta e PEVs.

Para induzir os catadores-carrinheiros à venda exclusiva, a prefeitura prometeu a eles que os PECs adotariam um preço igual ou acima do praticado pelos donos de ferros-velhos da região. Além do preço, a prefeitura buscou incentivar a adesão de carrinheiros ao projeto por meio da disponibilização de novos carrinhos para a coleta seletiva – com capacidade para até 300 quilos, supostamente projetados para facilitar o trabalho dos catadores – e do cadastramento dos catadores, fornecendo um colete e um crachá. Pelo que pudemos compartilhar no dia que permanecemos no primeiro PEC inaugurado, essa identificação fornecida pela prefeitura vinha permitindo o reconhecimento dos serviços prestados pelos carrinheiros por parte da população, aparentemente contribuindo para o aumento das doações aos catadores e a diminuição do preconceito e discriminação sofrida por eles.

Segundo informações divulgadas pela prefeitura no final de 2005⁶¹, dentre a estimativa de 600 catadores existentes na cidade, 150 tinham sido cadastrados, sendo a formalização feita pela Incubadora de Cooperativas de Embu, coordenada pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social, parceira do projeto. Os catadores cadastrados compuseram a “Associação de Catadores de Embu”, fundada a partir do projeto dos PECs, que pertence ao programa municipal de coleta seletiva (rebatizado de “Renove, Separe,

⁶¹ Informações retiradas em dezembro do *site* da prefeitura do Embu, disponíveis em <http://www.embu.sp.gov.br/noticias/pec.htm>.

Recicle”). Segundo a prefeitura, o projeto dos PECs, que contava com o patrocínio de diversas empresas⁶² e o apoio de entidades como a Associação Comercial de Embu e Sociedades Amigos de Bairros, visava ampliar a renda dos catadores e “dar-lhes qualidade de vida”. Já no entendimento dos cooperados da Coopermape, o projeto das “filiais” era também fruto do interesse da prefeitura em reduzir o volume de resíduos destinados ao aterro sanitário.

O primeiro PEC, uma pequena área delimitada por uma armação de madeira coberta com lona azul, foi inaugurado em 26 de novembro de 2005, dispondo de uma mesa, duas cadeiras e uma pequena balança digital. Anexo ao Parque do Lago Francisco Rizzo, o local é ao mesmo tempo um Ponto de Entrega Voluntária (PEV) de moradores que se disponham a levar os recicláveis até lá em troca de mudas do viveiro de plantas, criado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. A expectativa da prefeitura era de que a coleta feita pelos catadores de cinco bairros do entorno alcançasse uma média de 30 toneladas de material reciclável ao mês.

Desde o dia da inauguração até a decisão da Coopermape de deixar a administração desse PEC, dois cooperados foram diariamente deslocados da cooperativa para o trabalho na “filial”, que funcionava das 8hs às 16:40. No dia que acompanhamos o trabalho, a cooperada se encarregou de pesar os materiais e o cooperado de fazer o controle dos pagamentos aos carrinheiros. A triagem local, prevista inicialmente, deixou de ser feita após algumas semanas dada a falta de bags e o espaço reduzido para viabilizar a separação, em contraste com o grande volume de material acumulado no

⁶² O site da prefeitura citava as seguintes empresas: Auto Peças Paledi, Centro Automobilístico Embu Art, Embu S/A, ENOB, Indeca, ITW, Nascente Esportes, Nichibrás, Ripasa, Sansuy, Scapini e Tópico.

pequeno galpão de lona, uma vez que os três caminhões em atividade na cooperativa no final de 2005 não tinham condições de retirar o material diariamente. A respeito dos caminhões, Érica destacou os desacordos para determinar a prioridade de definição dos itinerários: *“o caminhão começou a ser só pra eles [PEC], a gente perdia coleta, doação, a gente não tava mais podendo buscar porque tinha que ficar só ligado com eles”*.

A dinâmica introduzida pelo PEC impactou significativamente a organização do processo de trabalho cotidiano da cooperativa. Além de ter que deslocar os dois cooperados e rever o itinerário dos caminhões, havia queixas de que o material comprado dos carrinheiros viesse muito misturado, gerando uma pior condição de trabalho na triagem, acúmulos de material por classificar, desorganização interna e um aumento do índice de rejeito:

[...] independente de tá feito ou não [a classificação dos plásticos vindos do PEC], já jogava lá atrás pra Dona Ana fazer de novo e aí ia, virava aquela bagunça...chegava o dia dos catador receber, nós não tinha triado o material deles... Por isso que ficava aquele inferno, acumulando, acumulando... Não dava tempo pra gente triar, que a gente ia fazer o nosso material, e o material deles ficava pra trás... Que a gente não queria fazer o deles...foi aí que criou aquela confusão... (Cláudia).

Ana contou que transcorreu mais de um ano para o projeto dos PECs ser efetivado. Segundo ela, ele foi anunciado há quase dois anos pelo atual secretário do Meio Ambiente e mesmo cogitado por Rizpah, que idealizava unir a Coopermape e os carrinheiros, *“mas não desse jeito!”* [ri, irônica]. Segundo Ana, a proposta negociada inicialmente pela Coopermape não previa a compra de materiais dos carrinheiros. Porém, no momento da inauguração do primeiro PEC a presidente estava em licença à maternidade

e a então tesoureira foi induzida ao novo arranjo, sendo a cooperativa responsabilizada pelo pagamento dos carrinheiros no ato da pesagem dos materiais. Embora a prefeitura tenha prometido aos catadores um preço melhor nos PECs, em nenhum momento ela compartilhou a responsabilidade de criar condições efetivas para esse pagamento diário, delegando o problema a Coopermape.

Convocada a auxiliar a tesoureira diante do problema de dispor diariamente de recursos financeiros para a compra de materiais no PEC, Ana contou que, para não dar o calote nos carrinheiros, propôs que usassem o dinheiro reservado para pagamento da cesta básica dos cooperados:

[...] a gente tava com o dinheiro pra pagar a cesta básica, mas eu falei 'vergonha a gente não vai passar não, vamos gastar o dinheiro da cesta, porque tem que ter esse dinheiro aí, senão...' Aí o mesmo nós fizemos. Só numa semana só foi R\$ 1mil... Mil e pouco...

Contudo, esta alternativa emergencial não bastou e a situação foi agravada com a costumeira queda da comercialização no fim de ano, levando a uma grave crise financeira:

*[...] quando chegou dezembro o negócio caiu... Pelo amor de Deus! Aí que o negócio ficou estreito...**não tinha dinheiro...nem pra nós nem pra eles...** Pra nós a gente já não esquento mesmo, né? [ri, ironizando] 'Não, aguarda 20 dias'. Rapaz! Vou te falar a verdade, **foi um furo no nosso bolso que ó...! E as contas tudo atrasou, porque pra eles não podia atrasar** (Ana, grifo nosso).*

Cláudia enfatizou a inviabilidade do acordo de pagamento diário imposto pela prefeitura frente a ausência de capital de giro da cooperativa e da desconsideração do tempo e esforço de trabalho necessário para classificar, prensar e comercializar os materiais comprados dos carrinheiros:

Não adianta falar que vai pagar todo dia que a gente não tem esse capital pra ficar pagando todo dia... Num dá tempo de trabalhar no material, pra mandar [encaminhar para venda], receber e já pagar. [...] Todo dia tinha que ficar mandando dinheiro pra filial e a gente não tinha esse dinheiro em caixa.

Assim, o maior agravante da crise administrativo-financeira do final de 2005 e início de 2006 foi necessidade de “antecipar” o pagamento do material coletado pelos catadores, havendo uma lacuna temporal até que ele fosse efetivamente comercializado e o valor retornasse à cooperativa.

Por não ter qualquer capital de giro e já se encontrando numa situação financeira lamentável, a nova dinâmica tornou ainda mais irregular e reduzida a retirada dos cooperados, ampliando as insatisfações em relação à diretoria.

Vale lembrar que a ausência de capital de giro é uma característica das atividades do circuito inferior da economia urbana, que movimentam pequenas quantidades e não têm acesso a empréstimo bancário (SANTOS, 2004). Ela foi encontrada também nas cooperativas estudadas por Conceição (2003), que entende que a inexistência do capital de giro é um dos condicionantes da continuidade da comercialização a intermediários por cooperativas que atuam na pré-reciclagem:

[...] por possuir, muitas vezes, capital de giro, o sucateiro pode esperar um bom momento para vender seu produto [...] Esse já não é o caso das cooperativas estudadas que precisam, no final do mês, distribuir rendimentos a seus cooperativados que deles precisam para sobreviver. Esta situação leva as cooperativas a venderem seus produtos a um preço muitas vezes abaixo do que aquele pago no mercado e, considerando-se o fato de que não conseguem acumular um volume maior para venda pois não possuem espaço para isso, compreende-se porque as cooperativas ficam nas 'mãos' dos sucateiros e indústrias controladoras deste mercado (CONCEIÇÃO, 2003, p. 134).

No fim de 2005, vários cooperados se queixavam sobre a prioridade externa no pagamento e uma cooperada expressou desgosto por trabalhar nessa condição. Ela associou o aumento dos índices de afastamento e desligamento à insatisfação com esta postura da “diretoria” e à queda da renda e explicou que a situação era especialmente insustentável para os cooperados que têm na cooperativa a única fonte de renda da família (a maioria):

Pra nós era sacrificante trabalhar o mês todo, e se a gente depende daqui pra viver e trabalhar o mês todo pra não receber nada... [...] quem saía no prejuízo era a gente e se a gente dependia daqui pra tudo, tanto pra mim, como pros filhos, pra dentro de casa, até pra morar, porque tem que pagar aluguel, então era difícil... Foi uma época muito triste (Érica).

A mesma relação foi estabelecida por Ana, que associou a saída de oito cooperados antigos (cinco deles trabalhavam na Coopermape há mais de 10 anos) a esse período de crise na retirada: “o salário tava pouco mesmo... Trabalhar 15 dias e ganhar R\$ 50 é estreito, né? Pra quem paga passagem então...”. O depoimento de Andrea vai na mesma direção:

O que matou no ano passado, o pessoal todo sumiu daqui no começo do ano foi morrer o mês de novembro e dezembro, por causa do PEC. Todo dinheiro que entrava, descia pro PEC... A gente tava trabalhando de graça, nós não recebíamos nada.

Apesar da intensa dedicação diária para dar conta do acúmulo de material, em alguns meses do segundo semestre de 2005 os cooperados chegaram a ter a retirada mensal zerada porque todo recurso que se conseguia com a venda de materiais era destinado ao PEC, a ponto de não haver recursos nem mesmo para cobrir despesas da cooperativa:

[...] tinha vez que descia R\$ 3, R\$ 4 mil pra filial e aqui na Coopermape a gente não tinha nem R\$ 1000 pra dar R\$ 50 pra cada um... [...] O que entrava era da filial, pra reciclagem [refere-se à Coopermape] não sobrava nem pra conta do telefone, foi uma época que até cortaram nossa conta de telefone (Érica).

A crise financeira enfrentada e a opção da diretoria de privilegiar os compromissos externos desestabilizaram a cooperativa a ponto de fazer muitos cooperados perderem a esperança e deixarem de apostar na Coopermape, trazendo consequências negativas irreparáveis. Uma das cooperadas entrevistadas contou que ela mesma cogitou sair:

Já tava sem esperança de melhora aqui, já tava desistindo, eu não queria tentar a vida lá fora, mas ia arriscar porque não tava dando mais, não tava com nenhuma esperança de melhora. Ninguém tava... Tanto que hoje são poucas pessoas que estão acreditando nisso, muitas pessoas nem acreditam... Igual disse a Marisa 'não, isso não é vida' [...] Então todos saíram porque não tinham mais esperança nenhuma de melhora (Cláudia).

Mesmo os cooperados que permaneceram na cooperativa referem-se a esse período como o ano mais difícil da história da Coopermape:

Foi difícil, ano passado foi muito difícil, foi muito difícil... Quem sobreviveu sabe o que que a gente passou no ano passado... Foi muito triste... [...] esse ano [2006], que a gente tá vendo alguma mudança pra melhor, então a gente volta no ano passado, a gente vê e pensa 'como eu pude agüentar aquele ano?' (Cláudia).

Além das dificuldades administrativas para dar conta da nova dinâmica, a crise foi aprofundada por **condições externas** à cooperativa, associadas à oscilação de demanda do mercado da reciclagem. Como alertou uma cooperada, o primeiro PEC foi inaugurado num período completamente inconveniente para a Coopermape, coincidindo com uma época do ano em que usualmente há declínio na comercialização de

recicláveis, à medida que muitos compradores deixam de comprar materiais e “*fecham para balanço*”. Tal situação levou a um enorme acúmulo de materiais na cooperativa e à impossibilidade de fazê-los “*girar*”, apesar do empenho dos trabalhadores na classificação e enfardamento.

O faturamento mensal da cooperativa foi prejudicado também por situações em que os compradores deixaram de comprar certos tipos de materiais que eles tinham comprado dos carrinheiros e feito todo processo de classificação e prensagem:

[...] o PET laranja, a gente não conseguiu vender um tempo atrás, porque tem uma química nele que é difícil de dissolver, então a firma parou de comprar, então é material que fica estocado e a gente comprava deles, pagava e não tinha saída... (Érica).

Não bastasse toda crise financeira que atravessavam, Érica contou sobre ocasiões em que a cooperativa enfrentou conflitos com os carrinheiros ao repassar informações sobre a queda do preço dos materiais no mercado da reciclagem e problemas gerados na relação com os catadores, especialmente em função do alcoolismo. Em meio à crise e aos conflitos, a prefeitura se eximiu de qualquer co-responsabilidade e se mostrou indiferente aos problemas enfrentados pela cooperativa, persistindo na pressão a Coopermape, apoiada no discurso de promoção da inclusão social dos carrinheiros:

O interesse deles [prefeitura] é tirar o pessoal das bebidas [...] quando a gente ia pagar, a gente começou a ter até atrito com eles porque o cara ia receber bêbado, perdia todo dinheiro e falava que a gente tava roubando o dinheiro dele... Foi nisso também que a gente começou a falar pro João que não ia ficar mais, que não dava (Érica).

Em março de 2006, após quatro meses enfrentando uma séria crise administrativo-financeira, enorme desgaste interno e saída de vários cooperados antigos, a Coopermape decidiu se retirar da administração do PEC, reconhecendo as consequências negativas trazidas por ele. O depoimento de uma das cooperadas entrevistadas demonstra o alívio sentido com a decisão:

[...] foi uma bênção ter parado, porque olha... [ri, em tom indignado] Toda semana, cada 15 dias, R\$ 4 mil e pouco, R\$ 4 mil e pouco, quase R\$ 5 mil... E aí o dinheirinho da gente comer o feijão rapaz?!... E o material bom os felizardos [carrinheiros] vendendo lá fora [ferro-velho] e só tranqueira pra gente... Não, foi uma boa, viu? Foi uma boa a experiência [para aprender] (Ana).

Foi a partir dessa importante decisão que o grupo pôde aos poucos retomar o controle sobre o processo de trabalho cotidiano e reequilibrar a situação financeira, completamente perdidos com a amarga experiência.

Cláudia atribuiu a crise aprofundada pelo PEC a uma falta de habilidade da diretoria na negociação com a prefeitura. Defendeu que a Coopermape devia ter demonstrado de antemão a inviabilidade do arranjo determinado pelo poder público municipal. Argumentou que se a relação pretendida era de parceria entre os catadores e a Coopermape, deveria caber aos próprios carrinheiros a triagem, classificação e prensagem dos materiais coletados por eles para serem então comercializados em conjunto, alcançando um melhor preço:

[...] o certo mesmo era o material entrar aqui só pra sair. No caso, a filial não era um meio de nós pegar lucro deles, nem a gente ter deles nem eles ter nosso. Era pra formar uma quantidade de material pra tá entrando nas indústrias, vendendo por um preço melhor (Cláudia).

Ela sugeriu que a diretoria acatou a proposta de comprar material dos

carrinheiros acreditando que a transação compensaria à medida que poderiam comprar por um preço inferior ao conseguido pela cooperativa na comercialização. Embora Cláudia se refira a essa proposta como uma perspectiva vislumbrada pela diretoria para “lucrar” em cima dos catadores, é importante atentar que o uso do termo “lucro” é indevido, pois pressupõe a não contabilização do trabalho feito pela Coopermape nas etapas de triagem, classificações e prensagem do material, que conferem a eles valor agregado no momento da venda.

A impossibilidade da cooperada responsável pela negociação explicar à prefeitura as razões da diferença proposta na transação parece ter sido justamente o que permitiu ao poder público contra-argumentar que a proposta seria injusta, acabando por impor que a cooperativa comprasse os materiais pelo mesmo preço que iriam comercializar:

Então a gente pegava o material deles lá por R\$ 0,50 e vendia por R\$ 0,50 também. Só que...era material todo sujo [...] tudo misturado... Então a triagem era nossa, tudo era nosso... O PET...o PET vem, só que vinha tudo tampado, tudo misturado, branco, verde, azul... E aqui a triagem...nós tinha que parar de fazer o nosso material pra fazer o deles e nós não viamos o lucro por isso, era o mesmo preço, o mesmo tanto, R\$ 0,50 pra nós, R\$ 0,50 pra eles. Mas e a triagem? Não contava! O nosso trabalho não foi contado nessa história... (Cláudia, grifo nosso).

A relação vislumbrada por Cláudia entre a Associação de Catadores de Embu e a Coopermape se inspirou na comercialização em rede hoje feita com a Central de Triagem da Vila Leopoldina⁶³, chamada pelos cooperados

⁶³ A Central de Triagem da Vila Leopoldina foi criada em 2003, no âmbito do “Programa Coleta Seletiva Solidária” da prefeitura de São Paulo (já mencionado na apresentação). Entre 2002 e 2004 o poder público municipal apoiou a montagem de 13 Centrais de Triagem, cedendo as instalações para seu funcionamento e dotando-as de equipamentos e infra-estrutura (prensas, balanças, esteiras, carrinhos, escritórios de administração, entre outros). Elas são uma espécie de “cooperativa de segundo grau”, no caso da “Leopoldina” fruto da união de vários “núcleos” de catadores de materiais recicláveis, sediados originalmente em distintos locais da região oeste da capital. Ela engloba grupos de trabalhadores já

da Coopermape simplesmente de “*Leopoldina*”. No entanto, ela afirmou que na época nem a diretoria, nem a prefeitura pensavam desta forma. Mais uma vez ela responsabilizou a *diretoria*, suavizando a crítica à técnica da secretaria do Meio Ambiente que conduzia as negociações: “*ela não tá acostumada com isso, com o lixo, não sabe a separação toda que é feita aqui*”.

Defendeu que seria função da *diretoria* explicar o processo de trabalho da cooperativa e firmar duas possíveis posições na negociação com a prefeitura: uma parceria nos moldes da “*Leopoldina*”, com os catadores se responsabilizando por trabalhar o material do mesmo modo que a cooperativa para viabilizar as condições para comercialização conjunto, ou a compra com o preço determinado pela Coopermape, justificando a diferença na transação:

[...] *todo material, quando a gente vai vender, vai vender o plástico, o papelão, o papel branco etc, pra quem a gente vai vender eles fazem as exigências deles: 'eu quero sem durex, eu quero sem isso, eu quero sem aquilo', logo a mesma coisa era pros carrinheiros: 'cês querem vender, querem entrar em parceria? Então é assim, assim e assim... Se o material não tiver classificado, é um preço, e há um custo pra classificar, mas você trazendo classificado, bonitinho, aí vai o mesmo tanto', isso é uma parceria, agora se não for assim... Isso é uma coisa que a diretoria devia ter visto e feito, que não fez [...] Agora se é pra gente comprar, aí nós vamos colocar o nosso preço [...] comprar deles sim, material feito, não material pra triar... É uma coisa que elas nunca falaram pra eles que aqui passa pela triagem. Agora elas abaixaram a cabeça, o material que é pra triar ainda o mesmo preço que é pra sair... Foi a falha... (Cláudia, grifo nosso).*

consolidados como a “Associação Vira-Lata”, a “Associação Reciclázaro” e a “Coopercose”. A sede da “*Leopoldina*” está localizada em espaço anexo à Central de Compostagem da Vila Leopoldina, equipamento público-municipal atualmente desativado.

Cabe considerar que avaliações como essa, com tal grau de clareza, talvez só sejam possíveis *a posteriori*, quando o grupo já experimentou os desdobramentos da decisão, possibilitando conquistar um aprendizado “a duras penas”.

Andrea contou que mesmo depois da decisão da cooperativa de deixar a administração do primeiro PEC, a Coopermape continuou sendo pressionada pela prefeitura a assumir novos PECs, ao que ela se nega, em tom de revolta pelo lugar de subordinação aparentemente atribuído à cooperativa em função da dependência da infra-estrutura proporcionada pela prefeitura: “*a gente não vai assumir não, entendeu? Porque se a gente tivesse nosso espaço, nosso caminhão, queria ver quem ia obrigar a gente a fazer alguma coisa*”.

A possibilidade de dizer “não” à prefeitura nessa ocasião possivelmente se deve a capacidade da cooperada que conduziu a renegociação de se manter firme na argumentação das conseqüências negativas experimentadas (conquistada ao alto preço da crise e sofrimento vividos nos meses anteriores), expondo com clareza ao poder público municipal o processo de trabalho intermediário entre a compra dos carrinheiros e a comercialização pela Coopermape e demonstrando a inviabilidade do arranjo sob o ponto-de-vista da cooperativa. Assim, puderam criar as condições para lidar com as ameaças de ver tomados os equipamentos e o galpão. A vice-presidente reproduziu a negociação com o secretário do Meio Ambiente e o esforço para explicar à prefeitura o processo de trabalho cotidiano:

[...] o difícil é que eles [prefeitura] querem que a gente compre de manhã e pague à tarde. E pra nós não dá porque...eu expliquei pro João [secretário do Meio Ambiente], pra gente soltar o material, tem uma quantidade de fardo e até mesmo em quilo pra ir pros compradores. E pra eles...eles num...eles acham que um arrastão já dá pra fazer um fardo e aquele tanto a gente pode entrar na firma e vender... Não é assim! (Érica).

Vislumbrando um arranjo distinto para a relação com os carrinheiros, também presente no depoimento de Cláudia, Andrea afirmou que só valeria à pena voltarem a administrar o PEC se os catadores se responsabilizassem por trabalhar o material e apenas a comercialização fosse feita conjuntamente:

A vantagem é o volume de material que vem de lá, a desvantagem é ter que pagar todo dia. O interessante seria o que? Eles entrarem com a gente pra vender em rede, não a gente comprar. E assim que a gente vendesse o material, a gente repassava o valor que cabia a eles. [como hoje é feito entre a Coopermape e a Leopoldina] O certo é isso. Não existe outro caminho pro PEC, é só esse, pelo menos que eu acho. Ou eles concordam dentro disso ou pra gente comprar deles não compensa não... (Andrea)

Sobre a maior entrada de materiais em função do PEC, Andrea contou que o PEC coletava em média 25 a 30 toneladas por mês, quantidade significativa para a Coopermape que, em 2006, coletou em média 60 toneladas por mês.

Cabe lembrar, contudo, que, conforme as queixas de vários cooperados, a qualidade do material vendido pelos carrinheiros no PEC vinha caindo progressivamente, à medida que muitos, contrariando o acordo inicial com a prefeitura, passaram a levar ao PEC somente os materiais de baixo valor de mercado, usualmente não comprados pelos ferros-velhos.

É importante enfatizar ainda que há outras formas de ampliar a entrada

de materiais na cooperativa, que implicam em menores interferências sobre o processo de trabalho cotidiano. A mais promissora delas é a sensibilização do comércio e de empresas de pequeno e médio porte⁶⁴ para doação, afinal é nelas que se concentra o *material fino*, tal como o papel branco e o papelão. Aparentemente esse caminho foi ainda pouco explorado pela Coopermape.

Referindo-se à contínua pressão sofrida pela Coopermape por parte do prefeito para que assumam todos os PECs, Érica reproduziu a negociação com a prefeitura, explicitando as condições da cooperativa para que voltem a trabalhar com os carrinheiros:

*[...] eu expliquei a situação pro João, falei 'oh, a gente pode até ficar sim com eles, mas desde que eles tenham em mente que eles vão receber por mês, que eles têm que subir e ficar pelo menos um mês trabalhando com a gente pra eles ver como que é, a quantidade que a gente junta de material pra fazer um fardo', pra eles terem aquela consciência e saberem que **não é assim, vende de manhã e recebe à tarde**. E as firmas elas tem um prazo de pagar, não são todas que pagam à vista [...] e se a gente quer um preço melhor [...] tem que esperar, a gente não pode dar o nosso material de graça [...] 'a nossa proposta é essa, a gente fica, mas nessas condições' (Érica, grifo nosso).*

Ela mencionou que o secretário do Meio Ambiente acredita que o prefeito dificilmente aceitará a nova proposta da cooperativa, mas deixou claro que dessa vez a Coopermape não está disposta a ceder novamente às pressões da prefeitura, assumindo o risco de arcar com as conseqüências que a negativa pode gerar e “bancando” a decisão de fechar essa fonte de entrada de materiais a fim de manter o controle do processo de trabalho,

⁶⁴ Não incluímos as grandes empresas geradoras porque é fato que hoje a maior parte delas comercializa os resíduos gerados por meios próprios, uma vez que se deram conta de os materiais finos de que dispõem não são “restos inúteis”, mas sim mercadorias disputadas no mercado da reciclagem, cuja venda possibilita algum retorno financeiro na operação e a redução de custo com a aquisição de novas matérias-primas.

recém-recuperado:

[...] eu falei [para o secretário] 'então a gente não tem culpa, é a nossa proposta, a gente tem que fazer o que cabe a nós', porque não adianta a gente dar um passo maior que a perna e depois se atropelar tudo de novo, virar aquela dívida e a gente começar... porque aqui todo mundo trabalha, então chega no final do mês a pessoa quer o dinheiro dela, né? E a gente aqui tem uma cobrança, a gente exige que eles trabalhem, então chegar no fim do mês e não receber, dar preferência pros catadores do que pros cooperados daqui?! Aí nossa proposta vai ser essa e se eles não aceitarem... Não que a gente se negou, as condições, a real, a verdade é essa, não tem outra maneira (Érica).

5.4 Os recentes rearranjos de gestão: descentralização de responsabilidades e poder e a recuperação financeira

Até a reorganização da gestão em maio de 2006, as atribuições administrativo-financeiras e as decisões ficavam concentradas na diretoria, especialmente na figura da presidente e da “*secretária*” (como a tesoureira é chamada). Elas orientavam a divisão de tarefas diárias entre os cooperados, faziam o contato com os doadores de recicláveis, geriam o itinerário dos caminhões, controlavam as entradas e saídas de recursos financeiros, acompanhavam a pesagem dos materiais, organizavam a documentação da cooperativa e a retirada dos cooperados, eram responsáveis pela negociação com os compradores e pela mediação com o contador e a prefeitura.

Frente a tal sobrecarga, somado à falta de formação para assumir certas atribuições (especialmente aquelas que envolvem a gestão financeira e as negociações com atores com distintos interesses), é compreensível que decisões tenham sido tomadas sem a avaliação cuidadosa das possíveis

consequências negativas que poderiam gerar e que o grupo tenha acumulado ao longo desses anos dificuldades, desacertos e desgastes entre os cooperados que talvez pudessem ter sido evitados. Não surpreende tampouco que, diante do acúmulo de responsabilidades e recorrentes insatisfações e queixas dos cooperados, não houvesse candidatos voluntários para assumir os cargos e que por vezes quem estava a sua frente tenha ameaçado deixá-los.

Reconhecendo tal sobrecarga, Érica contou que, quando assumiu a vice-presidência, propôs para a ex-tesoureira agora presidente que elas dividissem as responsabilidades e solicitassem o auxílio de outros cooperados para as tarefas administrativas. Animada com esta perspectiva, a atual presidente sugeriu contratar a *Capital Social* – instituição do Embu que presta assessoria a empreendimentos da economia solidária e que conheceram num evento promovido pela Incubadora do município – para auxiliá-los na reorganização da gestão.

A assessoria da *Capital Social*, iniciada em maio de 2006, contribuiu para identificar as principais atribuições administrativo-financeiras e os cooperados com habilidade para assumi-las. Cláudia destacou a divisão de responsabilidades e os efeitos positivos da reorganização da gestão:

[...] dentro da diretoria, a gente conseguiu montar uma comissão pra ajudar a administrar [...] a Rô [presidente] e a Érica [vice-presidente] quase ficavam loucas e hoje não, hoje são divididas as responsabilidades [...] e é através disso que a gente tá chegando nesses resultados.

Entre as conquistas que podem ser associadas à reorganização da gestão estão: a recuperação da retirada mensal; o recolhimento regular do INSS dos cooperados; a quitação das dívidas da cooperativa; a

diversificação de compradores; o retorno à jornada de trabalho regular (8-17hs), sendo raro o acúmulo de material a triar e classificar e a necessidade de convocação do rodízio de sábado; entre outros.

Andrea reforçou que a redivisão administrativa tem contribuído para uma melhor organização do processo de trabalho, contando que a *Capital Social*:

[...] fez uma divisão pra gente tá trabalhando melhor dentro do galpão, organizando o itinerário dos caminhões, ter uma pessoa responsável em tá correndo atrás das cargas, ter uma pessoa específica pra ir entregar... Pra não sobrecarregar a Érica e a Rô, que é da diretoria, senão elas ficam loucas, elas não conseguem fazer tudo sozinhas...

A reorganização da gestão proposta pela *Capital Social* valorizou e desconcentrou a responsabilidade pela realização das atividades-meio: o trabalho necessário para buscar novos doadores e compradores, viabilizar as negociações envolvidas na comercialização, a redefinição do itinerário dos caminhões para otimizar a coleta e venda de materiais, a organização de eventos para divulgar o trabalho da cooperativa e promover a integração dos cooperados.

É curioso observar, contudo, que nem sempre o tempo dedicado a essas atribuições é compreendido pelos antigos cooperados. Por valorizarem mais o trabalho braçal de coleta, triagem, classificação e prensagem dos recicláveis, alguns deles questionam a presença mais freqüente de cooperados no escritório, como se essas atividades fossem menos importantes. Ana e Maria mostraram incômodo com o fato de freqüentemente três a quatro mulheres ficarem no escritório, algumas “direto no telefone”. Andrea, fazendo menção à crítica, defendeu: “‘Ah, tá no escritório, tá enrolando’, não, não é isso, tá no escritório, alguma coisa

ela tá fazendo pro bem da cooperativa”. Cabe destacar que é a dedicação a essas atribuições que vem permitindo a maior apropriação de todos os trabalhadores (igualmente) sobre os produtos do trabalho, alcançada pela busca de melhores condições de comercialização.

Já a atual presidente, que até a entrada de novos cooperados era a única que sabia mexer no computador e por isso ficou anos como “*secretária*”, parece aliviada com a divisão de responsabilidades e satisfeita com a possibilidade de dividir o tempo de trabalho com as tarefas de triagem e classificação que aprecia: “*A Rô ela adora trabalhar lá fora [do escritório], antes era raro a gente ver a cara da Rô lá fora, agora não, ela fica mais lá fora do que aqui*” (Érica).

A reorganização da gestão parece ter contribuído também para a desconcentração do poder da diretoria, com maior permeabilidade às opiniões dos cooperados na tomada de decisões, ao menos do grupo que é responsável pelas funções administrativo-gerenciais.

Outra contribuição essencial da assessoria da *Capital Social* foi a assistência na redefinição do valor da retirada fixa mensal. Há indícios de que na verdade até maio de 2006 a retirada fixa não fosse baseada numa estimativa do faturamento médio mensal, mas sim na remuneração almejada pelos cooperados para atender suas necessidades básicas. Embora seja inquestionável a importância de assegurar uma retirada capaz de atender às necessidades mínimas dos trabalhadores, pautar-se somente por elas para estabelecer o valor da retirada, sem o cuidado de planejar o percurso para alcançá-la e avaliar até que ponto o faturamento médio é capaz de viabilizá-la sem prejuízo do pagamento das despesas usuais da cooperativa, sinaliza

um despreparo de gestão que poderia ter levado à insustentabilidade do empreendimento.

Quando iniciamos nossas visitas em setembro de 2005, as retiradas eram igualitárias e esse permaneceu sendo o critério adotado para distribuição do faturamento mensal entre os cooperados até o início de 2006. Ela não variava em função da comercialização do mês, mas sim era uma referência fixa, inicialmente de R\$ 600,00 e em seguida de R\$ 500,00 – diminuição justificada pela tentativa de regularizar o recolhimento do INSS dos cooperados a fim de assegurar o benefício de licença à maternidade de trabalhadoras grávidas. Aparentemente, era a busca de garantir a estabilidade da remuneração mensal que orientava a comercialização das cargas de recicláveis, numa espécie de “conta de chegada” para atingir o montante de recursos necessários.

Contudo, em nenhum mês do quase um ano e meio de trabalho de campo vimos a referência dos R\$ 500,00 ser atingida. Vários fatores parecem ter contribuído para inviabilizar a retirada almejada: a oscilação e tendência de queda do preço dos materiais no mercado da reciclagem; a queda da compra de materiais pela Ripasa, antes principal comprador e maior responsável pelo faturamento mensal da Coopermape; a necessidade de quitar dívidas acumuladas; a rotatividade, afastamento e abstenções de muitos cooperados, reduzindo o número de trabalhadores para dar conta do trabalho cotidiano; a crise administrativo-financeira associada ao PEC; e dificuldades da diretoria para lidar com a situação.

O último fator mencionado, como já discutimos, estava ligado à sobrecarga da *diretoria* para responder a estas tantas forças desfavoráveis.

Porém, talvez, as freqüentes queixas dos cooperados à administração pudessem ter sido evitadas se a diretoria tivesse compartilhado desde o início com o coletivo as dificuldades enfrentadas, deixando de centralizar as angústias e, quem sabe, viabilizando a sugestão de alternativas que sozinha não conseguiu vislumbrar. Assumindo para si a responsabilidade de prover as expectativas do coletivo, a *diretoria* se tornou alvo de críticas, queixas e insatisfações recorrentes, muitas vezes expressas indiretamente no cotidiano do trabalho por meio de faltas, redução do empenho pessoal nas tarefas e o chamado “*diz-que-me-diz*” associado a cobranças e desentendimentos interpessoais.

O depoimento de Cláudia explicita a falta de acompanhamento dos cooperados sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pela cooperativa no segundo semestre de 2005 e a insatisfação dos cooperados com a instabilidade da retirada mensal:

[...] antes tudo no escritório era escuro, a gente aqui fora trabalhava e não sabia de nada, era tudo escuro, você não sabia quando ia ter retirada [...] você não consegue contar com o dinheiro pra nada, você não sabe quando vem, quando vai ter, quanto vai ter... Você vai remando, vai indo, de uma forma sem controle [...] você ir numa loja, querer comprar uma coisa, cê vai comprar como? Cê não sabe nem a data que cê vai receber, você não sabe nem quanto vai poder pagar [...] Muita gente aqui tem o nome sujo por isso, a gente não sabia quando ia ter retirada, de quanto ia ser a retirada, era muito escuro...

Com o agravamento da crise no final do ano, os cooperados pressionaram a diretoria para expor diariamente a situação financeira da cooperativa. Nestas reuniões diárias na cozinha o grupo foi tomando contato com a extensão das dificuldades da gestão administrativo-financeira, que passavam pelas dívidas com o INSS, a Receita Federal, o

“convênio” com a farmácia (feito para facilitar a compra de medicamentos), a cesta básica, os carrinheiros do PEC, os donos de depósitos de quem a cooperativa comprava materiais etc. Foi explicitada também a dificuldade trazida pela demora no acerto das vendas de materiais, como no caso da Central de Triagem da Vila Leopoldina, que se tornou uma alternativa de comercialização após a queda das vendas à Ripasa, mas que demorava de quinze dias a um mês para remunerar a Coopermape pelos fardos comercializados conjuntamente.

Entre janeiro e março de 2006, levando em conta as queixas de cooperados geradas pela completa ausência ou baixa remuneração nos últimos meses de 2005, a cooperativa experimentou alterar o critério e a periodicidade da retirada. Foi experimentada a remuneração por hora trabalhada e o pagamento semanal, depois quinzenal. Desde nossa perspectiva, essa alteração contribuiu para aumentar as repercussões negativas das condições de trabalho à saúde dos cooperados, à medida que se tendeu à extensão da jornada e ao trabalho noturno e foi potencializado o aumento da pressão sobre o ritmo de trabalho e a cobrança interpessoal por maior rendimento, a ponto de se sugerir que não se perdesse tempo em conversas durante o trabalho. Além da sobrecarga física, a remuneração por hora trabalhada pareceu desfavorecer a cooperação e incentivar a competitividade entre os cooperados, tornando o cotidiano mais tenso e desgastante.

Érica contou que a alteração não surtiu os efeitos esperados e que as insatisfações persistiram, levando-os a retornar à retirada fixa mensal e igualitária:

*[...] entramos num desespero e **tentamos de tudo um pouco pra ver qual que dava certo...** Aí tentamos trabalhar por hora, mas aí não deu certo porque tinha a turma que trabalhava das oito às 17hs e tinha os que ficavam até às 22hs [...] só que quem ficava até à noite a diferença era bem pouca e quando chegava no outro dia, já não tinha mais material pra quem ficava das oito às 17hs fazer, porque quem trabalhou à noite fez tudo, fez o verdinho, carregou, ficou na prensa... Aí os que ficavam à noite começaram a se sentir lesados... Aí a gente achou melhor voltar e a gente receber por mês [...] aí foi que a gente começou a entrar em acordo e a gente adquiriu um valor pra tá recebendo todo mês (Érica, grifo nosso).*

A assessoria da *Capital Social* foi fundamental para estabelecer o valor de R\$ 350,00 para a retirada fixa mensal, introduzido a partir de maio de 2006. Diferente dos anos anteriores, desta vez o valor da retirada foi calculado com base na média do faturamento mensal da Coopermape, prevendo que o montante restante fosse destinado ao recolhimento do INSS dos cooperados e à quitação progressiva das dívidas existentes. A vice-presidente contou como foi estabelecido o acordo da nova diretoria com os cooperados, procurando comprometer o grupo com o alcance do faturamento mensal de R\$ 21 mil estimado para assegurar a retirada combinada e a quitação das dívidas:

*[...] a gente passou pra todo mundo e falou 'só que vai depender de todo mundo, se todo mundo trabalhar e conseguir soltar [a carga], vai ter aqueles R\$ 350' [...] '**não depende de nós** [diretoria], **vai depender de todo mundo junto**' [...] aí foi a partir de todo mundo, todo mundo lutando junto que a gente conseguiu fazer (Érica).*

Apesar de enfatizar que os R\$ 350,00 permanecem aquém das necessidades dos trabalhadores, Érica valoriza o retorno da estabilidade e regularidade do valor da retirada e o dia certo de recebimento:

[...] pra gente ainda é pouco, mas a gente fica satisfeito porque a gente tem o dia certo de receber [...] e teve uns tempos atrás que a gente trabalhava, mas nem sabia se ia receber no mês, se não ia, quanto que ia ser, podia ser R\$ 100, podia ser R\$ 50... E hoje a gente tem garantia, mas a gente quer mais.

É importante destacar que para reequilibrar as contas da cooperativa foi essencial a decisão de interromper a compra de materiais de donos de depósito, alcançando um maior controle da fronteira da cooperativa quanto a essa fonte de entrada de materiais, após a problematização de seus efeitos negativos:

[...] a gente não ia conseguir pagar as dívidas comprando material, porque mesmo que a gente lucre⁶⁵ em cima do material, é uma dívida que você adquiriu e tem que pagar e o que tava sendo ruim é que a gente comprava material, mas não conseguia trabalhar nele e vender, misturava com os da gente e quando a gente ia ver já tinha saído, a gente não tinha o dinheiro pra dar pra pessoa no dia certo e tava se atropelando... Aí agora começamos a ficar só mesmo com a doação e deu certo (Érica).

A falta de capital de giro e a dificuldade de controle do processo tornavam a compra de recicláveis um “tiro no pé”: negociavam pagar os donos de depósito numa certa dada, mas o trabalho de agregação de valor via classificação e prensagem dos materiais comprados e formação da carga necessária à comercialização se completava num período incompatível com o compromisso assumido. Como afirma Santos (2004), a “falta de capital atinge todas as pequenas empresas. A carência de capital de giro seria ainda mais grave que a de capital fixo” (p. 233).

Atualmente, a única compra de recicláveis que continuam fazendo é

⁶⁵ Também nessa passagem o uso do termo lucro é indevido, à medida que desconsidera o trabalho de classificação e prensagem dos materiais comprados, eliminando apenas a etapa de triagem.

do condomínio Portal do Morumbi em São Paulo⁶⁶. Ana explica que na retirada dos sacos, os cooperados pesam as quantidades envolvidas, sendo o pagamento feito só depois de ser feita a classificação e a carga ser comercializada.

Apesar do positivo esforço para reequilíbrio das contas da cooperativa, o depoimento de Cláudia mostra que, diferente dela, vários cooperados não compreenderam a necessidade de reduzir a referência da retirada mensal para R\$ 350,00 a fim de sanar as dívidas existentes:

[...] teve uma baixa de salário, né? Porque antes era R \$600 de retirada, só que as dívidas não pagava, e agora a gente diminuiu as retiradas pra tá pagando as dívidas e é coisa que muita gente não admitiu e saiu. [...] elas acham que essa retirada pra elas não serve, então pra baixo de R\$ 500 não dá, muita gente saiu porque não aceita ganhar menos de R\$ 500, eles acham que não compensa. Só que eles não entendem que esse período é pra pagar as contas que ficou. Que adiantava? Recebia R\$ 600, mas e as contas? Ficou tudo pra trás... E enquanto não pagar as contas a retirada vai ser essa.

Sua fala sugere que a retirada de R\$ 600,00 ou mesmo R\$ 500,00 era irreal, superestimada, insustentável, já que aparentemente não abatiam do faturamento mensal as despesas assumidas pela cooperativa (por exemplo, com os sucateiros, a cesta básica, a farmácia etc), acumulando e rolando dívidas.

Por outro lado, os cooperados que resistiram à crise administrativo-financeira, assim como os novos trabalhadores que entraram na Coopermape em 2006 apostam nos resultados que a reorganização da gestão pode trazer, inclusive vislumbrando o aumento da retirada ao passo

⁶⁶ Este é um exemplo, citado na apresentação, de condomínios que deixaram de doar recicláveis por ter percebido que comercializá-los pode reverter em um rendimento que pode ser utilizado para abater despesas de custeio mensais ou prover melhorias no espaço comum.

que as dívidas acumuladas forem quitadas. O promissor é que, diferente de situações anteriores, as esperanças não estão baseadas em promessas e ilusões, mas sim numa perspectiva fundada na avaliação da situação econômica e logística real da cooperativa e no horizonte de ampliação dos investimentos em equipamentos próprios.

Responsável pela “logística” e negociação da comercialização na nova gestão administrativa, Andrea cogita que, após a quitação do total das dívidas (prevista para ocorrer até o fim de 2006), a retirada fixa mensal possa ser elevada a R\$ 500,00, além do recolhimento do INSS, reservando a sobra para investir na compra de equipamentos próprios:

[...] a gente precisa investir, não dá pra esperar muito, a gente já perdeu muito tempo [...] o que entrar a gente começar a investir em caminhão, prensa... A gente precisa de uniforme... A gente quer nossa independência, chega de ficar levando na cara: 'a hora que eu quiser eu tiro, a hora que eu quiser eu faço', eu quero ver o dia que se Deus abençoar nós tiver com a nossa frota de caminhão, nosso galpão, eu quero ver eles [prefeitura] chegar e falar 'ah, eu vou tirar'!

Ela relaciona o maior *profissionalismo* associado ao novo arranjo de gestão com o horizonte de ampliação das conquistas e da autonomia da cooperativa:

[...] chega de perder tempo, 13 anos jogados no lixo... Que a gente conseguiu com conversinha fiada? Não, fala pra mim, fala sério... Nada! Nem uniforme, pra gente falar que tem um uniforme digno pra trabalhar hoje a gente não tem... Por que? Conversinha diz-que-me-diz... Então vamos deixar a conversinha de lado, vamos colocar o profissional acima de tudo aqui pra dentro e vamos correr atrás (Andrea).

A assessoria da *Capital Social* amparou a reestruturação administrativo-financeira da Coopermape e permitiu fortalecer a perspectiva de ampliação da autonomia do grupo. Foi a partir dela que

pontos importantes como a busca de financiamento para a compra de equipamentos próprios e a luta pela concessão do direito de uso da área do galpão passaram a ser enfatizados.

Se concretizadas, tais perspectivas tendem a reduzir a dependência em relação ao poder público municipal e a aumentar a capacidade de controle do processo de trabalho. Não surpreende, portanto, que a prefeitura tenha questionado o trabalho realizado pela *Capital Social* e pressionado a Coopermape para interromper o contrato com ela. A desvalorização da prefeitura em relação à assessoria prestada e a ameaça sentida ficaram explícitas nos depoimentos dos cooperados entrevistados. Eles deram a entender que a prefeitura alegaria que a assessoria promoveria a “burocratização” da administração, desvirtuando a Coopermape da proposta do cooperativismo pela ênfase no crescimento econômico, ao que responderam com ironia: “*ele [o prefeito] quer que a gente fique nesse mundinho*”.

Eles apontaram a contradição entre o discurso que prega a autonomia, que a cooperativa “*caminhe com as próprias pernas*”, e o receio de que, nesse movimento de emancipação, ela saia “*debaixo das asas*” da prefeitura e esta perca o poder que exerce sobre a Coopermape. Esse receio faz com que a prefeitura tenda a temer a postura questionadora dos cooperados, promovida com a assessoria da *Capital Social*:

[...] *então pra eles tá sendo um choque o que tá acontecendo hoje, porque a gente vai, a gente questiona, a gente pauta mesmo, a gente corre atrás dos direitos da gente, estamos correndo atrás da concessão da área [...] quando a gente começa a correr atrás, ele quer tesourar (Andrea).*

Um dos argumentos utilizados pela prefeitura para induzir o grupo a abrir mão da assessoria é que a cooperativa poderia recorrer ao apoio da Incubadora municipal. Porém, cooperados entrevistados criticaram o tipo de assessoria prestada pela Incubadora, afirmando que ela não auxiliou o grupo a encontrar alternativas para amparar a *diretoria* a enfrentar os problemas de gestão que se agravaram no período de crise financeira.

Desde o final do primeiro semestre de 2006, assistimos a cooperativa ficar enredada nas pressões da prefeitura pela interrupção da assessoria da *Capital Social*. Além dos argumentos já citados, o poder público tentou colocar a cooperativa contra a *Capital Social* alegando que o projeto enviado à Petrobrás (visando, entre outros, a compra de equipamentos próprios) seria ilegítimo e insinuando que a ONG seria “*oportunista*” por se aproveitar da assessoria à Coopermape para se autopromover e conquistar a assessoria a outras cooperativas do município, que também mantêm vínculos com a prefeitura⁶⁷. Uma cooperada nos disse que em sua visão tudo não passava de um “*jogo político*” e acrescentou que uma pessoa da *Capital Social* seria filha de uma pessoa da Secretária de Assistência Social do município, que por sua vez divergiria da linha política do atual prefeito.

Nos momentos de acirramento do conflito, o grupo gestor se mostrou dividido e alguns cooperados se manifestaram confusos, chegando a nos acionar para discutir o assunto. Como manifestamos na época aos cooperados, nossa visão é de que, independentemente dos argumentos utilizados por cada ator externo envolvido e das pressões sofridas de cada lado, o essencial era que o grupo pudesse construir um posicionamento

⁶⁷ É pertinente esclarecer que durante os meses de assessoria da *Capital Social*, segundo as informações a que tivemos acesso, o valor pago pela Coopermape à ONG não passou de R\$350, indicando que dificilmente a motivação para o trabalho seria o retorno financeiro da assessoria.

autônomo, avaliando os distintos interesses envolvidos e vislumbrando os objetivos próprios da Coopermape.

Depois de idas e vindas, soubemos que o contrato com a *Capital Social* foi encerrado em dezembro. Embora alguns cooperados tenham alegado que a decisão foi tomada tendo em vista a possível continuidade da assessoria sem que a cooperativa tenha que arcar com os custos mensais⁶⁸, nos parece mais provável que a interrupção indique que, mais uma vez, a Coopermape cedeu às pressões do poder público municipal.

Cabe frisar que, à parte a críticas de teor político que possam ser feitas, a assessoria parece ter contribuído significativamente para importantes conquistas recentes e aberto novas possibilidades de disputa, ampliando as perspectivas de emancipação da cooperativa em relação à prefeitura.

5.5 Equipamentos e tecnologia: a situação atual e o “sonho” de ampliação

Resgatando Santos (2004), vale lembrar que uma das diferenças fundamentais entre os circuitos superior e inferior da economia urbana é o distinto aporte tecnológico: no superior adota-se tecnologia importada, de primeira geração, “uma tecnologia 'capital intensivo', enquanto no circuito inferior a tecnologia é 'trabalho intensivo' e freqüentemente local ou localmente adaptada ou recriada” (SANTOS, 2004, p. 43).

⁶⁸ Sugeriram que estaria sendo negociado um acordo entre a prefeitura e o Sebrae para assessorar as cooperativas do município.

Como atestamos na Coopermape e em visitas a outras cooperativas da área de pré-reciclagem, no circuito inferior a tecnologia (quando disponível) é predominantemente “obsoleta” ou “tradicional”, sendo comum a aquisição de equipamentos de baixa qualidade (em função do menor custo) ou de segunda mão.

Como bem enfatiza Santos (2004),

[...] a modernização tecnológica engendra disparidades sociais e econômicas crescentes. A alocação de uma importante parte dos recursos nacionais é feita em nome do progresso em benefício daqueles que já são ricos e ao preço de uma injustiça crescente. A carga mais pesada da modernização é suportada pelos pobres, os que estão abaixo na escala dos salários, e os que estão sem emprego [...] Esse exército industrial de reserva funciona como condição geral da produção capitalista (p. 193)

A maior parte do trabalho nas cooperativas de trabalhadores da área de reciclagem é feita com emprego da força humana, num extenso trabalho braçal de triagem e classificação dos recicláveis. Contudo, como discutimos no capítulo introdutório, o acesso a infra-estrutura permite melhorar as condições de trabalho e aumentar o retorno financeiro e o poder de barganha das cooperativas na etapa da comercialização.

Assim, aqui a maquinaria não é encarada como um fato técnico, mas pelo “enfoque social, que vê a tecnologia em suas conexões com a humanidade e define a máquina em relação ao trabalho humano, e como um artefato social” (BRAVERMAN, 1981, p.160). Resgatando o pressuposto da teoria sócio-técnica é possível pensar na utilização da tecnologia a favor do coletivo dos trabalhadores, como um meio de reduzir o esforço e a sobrecarga humana, ao contrário de seu emprego visando a mais-valia do capital.

Contudo, o mero acesso à infra-estrutura parece insuficiente para ampliar efetivamente o controle e a autonomia no processo de trabalho. Retomando uma condição básica para a superação do conflito capital-trabalho enfatizada desde Marx, é preciso que os trabalhadores tenham a posse dos meios de produção.

Como explicitamos no capítulo 4, os caminhões, a prensa, as empilhadeiras e a balança não são da Coopermape, mas sim equipamentos públicos cedidos pela prefeitura para a execução do trabalho. No entanto, conversas informais durante o trabalho de campo e as entrevistas feitas com alguns cooperados sugerem que a cooperativa poderia lutar pelo direito de posse de parte dos meios de produção: a prensa e as empilhadeiras compradas em nome da prefeitura numa época que a cooperativa ainda não era legalizada (não possuindo ainda um CNPJ), mas pagos em prestações pela Coopermape.

Érica contou a luta da Coopermape com a prefeitura pelo reconhecimento da posse desses equipamentos:

Foi uma época que era um outro prefeito, quando o Geraldinho entrou... Por isso que a gente acha que muito é falta de interesse deles em ajudar a gente... Porque esse papel quem tem acesso é o Geraldo Cruz, então é só ele ir e passar pro nome da Coopermape. Porque quando a prefeitura comprou, a prefeitura comprou e deu o carnê todo na mão da Coopermape. A Coopermape pagou todinha e devolveu o carnê pra prefeitura. Então eles tinham já que, naquele momento, passar pro nosso nome. Porque eles só fizeram o favor de comprar, mas quem pagou tudinho foi a Coopermape e até hoje a gente sempre pergunta desse papel, eles falam que vão ver, que tá num sei aonde, mas que não tá difícil, que pode fazer rápido pra nós... Só que sempre enrolando, sempre enrolando e a gente nunca vê uma resposta...

Esta disputa requer uma assistência jurídica com a qual não contam para assegurar os direitos da cooperativa. O mesmo vale para a questão do galpão, que como os equipamentos é utilizada pela prefeitura para pressionar o grupo.

A inexistência de formalização na relação entre a prefeitura e a Coopermape foi apontada por Besen (2006) como uma das fragilidades do programa público de Embu. Ela chamou a atenção para a Lei Municipal de n 28, que formalizou a criação do “programa sócio-ambiental de coleta seletiva de materiais recicláveis a cargo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e que **autorizou a celebração de convênios com cooperativas de reciclagem**” (BESEN, 2006, p. 103, grifo nosso). Apesar de aprovada em 2000, a prefeitura não formalizou até agora a relação com a cooperativa.

Instrumentos jurídicos como o estabelecimento de convênios são importantes à medida que envolvem a formalização da prestação de serviços por um determinado número de anos. A assinatura de um convênio entre a prefeitura e a Coopermape poderia conferir certa estabilidade à cooperativa, não mais a submetendo a ameaças do prefeito em exercício de retirar o grupo do galpão ou tomar para si os equipamentos utilizados. Por outro lado, justamente pelo fato de reduzirem o poder de pressão do poder público, não é surpreendente que a questão apenas tenha sido trazida à tona com a assessoria da *Capital Social*⁶⁹.

Para além da disputa com o poder público pelo direito de posse de alguns equipamentos existentes, é claro que, visando a autonomia e a sustentabilidade do grupo, a luta pela compra de equipamentos próprios,

⁶⁹ Vale registrar que o levantamento feito a esse respeito pela *Capital Social* permitiu ao grupo saber que, diferente do que acreditavam, a área do aterro sanitário não é de posse da prefeitura, mas sim de uma empresa privada da região, que teria dívidas com o poder público municipal.

especialmente caminhões e uma nova prensa, é essencial. Em paralelo à determinação e esforço de reservar parte do faturamento para viabilizar investimentos na compra destes equipamentos, é importante que o grupo se apodere de linhas de financiamento público a fundo perdido que podem ser acessadas por meio de envio de projetos, alternativa que aparentemente foi tentada poucas vezes e sem sucesso.

Além dessa infra-estrutura “mínima”, uma das cooperadas entrevistadas demonstrou ter consciência sobre a importância da introdução de novos maquinários para a agregação de valor aos materiais no momento da comercialização. Descreveu esse horizonte como um sonho, apostando que irá vê-lo se realizar:

Meu sonho ali sabe o que é? É ver aquilo tudo cheio de maquinário: moinho, aglutinadora, estrusora, secadora... Maquinário mesmo, sabe? Pra gente poder tá trabalhando. Porque aquilo ali pra eles, eles acham que aquilo é serviço, mas não é... O serviço de uma firma não é assim [...] É meu sonho e eu vou ver... Não sei como, mas antes deu morrer eu vou ver... Ali o que nós temos, se nós tivéssemos uma estrusora, uma máquina aglutinadora, o material que nós vendemos a R\$ 0,80, era R\$ 2,80, R\$ 3,00, sabe? (Ana)

Um movimento interessante na perspectiva de aquisição de novos equipamentos para aumentar o faturamento foi a realização de um evento em outubro de 2006, que previa que parte dos recursos obtidos com a venda dos convites fosse revertida para a compra de uma pequena picotadeira de papel⁷⁰ e de um moinho de isopor – a fim de reduzir o espaço de armazenamento e aumentar o valor de venda, cogitando-se a comercialização para artesãos do Embu. Após o evento, decidiu-se que a sobra seria utilizada para pagar o computador novo adquirido e a

⁷⁰ Condição para permitir a doação de bancos e empresas, que trabalham com informações sigilosas.

picotadeira.

Outras cooperadas entrevistadas mencionaram ter consciência de que a melhoria da infra-estrutura tecnológica poderia contribuir também para reduzir o desgaste físico dos trabalhadores, tais como a aquisição de uma esteira para triagem e uma empilhadeira que não precisasse ser operada manualmente: *“Tem aqueles maquinários que já é mais... Que nem esses carrinhos [empilhadeira], tem um que é só apertar o botão que já levanta, o carrinho anda sozinho, não precisa empurrar...”*.

Pensando na saúde dos trabalhadores, cabe destacar que este carrinho poderia ser usado para o transporte de bags, poupando o esforço físico hoje empregado pelos cooperados para transportar manualmente os arrastões. Caberia ainda acrescentar à lista uma prensa com trava de emergência capaz de oferecer segurança em seu manuseio.

6. O TRABALHO NA COOPERMAPE: O CONTÍNUO REPLANEJAMENTO E A IMPRESSIONANTE CAPACIDADE ORGANIZATIVA

A cooperativa se mostra um espaço em (re)construção permanente, associado ao aprendizado constante na gestão interna a partir da relação com um ambiente no qual, como vimos, está sujeita a um pesado jogo de forças e interesses divergentes.

O processo de trabalho está sujeito, portanto, a um contínuo replanejamento, que procura responder à necessidade de readaptação ao ambiente instável e à tentativa de compatibilização do duplo desafio interno dos empreendimentos autogestionários.

O cotidiano mostra que um pequeno detalhe, uma alteração que pode chegar a passar despercebida, pode fazer uma diferença significativa (favorável ou desfavorável) no processo de organização e nas condições de trabalho e saúde.

6. 1) O visível e invisível processo de trabalho cotidiano

As etapas de trabalho cotidianas são a coleta seletiva, a triagem, a classificação dos recicláveis (com suas várias sub-divisões em função dos tipos de materiais)⁷¹, a prensagem e enfardamento, a comercialização das cargas e o transporte do rejeito ao aterro sanitário.

⁷¹ No presente texto, optamos por distinguir a atividade de triagem, assumida como etapa cujo objetivo principal consiste em diferenciar materiais reaproveitáveis e não-reaproveitáveis/rejeito, daquela que envolve o tratamento e as separações sucessivas dos recicláveis, por nós denominada de classificação e que visa atender as condições de comercialização de cada tipo de material.

O processo de trabalho pressupõe etapas interdependentes: a triagem é pré-requisito para classificação dos materiais, ao passo que a classificação fina é pré-requisito para prensagem, que geralmente é condição para a comercialização. Já as sub-etapas de classificação dos tipos de materiais recicláveis (vidros, aparas – constituídas basicamente de sacolas plásticas e grandes papéis –, copinhos, plásticos, papel) podem ocorrer concomitantemente.

A jornada de trabalho regular é de 40 horas semanais, segunda a sexta-feira, das oito às 17hs, contando uma hora de almoço (12:00-13:00). A exceção são os cooperados que trabalham nos caminhões, que chegam e vão embora uma hora mais cedo (7:00-16:00), e os que trabalham na prensa, que se alternam em diferentes turnos conforme a necessidade de agilizar o enfardamento (6-14hs, 14-22hs, 22-6hs). O trabalho aos sábados é convocado pela diretoria somente quando há acúmulo nos materiais a triar e classificar e durante a semana eles não conseguem dar conta do “giro” necessário. Existe ainda a possibilidade de cumprir “horas-extras” na classificação de materiais que estejam acumulados, que se revertem em adicionais à retirada igualitária.

Até a reorganização da gestão, discutida no capítulo anterior, a divisão diária de tarefas e “setores” era determinada pela presidente da cooperativa no início da manhã e da tarde, às vezes comportando pequenas alterações em função da sugestão de cooperados – raras vezes presenciamos readaptações nessa divisão inicial, como no dia em que foi sugerido não deixar uma única pessoa na classificação das aparas, deslocando uma cooperada do “*verdinho*” para tanto, ou quando houve alteração na rota

prevista de um dos caminhões para fazê-lo passar pelo PEC para a retirada do material acumulado.

A divisão do trabalho entre os cooperados orienta-se pelo sexo, pela habilidade e conhecimento dos trabalhadores, pelo acúmulo de cada tipo de material a ser trabalhado e/ou por compromissos assumidos com compradores – ex. comercialização de uma carga com 10 toneladas de PET numa certa data, levando a priorizar a sub-classificação e enfardamento deste tipo de material.

Em geral, as mulheres são responsáveis pela triagem e posterior classificação dos recicláveis, enquanto os homens costumam ficar com as atividades que supostamente requerem maior carga física: coleta seletiva, prensagem, transporte de bags e carregamento do caminhão para entrega das cargas, além da desmontagem de sucatas que contém materiais ferrosos.

Na classificação dos recicláveis, as separações que demandam conhecimento mais específico são o papel, os plásticos duros e os vidros, usualmente realizadas por determinados cooperados que detém esse conhecimento. Já no “*verdinho*” e nas classificações de aparas e copinhos costuma haver um rodízio entre parte das mulheres, cujo número acompanha o acúmulo de material em cada “setor”. Registre-se que quando há um grande volume de material coletado a triar todas as mulheres são requisitadas para dividir o trabalho no “*verdinho*”.

Embora o argumento da carga física para justificar a *segregação sexual dos postos* de trabalho na Coopermape a princípio pareça bastante convincente, nossa participação ativa em cada etapa do processo e a conversa com alguns trabalhadores sugerem que há outros fatores

determinantes da divisão sexual do trabalho⁷².

Dois homens deram a entender que seria possível uma dupla mista (um homem e uma mulher) fazer a coleta seletiva nas ruas, já que a maioria das doações a transportar dos domicílios e pequenos comércios para o caminhão não são pesadas – observação que condiz com as duas situações em que participamos da coleta. Além disso, argumentaram que, diante da ausência de homens, ao encerrar o trabalho de triagem as mulheres vinham transportando os bags com os materiais já triados para os locais adequados (próximo a prensa, ou as áreas para nova separação), atividade que a depender do tipo do material (ex. papel) envolve um intenso esforço físico e grande sobrecarga quantitativa.

Assim, em função da menor movimentação, maior repetição e monotonia, ambos pareciam conceber o trabalho de triagem e classificação como uma atividade mais desgastante e não menos pesada do que a coleta.

Outro indício importante de que a divisão sexual do trabalho não seria orientada somente pela capacidade distinta dos sexos de suportarem a carga de trabalho requerida na atividade específica é o fato de os homens muito raramente participarem de atividades de triagem e classificação, mesmo quando o volume justificaria o empenho de todo grupo. Em uma conversa informal durante o trabalho, um cooperado manifestou seu preconceito e desgosto para com o trabalho de triagem realizado pelas mulheres, chegando a explicitar que se fosse obrigado a fazer esse trabalho deixaria a cooperativa.

⁷² As reflexões de Hirata e Kergoat (2002) ajudam a entender que a divisão sexual do trabalho é parte da divisão social do trabalho. Diferente da fragmentação teórico-conceitual recorrente nas análises que envolvem a questão de gênero, as autoras concebem que há uma “coexistensividade” das relações de classe e de gênero e que a consideração das relações de gênero é capaz de enriquecer as análises do processo de trabalho.

Pelo contrário, várias mulheres manifestaram gostar de sair no caminhão, sugerindo que haveria disputa entre elas para ver quem seria a escolhida para preencher lacunas por vezes deixadas por homens faltantes. Segundo cooperados entrevistados ser encarregado dessa tarefa na divisão do trabalho é um “*privilégio*”.

Uma das cooperadas entrevistadas foi bastante clara ao admitir que a inversão de homens e mulheres da coleta no caminhão para a triagem seria inviável por conta da indisposição da maior parte dos rapazes de atuar na separação dos materiais reaproveitáveis:

Com certeza se for só pra fazer a coleta seletiva a mulher tira de letra! Só que ela vai tirar de letra lá fora e o homem não vai separar aqui dentro, ela vai catar um monte, vai ficar parado aqui, porque eles não vão dar conta de triar igual elas triam [...] esses meninos mais assim, iam levar com pirraça aqui dentro, o dia que não saíssem no caminhão iam pirraçar muito aqui dentro... Eles não iam querer... Sabe, fazer pirraça pra sair no caminhão? Pra jogar eles pra rua? Eles acham que é mariquinha ficar abaixando aí pra fazer... E aí na vila, tudo bem, maior moleza mesmo que os meninos têm. Enquanto eles tão lá na moleza a gente tá aqui, puxando arrastão (Cláudia, grifo nosso).

Por outro lado, ela ponderou que o itinerário do caminhão inclui também doações de empresas, cuja retirada de material envolve grande peso, reenfatizando o argumento da carga física para justificar a divisão sexual do trabalho:

[...] coisas que a mulher faz aqui dentro, o homem não faz e coisa que o homem faz lá fora, a mulher também não faz. [...] e na hora das empresas? A gente pegar aqueles fardos de apara que vem da Ripasa, da KMP...? Encher o caminhão de papelão...tem papelão que é maior pesado... A gente não vai fazer o que eles fazem também. E nem eles aqui dentro não vai substituir uma mulher [...] se o homem for pegar um fardo de aparas, com certeza vai pegar mais do que a mulher, a mulher não vai fazer tanta força, o pouco que vai fazer já vai ser o suficiente para acabar com ela, enquanto isso ele tá morto do outro lado (Cláudia, grifo nosso).

A partir da ênfase de Cláudia sobre a pertinência da segregação sexual de alguns postos de trabalho tendo em vista poupar as mulheres da maior sobrecarga física, é possível pensar numa redivisão das duplas dos caminhões de forma que os itinerários dedicados à coleta a domicílios, escolas e pequenos comércios contassem com mulheres e os que envolvem empresas permanecessem com as duplas masculinas.

Porém, o depoimento de Cláudia e a conversa com o cooperado mencionada sugerem há homens na Coopermape que não aceitariam esse rodízio, uma vez que concebem as atividades de triagem e classificação de recicláveis como incompatíveis com a masculinidade e que trabalhos pouco “nobres” como esses devem permanecer sendo feitos pelas mulheres.

Assim, fica indicado que a diferença biológica entre os sexos (que condiciona a distinta capacidade de suportar peso) é insuficiente para explicar a divisão sexual do trabalho na Coopermape. A naturalização destas diferenças parece esconder a atualização da disputa das relações sociais entre os sexos⁷³.

No cotidiano de trabalho da Coopermape, percebemos certa ambigüidade no que diz respeito às relações de poder atualizadas na divisão sexual do trabalho. Afinal quem ocupa a “*direção*” da cooperativa e realiza o controle financeiro são mulheres – e isso não parece ocasional, mas, ao

⁷³ A disputa entre os sexos é historicamente construída e contém a dimensão opressão/dominação, tal como os fundamentos da divisão social do trabalho: “Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder [...] embora as modalidades mudem [conforme o tempo e o espaço], a verdade é que a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino” (KERGOAT apud HIRATA, 2002, p. 280). Também Rodrigues (2005) enfatizou a relação de poder e dominação presente na clivagem masculino-feminino no interior das fábricas do entorno da capital paulistana estudadas na década de 80: “[há uma] (re)construção – no nível da fábrica – da dominação [...] qualquer lugar traz a potencialidade de servir como cenário, e todos os recursos materiais e humanos há de servirem para uma instrumentalização de algo incessantemente reiterado, que é próprio de um todo social e de todas as sociedades: a diferenciação sexual e a dominação masculina” (RODRIGUES, 2005, p. 204/05).

contrário, característico dos quase dez anos de existência formal da cooperativa. Ao mesmo tempo, são exclusivamente as mulheres que se dedicam ao trabalho manual e repetitivo de triagem e classificações dos materiais, enquanto os homens realizam tarefas que envolvem o uso de alguma tecnologia⁷⁴ – coleta nos caminhões, prensagem dos materiais e transporte dos fardos para o caminhão com a empilhadeira (atividades que são realizadas por mulheres apenas quando há insuficiência de homens para as tarefas).

Por meio das análises de Arakcy Martins Rodrigues⁷⁵ sobre a “clivagem masculino-feminino”, nos damos conta de um fator que possivelmente seja mais determinante do que a tecnologia para compreender a divisão sexual do trabalho cotidiano na Coopermape: a coleta seletiva e a prensagem, feitas principalmente por homens, são etapas do processo de trabalho reconhecidas mesmo pelos atores externos à cooperativa, enquanto a triagem e as classificações, etapas intermediárias “invisíveis” para esses atores externos (vide a prefeitura), são atribuições das mulheres.

As cooperadas ficam com uma parte extremamente trabalhosa e muitas vezes desagradável (pelo maior contato com o rejeito) da divisão cotidiana, que corresponde essencialmente ao que caracteriza o trabalho das cooperativas de materiais recicláveis (até por sua exclusão dos processos de beneficiamento) e tende a mobilizar um maior número de cooperados e a

⁷⁴ A baixa presença de mulheres em postos de trabalho mecanizados foi também relatada por Rodrigues (2005, p. 193): “Muito comumente, existe uma diferenciação no tocante ao grau de mecanização da tarefa. Na maioria das vezes, as mulheres não lidam com máquina ou não estão diante das mais automatizadas. As “proezas” da máquina se somam à imagem masculina, engrandecendo-a ainda mais”.

⁷⁵ Rodrigues relatou ter descoberto uma fábrica onde menos do que a tecnologia o que determinava a “clivagem” era o fato das mulheres ficarem com embalagens e os homens com o produto.

consumir o maior número de horas nas classificações sucessivas. Esta classificação minuciosa é determinante no faturamento mensal à medida que o conhecimento de seus vários níveis – associado ao acesso à prensa e a capacidade de negociação com compradores de cada tipo de material – interfere na formação de preço das cargas. Contudo, apesar dessa centralidade, é um trabalho intermediário que não aparece para quem está de fora.

Rodrigues (2005) destaca ainda outros significados que devem ser considerados na determinação da divisão sexual do trabalho, tais como “atributos femininos” relacionados à formação cultural das mulheres, como destreza, delicadeza, paciência, meticulosidade, minúcia e habilidade manual fina, em oposição a representação social da masculinidade, associada a virilidade e à capacidade de suportar força física – é necessário “ser Homem com H maiúsculo” (KERGOAT, 2002). O caso dos rapazes que se negam ao trabalho de triagem e classificação fazendo “*pirraça*” parece característico da problematização feita por Rodrigues (2005, p. 196/97, grifo nosso):

[...] todas as mulheres executam bem as tarefas para as quais o treinamento para futuras donas-de-casa as dotou. Esse fato torna muito fácil o trabalho de “naturalização” dessas habilidades. **Quando há tentativas de colocar homens nesses cargos, eles não os aceitam, ou não os realizam a contento,** o que reforça a idéia de que o homem, “por natureza”, é avesso ao seu desempenho.

Lembremos ainda que, embora claramente repetitivo e predominantemente monótono, o trabalho de triagem e classificação de recicláveis requer das mulheres uma atenção e um esforço constantes, como reconhecem os homens que o identificaram como mais cansativo do que

sair no caminhão para a coleta. A esse respeito, Kergoat (2002), apoiada na psicopatologia do trabalho e contrariando a avaliação corrente do trabalho repetitivo, monótono e fragmentado como sem valor, por ser supostamente fácil de realizar, lembra que ele requer do trabalhador grande esforço psíquico para conseguir se submeter à organização científica do trabalho.

É interessante observar que a desvalorização da representação do trabalho feminino em relação aos atributos masculinos de força e virilidade não é prerrogativa exclusivamente dos homens. Durante o trabalho de classificação, assistimos uma das cooperadas comentar, acerca da separação dos papéis, que não gostava de ficar nesse “setor” porque, diferentemente daquelas que regularmente se dedicavam a essa separação, ela não gosta de “bordado”, nem de tarefas delicadas, detalhistas e minuciosas – disse preferir atividades cujo resultado seja mais “visível”, inclusive aquelas que envolvem uso de força física, como a coleta seletiva e a prensagem.

6. 2) A minúcia e detalhamento das complexas etapas do processo de trabalho⁷⁶

A seguir apresentamos uma descrição detalhada de cada etapa de trabalho cotidiano e suas sub-etapas. O croqui abaixo, simbolizando a “planta” do galpão e de sua área externa, procura ajudar o leitor a se situar espacialmente na descrição do processo de trabalho, ao passo que as fotos apresentadas ao longo do capítulo procuram complementá-la.

⁷⁶ A descrição a seguir refere-se à organização do trabalho cotidiano em fins de 2005. Algumas das etapas descritas e decisões sobre a divisão do trabalho foram alteradas desde então e serão discutidas no capítulo 7. Buscando indicar parte das mudanças, alguns trechos são apresentados no tempo passado, enquanto outros adotam o tempo presente.

COOPERMAPE

6. 2. 1) A coleta seletiva

A coleta seletiva porta-a-porta é realizada de segunda-feira à sábado⁷⁷, abrangendo domicílios, escolas públicas, instituições conveniadas ao poder público e pequenos comércios. O itinerário dos caminhões passa também por alguns PEVs, que no município de Embu são uma forma secundária de coleta seletiva.

É controverso o percentual de bairros abrangidos pela coleta seletiva em Embu. Segundo Besen (2006), o programa público de coleta seletiva abrangia 42% dos bairros⁷⁸, enquanto de acordo com informações da prefeitura ele alcança 60% da cidade⁷⁹. Para além do número distinto de bairros, registre-se que a adesão por doadores nos diferentes bairros aparentemente é bastante variada.

Três motoristas da prefeitura (contratados como celetistas e alocados especificamente para essa função)⁸⁰ são responsáveis por guiar cada um dos três caminhões hoje disponíveis⁸¹. Em cada um deles, acompanhando o motorista, usualmente vão dois cooperados – chamados pelos motoristas de “*ajudantes*”, contando com suporte de uma mulher realocada quando há

⁷⁷ Segundo um dos motoristas, a coleta aos sábado é feita em bairros mais afastados da cooperativa, onde o padrão de consumo é mais alto e a doação é mais organizada – comentou que normalmente aparece um funcionário da casa para entregar as doações.

⁷⁸ Besen (2006) afirmou que um dos pontos positivos do programa público de coleta seletiva de Embu é o crescimento do número de bairros abrangidos pelo programa ao longo dos anos. Passou de 15% em 1994, a 30% em 1997 e, desde 2004, alcança 42% dos bairros.

⁷⁹ Na manhã de terça-feira, quando pela primeira vez acompanhamos essa etapa de trabalho, a coleta foi realizada em 4 bairros, cerca de 18 ruas e 30 pontos – predominantemente casas, incluindo também duas escolas, cerca de três pequenos comércios e uma gráfica de pequeno porte. Ao retornar à cooperativa na hora do almoço, o caminhão continha cerca de metade de sua capacidade preenchida pelos materiais doados, resultando em cerca de 400 quilos.

⁸⁰ Vale pontuar que um dos motoristas nos contou que os motoristas da prefeitura fogem do trabalho na Coopermape, dado o preconceito/receio de trabalhar com “*lixo*”. Já ele disse gostar, tanto por não ter um chefe permanentemente supervisionando seu trabalho, como por achar interessante aprender mais sobre o processo de reciclagem.

⁸¹ Ao longo do trabalho de campo, por duas vezes o número de caminhões a disposição da Coopermape foi alterado. Durante alguns meses de 2006, o grupo pode contar com um quarto caminhão, mas em seguida ele foi novamente retirado.

lacunas nas duplas fixas masculinas.

Os caminhões são diferentes dos utilizados em programas públicos de coleta seletiva em capitais como São Paulo e Porto Alegre: comemore-se o fato de não serem compactadores, porém não são do tipo “gaiola”, mas sim caminhões-baú (que têm a traseira fechada), o que parece dificultar o trabalho, pois os cooperados tem que arremessar e empurrar o material para trás no momento da carga e arrastá-lo para frente no momento da descarga, quando recorrem a uma vassoura para auxiliar o trabalho.

O trajeto de cada caminhão é definido segundo bairros e “*vilas*”, de forma a percorrer cada uma delas (dentro do universo abarcado) uma vez na semana. Pelo que pudemos apreender, o itinerário dos caminhões foi inicialmente conformado pela prefeitura (Secretaria de Meio Ambiente), a partir dos locais que aderiram à campanha de doação de recicláveis feita junto a escolas públicas e domicílios. Aparentemente a campanha foi promovida pela prefeitura e complementada por cooperados da Coopermape. Sobre a renovação de campanhas de incentivo à doação, não ficou claro com que frequência e de que modo ela ocorre – o *site* da prefeitura na internet sugere que seria anualmente, por meio de folhetos anexos à conta de água.

Segundo os cooperados, durante a coleta não é viável fazer o trabalho de sensibilização de novos doadores, pois essa tarefa implicaria num aumento grande do tempo necessário para completar os trajetos.

Sobre a re-orientação de doadores para separação adequada na fonte, o cooperado com quem conversamos no dia que participamos desta etapa de trabalho mostrou receio de que os doadores se ofendam e argumentou que

seria melhor receber o material mesclado a orgânicos e não acondicionado de maneira adequada (como sabemos importante inclusive para evitar acidentes, no caso dos vidros) do que não ter material a coletar.

Na opinião deste trabalhador, o trabalho de educação ambiental junto aos doadores deveria ser (re)feito a cada 2 meses, visando não apenas ampliar o número de pontos por rua (observamos que na maioria delas, há apenas um ou dois pontos doadores), mas ter um roteiro atualizado que desse conta daqueles que mudam de residência ou deixam de doar materiais com o passar do tempo, reduzindo o tempo gasto ao buscar as doações nas casas previstas no itinerário. A esse respeito, cabe lembrar que, mesmo que na rua tenha apenas uma casa que doa recicláveis, o caminhão é obrigado a “*fazer a vila*”, senão o doador deixa de juntar assim que o material começa a acumular ou reporta queixas sobre a coleta seletiva à prefeitura ou à Coopermape.

No dia que acompanhamos a coleta o motorista, na época recém-contratado, tinha uma prancheta com o itinerário do dia escrito à caneta, cujos endereços originais tinham sido fornecidos pela funcionária responsável pela coordenação do projeto na Secretaria do Meio Ambiente. O interessante é que esse itinerário original estava desatualizado, tendo vários pontos de coleta sido alterados – ora incluídos, ora excluídos, fato que foi descoberto pelo motorista durante o trajeto a partir das indicações dos “*ajudantes*” (a dupla de cooperados). Então, num esforço de atualização e reorganização do roteiro, este motorista procurou juntar os endereços originais com os nomes das novas ruas e números das novas casas, que foi

acrescentando conforme a orientação dos cooperados⁸² – registre-se o impressionante domínio dos cooperados sobre o itinerário, orientando o motorista “novato” sobre o caminho adequado e corrigindo-o quando ele passava por um ponto de coleta sem se dar conta. Esse caso parece ilustrativo dos limites do trabalho prescrito e da possibilidade de incorporação do trabalho real na organização do trabalho cotidiano.

Cabe ao motorista relacionar o trajeto e as paradas feitas num quadro, utilizado pela prefeitura para controlar as despesas de combustível do caminhão.

Sobre o trabalho de coleta em si, quando o caminhão chega aos pontos de doação, o motorista o estaciona (normalmente o mais perto possível dos cooperados, de forma a facilitar o transporte dos recicláveis à traseira do caminhão) e a dupla de cooperados se divide conforme os lados da rua para tocar a campainha das casas previstas no itinerário, explicando: “é a reciclagem”. Quando o trajeto a ser percorrido pelo caminhão até o próximo ponto de coleta é pequeno, cada cooperado se pendura em uma das portas laterais a fim de acelerar o ritmo de trabalho.

Poucas vezes o material é deixado do lado de fora da casa, aparentemente para evitar que seja coletado por carrinheiros. Em algumas casas os cooperados entram pelo portão semi-aberto para retirar os sacos. Durante o trajeto, algumas vezes aproveitam para recolher recicláveis de lixeiras suspensas nas ruas, especialmente quando há garrafas PET e

⁸² Vale registrar que, conforme nos chamou a atenção o próprio motorista, esse trabalho de atualização do trajeto de coleta foi ainda mais custoso em função de várias ruas não aparecerem no guia e as numerações das casas não obedecerem a uma lógica racional – às 3^{as}feiras a coleta é realizada em bairros e vilas aparentemente recém-ocupados, com ruas irregulares e tortuosas, nomes escritos na fachada das casas e numerações bastante ilógicas, possivelmente retrato do crescimento recente e desordenado do município, associado à configuração de cidade-dormitório.

papelões.

Alguns moradores não utilizam meios apropriados para o acondicionamento dos recicláveis, resultando num largo tempo para coleta de um único ponto. Na manhã que acompanhamos essa etapa de trabalho, assistimos a dupla de cooperados fazer várias “viagens” para dar conta de tudo que um casal havia separado pelos vários cantos da garagem de sua casa, sendo os resíduos entregues aos pouquinhos.

Em outra casa, auxiliamos a dupla a efetivar a coleta, pois a quantidade era grande e novamente o meio era inadequado: a moradora junta os recicláveis (aliás sujos e às vezes misturados, com vários vidros quebrados no meio) numa espécie de contêiner de cimento embaixo da janela na garagem. Dada a impossibilidade de mover o recipiente e do fato da moradora não usar sacos no acondicionamento, cabe aos cooperados transferir os materiais para sacos que eles mesmos tem que levar, mais uma vez num trabalho que demanda um tempo que poderia ser abreviado e otimizado, desde contasse com maior colaboração dos doadores e maior orientação e planejamento por parte dos cooperados.

Outros moradores pedem que os sacos sejam devolvidos para nova separação, obrigando os cooperados a despejarem seu conteúdo na traseira do caminhão, mais uma vez tendendo a tornar a atividade de coleta mais morosa e a dificultar o momento da descarga no “*verdinho*”.

Na gráfica onde acompanhamos a coleta, o volume de material era bastante grande e os latões (usados pela gráfica para acondicionamento dos materiais) por si só bastante pesados. Enquanto o cooperado descia as escadas com os latões, o motorista ajudou a transportá-los e a cooperada

ergueu-o e tombou seu conteúdo no interior do caminhão. Um rapaz da gráfica que, como eu, observava o movimento e o esforço dos trabalhadores, sugeriu que a gráfica deveria usar latões de plástico para diminuir o peso e facilitar o trabalho de remoção dos recicláveis.

Nas escolas públicas e PEVs o material reciclável é armazenado em grandes contêineres verdes. Se eles estão muito cheios, os cooperados costumam levar o contêiner até perto do caminhão para descarregá-lo de uma só vez; caso contrário passam os materiais de dentro do contêiner para latões e sacos intermediários⁸³. Na segunda vez que participamos da coleta, presenciamos uma mudança importante no recolhimento destes contêineres: por sugestão de um trabalhador, nas escolas que juntam semanalmente maior quantidade de materiais, a dupla de cooperados passou a deixar um “*arrastão*” no interior do contêiner, facilitando a remoção do material no momento da coleta, quando ele é substituído por outro vazio. A pequena alteração reduziu significativamente o tempo gasto no recolhimento nestes pontos e o esforço dos trabalhadores na tarefa.

É interessante observar ainda que numa das escola em que fizemos a coleta com os cooperados, entramos e saímos sem que qualquer pessoa se dirigisse a nós, transmitindo uma sensação de invisibilidade que lembrou a descrita por Costa (2002) quando trabalhou junto aos garis.

Além do material cedido por domicílios, escolas, instituições e comerciantes, a entrada de materiais (*input*) na Coopermape conta também com o recolhimento pelos caminhões da doação regular de algumas empresas do município de Embu (Ita, Albras, KMP etc) e de bairros

⁸³ Cabe mencionar que é comum um dos cooperados entrar dentro do contêiner para facilitar a retirada de parte de seu conteúdo até que seja possível tombá-lo para concluir o trabalho de remoção.

localizados na fronteira com os municípios vizinhos (Itapecerica da Serra, São Paulo e Osasco). A cooperativa recorre ainda à compra de materiais do condomínio *Portal do Morumbi*, em São Paulo.

Curioso observar, finalmente, as situações em que as doações vão além dos recicláveis, como o caso de um sofá doado no dia que participamos da coleta e que foi aproveitado por um dos cooperados.

Coleta seletiva: porta-a-porta e PEV em uma escola pública

Pesagem do caminhão na balança à entrada do aterro

Caminhão na rampa lateral para descarga no mezanino

Descarga do material para triagem

6. 2. 2) A triagem no “*verdinho*”

O material recolhido na coleta seletiva porta-a-porta e nos PEVs pelos caminhões é descarregado na entrada do galpão, na área denominada “*verdinho*”, onde passa pela triagem, cujo objetivo principal é identificar e separar os resíduos reaproveitáveis dos não reaproveitáveis, tidos como rejeito.

Visando otimizar o processo de classificação dos materiais, já no “*verdinho*” os recicláveis sofrem uma primeira separação básica, mais genérica, sendo dividido entre: Tetra Pak, PET, embalagens de óleo (cozinha e carro), papel branco/revista, jornais, papelão claro, papelão escuro, “brinquedos” (basicamente plásticos que não PET e sacolas), saquinhos plásticos, latas de alumínio, latas de aço e vidro.

A triagem no “*verdinho*” costuma ser realizada no período da manhã por um grupo de mulheres cujo número varia em função do volume de material acumulado: quanto mais material, maior o número de mulheres mobilizadas, de forma a dar conta do montante antes das 12hs para que a tarde possam prosseguir na separação mais fina dos recicláveis.

Normalmente os caminhões depositam o material no *verdinho* no início da manhã e início da tarde e o esforço para dar conta da triagem no “*verdinho*” antes do meio-dia de forma a não deixar acumular com o material da tarde ou do dia seguinte está associado a tentativa de minimizar o problema da presença de ratos, que são atraídos pelo material orgânico misturado aos recicláveis (fruto da triagem inadequada na fonte geradora).

Usando luvas de pano, as cooperadas abrem parte dos sacos e

despejam seu conteúdo no chão para facilitar a triagem. De tempo em tempo, uma das mulheres empurra com a vassoura os sacos restantes próximos à mureta na direção das cooperadas e novos sacos são abertos. Cada dupla usa bags/sacos comuns. Assim que os bags/sacos de cada tipo de material enchem, um cooperado (ou, na falta de homens, as próprias cooperadas da triagem) substitui os recipientes por novos vazios. As caixas de papelão são arremessadas para frente, enquanto o lixo/rejeito permanece no chão, sendo empurrados sob os pés das cooperadas rampa abaixo para permitir a continuidade da triagem.

Quando o grupo de mulheres dá conta de triar e separar todos os sacos do “*verdinho*”, os bags/sacos de cada tipo de material são transportados para as devidas baias, onde sofrerão nova separação, desta vez mais “fina”, específica. Já os materiais que não precisam passar por nova classificação (como as caixinhas de leite Tetra Pak e as embalagens de óleo) são conduzidos à área próxima a prensa, onde aguardam para serem enfardados. Por sua vez, os rejeitos são varridos e acondicionados em bags, posteriormente conduzidos ao aterro sanitário. Quando possível, esse trabalho de transporte dos bags ao final do trabalho de triagem conta com o auxílio de um homem.

Em função de seu alto valor, as latinhas de alumínio e o cobre, bastante raros de ser encontrados em meio aos sacos do “*verdinho*”, permanecem trancadas numa pequena sala coberta na área externa do galpão. Diferente da maioria dos materiais, as latinhas não tem sido prensadas para comercialização – uma vez que o valor pago pelo comprador não varia em função do enfardamento, a cooperativa tem priorizado a

prensagem de outros materiais.

Alguns tipos de embalagens plásticas finas e duras (como por exemplo algumas embalagens de macarrão ou iogurte transparente), bem como pedaços de tecido e embalagens metalizadas, são assumidas como rejeito, sendo deixadas no chão junto a restos de resíduos orgânicos, enquanto outras, como bandejas de isopor, são separadas à medida que encontram compradores.

A quantidade de orgânicos misturados e conseqüentemente de rejeito por saco triado, varia em função da adequação da triagem na fonte geradora (nesse caso domicílios, escolas públicas e empresas doadoras), fruto do trabalho de sensibilização e educação ambiental realizado. Pelo que pudemos acompanhar, de modo geral o material vem razoavelmente limpo e é pouco freqüente encontrar restos de comida ou rejeito de banheiro em meio aos sacos do *verdinho*.

O material recolhido em empresas e escolas, pela tendência de maior presença de um único tipo de material, geralmente “pula” essa etapa inicial de triagem e separação no “*verdinho*”, sendo diretamente encaminhado para sub-setor de classificação específico (papéis, plásticos, aparas, copinhos ou vidros).

Os materiais comprados de condomínio também são triados a parte uma vez que os sacos costumam vir mais “*limpos*” e que o controle sobre a pesagem de cada tipo de reciclável é feito separadamente a fim de viabilizar o cálculo do pagamento corresponde.

As reconfigurações do “*verdinho*”: 1) na parte frontal do galpão, com exposição ao sol e à chuva; 2) aos fundos próximo à prensa; 3) sobre o mezanino. A primeira foto evidencia o persistente risco de agravo à coluna.

6. 2. 3). O consecutivo processo de classificação dos recicláveis

As formas de separação e as sub-etapas de classificação dos materiais recicláveis são bastante condicionadas pelos compradores. Segundo uma conversa informal com uma das cooperadas em nossa visita inicial à cooperativa, a separação é feita de acordo com as condições exigidas pelo comprador e sofre variações ao longo do tempo, principalmente em função de mudanças na relação de compradores. As novas condições são, então, informadas aos cooperados: “*a partir de hoje será feito assim*”. Como vimos no capítulo anterior, a avaliação feita para ver se vale a pena aceitar as condições do comprador é baseada predominantemente no retorno financeiro dessa operação – segundo uma cooperada, separações “mais finas” chegam a dobrar o valor dos materiais.

Como se verá, algumas das sub-classificações exigem uma qualificação específica dos trabalhadores, como o caso dos papéis, plásticos e vidros, na maior parte dos casos aprendida na prática cotidiana.

Segue uma breve descrição de cada uma das sub-etapas da classificação.

6. 2. 3. a) A classificação dos papéis

Os papéis acumulados para separação nas baias à direita da área coberta do galpão vinham do “*verdinho*”, da doação de empresas ou ainda da compra de vendedores do entorno do Embu (feita até o início de 2006).

Identificado pelos cooperados como “*Ripasa*”, o setor de papéis recebeu esse nome em função do comprador até 2005 exclusivo de papéis brancos, “*cartola*” (que inclui papelão claro, capas de revista desde que sem brilho ou folhas mais grossas), jornais, revistas e papelões.

Até a mudança na relação com a Ripasa (que será discutida adiante), o papel era o único tipo de reciclável que conseguia ser diretamente comercializado à uma indústria recicladora, sendo os demais vendidos a aparistas. O ônus era a “limpeza” adicional exigida: além da classificação fina por tipos de papel – papel branco/fino, “*cartola*”, jornais, revistas e “*elmo*” (assim batizado em função do nome de um comprador) – para onde vão as aparas com cola, papéis brilhantes ou muito grossos e papelões escuros – era preciso retirar os grampos, remover a porção com cola que une as páginas de revistas, livros, listas telefônicas e encartes e ainda os espirais de cadernos.

Para viabilizar as sub-classificações e “limpezas”, a Ripasa inicialmente treinou os cooperados para a separação dos diversos tipos de papel, possibilitando à cooperativa alcançar “maior valor agregado” no momento da comercialização.

Como em todas as etapas do processo de trabalho da cooperativa, a atividade começa despejando o conteúdo de alguns sacos no chão em frente às mulheres, que, sentadas em baldes, fazem a “separação fina”, destinando o material para cada novo bag apropriado. Os raros recicláveis de outro tipo possivelmente misturados vão sendo deixados no chão e empurrados para trás, sendo ao final do período varridos e reconduzidos ao “*verdinho*” para a separação adequada.

À primeira vista, a distinção entre “*cartola*”, “*elmo*” e papel branco não é óbvia; ao contrário, exige atenção e o desenvolvimento de uma percepção mais acurada quanto ao tato e mesmo brilho do papel. Assim, o trabalho nessa etapa era bastante lento e minucioso e em geral feito por cooperadas que adquiriram agilidade na separação adequada, permitindo reduzir o retrabalho na revisão.

Justamente por ser mais lento e minucioso, algumas cooperadas relataram não gostar de trabalhar na “*Ripasa*”, alegando que, diferentemente do “*verdinho*”, das aparas ou plásticos, nos papéis “*cê trabalha, trabalha e parece que não mudou nada*”.

Feita a triagem fina e a “limpeza”, os bags de papel branco e “*cartola*” eram revisados por uma cooperada de forma a assegurar que não tivessem outros papéis mesclados, enquanto os bags de jornais, revistas e “*elmo*” eram conduzidos diretamente a área próxima à prensa, onde aguardavam para serem prensados. Esse procedimento de revisão dos papéis mais valiosos foi iniciado depois que a Ripasa devolveu uma remessa comercializada, alegando que um material misturado tinha prejudicado todo um lote deles.

6. 2. 3. b) A classificação dos plásticos duros

Os plásticos são o tipo de material que requer a separação mais complexa, relacionada às diversas modalidades fabricadas (PET, PEAD, PP, PS, PVC etc).

Os plásticos duros, denominados pelos cooperados de “*brinquedo*” no *verdinho* (basicamente embalagens plásticas que não PET, copinhos ou sacolas/paras), são encaminhados para os fundos, na lateral esquerda do galpão, para sofrerem nova separação.

A separação complexa exige um conhecimento extenso das várias modalidades de plástico existentes. Aparentemente nenhuma das cooperadas passou por curso de capacitação para o exercício da atividade, mas uma delas, que faz parte do grupo desde seu início há 13 anos, é “expert” no reconhecimento dos plásticos e ensina as demais. Quando as embalagens não contam com a discriminação no fundo, as cooperadas consultam quem domina o assunto ou diferenciam as modalidades pelo tato. A cooperada “expert” nos plásticos, por dificuldades de enxergar as letras miúdas, nunca consulta o verso das embalagens, e desenvolveu estratégias particulares para diferenciar alguns PPs de PEADs, como dobrá-los, ensinando que se ficar branco é PP. Normalmente ela e outra cooperada também já mais velha, se dedicam à separação dos “brinquedos”, sendo auxiliadas por outras cooperadas conforme o acúmulo dos plásticos em relação aos outros materiais a separar. Justamente em função da complexidade da separação, algumas cooperadas não gostam de ficar nos plásticos, mas, como pudemos experimentar, com um tanto de paciência, atenção e suporte não é difícil aprender.

Como nas demais separações, o trabalho começa despejando parte dos bags com plásticos duros misturados sobre a rampa, sendo empurrados com a vassoura e os pés na direção dos baldes das cooperadas para a classificação e acondicionamento nos distintos bags: “PP” (uma enorme

gama, que vai de pequenas garrafas e copos de água a potes de mantimentos); “PS” (basicamente copinhos e pratos plásticos); PEAD colorido (embalagens plásticas duras, predominantemente de produtos de limpeza, coloridas ou transparentes mas com rótulo impresso diretamente no plástico); PEAD “branco” (embalagens plásticas duras brancas ou transparentes com rótulos soltos – não há preocupação em retirá-los); PET/PVC (que são depois ainda classificados mais uma vez); embalagens de óleo de carro e cozinha (a maioria dessas embalagens já são separadas no “*verdinho*”, mas algumas escapam na separação inicial); “*tranqueiras*” (em geral mesclam uma ampla variedade de objetos, desde algumas embalagens plásticas de leite, que tem o interior é escuro, bonecas, brinquedos, pedaços de plástico que não das espécies já citadas etc). Além disso são separados à parte canos, mangueiras, garrafões de água e, num sub-setor denominado de “*secos*”, objetos que precisam ser desmontados por misturarem ferro (inclui carrinhos, ventiladores, telefones etc).

Assim como no “*verdinho*”, quando aparecem materiais de outro tipo, que “escaparam” na separação inicial (como embalagens de Tetra Pak, sacos plásticos finos, vidros etc), eles permanecem no chão e vão sendo empurrados para trás, sendo varridos e reunidos no final do período para re-seleção no “*verdinho*”. Embalagem excessivamente sujas, ou com líquido dentro também são deixadas no chão, ao passo que algumas pequenas embalagens plásticas, como potes de iogurte de plástico fino com rótulo, são desprezadas por representarem pequenas quantidades no todo, não compensando a separação e comercialização – são consideradas rejeitos e encaminhadas ao aterro.

A partir dessa separação, os bags de PEADs e PSs são dirigidos para a prensa, enquanto os PPs são comercializados sem serem prensados (antes prensavam, mas depois arranjam comprador que “prefere” assim) e os bags de PET/PVC e “secos” são novamente separados, sendo que os que contém materiais ferrosos são desmontados pelos homens.

6. 2. 3. c) A classificação dos PETs e PVCs

Os bags de garrafas PET separados no “*verdinho*” são arrastados para outro local, onde aguardam nova classificação. Esse material vindo do *verdinho* é acrescido dos sacos de PET/PVC separados no setor “plástico duro” e ainda de sacos desse tipo de material comprado de condomínios.

Quando acumula uma determinada quantidade, a dupla de mulheres responsável pela triagem dos plásticos duros faz a nova separação desses bags, retirando as tampas das garrafas e distinguindo os PETs de cor verde (predominantemente garrafas de refrigerante), azul (predominantemente garrafas de água), transparente (predominantemente garrafas de água e embalagens de produtos de limpeza) e “misto” (garrafas laranja, bandejas douradas e outros) e as embalagens de PVC (que agregam objetos de acrílico). Cada cor de PET é destinada a um bag diferente (os valores de venda variam conforme a cor, sendo o transparente o mais valoroso e o misto o menos), que então aguarda para ser prensado.

Até pouco tempo atrás o PET era a modalidade de plástico mais valiosa, mas seu preço sofreu grande queda desde o início de 2005 (no caso

da Coopermape, o preço de venda caiu de R\$ 1,50 para R\$ 0,90 o quilo em meados de 2005 e para R\$ 0,55 em 2006), perdendo de longe para o PEAD.

6. 2. 3. d) A classificação dos copinhos plásticos

Boa parte dos sacos das baias dos “copinhos” vem da doação de empresas (ITA, Albras etc) e doação de escolas, mas somam também sacos desviados do “*verdinho*” – segundo as cooperadas, toda vez que quem está descarregando os sacos ouve barulho de copinho, os sacos são destinados pra lá.

Por não terem ainda passado por qualquer triagem prévia, agravada pela separação inadequada e falta de cuidado com a limpeza na fonte geradora, e ainda a exposição dos sacos no tempo enquanto aguardam para serem separados, são os materiais mais misturados, sujos e mal cheirosos da cooperativa – especialmente os sacos vindos de escolas. Justo por isso, essa etapa é tida por algumas cooperadas como o pior trabalho da cooperativa.

Os sacos são arrastados das baias laterais externas e seu conteúdo é despejado perto das cooperadas, que, sentadas em baldes em frente às baias específicas, devem destiná-los aos bags e sacos vazios apropriados, colocados à volta: um saco para os copinhos brancos (geralmente “PS”), um para os transparentes (geralmente “PP”), um para jornais, um para a “*Ripasa*”, um para “elmo”, um para sacolinhas e outro que mescla plásticos e Tetra Pak e é reencaminhado para o “*verdinho*” para separação adequada. O trabalho é feito individualmente, em duplas ou trios de

cooperadas.

Após a seleção de copinhos, seguida da retirada de papéis e sujeiras de seu interior, boa parte dos sacos torna-se rejeito. Os restos de comida ou líquido deixados nos copinhos atraem muitas abelhas e pequenos mosquitinhos ficam em volta enquanto as cooperadas fazem a separação. O cheiro do material orgânico em decomposição e a aparência repugnante chegam a causar enjôo num visitante desavisado. É um trabalho indigno e insalubre, que não deveria ser realizado por pessoas. Ali lixo e resíduos reaproveitáveis ficam misturados a ponto de não permitir que as mulheres que devem distingui-los escapem da mistura. O rejeito acumula-se aos pés e ao redor das cooperadas, obrigando-as a freqüentemente interromperem o trabalho para empurrá-los mais para trás a fim de poderem prosseguir com a separação.

Assim como nas “*aparas*”, a classificação não é feita diariamente, mas apenas quando há um certo acúmulo de material nas baias, sendo então deslocadas algumas cooperadas para a separação, geralmente as mesmas que trabalham no “*verdinho*” e nas “*aparas*”, cujo número varia em função do acúmulo de trabalho.

6. 2. 3. e) A classificação das “*aparas*”

As baias onde são depositados os sacos de “*aparas*”, compostos predominantemente de sacolas plásticas finas e grandes papéis, tidos como “*elmo*”, ficam na parte externa do galpão, sujeitas portanto ao sol e à chuva,

assim como os copinhos e os vidros. O material acumulado vem do “*verdinho*” e da doação de empresas.

Em meio às sacolinhas e papéis se encontram também faixas de plástico, que além de serem separadas num bag particular, necessitam ter as madeiras laterais retiradas. Esse trabalho é feito com as mãos ou utilizando uma faca ou um canivete quando o plástico é mais duro, tornando a remoção manual da madeira uma tarefa mais difícil.

No mais, o trabalho nas “*aparas*” envolve a separação das sacolinhas finas (basicamente sacolas de supermercado) dos demais sacos e embalagens plásticas – incluem sacos de lixo, plástico bolha, embalagens de ração, sendo que os plásticos-filmes são separados à parte. É feito de maneira semelhante às demais etapas: sentadas em baldes em frente à baia específica, após despejarem o conteúdo dos sacos próximos aos pés, as cooperadas fazem a separação nos bags adequados, colocando outros tipos de resíduos num saco adicional, que é reconduzido ao “*verdinho*”, e deixando no chão embalagens plásticas que não são comercializadas (é o caso de celofanes e folhas plásticas pouco maleáveis, mais duras e “*barulhentas*”) e se mesclam a rejeitos recolhidos ao final do período.

Assim como no caso dos copinhos e vidros, a separação não é feita diariamente, mas apenas quando há um certo acúmulo de material, quando então algumas cooperadas são deslocadas para a separação. Normalmente são as mesmas cooperadas que trabalham no “*verdinho*” ou nos copinhos que fazem o trabalho nas “*aparas*” e igualmente o número varia em função do volume acumulado.

Quando chove ou o sol é excessivo, as cooperadas procuram encontrar

uma área no interior do galpão para fazer provisoriamente a separação, arrastando alguns sacos e bags. É importante destacar que, assim como nos copinhos, a chuva em dias anteriores implica em piores condições de trabalho para as cooperadas, à medida que molha o material das baias, fazendo com que as luvas rapidamente fiquem encharcadas e o uniforme mais molhado, além de levarem à ampliação do rejeito.

6. 2. 3. f) A classificação dos vidros

Os vidros encontrados no “*verdinho*” são conduzidos a uma baia lateral, também sujeita à exposição no tempo, onde ficam armazenados até que acumule certa quantidade que justifique mobilizar cooperados para prosseguir na atividade.

Durante as visitas de campo, apenas uma vez um cooperado foi orientado para trabalhar (sozinho) nesse setor. Isso está relacionado ao fato de essa etapa do trabalho ser realizada por homens, que no final de 2005 passaram a ser absoluta minoria, dado o desligamento de muitos rapazes. Diante da lacuna de homens para a divisão do trabalho, a classificação dos vidros foi preterida à participação dos cooperados na coleta, prensagem, transporte de bags e fardos e entrega das cargas.

Contudo, ao final de 2005 o acúmulo de vidros a classificar era tal (acúmulo esse aliás recorrente aos demais materiais recicláveis em função da desorganização associada ao PEC) que foi chamado um trabalhador de fora da cooperativa, com o qual o grupo mantém relação de longo tempo e é

“expert” no assunto, para trabalhar por alguns dias. Esse senhor trouxe seu filho para auxiliá-lo na atividade e após três dias de trabalho intenso deram conta de mais da metade do material acumulado.

Pelo que pudemos aprender com ele no dia que participamos da atividade, a separação dos vidros é condicionada à existência de compradores para sub-tipos específicos. Bons exemplos são as garrafas de pinga “51” e de vinho “São Tomé” ou os garrafões de 5 litros de vinho tinto, comercializados inteiros por um preço alto em relação ao quilo do vidro quebrado⁸⁴ e sem a necessidade de retirar o gargalo plástico, o rótulo ou a tela que por vezes envolve o vidro. Além do maior valor de venda, conhecer compradores para esses sub-tipos específicos implica numa forma diferente de organização do trabalho no “setor”, permitindo reduzir o tempo e o desgaste necessários para remover os gargalos plásticos e quebrar manualmente as garrafas. Têm ainda potencial para ser comercializados inteiros os vidros brancos com tampas de rosca (cujas tampas devem ser separadas, sejam elas de plástico ou metal), bem como as garrafas verdes e azuis de 700 ou 750 ml.

No caso dos vidros comercializados quebrados, a primeira tarefa consiste em remover tampas de plástico ou metal, gargalos plásticos e rótulos metalizados (os rótulos de papel não precisam ser removidos, já que o posterior mergulho dos cacos em soda cáustica, feito pelo comprador, dá conta de sua limpeza). A remoção dos gargalos plásticos ou rótulos metalizados é feita manualmente com auxílio de uma faca.

Removidas as partes mencionadas, os vidros são então separados em

⁸⁴ Segundo o “expert”, cada garrafão, por exemplo, correspondia a mais de quatro vezes o valor do quilo de vidro verde quebrado.

latões por cor (branco, verde, marrom ou “misto” – que inclui azuis ou coloridos), sendo em seguida quebrados manualmente pelos rapazes com auxílio de um martelo – durante esta tarefa, usam óculos para proteger os olhos.

6. 2. 3. g) A classificação das sucatas com materiais ferrosos e do cobre

Como já mencionamos, as sucatas com materiais ferrosos encontradas na separação dos plásticos duros são desmontadas por rapazes, que procuram separar seus componentes, reencaminhando os plásticos para o devido setor e reunindo os materiais ferrosos para comercialização.

Os fios de cobre encapados de plástico demandam também o trabalho masculino de “limpeza”, o que aumenta significativamente o valor desse material, que tem um dos maiores preços por quilo (se não o maior) na etapa da comercialização.

Dada a ausência de homens para assumir esta sub-etapa do processo de trabalho, não pudemos acompanhá-la, faltando elementos para descrevê-la em maiores detalhes.

Classificação dos papéis: “*Ripasa*” e limpeza minuciosa

Classificação dos plásticos duros: PP, PEAD, PS, PET...

Reclassificação dos PETs e remoção das tampas

Sacos de copinhos para classificação

Classificação das “aparas” e tentativa de cobertura da baia externa

Acúmulo de material nas baias externas e exposição à chuva

Baias externas depois de um extenso e intenso trabalho de classificação

Classificação dos vidros: separação por cores, remoção de lacres e quebra

6. 2. 4) A prensagem, o enfardamento e o armazenamento

A única prensa existente fica nos fundos do galpão. Ela é acionada por meio de uma alavanca, enquanto outra dirige o sobe e desce da engrenagem em direção ao material a ser prensado. Durante o movimento de descida, os cooperados apóiam lateralmente os materiais com as mãos, buscando evitar que eles caiam, até que a prensa alcance a altura coberta (essa porta abre para viabilizar a remoção do material enfardado).

Ao concluírem a prensagem do material, colocam papelão ou pastas de plástico abertas (reaproveitados) sobre ele, amarraram 3 tiras em volta do fardo, colocam a corrente na lateral para auxiliar o movimento de virada do fardo sobre a empilhadeira e então o armazenam nas laterais internas e externas ao galpão até que chegue o momento de serem transportados ao caminhão para venda.

Assim como a coleta, a princípio essa etapa do trabalho é executada por uma dupla masculina, mas, na ausência de homens, conta com suporte de mulheres.

A decisão sobre qual material prensar passa pela quantidade de material já classificado, privilegiando as maiores quantidades disponíveis de forma a evitar que se forme um fardo muito pequeno, ou por compromissos previamente assumidos com compradores.

Transporte do bag/ “arrastão”, após classificação

Prensagem e processo de formação dos fardos

Fardo pronto para ser armazenado

Transportando fardos para armazenamento

Fardos de papel no local de armazenamento anterior

Fardos de PEAD coloridos e de embalagens de óleo de carro – difícil comercialização e baixo valor no mercado

Fardos de PET armazenados na entrada do galpão

O escritório de administração

Transporte das cargas para venda, após negociação da comercialização

6.2.5) Negociações para comercialização

Além deste minucioso, desgastante e intensivo trabalho diário, o processo de trabalho em uma cooperativa de pré-reciclagem envolve complexas “atividades-meio”. Uma das de maior responsabilidade pela habilidade requerida e a implicação direta sobre o faturamento mensal é a negociação da comercialização das cargas de recicláveis.

Até a reconfiguração da gestão (discutida no capítulo 5), as decisões sobre a comercialização ficavam centradas na figura da presidente e da tesoureira, com exceção dos plásticos, que pela maior complexidade dos diversos subtipos contavam com auxílio de uma cooperada responsável pela classificação na determinação dos preços de venda.

Até então, geralmente o transporte dos fardos aos compradores no momento da venda era feito pela cooperativa, que organizava o itinerário dos três caminhões para viabilizar tanto a coleta seletiva como a entrega das cargas. Como na coleta, além do motorista da prefeitura, essa etapa de trabalho era acompanhada por dois cooperados, que carregavam o caminhão na cooperativa, com auxílio da empilhadeira, e descarregavam os materiais no local de venda.

Por muitos anos, o papel foi o único tipo de material que conseguiam comercializar diretamente à uma indústria recicladora. Pela regularidade das vendas e o maior preço alcançado, a Ripasa era de fundamental importância para composição da receita da Coopermape (balanços mensais das vendas afixados na cozinha indicavam que as vendas à Ripasa freqüentemente eram mais de 5 vezes superiores ao montante

comercializado à maioria das pessoas físicas às quais a cooperativa vendia vários tipos de recicláveis).

Segundo o material disponível no *site* da Ripasa na internet⁸⁵, a “parceria”⁸⁶ com a Coopermape foi iniciada em 1994, através de um projeto da Secretaria do Meio Ambiente para “tirar 20 famílias do aterro sanitário”. Divulgava que a empresa fomenta a prática da coleta seletiva e “valoriza as cooperativas de reciclagem comprando aparas para fabricação de papel cartão”, “pagando à Coopermape o valor de mercado, que chega a ser o dobro pago pelo sucateiro”.

Apesar de geralmente só negociar com grandes intermediários (capazes de fornecer maiores quantidades e melhor logística), a Ripasa abriu a exceção de comprar papéis em menor volume da Coopermape sob a condição da cooperativa fornecer, de forma exclusiva, papéis separados e “limpos” conforme sua orientação.

Contudo, a partir do segundo semestre de 2005, os acordos comerciais entre a Coopermape e a Ripasa foram modificados, o que parece estar relacionado à mudança de gestão e administração da indústria.

A Ripasa passou, então, a restringir a compra aos tipos de papel mais valiosos, excluindo jornais e limitando a quantidade de revistas por carga, e deixou de comprar materiais com a regularidade anterior – antes as vendas eram feitas cerca de duas vezes por semana, independentemente da quantidade de fardos ou quilos de papéis classificados. Além destas

⁸⁵ Foram consultadas duas matérias: “Ripasa Cidadã incentiva empreendimento social” e “Coleta seletiva de lixo – Fábrica Ripasa Embu”, disponíveis no *site* da empresa ou, respectivamente, por meio dos seguintes links: <http://www.ripasa.com.br/aripasa.cfm?cg=EBXParceriasCidada¬icia=1704> e http://www.ripasa.com.br/meio_ambiente.cfm?cg=EBXColetaAmb¬icia=185

⁸⁶ No início do trabalho de campo, algumas cooperadas se referiram a Ripasa como “*parceira*”, indicando que a empresa nutria uma relação especial com a cooperativa. Foi mencionado, por exemplo, o adiantamento de recursos financeiros, pagos com material após negociação.

limitações, a empresa deixou de oferecer o bom preço anterior, acabando por equipará-lo ao de pequenos compradores:

A Ripasa pagava muito bem aquela época que cê vinha no começo [meados de 2005], eles pagavam quase R\$ 0,60 no kg do papel branco, então até compensava fazer toda aquela...tirar...fazer toda aquela... Só que daí entrou um outro dono na Ripasa e eles abaixaram o preço pra nós, de quase R\$ 0,60 foi pra R\$ 0,35 (Érica).

A mudança na relação com a Ripasa gerou uma queda brusca no faturamento da cooperativa e foi um dos fatores disparadores da crise financeira enfrentada em 2005, explicitando a relação de dependência até então estabelecida:

*Aí começou assim, a gente tinha a carga pronta, contando com aquele dinheiro, aí eles ligavam e falavam assim 'nós não vamos aceitar a carga, vamos parar por uns 2 meses', aí todo mundo ficava desesperado porque **o maior rendimento financeiro** era a Ripasa. Aí quando eles paravam de comprar, a gente não tinha outro lugar. Ficava todo mundo desesperado, não tinha pra onde mandar, não entrava dinheiro... (Érica, grifo nosso).*

A alteração na relação com a Ripasa gerou um movimento positivo de busca por outros compradores de papel. No entanto, buscando novos canais de comercialização para o papel, constataram que ele teve uma brusca queda no valor de venda no mercado da reciclagem: “a gente não achava assim preço, era mesmo nessa faixa R\$ 0,35, R\$ 0,40, porque caiu muito o papel branco” (Érica).

Apesar de não terem conseguido achar quem pagasse um preço mais alto do que os R\$ 0,35 oferecidos pela Ripasa, encontraram um comprador que oferecia quase o mesmo preço (R\$ 0,33 no quilo do papel branco e R\$ 0,11 tanto nas revistas como nos jornais), porém sem limitar a quantidade mínima necessária para comercialização e exigir o trabalho de retirada de

grampos, colas e as demoradas sub-classificações imposta pela Ripasa, além de oferecer um menor prazo de pagamento (3 dias em comparação aos 15 do acordo anterior).

A movimentação gerada visando enfrentar a crise associada à Ripasa, evidenciou a necessidade de dedicar maior atenção à etapa de comercialização a fim de ampliar as fontes de rendimento financeiro da cooperativa e recuperar o equilíbrio da retirada mensal dos cooperados.

A partir do reconhecimento desta necessidade, com a reconfiguração da gestão administrativa e a redistribuição das responsabilidades em maio de 2006, duas cooperadas passaram a ser encarregadas da comercialização, a vice-presidente e a responsável pelo setor de logística.

O deslocamento da responsabilidade da presidência para a nova dupla vem permitindo que as negociações sejam feitas de maneira mais cautelosa e planejada, envolvendo a dedicação de um tempo de trabalho maior para ampliação da lista de compradores e a ponderação na combinação de diferentes critérios adotados, especialmente importantes depois da instabilidade no faturamento mensal gerada pela mudança na relação comercial com a Ripasa.

Em seu depoimento, Andrea contou que normalmente são os compradores que buscam a Coopermape para negociar a comercialização: *“Eles ligam pra prefeitura pra procurar saber do trabalho da gente, daí a prefeitura passa o telefone, eles entram em contato, a gente pede pra eles virem, a gente nunca negocia direto por telefone”*. Além do contato pessoal, enfatiza que, quando se trata da primeira negociação, pedem o telefone do gerente do banco do comprador e entram em contato para checar os dados

bancários fornecidos, buscando evitar calotes.

Érica explicou que a ampliação e diversificação da lista de compradores tem se dado também a partir de indicações de compradores com quem já comercializam certo tipo de material: *“Aí pro rapaz que compra PP a gente já pergunta 'cê não tem conhecimento de quem compra PEAD? A gente tá com uma quantidade grande' [...] aí um vai informando, um indicando o outro”*.

A diversificação visa viabilizar a comercialização mesmo quando algum dos compradores interrompe temporariamente a compra, cabendo frisar que essas oscilações de demanda parecem ser bastante frequentes. Érica relatou uma situação recente na qual o comprador de PEAD (um dos tipos de material com o qual conseguem melhor preço na venda) informou que interromperia a compra por 6 meses. Caso elas não tivessem se disposto a negociar com um comprador que procurou espontaneamente a Coopermape alguns meses antes do episódio, teriam ficado sem vender os fardos, prejudicando o faturamento daquele mês.

Atualmente, os principais critérios levados em conta na negociação com os compradores são o preço, o tempo de pagamento e a possibilidade do comprador vir retirar a carga na cooperativa.

O peso que cada um desses três critérios terá na decisão dos canais de comercialização a serem privilegiados exige uma avaliação complexa e cuidadosa, que considere a possibilidade de fazer contrapropostas aos compradores e pondere ao mesmo tempo diversas variáveis: o retorno financeiro da operação; a redução dos custos e logística envolvidos; o faturamento mensal necessário para assegurar a retirada fixa de R\$ 350,00

por cooperado, sem prejuízo do pagamento dos custos mensais, dívidas a serem quitadas ou reservas para futuros investimentos.

Uma vez que os fatores envolvidos na decisão são condicionados pelo ambiente externo, especialmente pelo instável mercado da reciclagem, a avaliação deve ser refeita mensalmente, pressupondo um contínuo monitoramento dos preços de recicláveis e potenciais compradores, seguido então da revisão da logística e da organização do processo de trabalho cotidiano para torná-los compatíveis com tais condições.

A variação no preço dos materiais no mercado da reciclagem impõe uma larga limitação à capacidade de controle endógeno da organização do processo de trabalho. Ana usou os exemplos do PS e do PET para demonstrar a tendência de queda no valor de venda dos recicláveis: *“No ano de 2005, nós chegamos a vender PS até a R\$ 1,20 [o quilo]. Agora sabe quanto tá? R\$ 0,60. O PET a gente chegou a vender a R\$ 1,30. Agora tá vendendo a o que? R\$ 0,55”*. Ela explicou que quando há queda brusca de preço como essa, não adianta buscar outros compradores, pois *“geralmente o comércio quando cai é geral. Cê corre pra um lado, é um preço, cê corre pro outro é pior...”*.

Para compreender a tendência geral de queda constatada nos últimos anos, é importante lembrar que, seguindo uma regra básica de funcionamento da economia, aumentando a disputa na coleta, classificação e venda de recicláveis por diferentes atores e crescentes trabalhadores, sua disponibilidade no mercado da reciclagem tende a aumentar e seu valor de venda a cair se não houver aumento compatível da demanda, agravando as

perspectivas de trabalhadores que dependem da comercialização dos materiais para sobrevivência.

Para além da maior oferta local, cabe lembrar ainda que o preço dos recicláveis está também sujeito às oscilações do mercado internacional. Uma matéria publicada por Rodrigues (2005) no Jornal “O Globo” traz dados sobre um levantamento do Cempre, apontando uma queda (em 2005) de 40% no preço do PET (de R\$ 1,00 para R\$ 0,60 o quilo) e 30% no preço do alumínio (de R\$ 4,00 para R\$ 2,80). A matéria estabelece a relação da queda de preços com a valorização do Real:

O principal vilão dos preços é o dólar. Numa economia global, a **sucata virou commodity**. Com o real mais forte, os recicláveis brasileiros ficaram caros para grandes compradores internacionais. E **as matérias-primas virgens (plástico, ligas ferrosas e papéis não oriundos de reciclagem) se tornaram mais atraentes para as empresas do Brasil e do exterior. Diminuiu a procura pela sucata, caiu o preço** (RODRIGUES, 2005, grifo nosso).

Esta matéria traz ainda um interessante depoimento de Eigenheer, coordenador do Centro de Informação sobre Resíduo Sólido da Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), conclamando a transparência do mercado da reciclagem:

O problema é que **falta transparência neste mercado**. Não sabemos qual é a capacidade real de absorção de nossas usinas de reciclagem e **a gangorra de preços torna inviável qualquer projeto de coleta minimamente formalizado. O ônus é sempre pago pelo elo mais fraco: o catador das ruas** (RODRIGUES, 2005, grifo nosso).

Em grau distinto do sofrido pelo catador que atua individualmente, as cooperativas de materiais recicláveis também arcam com esse ônus, inclusive pela necessidade de considerar na avaliação cotidiana também os aspectos tributários envolvidos em uma transação formalizada.

Quanto à almejada comercialização direta às indústrias e a busca de eliminação de intermediários, os depoimentos das cooperadas entrevistadas nos permitiram compreender que a agregação de valor aos materiais, possibilitada pelo trabalho de classificação e prensagem, e o espaço para armazenamento existente em cooperativas de materiais recicláveis como a Coopermape, ainda estão muito aquém das condições impostas pelas indústrias recicladoras, levando o grupo a continuar vendendo boa parte dos recicláveis ainda a atravessadores.

Cláudia mencionou as exigências de quantidade feitas por indústrias de papel:

A Suzano parece que ela quer...acho que é 15 toneladas... Acho que é quinzenal e nós não podemos fechar esse contrato, né? E é tudo por contrato [...] tem que ter 15 toneladas, senão aí a gente paga...acho que tem uma taxa que é paga se não conseguir.

Contou que a entrada de papéis por meio da coleta seletiva porta-a-porta e das doações de empresas hoje existentes fica longe do alcance das toneladas mínimas requeridas e enfatizou que essa exigência só consegue ser suprida com a intercooperação: "*[...] recolhe de outras cooperativas, aí forma aquele grande número pra tá entrando na Suzano, porque se não tiver o número não entra lá, então pra gente entrar na Suzano, tem que ser através da Leopoldina*" (Cláudia).

Andrea afirmou que a quantidade mínima exigida pela Suzano é muito superior ao número estimado por Cláudia, mas há consenso de que somente com a comercialização em rede é possível atingi-lo:

[...] tem que girar por semana em torno de 100 toneladas de papel. A gente não gira nunca isso aqui [...] É um absurdo! Não tem como... Aí só em rede mesmo... Igual na Leopoldina, eles trabalham com 7 cooperativas, então eles conseguem.

Para viabilizar a comercialização “*em rede*”, a Coopermape transporta os fardos até a “*Leopoldina*” (zona oeste da cidade de São Paulo), que os armazena até que, reunindo os próprios fardos e de outras cooperativas da capital, consigam atingir a quantidade necessária para a comercialização direta às indústrias. Após a transação, o recurso obtido pela “*Leopoldina*” a partir da venda em rede é redistribuído à cada cooperativa conforme o peso dos fardos remetidos. Trata-se de uma relação baseada na intercooperação, segundo a qual o ganho na transação é apropriado por todas as cooperativas envolvidas. Em seguida, a repartição entre os cooperados no interior de cada uma das cooperativa segue os critérios definidos pelo conjunto de trabalhadores que fazem parte do grupo.

O caso da Suzano mostra que mesmo que as cooperativas se unam “*em rede*”, “as regras do jogo”, isto é, da transação comercial, continuam a ser definidas pelos poucos atores que controlam o mercado da reciclagem, compondo o circuito superior da economia urbana. Por outro lado, a diferença fundamental é que na intercooperação não há reprodução de uma cadeia de exploração *entre* os atores do circuito inferior, mas sim a união de forças para vencer os intermediários.

Em função da importância econômica desse canal aberto via *Leopoldina* à comercialização às indústrias, ou seja, do acesso ao circuito superior sem a intermediação de aparistas, alcançando melhor preço na comercialização de parte dos materiais, Andrea brincou: “*Se a gente perder*

a Leopoldina, fechou a Coopermape, porque hoje a gente tem os melhores preços na Leopoldina”.

Ela explicou que por meio da *Leopoldina* seria teoricamente possível comercializar todo tipo de material em rede, mas contra-argumentou que acaba não sendo viável para a Coopermape porque, dependendo do tipo de material, a espera do acúmulo da quantidade mínima necessária para a comercialização inviabilizaria a retirada mensal dos cooperados. Por isso, muitas vezes a dupla responsável hoje opta por um comprador que oferece um preço menor, mas que paga à vista.

Opções como esta encontram divergências entre outros cooperados que tenderiam a priorizar o maior retorno financeiro da operação ao fluxo mais rápido de recursos. Em seu depoimento, Ana explicou que as garrafas PET tem valores distintos de venda conforme a cor: “*vamos supor, PET cristal, que é o branco, na Leopoldina tava R\$ 0,80, o verde tava R\$ 0,70, o azul tava R\$ 0,60, o amarelo tava R\$ 0,50*”. Considerando essas diferenças expressou discordância em relação a opção da dupla de comercializá-los por um valor único (R\$ 0,55) em troca de receber à vista, embora reconheça que “*a Leopoldina demora a pagar... Porque a Leopoldina é assim, cê manda a carga pra lá, aí enquanto eles não completarem 30/40 toneladas, eles não soltam e a gente só recebe quando eles recebem*”.

Ana diz que também no caso do papelão a comercialização em rede com a *Leopoldina* alcança um preço melhor: “*é bem melhor, de R\$ 0,18 para R\$ 0,32 o quilo do papelão*”. Diferentemente, Érica contra-argumentou a favor do fluxo mais ágil de recursos, alcançado por meio da

comercialização de uma carga composta por fardos de diferentes tipos de material:

A gente vende o nosso papelão a R\$ 0,28 [o kg] na Leopoldina. Tem um comprador que ele paga R\$ 0,18 no [kg do] papelão, só que ele paga bem no PET nosso, ele paga R\$ 0,55, quase o mesmo preço que a Leopoldina. Só que a Leopoldina, além da gente levar, eles demoram quase um mês pra pagar e esse que vem, ele vem buscar e o cheque dele é à vista [...] Aí ele prefere que tenham uns 40 fardos pra ele vir de lá e não perder tempo, porque é quase lá perto de Ipiranga. Aí ele vem, a gente manda pra ele PET, papelão, leite [Tetra Pak] e PET óleo. A gente manda tudo pra ele, aí enche a caçamba [...] Pra gente é bom, aí a gente começa a correr, prensa o leite, prensa PET óleo, prensa o papelão, aí ele chega e a caçamba vai cheia.

Relembrando Santos (2004), cabe pontuar que a busca pela liquidez do dinheiro é uma das características marcantes do circuito inferior da economia urbana:

Guardar uma mercadoria, mesmo por algumas horas ou alguns dias, pode representar um prejuízo maior que vendê-la a baixo preço, aparentemente com prejuízo. Na realidade, a falta de lucro é compensada pela recuperação do dinheiro líquido com o qual uma nova compra pode ser feita, permitindo o reinvestimento, e a reinserção do comerciante no circuito dos negócios. Por outro lado, **para a maioria trata-se de ganhar o pão de cada dia** (SANTOS, 2004, p. 249, grifo nosso).

O depoimento de Andrea reforçou o argumento de Érica sobre a agilidade no fluxo de recursos financeiros e a valorizou o “giro” dos fardos conseguidos com a formação da carga mista:

O mercado hoje ele tá meio assim... os que tão com o preço lá em cima eles querem só um tipo de material...pra gente já não compensa, porque a gente despacha uns dois, três, quatro tipos junto, que é no caso do PET, que tem o laranja, o verde, o azul e o branco, não compensa a gente vender a R\$ 0,60 só o branco e deixar o restante aqui parado, pra gente não compensa... Então a gente tá vendendo a R\$ 0,55 o PET e ele leva os 4 tipos.

Andrea enfatizou que também a possibilidade de o próprio comprador vir retirar o material na cooperativa tem sido um critério importante na negociação da comercialização, principalmente em função da diminuição do número de caminhões disponíveis e da contínua ameaça da prefeitura de reduzi-los ainda mais. Explicou que, em contrapartida de vir retirar a carga, o comprador exige uma quantidade mínima, variável conforme o tipo de material. Há casos em que a exigência mínima é de 30 fardos. Uma vez que dificilmente a cooperativa consegue juntar essa quantidade de cada tipo de material no tempo necessário para viabilizar a retirada mensal dos cooperados, voltou a argumentar a favor da composição da carga mista – o exemplo citado foi 10 fardos de PET, 10 de Tetra Pak e 10 de papelão.

Érica reforçou a importância da composição da carga mista e relatou como costuma ser feita a negociação:

[...] eles exigem assim...de 2mil [toneladas] pra cima... Aí a gente sempre fala pra eles 'como a gente é uma cooperativa, tem que girar sempre e a quantidade é pouca, não tem como a gente acumular material por causa do dinheiro', aí a gente fala 'não pode inteirar um pouco de PEAD com PP, que aí dá em torno de 2, quase 3 mil [toneladas]?', aí eles vêm buscar. Aí a gente sempre mistura um material com o outro pra [o comprador] tá levando.

Outro desafio que deve ser enfrentado na etapa da comercialização, já mencionado no capítulo 5, é encontrar compradores para a larga diversidade de tipos de materiais potencialmente reaproveitáveis vindos da coleta seletiva e de doações.

São exemplos o isopor⁸⁷, o PET laranja, as embalagens PET de óleo de cozinha, PEAD de óleo de carro, o PVC, o PP, os restos de papel misto,

⁸⁷ Apenas para que se tenha uma idéia do baixo retorno dessa operação, vale mencionar que uma cooperativa contou que, após muita busca, encontraram um comprador que pagou R\$ 150,00 por um caminhão de isopor.

entre outros tantos. Destaque-se que, além da baixa demanda no mercado da reciclagem e portanto do baixo retorno financeiro na transação comercial, o PVC e o PP exigem maior conhecimento e qualificação para distingui-los no momento da classificação. Apesar do trabalho, permanecem estocados até que se encontre algum comprador interessado: *"esses daí não tão nem tendo mercado, não tá nem saindo, tanto que a gente tá com um monte de fardo aqui, tá tudo parado..."* (Cláudia). O mesmo vale para o isopor, que ocupa grande espaço no galpão, mas apenas encontra compradores que pagam valores muito baixos no momento da venda.

Vale lembrar que estas oscilações de demanda e inconstâncias do mercado da reciclagem obrigam a reavaliações correlatas na organização do processo de trabalho cotidiano sobre até que ponto vale separar na triagem esses tipos de materiais de baixo de preço no momento da venda, como presenciamos com as bandejas de isopor, que chegam em grande quantidade em meio à coleta seletiva domiciliar. Nesses casos, as orientações na separação são menos portanto em função do teórico potencial de reciclagem dos materiais e mais das possibilidades de encontrar compradores no mercado, remetendo à diferenciação entre reciclável e “comercializável”.

A esse respeito, Ana explicou que no caso de alguns tipos de plástico que dificilmente encontram comprador, como o PET óleo, a saída encontrada para comercialização envolve o acordo de vendê-los junto a fardos de plásticos mais nobres, mais uma vez chamando a atenção para a importância da composição da carga mista na negociação: *“tinha que ir 20 fardos da PET boa pra ir 3 fardos de PET óleo, tinha que ser assim”*. No

entanto, a dificuldade persistiu a partir do momento que também esse comprador deixou de aceitar essa condição e a cooperativa se viu obrigada a estocar esses fardos.

Para entender porque a Coopermape se empenha na comercialização de materiais de tão baixo retorno financeiro, é importante lembrar que a prefeitura pressiona constantemente a cooperativa para a redução do índice de rejeito da coleta, visando reduzir a quantidade de resíduos encaminhada periodicamente ao aterro sanitário, que só teria mais 4 anos de vida útil.

6. 2. 6) O transporte de rejeitos ao aterro

Durante a triagem, como já mencionamos, os materiais não reaproveitáveis (orgânicos, alguns tipos de plásticos, embalagens metalizadas, fotos, tecidos etc) e outros que, por estarem muitos sujos (como papéis encharcados de óleo)⁸⁸, não têm potencial de reaproveitamento, vão sendo deixados para trás, sendo recolhidos pelos cooperados e acondicionados em bags ao fim do período.

Até o início de 2006, de tempo em tempo⁸⁹, um dos três caminhões-baú utilizados pela Coopermape para a coleta seletiva e comercialização era carregado pelos cooperados com os bags de rejeito e, após a pesagem na balança eletrônica na entrada do aterro, eram transportados e despejados por

⁸⁸ Vale pontuar que, de acordo com as observações realizadas, o critério sobre a descartabilidade de materiais potencialmente recicláveis em função da sujeira parece variar bastante de um cooperado para outro, não obedecendo a um padrão pré-estabelecido, mas sim sendo pautado pelo “bom senso”.

⁸⁹ As conversas informais com os cooperados não permitiram precisar o volume de rejeitos gerados diariamente ou a regularidade de sua remoção. Enquanto um dos motoristas deu a entender que a remoção seria irregular e em função do acúmulo gerado, um cooperado informou que o transporte ao aterro seria diário.

uma dupla de cooperados em certa área do aterro sanitário, onde eram cobertos de terra por pequenos tratores operados por funcionários do aterro municipal, mesmo tratamento recebido pelo lixo proveniente da coleta convencional.

Observe-se ainda a impressionante quantidade de resíduos diariamente ainda depositada no aterro⁹⁰, que atrai grande quantidade de urubus e gera uma aparência e um cheiro via de regra bastante repugnantes, ainda que o cheiro varie em intensidade de acordo com a temperatura atmosférica e o vento.

O cenário degradante do aterro faz pensar como seria o trabalho realizado pelos trabalhadores que cataram em meio ao lixão anos atrás no mesmo espaço, numa época na qual não havia sequer a cobertura por camadas de terra após os resíduos da coleta convencional serem despejados. Os imensos volumes de orgânicos em decomposição, mesclados aos recicláveis, eram simplesmente despejados dia após dia, montante sobre montante.

Vale assinalar que no dia que acompanhamos o transporte dos rejeitos foi registrada cerca de uma tonelada de lixo, supostamente correspondente ao descarte de materiais um dia de trabalho de triagem pela cooperativa.

⁹⁰ Apenas para que se tenha uma idéia, registre-se que, segundo um dos motoristas, as camadas de lixo atingem 100m de profundidade, gerando um solo pouco compacto que leva freqüentemente os caminhões (tanto da coleta regular, como o utilizado pela Coopermape) a atolarem, tendo que ser socorridos pelos tratores.

7 – AS RELAÇÕES ENTRE A ORGANIZAÇÃO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO COTIDIANAS E O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA

Nos capítulos anteriores, especialmente o que trata do processo de trabalho, há várias passagens que indicam as micro-negociações e os esforços despendidos para organizar o processo de trabalho levando em conta também as necessidades e interesses dos trabalhadores.

Esse capítulo procura focar o tema da saúde do trabalhadores, trazendo a percepção dos trabalhadores e ressaltando repercussões negativas e possibilidades de rearranjo do processo de trabalho cotidiano a partir desta ótica.

7.1) Indícios de riscos e acidentes e relatos de experiências concretas de agravos, desgastes e sofrimentos no trabalho: “Qual o corpo que agüenta?”

Esse sub-item procura descrever as potenciais repercussões negativas à saúde dos trabalhadores geradas pela organização e condições de trabalho cotidianas, identificadas ao longo do trabalho de campo na Coopermape.

Antes de iniciarmos essa descrição, cabe pontuar que, por si só, boa parte do trabalho de pré-reciclagem é repugnante, feio, sujo, desagradável, mal-cheiroso e insalubre, podendo ser fonte de incômodo e penosidade aos trabalhadores.

A repugnância pelo trabalho com os resíduos, que por vezes ainda mesclam lixo⁹¹, óbvia para um visitante desabitado ao ambiente de trabalho da cooperativa, é um sentimento que tende a deixar de ser experimentado à medida que os trabalhadores se acostumam às condições precárias existentes. É importante explicitar que essa habituação foi experimentada inclusive pela pesquisadora após algumas visitas ao campo, salvo quando nos deparamos com material orgânico em decomposição na classificação dos sacos molhados de copinhos ou com restos de comida e resíduos de banheiro que, algumas vezes, se acumulam aos pés dos trabalhadores na triagem no *verdinho*.

Antes ainda de adentrarmos na descrição, é relevante considerar os riscos potenciais das atividades da catação, triagem, separação e enfardamento admitidos pela CBO (2002). No item “condições gerais de exercício”, a CBO lista entre os riscos associados a essas atividades a exposição a “variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana”. Além de os riscos mesclarem os diferentes tipos de atividades desenvolvidas pelos genericamente chamados “catadores”, sem especificar as condições e meios de exercício do trabalho (como se vê pelos dois últimos riscos listados, aos quais estão sujeitos carrinheiros, mas não usualmente trabalhadores de associações ou cooperativas que operam com caminhões), cabe ressaltar a pobreza e simplificação dos riscos mencionados. Afinal seria pertinente esperar que um marco regulatório como a CBO adotasse um maior

⁹¹ Ainda que o contato direto com o lixo seja minimizado pelo fato da maior parte dos resíduos que entram na cooperativa terem sido separados na fonte geradora – sendo, portanto, predominantemente mais limpo do que um saco de lixo destinado à coleta convencional – em algumas situações ele ainda se faz presente, especialmente devido à exposição dos sacos à chuva e à não limpeza e acondicionamento adequados na fonte geradora.

detalhamento dos riscos envolvidos, visando contribuir para sua prevenção.

Em uma das áreas e atividades especificadas na CBO (2002) como “Trabalhar com segurança”, são indicados cuidados individuais supostamente preventivos aos riscos da atividade, tais como uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), uniforme, vacinação etc. As visitas aos grupos durante a etapa de seleção do lócus de pesquisa e o acompanhamento do trabalho cotidiano da Coopermape nos permitiram constatar, contudo, que o uso de EPIs é pouco freqüente e os uniformes (quando existem) não oferecem proteção efetiva. Além do mais, sem negar a importância desses cuidados individuais, cabe frisar que muitos dos riscos e agravos potenciais são gerados pelo ambiente de realização do trabalho e dos precários equipamentos disponíveis, remetendo a condições estruturais cuja minimização dos efeitos sobre os trabalhadores extrapolam o modo de realização do trabalho.

Na Coopermape o uniforme é uma calça e uma camiseta de manga curta azul marinho de pano, com o nome e o logo da cooperativa. Boa parte deles está já muito gasto pelo uso cotidiano, não sendo raro as calças encontrarem-se rasgadas. Os sapatos usados para o trabalho são os dos próprios cooperados e poucos usam botas de borracha. Por serem inadequados à atividade cotidiana, uniformes e sapatos molham facilmente e ficam impregnados de sujeira pelo contato com o rejeito nas etapas de triagem, classificação e prensagem dos recicláveis, especialmente na época das chuvas. Nos dias de sol intenso, é comum os cooperados que fazem o trabalho na parte externa do galpão usarem chapéus e bonés pessoais para protegerem o rosto.

Os EPIs utilizados se reduzem basicamente a luvas de pano doadas por empresas. Embora a maioria dos cooperados use as luvas cotidianamente, vários criticam que elas não têm poder de proteção efetivo (citaram casos de corte por vidro mesmo com uso de duas luvas em cada mão) e alguns chegaram a ironizar que elas apenas serviriam para “*não sujar as mãos*”. Segundo uma das cooperadas entrevistadas as luvas apropriadas seriam as de couro, mas justamente por serem mais grossas, tendem a diminuir a mobilidade e sensibilidade das mãos, tornando seu uso inviável.

A proximidade do galpão da cooperativa em relação ao local onde o lixo é aterrado faz com que em tempos de calor e vento o cheiro forte e desagradável se espalhe, assim como a poeira, o que vem se agravando com a deposição de rejeito a uma altura que chega quase a ser duas vezes superior à altura do galpão. Uma das cooperadas comentou que no início sentia fortes dores de cabeça em função do odor, mas que com o tempo acabou se acostumando.

* * *

A seguir, descreveremos as principais repercussões negativas identificadas em cada uma das etapas do processo de trabalho da Coopermape, visíveis para um pesquisador sensível e atento, independentemente de deter os conhecimentos específicos da medicina ocupacional e/ou da segurança no trabalho.

Na Coopermape, o uso de caminhões na coleta seletiva poupa os cooperados das graves e irreparáveis consequências de médio-longo prazo

da catação com carrinhos operados pela tração humana⁹².

Embora a utilização dos caminhões seja em si positiva (em nossa concepção essencial), cabe resgatar que pelo fato de serem do tipo “baú” demandam um esforço físico adicional dos trabalhadores para organizar os materiais doados no momento da coleta e removê-los do caminhão na cooperativa, com uso de vassouras, que poderia ser evitado se o caminhão fosse basculante.

Somado a esse desgaste físico, há uma série de riscos presentes nessa etapa do trabalho. Além do risco de acidente durante o deslocamento do caminhão, dado que não existe uma forma apropriada dos trabalhadores se segurarem enquanto ele está em movimento (foi relatado que certo dia um dos rapazes que se segurava apenas na porta quase se machucou quando ela abriu de repente), e dos problemas associados à sobrecarga física na coleta de materiais de empresas (pelo maior peso envolvido), há riscos de corte por objetos perfurantes, especialmente vidros mal acondicionados pelos doadores.

O trabalho no “*verdinho*” é nitidamente extenuante, principalmente pela posição: as cooperadas trabalham de pé e curvam-se para separar os materiais nos vários bags. É um contínuo abaixa-levanta, exigindo que as costas fiquem curvadas a maior parte do tempo: “[...] *chega à noite a gente não agüenta de dor nas costas [...] tem muita gente reclamando do verdinho... As meninas mesmo... A Nanda esses dias passou mal, não*

⁹² A respeito do efeito crônico desse esforço agudo, vale lembrar das especializações da catação descritas por Legaspe (1996) e um trecho do depoimento de uma associada da Asmare colhido por Conceição (2003) no encontro de 2001 em Brasília, no qual a trabalhadora, que se dedicou por anos à catação com carrinhos, revelou que perdeu a força física para empurrá-los e teve que se restringir à triagem de resíduos. Também por meio de uma entrevista feita pela pesquisadora em agosto de 2005 com um catador da Coopamare (São Paulo), pudemos identificar as dramáticas consequências da sobrecarga, penosidade e desgaste causados pelos pesados carrinhos empurrados pelos trabalhadores.

agüentou de dor...” (Érica). Em meados do segundo semestre de 2005, o agravo e as dores nas costas levaram duas cooperadas a serem dispensadas mais cedo duas vezes por semana para ir às sessões de fisioterapia, conseguidas na rede de saúde pública municipal – infelizmente ambas interromperam o tratamento antes de receberem alta.

São também riscos potenciais da triagem inicial o contato com objetos que oferecem risco de contaminação, como seringas que segundo uma cooperada freqüentemente aparecem no meio do material, bem como o transporte dos sacos de vidros, cujas pontas oferecem risco de corte. É comum ainda o aparecimento de ratos em meio aos sacos, atraídos por restos de comida das embalagens não lavadas, oferecendo riscos biológicos pelo contato com a urina. Até o início de 2006, a exposição ao sol, à chuva e ao vento também contribuía para o aumento do desgaste.

Os riscos de agravos à coluna são menores na classificação dos papéis e dos plásticos do que no “*verdinho*”, à medida as cooperadas fazem a classificação sentadas. Porém, o uso de baldes, latas de alumínio e caixas implica uma posição também desconfortável e inadequada, agravada pela baixa movimentação do tronco e das pernas por horas seguidas. Uma cooperada que atua na classificação dos plásticos contou que às vezes as costas “*ardem*” de dor e outra mencionou a dor recorrente sofrida por uma das colegas da classificação dos papéis: “*tem dia que a coluna dela trava, que ela não consegue nem sair do lugar*”. Visando amenizar o desconforto, é comum as cooperadas de tempos em tempos fazerem a classificação de pé, numa posição semelhante à do “*verdinho*”.

Ao contrário do restante do corpo, a classificação dos papéis requer

movimentos constantes, repetitivos e precisos das mãos, especialmente para remoção de colas e grampos, exigidos pelo comprador para quem a cooperativa comercializava os papéis até meados do primeiro semestre de 2006. A exigência dessa limpeza fina representava um fator de risco para a lesão por esforços repetitivos (LER). A LER parece já ter atingido de maneira grave uma das cooperadas, que relatou sentir fortes dores nas mãos e nos braços e experimentar perda da força na realização das atividades domésticas e habituais. A fim de conseguir dormir ou prosseguir trabalhando, a cooperada contou que tomava um medicamento que apenas (e quando muito) age no alívio das dores, sem ter qualquer efeito sobre o processo inflamatório:

[...] até hoje eu tomo aquele remédio, eu compro na farmácia, a dor num passa, acho que já é um problema que eu peguei... De tanto assim... livro, de tanto a gente rasgar, rasgar... Sempre aquele... E antigamente a gente ficava muito ali na Ripasa... E hoje, se eu sento ali, fico um pouco, o que eu fizer demais com essa mão, depois não agüento mais de dor no braço (Érica).

Em função da classificação dos copinhos e aparas ser realizada em área descoberta, é certamente a que mais suja e molha os uniformes, especialmente após dias de chuva, quando os sacos a separar encontram-se encharcados. Nessas ocasiões, as luvas rapidamente ficam imundas e completamente molhadas, a ponto de deixarem as mãos úmidas após uma hora de trabalho, aumentando o risco de contaminação biológica.

Em uma de nossas visitas, acompanhamos uma cooperada sugerir à diretoria mudanças na forma de trabalho nos copinhos. Relatando a grande quantidade de material perdida em função da exposição à chuva, explicitou e queixou-se do incômodo de trabalhar naquelas condições, dizendo que o

material respingava no rosto e havia risco de contraírem doenças. Ela sugeriu a colocação de uma lona sobre as baías externas e a separação diária dos copinhos, evitando o grande acúmulo de sacos a triar que vinha ocorrendo.

Por outro lado, quando há sol intenso, o odor do material orgânico em decomposição (fruto da inadequação da triagem feita nos pontos geradores, no caso deste tipo de resíduo vindos predominantemente de empresas e escolas) se espalha e atraía ratos, abelhas, formigas, marimbondos e mosquitos, expondo os cooperados ao risco de leptospirose e picada de insetos. O trabalho sob o sol intensifica o desgaste físico, sendo freqüente as queixas entre as cooperadas que trabalham na parte descoberta do galpão. O relato de uma cooperada enfatiza também a repugnância ainda sentida em algumas etapas do trabalho cotidiano:

*Teve vezes assim da gente ter pessoas aqui de **desmaiar de trabalhar no sol** [...] eu mesma quantas vezes não passei mal sentada ali na apara... E tem saco que vem muito sujo, com aquele cheiro de urina de rato, e você com o estômago vazio... E o sol era tanto, tanto e a gente tava trabalhando tanto que a gente nem sentia fome... Aí o sol na cabeça, você ali sentada, não agüentava, aí começava a passar mal, ir embora, ir pro pronto-socorro... Aí teve uma vez que eu também passei mal, devido o cheiro tava muito forte e começou a me dar dor-de-cabeça, ânsia de vômito, aí eu falei pra médica o que era e aí eles me deixaram no soro... E era por causa do sol demais e ainda com aquele cheiro de coisa de rato, **ninguém agüenta** (Érica, grifo nosso).*

A opção pela participação ativa nas etapas de trabalho nos permitiu uma percepção não imaginada inicialmente: desenvolvemos uma inflamação do tendão da mão direita (diagnosticada como *tendinite estenosante*) depois da manhã em que nos detivemos por quase 2 horas na retirada de pedaços de madeira das laterais de faixas de divulgação,

realizando um movimento repetitivo que exigia um esforço incomum das mãos. Sensíveis à dor, pudemos estabelecer o nexo entre o agravo e as condições de trabalho e buscamos o tratamento necessário para regredir o processo inflamatório. Foi somente após 30 sessões de fisioterapia, mais de 30 de acupuntura e meses tomando anti-inflatório e formulações à base de ervas naturais que conseguimos nos ver livres de dores ou sensibilidades maiores.

Na classificação dos vidros, como é fácil supor, são frequentes os casos de cortes superficiais ou profundos. Soubemos de trabalhadores que tiveram que tomar de 5 e 7 pontos em função de cortes sofridos em sua manipulação. A opção por quebrá-los para comercializar cada cor por quilo oferecia ainda risco aos olhos, uma vez que nem sempre se fazia uso dos óculos de proteção.

Os bags, onde são acondicionados os recicláveis classificados por tipo de material, são também chamados de “*arrastão*” justo por serem arrastados por cooperados pelo galpão para perto da prensa para enfardamento (formação de fardos). Dependendo do tipo de material, eles ficam bastante pesados, sendo lamentável a inexistência de um carrinho a motor que pudesse fazer o transporte, poupando o esforço humano.

Dada a necessidade de emprego de intensa força física, essa etapa costuma ser realizada por homens. Porém, quando faltam homens para realizá-la, há um grupo de mulheres que costumam ser convocadas. Uma das cooperadas entrevistadas descreveu a sobrecarga física vivida por essas trabalhadoras:

[...] teve uma época que a gente não tava nem mais agüentando trabalhar, era muito peso pra nós... Tinham vezes que a gente carregava caminhão de Ripasa, caminhão de refugo, caminhão de PET...e ainda subia pra fazer o verdinho. Na hora de ir embora, tinha vez que as pernas tremiam sozinhas, os braços... Chegava em casa não dava nem vontade de comer, só tomava banho e dormia... E com isso ia se acabando... E no outro dia de novo... Qual o corpo que agüenta? (Érica, grifo nosso).

A atual vice-presidente lembrou de uma ocasião em que uma destas cooperadas chegou a sofrer hemorragia pelo excesso de esforço físico e relatou uma experiência dramática vivida por ela ao transportar os pesados fardos de pedaços de papel misto:

[...] refugo é os fardos mais pesado que tem, porque o papel ele é molhado e é grande, ele fica muito pesado... Aí eu peguei e eu ia virar, na hora que eu fui virar assim, essa minha veia [apontou pescoço] começou a inchar, parecia que ia estourar e meu pescoço começou a inchar, e eu soltei... Aí no que eu soltei, aqui começou a queimar... Daí eu pensei que naquele dia eu ia morrer de tanta força que eu fiz (Érica).

Além dos casos relatados por essa cooperada, soubemos de dois trabalhadores que “travaram” as costas durante o transporte de “arrastões”. Um deles chegou a requerer a chamada de uma ambulância para se deslocar até o pronto-socorro. Este ex-cooperado interrompeu o tratamento fisioterápico que lhe foi recomendado após a ocasião.

Antiga e de operação manual, a prensa gera um ruído alto e constante. Não há uso de protetor anti-ruído, cujo incômodo é amenizado pelo som que fica ao lado da prensa. Em uma conversa informal, um ex-cooperado admitiu que o ruído “continua na cabeça” mesmo após deixar a cooperativa. Segundo os relatos dos cooperados, houve apenas um caso de acidente das mãos (sofrido por uma ex-cooperada recém integrada ao grupo), mas o risco existe, uma vez que a prensa não conta com o

dispositivo de segurança, que aciona a parada automática em caso de emergência.

Depois de prensados, os fardos são transportados para a área de armazenamento ou ao caminhão com auxílio de uma empilhadeira. Por ser de antiga e de uso manual, ela requer emprego de força física para ser empurrada e erguer os fardos à altura do caminhão.

7.2) A percepção dos trabalhadores sobre os agravos e a consciência dos nexos entre as condições de trabalho e o processo saúde-doença

Diferente das outras questões do roteiro de entrevista cujas respostas fluíram facilmente, ao perguntarmos se e como o trabalho na Coopermape afetava a saúde e/ou pedirmos que o cooperado falasse de possíveis acidente de trabalho, agravos à saúde ou sofrimentos vividos e da possibilidade de mudança no dia-a-dia de trabalho visando diminuir tal desgaste, enfrentamos silêncios constrangedores, expressões de dúvida, hesitações e respostas curtas, sugerindo que para muitos essas questões não pareciam fazer sentido espontaneamente, como se não tivessem antes parado para pensar sobre elas.

Apenas para uma das cooperadas entrevistadas a questão fez imediatamente sentido. Em seu depoimento, Érica enumerou e descreveu espontaneamente uma série de situações diversas nas quais reconhecia como as condições de trabalho cotidianas afetam negativamente a saúde dos trabalhadores. Ela citou o ar poluído; a posição de triagem no *verdinho* e na

classificação das aparas, gerando dores nas costas; o movimento repetitivo das mãos na classificação e limpeza fina dos papéis, gerando dores nas costas e permanente dor nas mãos, evoluindo para os braços (no caso dela configurando LER); a força intensa para transporte dos fardos da prensa para o local de armazenamento e em seguida para o caminhão; a exposição ao sol, gerando desgaste físico e manchas na pele.

Érica demonstrou ainda uma consciência particular sobre os efeitos desses agravos com o tempo:

[...] a gente sabe que mais lá na frente, quando a gente tiver uma certa idade, a gente vai ter um monte de problemas de saúde, tanto com o peso, que se esforça demais, e o verdinho, cê ficar ali trabalhando, trabalhar toda torta assim, abaixada o dia inteiro... Nas aparas também, quando a gente não tá de pé, tá sentado em qualquer banco, de qualquer jeito... Isso com o tempo vai sim afetar muita gente... Porque a gente agora, mesmo sendo nova, já começa a ter problema, imagina mais tarde... (Érica, grifo nosso).

Faltam-nos elementos para compreender porque sua consciência sobre os agravos é tão clara e distinta da dos demais cooperados. Talvez ela seja produto da não experiência anterior da catação no lixão (não tem a intensa condição insalubre anterior como referência), da postura questionadora em relação às condições precárias existentes e da aposta na mudança e melhoria do trabalho na cooperativa.

Antes da entrevista com Érica (a penúltima realizada), chegamos a nos questionar se apresentar as perguntas que preparamos para estimular os depoimentos em torno da relação trabalho-saúde era mesmo pertinente e esteve muito presente o receio de induzirmos as respostas. Porém, trabalhando no relatório individual da primeira entrevista e persistindo nas duas seguintes, nos demos conta de que se tratava mesmo de propiciar aos

cooperados entrevistados um espaço e um tempo para atentar para um olhar e uma reflexão usualmente não feita por eles no cotidiano. Convidados a pensar sobre e a relembrar alguns casos e experiências a partir de nossa fala, dois entrevistados que inicialmente se mostraram pouco tocados pela questão, rechearam seus depoimentos, compartilhando outras situações vividas.

Assim, não fosse o vínculo estabelecido durante o trabalho de campo a partir da participação ativa em cada uma das etapas de trabalho, podendo partilhar de breves comentários e queixas de alguns sobre agravos e dores experimentados, ou mesmo nossa tendinite, dificilmente teríamos conseguido avançar no diálogo e evocar os depoimentos. Trazendo fotos e recuperando casos e trechos de nosso diário de campo que retomavam repercussões no corpo dos trabalhadores sob a condição de trabalho cotidiana, conseguimos de alguma maneira fazê-los atentar para e refletir, durante a conversa, sobre os possíveis nexos entre tais condições e o processo saúde-doença.

Uma das cooperadas entrevistadas chegou a explicitar que nossas questões fizeram com que fosse lembrando de várias situações experimentadas por ela, não abordadas espontaneamente por serem rotineiras demais, admitidas como uma dor ou um sofrimento tão normal que não merecesse atenção ou comentário:

[...] a gente já acostumou, nem... Quando eu comecei a contar, nem... Daí eu vou lembrando: 'ah, tá, já tive'... O joelho de ficar assim sempre... A gente sempre tem... À noite quando deita, nossa! Parece que tudo desmancha assim...aquele peso que dá no corpo, de todo lugar doendo, quando cê deita... Mas é uma coisa assim que só cutucando pra gente lembrar, porque no outro dia a gente já esqueceu tudo (Cláudia, grifo nosso).

“*Cutucando*” ao longo da conversa, Cláudia revelou sentir freqüentes dores nas mãos e ter inclusive sofrido de tendinite, associadas ao trabalho repetitivo de “limpeza” das faixas de propaganda de rua:

Eu tenho dor na mão, tendinite assim tudo [...] já fiquei com bastante dor e é da apara, aqueles durex da Ripasa, ou aquelas madeirinhas de faixa em época de eleição, eu sofro muito com a minha mão... Chega a doer o braço todo...
(Cláudia)

Apesar do sofrimento gerado pelo movimento repetitivo e desgastante das mãos, Cláudia afirmou que valia a pena o trabalho de remover as madeiras e arames das faixas de propaganda, uma vez que assim conseguiam vendê-las a R\$ 0,90 o quilo.

Contou que, como Érica, também enfrentou dificuldades para dormir tamanha dor nas mãos e que elas “*incham*”. Disse que certa vez chegou a ir ao pronto-socorro por conta da dor e recebeu a indicação de fazer uma consulta com um ortopedista. Apesar de não ter buscado novamente ajuda médica, disse que a dor acabou passando com o tempo, reiterando que se acostumou a ela, embora admita que o problema seja recorrente:

[...] vira e mexe, aí ataca... E também quando tem muita apara molhada, vai molhando muito a mão, também ataca, dá bastante dor na mão à noite...quando lá fora tá molhado, os copinhos...daí à noite dá uma dorzinha sim. Mas é uma dor assim, né? Que a gente já acostumou (Cláudia).

Cláudia relatou ainda que sofre também de dores nos pés e nas pernas, associando-as à umidade a qual os cooperados que trabalham nas baias externas são submetidos em períodos de chuva:

[...] é muita friagem nos pés, até aqui assim dói pra caramba as pernas, às vezes ficam as pernas latejando... Eu acho que é muita friagem nos pés, porque quando tá aquelas baias de aparas enormes, a gente entra no meio delas e não tem o que fazer... Mas depois vai passando e a gente até esquece (Cláudia).

Esquecer e não dar atenção aos agravos e sofrimentos parece ser uma atitude resultante de um processo de socialização que leva os trabalhadores a se habituarem a certas condições precárias e desgastantes de trabalho em nome do imperativo da sobrevivência, cabendo lembrar da discussão feita no capítulo 1 sobre o contexto histórico que permite o alargamento de formas degradadas de trabalho, como as características da pré-reciclagem.

Além dessa habituação à dor e ao sofrimento, outro complicador relacionado à não fluidez espontânea dos depoimentos foi a concepção de saúde como restrita a ausência de doença, presente em algumas falas. Ao entrevistar uma cooperada que catou no lixão, perguntamos se hoje há diferenças em relação à saúde e a resposta foi: *“Pelo menos por mim, nem naquele tempo eu ficava doente, nem também agora, viu?”* (Ana). Por ser a saúde assim concebida, fica mais difícil o reconhecimento de agravos, desgastes e sofrimentos gerados pelas condições de trabalho que não necessariamente chegam a evoluir em doenças, a ponto de não permitir a atenção às condições certamente mais precárias dos tempos do lixão.

A falta de atenção às situações menos graves fez com que Ana tratasse a problematização das repercussões das condições de trabalho sobre o processo saúde-doença de maneira ambígua. Sua fala começou bastante dramática, mas logo o tom foi amenizado, dando lugar a uma postura resignada ao resumir os problemas oferecidos pelo ambiente e condições de trabalho atuais à dores nas costas, admitidas como freqüentes e de pouca

gravidade:

O negócio de saúde ali é uma coisa que... Vou te falar a verdade, Deus tem tido misericórdia, porque aquele serviço ali era pra tá tudo morrendo mesmo, né?... Alguns que fica ruim da coluna, né? Mas não tem INSS pra repor, então tem que ralar mesmo, né? Mas também é só problema de coluna, outros problemas não tem não, né? (Ana).

É importante destacar a menção de Ana à ausência de direitos trabalhistas assegurados pela legislação aos trabalhadores celetistas, que tende a forçar ao trabalho diário mesmo quando o cooperado está indisposto ou com dores.

Andrea revelou também uma posição um tanto quanto ambígua acerca das condições de trabalho no lixão. Descreveu-as como subumanas, mas em seguida afirmou que se acostumou com o tempo, assumindo, como Ana, uma atitude bastante resignada:

Condições subumanas, não é condição de ser humano tá ali no meio. Era difícil... Assim, era difícil no começo, por causa dos mosquitos, o cheiro... Mas com o tempo eu acabei me acostumando, eu não ligava não... [...] Eu não ligava não, já tava acostumada, tanto com a fumaça, com tudo... (Andrea)

Para ela, a presença de animais em meio ao lixo parecia fazer tão parte da paisagem, ser tão naturalmente admitida, que em seu depoimento ela não descreveu a presença de porcos no meio do lixão. Para nós foi um choque vê-los na foto trazida por Andrea e quando a indagamos sobre a presença deles, ela acrescentou em tom de naturalidade que tinham porcos, cachorros, urubus, criação de galinhas, “[...] tudo que cê pode imaginar... Até corpo às vezes vinha, de aborto, feto de aborto...”.

Apesar das condições altamente insalubres, do risco de acidentes e agravos e do desgaste cotidiano enfrentado no tempo do lixão, a cooperada, aproximando-se da concepção de saúde subentendida na fala de Ana,

afirmou: “*Graças a Deus eu nunca tive nenhum tipo de doença, nunca adquiri nenhum tipo de doença trabalhando lá [no lixão], nunca me furei, nunca tive problema nenhum*” (Andrea).

Seu depoimento indica a pouca atenção dada aos sintomas corporais de desgaste físico e sofrimento gerados pelo trabalho cotidiano e se aproxima ao de Ana ao deixar subentendido que não ter saúde implica estar doente e buscar auxílio médico. Ela deixa claro que apenas quando o sintoma se agrava sobremaneira é que busca uma consulta médica ou toma um medicamento que rapidamente devolva a disposição usual, visando “remediar o mal de modo enérgico e quase instantâneo” (Boltanski, 1989, p. 164):

[...] eu não tenho problema nenhum não. Eu não vou ao médico, então eu tenho saúde. O dia que eu for vai aparecer um monte de coisa [fala rindo], então eu já nem vou. Eu procuro já nem ir, se eu tô bem, eu vou fazer o que no médico? Nem exame de rotina, eu tô fora, não vou não. Eu só vou quando eu tô ruim mesmo. Mas a única coisa que me ataca é gripe, minha garganta começa a ficar ruim...aí eu tomo benzetacil e tô bem de novo, pronta pra outra (Andrea).

Desde nosso ponto-de-vista, a baixa procura pelo auxílio médico ilustrada no depoimento de Andrea e a larga resistência física que tende a ser encontrada entre os trabalhadores que atuam na pré-reciclagem está associada à dependência do trabalho diário para assegurar a sobrevivência. Conforme enfatizou Boltanski (1989, p. 153, grifo nosso),

Se ele [trabalhador de classes populares] recusa “cuidar-se”, se espera o último minuto para ir ver o médico, fazer uma operação, ou hospitalizar-se, é que as coerções cotidianas, as **coerções econômicas, principalmente, proíbem ou pelo menos tornam extremamente difícil o abandono das tarefas cotidianas**, do trabalho, **do trabalho físico** que ele exige continuamente do corpo.

O autor alertou que a busca pelo auxílio médico difere conforme as distintas classes sociais. Ela é pouco explicável pela desigualdade de renda e está relacionada predominantemente à “intensidade com que os membros de cada classe percebem e toleram suas sensações mórbidas” (BOLTANSKI, 1989, p. 124). Buscar auxílio médico supõe atentar para as sensações de desconforto e para a percepção geral do corpo e ter a capacidade de verbalizá-las, mais freqüentes nas classes superiores.

Frente ao questionamento de se o trabalho na Coopermape afetava sua saúde de alguma maneira, fosse negativa ou não, após hesitar um tanto, Andrea respondeu:

Eu acho que não. Trabalhar é saúde, porque o fato de você estar disposta... Não sei, isso sou eu, não sei das outras pessoas, ninguém é igual a ninguém, né? Às vezes eu levanto com uma preguiça assim, mas chega lá, vou trabalhar, eu desperto, e fica tudo bem.

A análise feita por Boltanski (1989) ajuda a compreender o processo de socialização que leva os trabalhadores das classes populares a reduzirem a identificação dos problemas de saúde à ausência de doenças e a não atentarem para agravos e desgastes menos intensos, como ficou sinalizado nos depoimentos de Andrea e de Ana.

A partir das reflexões do autor, é interessante pensar que a maior consciência corporal das classes superiores, expressa por exemplo na capacidade de reconhecer a fadiga muscular, esteja relacionada à predominância do trabalho intelectual, com menor emprego da força física e uso instrumental do corpo nas atividades profissionais. Como bem expressa o autor, a “cultura somática” é o produto das condições objetivas e do grau de necessidade da venda da força de trabalho para assegurar os meios

materiais de existência:

Se os indivíduos prestam tanto menos atenção ao corpo e mantêm com ele uma relação tanto menos consciente quanto mais intensamente são levados a agir fisicamente, é talvez porque **o estabelecimento de uma relação reflexiva com o corpo é pouco compatível com uma utilização intensa do corpo** (BOLTANSKI, 1989, p. 167, grifo nosso).

Vale destacar, retomando a discussão feita no capítulo 1, que o trabalho intensivo é característico das atividades do circuito inferior da economia urbana, entre as quais se insere o trabalho de pré-reciclagem.

Por priorizarem o “uso instrumental do corpo”, subordinarem-no “às funções sociais dessa utilização” os trabalhadores de classes populares concedem (voluntariamente) pouca atenção aos sintomas corporais sutis (agravos leves, desgastes e sofrimentos gerados pelo trabalho cotidiano) e entendem a doença antes de tudo como um entrave à atividade física diária: “A doença é o que tira a força do doente, ou seja, o que impede de 'viver normalmente' e de fazer de seu corpo um uso (profissional, principalmente) habitual e familiar” (BOLTANSKI, 1989, p. 161).

Quando, ao longo da conversa com Andrea, resgatamos situações com as quais nos deparamos durante o trabalho de campo – tais como a posição da triagem no *verdinho* e as dores nas costas, a limpeza que era necessária na *Ripasa* e problemas nas mãos chegando a tendinite, cooperados que já “*travaram*” as costas fazendo o transporte de bags e fardos – problematizando que estas situações seriam desfavoráveis à saúde, ela chegou a complementar que um cooperado teve que ser socorrido pela ambulância quando as costas “*travaram*” enquanto carregava bags de rejeito e admitiu: “*Peso faz mal...*”.

Após mostrarmos uma foto do *verdinho*, que ilustrava a posição

ingrata para coluna, ela acrescentou que sente regularmente dor nas costas. Atribuiu o início das dores ao período em que a ex-presidente depois desligada da cooperativa (conforme caso discutido no capítulo 5) impunha um ritmo e sobrecarga excessivos: “[...] *ela judiava de mim. Catava esses sacos grandões de revista e 'carrega para a prensa pra prensar', carregava sozinha... Minha coluna estourou foi com aquilo ali. Vira e mexe eu tenho dor na coluna*”. Contou que quando sente tais dores toma um remédio (Voltarem) e recupera a disposição para o trabalho no dia seguinte. Contudo, diferencia essa dor que sentiu (e ainda sente) de casos mais graves, como o dos cooperados que tiveram que fazer fisioterapia.

Apesar do conjunto de repercussões negativas mencionadas por nós e por ela, Andrea reforçou que elas não configurariam problemas de saúde gerados pela situação de trabalho: “*Não atrapalha não, toma Voltarem, no outro dia cê já tá boa [...] Não é uma coisa que abala, que afeta [...] Não abala não*”. Como outros três cooperados entrevistados, ela negou que a dor e o desgaste tendam a se intensificar com o aumento do tempo de exposição às condições de trabalho existentes.

A distinção entre a dor admitida como normal, aquela que não merece atenção, e a que é considerada grave e digna de destaque parece estar atrelada ao quanto ela inviabiliza o trabalho cotidiano e persiste após a automedicação, exigindo intervenção médica.

Outro exemplo de como na Coopermape a dor freqüente é via de regra admitida como normal, sendo a situação considerada grave apenas quando ela paraliza o trabalhador e inviabiliza a continuidade do trabalho esteve presente no depoimento de Cláudia ao comentar o caso dos dois cooperados

que “*travaram as costas*”. Ela diferenciou o agravo vivido por um deles, que teria sido intenso a ponto de exigir intervenção médica, do de outro, que teria sido só “*uma dorzinha nas costas*”, associada a problemas anteriores:

O Bill foi uma dor nas costas, não foi igual ao João. O João ficou mal mesmo, teve que levar ele imobilizado, né? Agora o Bill não, o Bill foi uma dor nas costas, não teve que ir pro pronto-socorro, não foi uma coisa grave igual ao João (Cláudia).

Cláudia negou a incompatibilidade entre o esforço físico exigido no transporte dos materiais e o uso do corpo humano, culpabilizando Bill por não ter agido de forma cuidadosa ao transportar o bag de rejeito: “*deu uma travada nas costas dele quando ele foi descarregar o tambor de lixo no aterro. Ele pegou de mal jeito... Foi postura dele mesmo na hora de pegar o tambor*”.

No caso de acidentes de trabalho, a primeira resposta dos cooperados tendeu a ser negativa, sinalizando que não concebem como acidentes de trabalho situações freqüentes como cortes por vidro, picadas de insetos, o “travar” a coluna, entre outras. Quando ampliávamos o entendimento, englobando estas situações “corriqueiras”, todos reafirmavam sua ocorrência e tendiam a acrescentar novos casos. Curioso o depoimento de uma das entrevistadas sobre os efeitos das picadas de abelhas, remetendo a um universo de explicação que foge à lógica médica: “*Até que eu gosto quando elas me mordem, porque faz bem pro coração, sabia? Agora a Pretinha não, se abelha pica ela, é 3 dias de atestado, ela se incha toda...*” (Ana).

O distinto grau de interesse e atenção ao próprio corpo conforma a

“cultura somática” de grupos sociais: nas **classes populares** há uma **valorização da “resistência à dor”** e “muitas vezes esperam, antes de consultar o médico, que a **sensação de doença tenha atingido uma intensidade tal que os impeça de fazer o uso normal do corpo**, como se esperassem sempre que aquilo ‘parasse sozinho’” (Boltanski, 1989, p. 152, grifo nosso). A situação corresponde fielmente ao depoimento de Andrea e à visão de vários cooperados que afirmam que uma noite de descanso é capaz de repor as forças do corpo, que se acostuma à sobrecarga e desgaste cotidianos. Questionada sobre a dor nas costas no período que ficou no *verdinho*, Solange, cooperada que entrou na cooperativa no início de 2006, respondeu:

[...] descansa, aí volta ao normal o corpo. Não fica freqüente [a dor nas costas]. Fica nos primeiros dias, que é um exercício assim muito...que mexe tudo, né? Ah, mas depois de uns 2, 3 dias o corpo acostuma... Depois que acaba o horário de serviço o corpo volta ao normal.

Acerca da valorização da resistência à dor, vale mencionar que chegamos a presenciar situações em que trabalhadores que se queixavam de dores nas costas geradas pelas condições de trabalho foram ridicularizados por alguns cooperados que trabalharam no lixão, ficando implícito o demérito associado à incapacidade pessoal para tolerar a situação de trabalho e a imputação de fraqueza e/ou frescura, sendo a queixa julgada como atenção em excesso a uma sensação corporal que deve ser tida como normal a fim de viabilizar a dedicação ao trabalho diário.

Apoiando-se em Ronald Melizack (1961), Boltanski (1989, p. 131) destacou: “[...] a dor não constitui uma resposta automática aos estímulos mórbidos, mas que sua percepção é função das expectativas do sujeito, de

suas experiências passadas e, mais profundamente, de toda sua aprendizagem cultural”.

As palavras de Boltanski parecem refletir a concepção da maior parte dos cooperados, em especial as mulheres que viveram a experiência da catação no lixão:

[...] a interdição que inibe a expressão das sensações físicas (e sua percepção) tem como corolário a regra positiva que prescreve **fazer do corpo, em qualquer circunstância** (inclusive no jogo), **a máxima utilização**: conseqüentemente a experiência que os membros das classes populares têm do corpo tende a se concentrar na **experiência que têm de sua força física**, ou seja, de sua maior ou menor aptidão a fazer funcionar o corpo e a utilizá-lo o mais intensamente e o mais longo tempo possível (BOLTANSKI, 1989, p.154, grifo nosso).

Atentando para a contribuição de Melizack (1961), reforçada por Boltanski (1989), pudemos compreender que a maior ou menor atenção às repercussões das condições de trabalho sobre o processo saúde-doença guarda relação com as trajetórias de trabalho anteriores e o sentido que o trabalho na Coopermape assume na vida dos cooperados. A atenção às repercussões negativas e o estabelecimento do nexos entre elas e a organização e as condições de trabalho tendem a ser menores para os trabalhadores que se dedicaram à catação no lixão – enfrentando condições tão mais insalubres e penosas – e para os cooperados de baixa escolaridade que não vislumbram outras possibilidades de geração de trabalho e renda.

A necessidade de adaptação às condições de trabalho cotidianas parece fazer com que os trabalhadores tendam a não se questionar sobre as formas precárias de realização do trabalho, nem sobre suas potenciais repercussões para o processo saúde-doença.

Tendo em vista essa conformação, não soa estranho que quando

perguntada sobre potencial incômodo (vivido por nós, enquanto “estrangeiros”⁹³) gerado pelo rejeito que vai se acumulando entre os pés dos cooperados conforme vão fazendo a triagem inicial (no caso dos copinhos atraindo abelhas e insetos por conta dos orgânicos em decomposição), Cláudia tenha afirmado que não é um problema, oferecendo uma resposta bastante pragmática: *"vai juntando o lixo no chão e quando juntar uma quantidade que não dá pra trabalhar, cada um tira seu lixo"*.

Resposta semelhante foi dada quando perguntamos se nunca tiveram casos de alguém ficar doente por ter comido algo que vem na coleta (hábito bastante freqüente entre os trabalhadores que cataram no lixão). Segundo cooperados entrevistados, não apenas não provocou doenças, como trouxe repercussões positivas pelos complementos alimentares: *"só ganhamos saúde"* (Cláudia), *"Só ganhou imunidade!"* (Victor)⁹⁴.

Por outro lado, quem trabalhou num ambiente melhor ou enxerga outra perspectiva, vê o trabalho na Coopermape como um meio transitório de gerar renda, um “quebra-galho” até conseguir algo melhor e coloca limites à dedicação ao trabalho nas condições atuais. A partir do depoimento de uma das cooperadas entrevistadas pudemos compreender que estes trabalhadores não têm estímulo para se empenhar na otimização do processo de trabalho e/ou em mudanças da organização e das condições de trabalho cotidianas – que poderiam levar à minimização do desgaste e do

⁹³ “Estranhar o lixo é de certa forma natural para as pessoas que produzem-no cotidianamente, mas que não viabilizam seu cotidiano através dele” (ACHUTTI, 1997, p. XXIII).

⁹⁴ Entendimentos semelhantes podem ser vistos nos depoimentos colhidos por Miura (2004). Em função do hábito de comer alimentos encontrados em meio ao lixo, ela chega a afirmar que os catadores não reconhecem riscos à saúde oferecidos pela atividade da catação nas ruas ou em lixões: “eles não acreditam que o trabalho da catação seja um risco à saúde. Risco à saúde para eles é não ter comida na mesa, não ter lugar para morar e nem roupa para vestir. As doenças físicas provocadas pelo trabalho no lixo podem ser tratadas, já pra fome não há cura” (MIURA, 2004, p. 109). Diferente da autora, contudo, reconhecemos nesses depoimentos não a falta de percepção de riscos à saúde, mas sim a expressão do imperativo da sobrevivência em um cotidiano de larga debilidade de cumprimento de direitos essenciais à vida.

sofrimento – justo por encararem a cooperativa meramente como uma experiência passageira: “*A maior parte tá ali só interessada no dinheiro, não tá a fim de Coopermape não. Eles querem saber que eles trabalham e querem receber*” (Ana).

Uma das cooperadas entrevistadas sugeriu que os carrinheiros teriam perfil mais adequado às condições de trabalho da cooperativa e disse acreditar que eles se empenhariam mais do que os cooperados que recém integraram a Coopermape:

[...] os catadores eles mostram que têm vontade de trabalhar... Só o fato de sair puxando aqueles carrinhos no meio da rua, não é fácil... Então tem mulher, como tem senhor... Eles sim, eu acho que se eles viessem pra um lugar mais assim... Sei lá, se eles entrassem com a gente, eles iam ter mais força de vontade ainda de trabalhar (Cláudia, grifo nosso).

Em nossa perspectiva, aproximando as contribuições de Boltanski (1989), parece mesmo bastante razoável supor que os carrinheiros que se dispusessem ao trabalho coletivizado se adaptariam mais facilmente ao trabalho intensivo da cooperativa do que os novos cooperados, uma vez que eles estão habituados a fazer de seu corpo um uso absolutamente instrumental, disponibilizando uma força física sobrehumana durante uma jornada extensa ao trabalho e demonstrando uma resistência inimaginável à dor, ao desgaste e ao sofrimento.

Afinal, para os trabalhadores que não vislumbram outro trabalho, resta apostar no avanço da cooperativa, “*dar o sangue*” para otimizar o trabalho cotidiano e aumentar o faturamento mensal. Frente às necessidades extremas de sobrevivência, é compreensível que a maioria das mudanças perseguidas sejam aquelas capazes de impactar no aumento da retirada dos

cooperados, tendendo a priorizar a dimensão econômica e a predispor os trabalhadores a uma maior tolerância ao sofrimento no trabalho e à não atenção às repercussões negativas geradas por estas condições ao processo saúde-doença.

Boltanski (1989) sugere que o aumento da atenção dos trabalhadores das classes populares ao corpo implicaria uma diminuição da duração e intensidade da atividade física no trabalho: “a instauração de tal relação não poderia ter outro efeito senão o de diminuir a resistência que são capazes de opor ao corpo, e portanto reduzir em qualidade e quantidade o trabalho que este fornece” (BOLTANSKI, 1989, p. 168). Contudo, em uma organização autogestionária, diferente de levar à demissões ou a um impasse, o aumento da atenção ao corpo, aos agravos à saúde e ao desgaste e sofrimento gerados pela sobrecarga de trabalho pode motivar os trabalhadores a buscarem a reorganização do processo de trabalho cotidiano, visando melhorar as condições existentes.

7.3 Experiências de reorganização do trabalho e os efeitos sobre a produtividade e a saúde

Como vimos nos capítulos anteriores, os trabalhadores constroem continuamente diferentes formas de replanejar o trabalho cotidiano. Elas vão desde pequenas mudanças envolvendo a forma de triagem de certos tipos de material até os grandes impactos gerados pela troca de compradores, que impõe distintas condições de classificação e limpeza dos recicláveis, passando pela decisão sobre o número de trabalhadores, a

jornada e a divisão do trabalho cotidiano.

Mudanças que implicam alterações administrativo-financeiras, como a ampliação do número de cooperados, normalmente são decididas pela diretoria. A vice-presidente contou que a convocação de novos trabalhadores do sexo masculino teve em vista suprir a falta de homens para a realização de tarefas que implicam maior esforço físico, como o transporte dos fardos: *“Aí foi quando eu e a Rô [atual presidente] a gente começou a colocar mais homem pra trabalhar, contratamos mais pessoas, porque só nós tava muito...se sacrificando demais”*.

Já pequenas mudanças visando a otimização do processo de trabalho costumam ser introduzidas cotidianamente pelos próprios cooperados, sem passar pela diretoria ou pelas assembléias. Um exemplo foi forma de decisão de não mais separar os copinhos no *verdinho*, evitando o re-trabalho:

***Quem tá trabalhando mesmo é que vê o que é melhor e muda** [...] Tanto melhorou no verdinho, como melhorou lá atrás, pra dona Ana. Além de a gente catar aqui [verdinho], despejava lá atrás, aí e o trabalho da Dona Ana catar tudo de novo?... E é uma quantidade enorme de copinho [...] Ajudou bastante, tanto elas [cooperadas que trabalham nos plásticos], como nós (Cláudia, grifo nosso).*

Assim, vemos que a organização autogestionária parece recuperar e facilitar a expressão da capacidade que os trabalhadores têm para “compreender e superar as dificuldades que constantemente surgem e variam não apenas nas ferramentas e materiais, mas nas condições em que o trabalho deve ser feito” (Braverman, 1981, p. 121), deixando os trabalhadores de ser uma mera “ferramenta humana da gerência” como o é na divisão taylorista do trabalho.

No entanto, como discutimos anteriormente, a possibilidade de os trabalhadores interferirem sobre os diferentes níveis de organização do trabalho é distinta. As condições de comercialização impostas pelos compradores tendem a determinar uma configuração exógena do processo de trabalho, especialmente no que diz respeito aos níveis de classificação e limpeza exigidos. A menos que a cooperativa encontre uma alternativa de comercialização que ofereça preços similares sem exigir tal sobrecarga, a regra é submeter a organização do trabalho cotidiano ao alcance dessas exigências, visando sempre o maior faturamento mensal.

O tempo de trabalho e desgaste dos trabalhadores para alcançar as condições dos compradores não costumam ser levados em conta na decisão dos canais de comercialização. Em seu depoimento Cláudia deixou claro que o preço é o critério determinante na decisão, relatando o caso da negativa a um comprador que demandou que eles vendessem as aparas de plásticos sem durex e os plásticos filmes já cortados, mas sem oferecer um preço melhor: *"Ele não ia pagar a mais pelo nosso trabalho. Agora, se ele pagasse um pouquinho mais, com certeza [...] mesmo que dê mais trabalho"*.

Em nenhuma ocasião vimos a Coopermape ponderar a não sujeição a tais exigências e optar por alternativas que implicassem num menor retorno financeiro, porém com redução do número de horas de trabalho e diminuição da sobrecarga e desgaste dos trabalhadores. Caso típico é o da comercialização dos papéis: foi somente quando o acordo com a Ripasa foi alterado pela empresa (após mais de dez anos de classificação e limpeza

minuciosa) que a cooperativa se mobilizou para buscar outros canais para venda dos papéis, passando a dispensar a sobrecarga com as sub-classificações e limpeza fina.

Mesmo assim, o caso da troca do comprador do papel é interessante para mostrar que a negociação da comercialização pode ter um efeito positivo tanto na agilidade do processo de trabalho, como na minimização do desgaste dos trabalhadores, apesar dela não ter sido feita com a intenção deliberada de poupar a saúde dos trabalhadores.

Em seu depoimento, Érica enfatizou o impacto positivo na agilidade da classificação dos papéis ao não terem mais que se submeter à minuciosa exigência da Ripasa. Contou que no período em que as baias de papel estavam superlotadas, transbordando de sacos a classificar, estavam inclusive “*perdendo muito papel*”. Diferente da complexa classificação anterior, hoje o trabalho no “setor” de papéis supõe apenas um saco para a separação dos papéis brancos, um para revistas, um para jornais e outro para “refugo misto”, sem a necessidade do trabalho de limpeza (remoção de colas, grampos etc).

O menor tempo gasto nos papéis, além de permitir que as cooperadas que trabalham em sua classificação se dediquem também à separação do material de condomínio, possibilitou uma comercialização mais ágil desse tipo de material, ajudando a quitar mais rapidamente as dívidas acumuladas. Desde nosso ponto de vista é importante enfatizar que essa mudança, além de agilizar o trabalho, gerou também uma repercussão positiva à saúde dos cooperados, pois reduziu o desgaste dos trabalhadores pela liberação do

lento, minucioso, repetitivo e entediante trabalho de limpeza dos papéis e tende a reduzir o risco de LER.

Outra etapa de trabalho que merece destaque pelas inúmeras configurações experimentadas é a triagem inicial no “verdinho”. O mezanino cercado de tela construído pela prefeitura para a triagem foi utilizado por pouco tempo, pois logo se avaliou que a estrutura não permitia a agilidade necessária à tarefa:

A gente já usou, só que não deu certo não... Ficava muito alto e também não dava rendimento... Imagine, o verdinho na sombra, num tem sol, num tem chuva, não tem frio...não tá conseguindo andar... Imagine você puxando com uma vassoura, o dia inteiro cê em pé, cê puxa um saco, tá, tá, tá... [tom de deboche, damos risada] Aí pronto, fecha a Coopermape! (Andrea).

A atual presidente completa: *"E pra gente que é baixinha, tinha que subir numa cadeira, descia de novo pra arrumar o arrastão, subia de novo pra pegar material..."* (Rô). Andrea segue *"Quando nós mudamos pra cá [refere-se ao galpão atual, utilizado desde 2000] essa gaiola ficava até lá em cima, até o talo..."*. Não conformada com o lento ritmo de trabalho, ela contou que começou a fazer a triagem sobre o mezanino, sendo seguida por alguns cooperados e, como resultado *"em dois dias derrubamos essa carga toda do verdinho, tava até lá em cima!"*.

Abandonado o mezanino, a triagem passou a ser feita em pé na entrada do galpão (configuração que encontramos no início do trabalho de campo), sendo os sacos despejados do caminhão para o chão e expondo os trabalhadores ao sol e à chuva e a uma posição que favorece agravos à coluna.

Com as queixas recorrentes sobre o desgaste evitável do sol, o

verdinho passou aos fundos do galpão, ao lado da prensa. A maior dificuldade de acesso do caminhão a esse local e a avaliação de que assim o material ficava mais espalhado e bagunçado, dificultando a passagem para a prensa e o acesso à cozinha e ao escritório e ainda facilitando a presença de ratos em meios aos sacos a triar, levaram a uma nova mudança.

Desde março de 2006 a triagem voltou a ser realizada sobre o mezanino. O caminhão entra de ré na rampa lateral do galpão, que se comunica ao mezanino, e a dupla de masculina descarrega os sacos da coleta sobre ele. Assim, as trabalhadoras continuam fazendo a triagem de pé, mas agora na parte coberta e com maior organização e espaço: os bags com materiais já classificados que antes ocupavam parte do mezanino, agora ficam mais perto da prensa, no local antes destinado ao armazenamento dos fardos, que por sua vez passaram à entrada e laterais do galpão.

Sobre a recente mudança do *verdinho* para a parte superior do mezanino nas novas condições, Andrea avalia:

São mudanças pra melhorar a organização. Porque não tinha condição de fazer o verdinho ali [refere aos fundos do galpão, próximo à prensa] era ruim, não tinha nem condição às vezes de entrar na cozinha de tão bagunçado, o pessoal da prensa não trabalhava, quer dizer era a produção que tava caindo, né? Agora tá ficando melhor, porque lá [mezanino] ficou só pro verdinho. O caminhão chega, já descarrega, não tem aquela encheção dos motoristas dizendo que querem passar... E é bem mais aproveitado o material lá [mezanino] do que aqui [próximo à prensa].

Ela destacou também como positivo nessa reconfiguração a tendência a evitar a permanência de ratos entre os sacos, em função do dinamismo da separação: “*não tem mais rato lá, que tem espaço pra eles respirarem, então eles somem. Teve uma vez que a gente fez o verdinho aqui [próximo à*

prensa] *que nossa! Tinha uns 30 ratos, uma ninhada! Cruel! Só via a gritaria do pessoal*".

De fato, ao final de uma manhã participando da triagem nessa área no fundo do galpão, fomos advertidos pelas cooperadas a interromper o trabalho antes de concluída a separação dos sacos que estavam próximos à parede. As trabalhadoras então nos chamaram a atenção para pequenos buracos na parede, dos quais se avistavam enormes rabos de ratos e explicaram que estes últimos sacos seriam integralmente dispensados (admitidos como rejeito) para evitar o contato com possíveis ratos mortos entre eles e o risco de leptospirose⁹⁵.

O depoimento de Andrea indica que, ainda que esta última mudança do “*verdinho*” não tenha sido sugerida como uma resposta à preocupação com a saúde dos trabalhadores, os cooperados assumem **atitudes preventivas** em situações cotidianas de trabalho como esta, na qual se procura evitar o acúmulo de materiais a triar e classificar e alterar a disposição física das tarefas no galpão para minimizar riscos à saúde e evitar piores condições de trabalho.

Situações semelhantes ocorrem quando os cooperados optam por dispensar integralmente o conteúdo do fundo das baías externas de copinhos após dias de exposição dos sacos à chuva. A decisão de assumi-los como rejeito (um critério relativo), além de agilizar o trabalho, está amparada na avaliação prévia (fruto de uma experiência anterior) de que não compensa o esforço de se submeter à triagem dos encharcados sacos para recuperar uma pequena quantidade de material (de baixo valor de venda).

⁹⁵ O nome da doença não foi mencionado e sim o risco de contato com a urina de ratos.

As experiências de reorganização do “*verdinho*” são exemplos de como a organização do processo e condições de trabalho em um empreendimento autogestionário podem ser dinâmicas e contemplar tanto a dimensão econômica como a dimensão social, tornando-se favoráveis à saúde. O conjunto dos trabalhadores sugeriu, executou e avaliou os efeitos da reorganização desta etapa de trabalho, finalmente parecendo ter encontrado uma reconfiguração que atende tanto a proporcionar a agilidade necessária para assegurar a continuidade das demais etapas do processo e, enfim, o “*giro*” que permite a composição da retirada mensal, como a poupar o desgaste sob o sol e a chuva e evitar a presença de ratos.

Cabe atentar, contudo, que persiste o risco de agravo à coluna pela posição como a triagem continua sendo feita. Sobre a possibilidade de novas alterações visando minimizar esse agravo, há diferentes opiniões. Alguns acreditam que a mudança geraria menor rendimento do trabalho de triagem:

[...] esse é o ritmo que a gente criou e é esse que a gente vai levar enquanto permanecer aqui, não adianta [...] você sentado, você se irrita, porque não tem rendimento o seu serviço. A gente é tudo louco, não têm paciência, a gente quer ver a coisa andar e pronto e acabou [...] A gente precisa ver a coisa andar, o material girar (Andrea).

Andrea admite as dores nas costas, mas releva, sugerindo que são passageiras: *"Dói um pouquinho, mas depois sara, nada como um dia após o outro"*, ao que Cláudia complementa *"A gente chega em casa meio assim, mas no outro dia tá novinho"*.

Já outros cooperados, inspirados na forma adotada em outras cooperativas de reciclagem visitadas, acreditam que seria possível minimizar o desgaste se eles tivessem uma esteira: *“a pessoa fica de pé e a*

esteira vem andando com todos os material e a pessoa ali só vai separando, cê não precisa se abaixar nem nada” (Érica). Porém, ressaltam que hoje não há recursos pra viabilizar esse investimento tecnológico:

[...] pra isso tem que ter uma estrutura melhor do galpão, a gente tem que ter umas condições melhores em dinheiro, porque pra montar uma esteira fica bem caro... E a gente até já conversou com o pessoal da prefeitura pra ver se eles ajudavam a gente, mas pra eles tudo é difícil [...] aí como a gente precisa do serviço, não pode parar, e vê essa possibilidade de trabalhar, é assim que a gente trabalha, mesmo sabendo que é sacrificante e difícil (Érica).

Outra perspectiva vislumbrada para minimizar o desgaste dos trabalhadores pela exposição ao sol e à chuva é a cobertura das baias externas (utilizadas para classificação das aparas, copinhos e vidros) com uma lona conseguida por meio da doação de uma empresa. A expectativa é de que a prefeitura auxilie a cooperativa na construção de uma estrutura semelhante a quem vem sendo utilizada nos PECs. A vice-presidente explicou que desta vez pretendem fazer a cobertura de maneira mais cuidadosa para evitar que ela rapidamente desabe, como nas tentativas anteriores que chegamos a presenciar: *“a lona é nova, a gente ganhou a lona, e a gente não queria usar de qualquer jeito, chegar, pendurar, depois chover, cair e a gente perder tudo que nem as outras”* (Érica).

Ela contou que a prefeitura se comprometeu a encaminhar uma pessoa para medir a área externa e que o “galpão de lona” deverá abranger as baias laterais e um pequeno avanço à frente, deixando espaço para a circulação do caminhão. Vale lembrar que na negociação com a prefeitura para realização desse serviço poderiam utilizar um argumento caro ao poder público municipal: a longa exposição dos materiais à chuva contribui para o aumento do índice de rejeito. Essa situação mostra a possibilidade de

interface de interesses da prefeitura e dos cooperados.

A expectativa era ter o galpão de lona antes da chegada do verão, quando o sacrifício da exposição ao sol e a frequência das chuvas se intensifica: *“agora que tá vindo um calorão por aí, quem que vai agüentar trabalhar no sol? E a gente não pode parar de trabalhar, tem que trabalhar todo dia senão não tem dinheiro”* (Érica). Porém, infelizmente, até o início de 2007 a estrutura não foi viabilizada. Ela vislumbra a triagem e todas as classificações sendo feitas na sombra e explicita a possibilidade de aproximação da lógica da produtividade e eficiência e da preocupação com a melhoria das condições de trabalho e saúde:

Porque se a gente não tiver um lugar bom pra trabalhar, o serviço também não rende e a gente vai colocar as pessoas, as pessoas adoecem, no outro dia não vem e faz falta... E como a gente vai sacrificar a pessoa, fazer a pessoa trabalhar doente, com dor? Nem o serviço rende... E tando bom pra todo mundo, o serviço vai bem, todo mundo ganha direitinho... A gente tem que ver o bem pra todo mundo (Érica).

Dois casos especialmente interessantes envolvendo a reorganização do processo de trabalho cotidiano são a nova forma de armazenamento e transporte dos fardos para o caminhão e a nova solução encontrada para o transporte dos bags de rejeito ao aterro sanitário. Diferente de outras situações, em ambos casos a mudança foi introduzida com a intenção deliberada de reduzir a sobrecarga dos trabalhadores.

No primeiro deles, a novidade está no uso de *“palets”* (conseguidos por meios de doação de empresas) para armazenar, erguer os fardos e organizá-los no interior do caminhão, permitindo transferir o esforço humano para a empilhadeira:

Todo fardo que a gente prensa, a gente já coloca um palet embaixo, coloca 3 fardos em cima, aí ergue com a empilhadeira pra dentro do caminhão e os meninos, com a outra empilhadeira, eles puxam pro fundo e vão ajestando com a empilhadeira [...] o peso é menor porque o palet é de madeira e ele escorrega dentro do caminhão (Érica).

Érica lembra que antes, depois de prensados, os fardos eram colocados direto no chão e empilhados uns sobre os outros (em geral pilhas de três), dificultando o momento do transporte ao caminhão: “aí você tinha que despejar os 2 [fardos] na empilhadeira e depois pra tirar aquele do chão?”. Essa nova forma de transportar os fardos foi sugerida pela cooperativa que é responsável pela organização da produção e logística, motivada pela experiência no próprio corpo dos efeitos negativos da sobrecarga anterior: “foi pensando na questão da coluna, que eu sinto e não desejo pra ninguém [...] Eles [cooperados] não se matam [...] Facilitou bastante o serviço” (Andrea).

No segundo caso, foi feito um acordo com a empresa que opera o aterro pra que eles, utilizando o trator e o caminhão da empresa, retirem periodicamente os bags de rejeito, poupando os cooperados do carregamento dos pesados “arrastões” e o caminhão da cooperativa dessa atribuição:

[...] não tem aquele desespero de tá tirando... [...] eles vêm retirar com o caminhão deles. O caminhão é basculante, ele é alto. Daí no começo as meninas tavam colocando tambor, pega dois, mais dois lá erguem. Só que tava difícil pra gente carregar desse jeito. Daí eu solicitei a máquina. Daí vem a retroescavadeira, a gente põem na pala, aí ele sobe e só ficam dois lá pra descarregar [...] [além de liberar os 3 caminhões foi] para evitar o peso também que a máquina veio... (Andrea).

Esta importante mudança no processo de transporte do rejeito foi

vislumbrada e negociada também por Andrea, recorrendo a contatos anteriores com pessoas que operam o aterro sanitário. A pessoa contatada prontamente atendeu ao pedido e um arranjo tão simples gerou impactos extensos para os trabalhadores e a cooperativa:

[...] [reprodução da fala de um dos operadores do aterro] *'não, sem problema, todo dia na parte da tarde eu já aviso e eles vão lá, sobem uma máquina com o caminhão e a gente joga o lixo', aí foi que ajudou a gente bastante. Aí eles pegam com a máquina, jogam no caminhão, aí nós ajeitamos o arrastão em cima do caminhão e chega lá no aterro ele despeja sozinho. Aí já foi uma mão na roda, porque a gente não precisa desfalcar o caminhão e nem de fazer aquele esforço que a gente fazia de carregar lixo* (Érica).

Érica destacou ainda que assim evitam risco de cortes por vidros e lâmpadas fluorescentes e minimizam o contato com o rejeito:

[...] *sempre a gente vinha se machucando com vidro... E lixo é muita sujeira, é a pior parte que tem, é muito rato morto, todas essas coisas... E agora com a máquina ela pega e joga tudo pra nós [...] A gente só ergue o arrastão e a máquina já pega e joga no caminhão, é a máquina mesmo que vira* (Érica).

Estes são exemplos de como a astúcia dos cooperados pode contribuir para uma reorganização do trabalho que considere a atenção aos trabalhadores que realizam a atividade: *“A gente tá procurando melhorar cada vez mais, né? Pra num... porque saúde é fundamental”* (Andrea); *“Cada vez que a gente vai sabendo uma coisa, a gente vai se virando pra fazer menos sacrifício”* (Érica).

Andrea explicitou que a mobilização para buscar rearranjos como estes e viabilizar mudanças no processo de trabalho acontece predominantemente quando envolve uma dor paralizante, que impede o trabalho e frente a qual o trabalhador não consegue *“dar um jeito”* por si:

[...] uma coisa que não abala, uma mordidinha de carrapato, de marimbondo, uma dorzinha nas costas não é não saúde [...] Se você puder dar um jeito, então não tem problema [...] [se o problema durar mais de um dia] aí você pode correr que é uma coisa séria (Andrea).

Os dois casos mencionados acima e a atitude desta cooperativa permitem alimentar as esperanças de mudanças das condições de trabalho hoje existentes. Ela parece possível pela ampliação da escuta e do olhar também para os agravos menos intensos e para os sutis desgastes e sofrimentos dos trabalhadores, partindo desta abertura e sensibilidade hoje existente praticamente apenas para os casos que implicam agravamento dos problemas de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o trabalho da pré-reciclagem faz parte do circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos e está associado ao atual estágio do capitalismo, no qual o exército industrial de reserva vem assumindo novas formas de trabalho precarizado e degradado, entre elas as atividades da catação, triagem, classificação, prensagem e comercialização de recicláveis, nas quais a presença da mecanização é pequena e é extenso o emprego do trabalho manual e o uso da força física.

Além dos usualmente lembrados benefícios ambientais, esses trabalhadores, a um custo humano incalculável, fornecem o trabalho necessário para alimentar as indústrias recicladoras com insumos que viabilizam o processo de reciclagem propriamente dito, reinserindo no ciclo produtivo novas mercadorias a partir dos resíduos dispensados pelo consumo humano.

Os interesses econômicos do mercado da reciclagem parecem tornar inimaginável um cenário que leve a completa substituição destes trabalhadores por procedimentos automatizados nas indústrias recicladoras. Tendo em vista os benefícios proporcionados ao circuito superior da economia pela liberação de encargos trabalhistas e a conseqüente redução de custos, parece ainda mais improvável que estas indústrias venham a incorporar em seu quadro de funcionários os trabalhadores que hoje viabilizam o trabalho informal e desregulamentado de pré-reciclagem. Interessa prosseguir incluindo-os nas franjas da cadeia da reciclagem, à medida que é preciso que alguém faça o trabalho intensivo e extensivo de

ligação entre o circuito inferior e o superior da economia urbana, entre o resíduo descartado na fonte geradora (seja ela um domicílio, um condomínio, um comércio, uma empresa pública ou privada, uma indústria de transformação) e as restritivas condições que as indústrias recicladoras impõem para realizar os processos de beneficiamento e transformação.

Há quem aposte em novas campanhas de educação sócio-ambiental para mobilizar a sociedade para a separação, acondicionamento e destinação adequada dos recicláveis, acreditando que o trabalho educativo pode viabilizar a redução do insalubre trabalho de coleta seletiva e triagem. Mesmo que esse objetivo seja alcançado, será que existe interesse no campo da reciclagem para investir no desenvolvimento de máquinas e processos tecnológicos capazes de realizar o extenso e complexo trabalho manual de classificação dos vários tipos de recicláveis? Tecnologias estas que permitam distinguir diferentes cores de vidros e garrafas PET, remover tampas, lacres e colas, separar embalagens PP, PEAD e PVC ou os distintos tipos de papéis e sacolas plásticas?

Até que, possivelmente, essas condições se concretizem, continuaremos a contar com este universo crescente de trabalhadores que hoje atuam na pré-reciclagem, possuindo uma qualificação pessoal inimaginada para distinguir as infinidades de materiais potencialmente recicláveis hoje produzidas. Continuaremos a contar também com cooperativas autogestionárias como a Coopermape, que desenvolvem cotidianamente uma sofisticada capacidade organizativa de replanejamento do trabalho a fim de sobreviver num ambiente que envolve diversas mediações de interesses e um perverso e assimétrico jogo de forças.

O trabalho de campo realizado possibilitou desenvolver vínculos largos com os trabalhadores da Coopermape, envolvendo grande afeto nas relações com os cooperados a partir de uma troca conquistada inclusive pela não negação da distância sócio-econômica e cultural existente entre a pesquisadora e os trabalhadores. As diferentes origens e inserções sociais puderam ser diluídas pela opção do estudo etnográfico, que nos permitiu participar ativamente e compartilhar cada etapa do cotidiano de trabalho e efetivamente dialogar com os cooperados.

A participação no cotidiano nos permitiu uma percepção sobre o processo de trabalho e suas repercussões à saúde dos cooperados que dificilmente poderia ser narrada por um trabalhador, dada a dificuldade de descrever minuciosamente atividades rotineiras, familiares demais e por vezes consideradas por eles mesmos como de pouco importância.

Pudemos compreender que a complexa e variável necessidade de classificação de cada tipo de material em função das condições impostas pelo mercado da reciclagem, confere ao trabalho dos cooperados uma qualificação singular e um valor raramente apropriado pelos próprios trabalhadores. No cotidiano das cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis praticamente não há prescrição das tarefas, mas sim “modos de fazer” transmitidos através da *práxis* e permanentemente reconstruídos pelo coletivo a partir da readaptação às condições externas.

Diante da constante oscilação de preços e demandas do mercado da reciclagem, é admirável a avaliação feita periodicamente pelos responsáveis pela negociação da comercialização. As decisões são tomadas a partir da ponderação de critérios que tendem a ser divergentes, como as necessidades

de sobrevivência dos trabalhadores e os mecanismos para se aproximar das inatingíveis exigências das indústrias recicladoras acerca da qualidade e quantidade das cargas. Enquanto o primeiro critério impõem um fluxo e um faturamento mensal capaz de assegurar a retirada de cada cooperado (sem prejuízo do recolhimento do INSS e de despesas correntes), o segundo, ao contrário, demanda armazenar os fardos e aguardar o tempo necessário para reunir a quantidade mínima para comercialização em rede.

A qualificação pessoal dos trabalhadores e a larga capacidade organizativa do grupo estão longe de ser compreendidos pelo poder público municipal, para quem o trabalho da cooperativa parece se reduzir à coleta seletiva, triagem, prensagem e simples venda, ignorando a extensa etapa intermediária de classificação e a inteligência envolvida na negociação das cargas.

A infra-estrutura emprestada (informalmente) à Coopermape é utilizada pela prefeitura de Embu como uma moeda de barganha e pressão sobre o grupo. Contudo, o apoio oferecido parece ficar aquém dos benefícios públicos (estatais e à sociedade) gerados por meio do trabalho da cooperativa.

Como discutido no capítulo 5, as cooperativas associadas a programas públicos de coleta seletiva realizam um serviço que implica num custo mensal de baixíssimo valor para os cofres públicos municipais, libera as prefeituras da necessidade de contratação de um serviço privado para esta finalidade, isenta-as de qualquer gasto adicional com pessoal, reduz as despesas com a coleta convencional e os gastos com aterramento do rejeito, e ainda permitem que os governantes se destaquem por experiências locais

que promovem benefícios ambientais e a inclusão social.

A valorização da capacidade organizativa em cooperativas autogestionárias como a Coopermape, o reconhecimento da possibilidade de elas pautarem endogenamente a forma de organização do processo de trabalho e criarem mecanismos próprios para decisão das formas de partilha do faturamento, não permitem, contudo, afirmar que elas alcancem o “direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter que se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o [a] afetam” (SINGER, 2000).

A possibilidade de interferir no modo de organização do trabalho, no “como”, está aquém da capacidade de decidir sobre “o que” será produzido e a finalidade da produção. Se mostra insuficiente para garantir a autonomia na concepção de “ser senhor de si” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985), “se governar por si mesmo [...] poder escolher as leis que regem sua conduta” (FERREIRA, 1999, p. 236)⁹⁶. Como aprendemos com a teoria sócio-técnica, a organização do trabalho é um sistema aberto, em permanente interação com seu ambiente. Apesar de se mostrar um autêntico empreendimento econômico-solidário, que exercita cotidianamente a difícil construção da autogestão, a Coopermape está sujeita à dependência da relação com o ambiente instável e de forças assimétricas no qual está inserida.

A distância em relação a este ideal de autonomia não é particular da cooperativa investigada, mas sim fruto de um contexto no qual a expansão extensiva e intensa do capitalismo e o aperfeiçoamento da “sociedade

⁹⁶ Ao contrário, a heteronomia diz respeito à “condição de pessoa ou de grupo que receba de um elemento que lhe é exterior, ou de um princípio estranho à razão, a lei a que deve se submeter” (Ferreira, 1999, p. 1039).

administrada” colocam os homens cada vez mais distantes de se tornarem sujeitos efetivamente autônomos, “de serem investidos na posição de senhor” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985).

Na Coopermape, as restrições para a efetivação da autonomia estão dadas desde a origem dos trabalhadores. Diferente de uma opção deliberada pelo cooperativismo e pela autogestão, fundada no ideal da igualdade política em lugar da relação subordinada de assalariamento, os trabalhadores aderiram ao trabalho na cooperativa porque esta foi a forma de trabalho que lhes apareceu como possível para gerar, com alguma estabilidade e segurança, a renda necessária para assegurar condições básicas de existência.

As limitações se estendem em função da pequena quantidade e baixa qualidade do material proveniente do programa público de coleta seletiva, que abarca todo tipo de material potencialmente reciclável, universo bastante mais extenso do que os restritos materiais “*finos*” que asseguram rentabilidade na venda ao mercado da reciclagem.

Os problemas enfrentados pela Coopermape para comercializar materiais de baixo preço no mercado da reciclagem remetem à importância de atentar para as diferentes conformações de grupos de trabalhadores envolvidos na cadeia da pré-reciclagem. Diferente dos carrinheiros e grupos que se restringem a coletar e comercializar somente os tipos de materiais rentáveis (como cobre, latinhas de alumínio, papel branco, papelão ou garrafas PET), barrando a entrada dos demais, a Coopermape enfrenta o desafio de não ter o controle do “*input*” e ser constantemente pressionada pela prefeitura para reduzir o índice de rejeito no processo de triagem, se

vendo forçada a trabalhar com uma ampla gama de recicláveis de baixo retorno financeiro, que complexificam e tendem a piorar as condições de trabalho e saúde na triagem, além de dificultar a logística de comercialização, conforme discutimos nos capítulos 5 e 6.

Outra extensa limitação à autonomia da cooperativa é a continuidade da subordinação aos atores do topo da pirâmide da cadeia da reciclagem e seus fiéis intermediários. “Da porta para fora” a Coopermape permanece sujeita às exigências do circuito superior da economia urbana e da “porta para dentro” ela deve organizar o processo de trabalho para atender a tais condições definidas desde fora.

Apesar de não ter autonomia na atividade produtiva, uma vez que está condicionada às formas exigidas para o produto final (os fardos e as cargas) a ser comercializado no mercado da reciclagem, a cooperativa investigada comporta, desde que resultado final seja assegurado, uma margem não desprezível para organizar endogenamente o processo de trabalho cotidiano e escolher entre diferentes condições de comercialização dos recicláveis. Afinal, vale lembrar que “para o capitalismo o que importa não é determinar a forma de trabalho, mas sua forma social, sua capacidade de produzir [...] lucro ao capitalista” (BRAVERMAN, 1981, p.305).

Como vimos, no interior da cooperativa os próprios trabalhadores se vêem diante de interesses diferentes na organização do processo cotidiano de trabalho: por um lado, a dimensão da necessidade econômica tende a priorizar o aumento da agilidade do processo e a intensidade da dedicação diária ao trabalho; por outro lado, a dimensão social os leva a buscar a construção da organização do dia-a-dia a partir de decisões coletivas em

que todos tenham igual poder de deliberação e na qual se possa considerar também a preocupação com as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores.

Diante das precárias condições de vida dos cooperados, é plenamente compreensível que a maioria das mudanças no processo de trabalho sejam introduzidas com a perspectiva de aumentar o faturamento da cooperativa e assegurar a retirada fixa mensal estabelecida como meta.

Em relação à saúde, predomina entre os cooperados a não percepção dos nexos existentes entre a organização e as condições de trabalho e o processo saúde-doença, bem como a não atenção aos riscos, às dores, agravos, acidentes e desgastes. As repercussões negativas e o sofrimento no trabalho tendem a ser admitidos como normais, parte integrante do trabalho diário aos quais os trabalhadores são conduzidos a se acostumarem, num processo de socialização atrelado ao imperativo da sobrevivência. As dores só são “ouvidas” quando se agravam a ponto de paralizarem o trabalhador e impedirem a continuidade do uso intensivo e instrumental do corpo.

Contudo, as visitas à cooperativa ao longo de quase um ano e meio e as entrevistas realizadas permitiram identificar uma série de pequenas mudanças no processo de trabalho cotidiano e na gestão (ênfatisadas no capítulo 7), que parecem favorecer ao mesmo tempo a otimização da logística e a minimização dos problemas de saúde dos trabalhadores. As diversas reconfigurações do “*verdinho*”, a forma atual de separação dos papéis e a atitude preventiva associada ao relativo critério do que deve ser assumido como rejeito são exemplos de situações que não tiveram a intenção explícita de minimizar o desgaste dos cooperados, nem foram

nominadas como favoráveis à saúde dos trabalhadores, mas que certamente colaboraram para tanto.

Além delas, somam-se as duas simples alterações introduzidas em etapas do processo de trabalho – a mudança na forma de armazenamento e transporte de fardos com uso de “palets” e a nova solução encontrada para o transporte do rejeito ao aterro – deliberadamente visando reduzir a sobrecarga vivida no próprio corpo pela cooperativa atualmente responsável pela organização do trabalho e logística.

Estas situações permitem alimentar esperanças de ampliação do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores num contexto em que o interesse econômico e solidário (incluindo as questões de saúde) da organização autogestionária possa ser ponderado tanto quanto o dos atores externos à cooperativa. Não há dúvida de que o poder de barganha da prefeitura e das indústrias recicladoras é maior e, conseqüentemente, o jogo de forças tende a ser desfavorável aos trabalhadores, mas é possível acreditar no alargamento do hoje estreito poder de negociação do grupo frente a esses dois atores.

A expectativa de alargamento do poder de negociação da cooperativa compartilha da esperança depositada por Adorno e Horkheimer (1985) ao frisar a perspectiva de fortalecer os **“resíduos de liberdade”** que persistem apesar das limitações impostas pela “sociedade administrada”, que impossibilita a plena igualdade e liberdade: “O pensamento crítico [...] exige hoje que se tome partido pelos **últimos resíduos de liberdade**, pelas tendências ainda existentes de **humanidade real, ainda que pareçam impotentes em face da grande marcha da história**” (ADORNO;

HORKHEIMER, 1985, p. 9, grifo nosso).

A palavra “resíduos” empregada refere-se ao estreito espaço de decisão autônoma deixado pela dominação da racionalidade econômica, que determinada de ante-mão um estreito espaço de decisão para “eleger tão somente os passos menores do processo” (ADORNO, 1991, p. 162, tradução livre). Segundo Adorno (1991) não passam de “alternativas mínimas, de examinar os prós e os contras do mal menor” (ADORNO, 1991, p. 162, tradução livre) .

Apesar de serem decisões menores, “alternativas mínimas”, residuais, continuam portando uma importante potência para a reorganização do processo de trabalho em favor da saúde dos trabalhadores, que escapa à racionalidade econômica e permite recolocar a humanidade no centro da organização do processo de trabalho.

Ampliar o controle pelos trabalhadores implica antes de tudo que o coletivo se aproprie da particularidade e valor do processo de trabalho cotidiano, podendo expor firmemente as dificuldades e conquistas do grupo e barganhar melhorias. Para estender o poder de barganha é fundamental que o grupo possa problematizar os interesses em jogo no ambiente externo, superando o escamoteamento, mimetização a “‘com-fusão’ de interesses” (SATO, 2002) promovidos por atores que se dispõe a “ajudar” o grupo, e podendo identificar situações em que o interesse do interlocutor efetivamente “casa” com os seus.

Implica também consolidar os interesses coletivos da cooperativa. Não há dúvida de que o aumento da retirada (e para tanto do faturamento mensal) é ponto comum e essencial para os trabalhadores que dependem

dessa renda para a sobrevivência de suas famílias. No entanto, essa motivação legítima parece frágil por demais para oferecer solidez a um projeto compartilhado em busca de mudanças efetivas. Talvez a luta pela posse dos meios próprios de produção seja um caminho importante para fortalecer a identidade do grupo e a solidificação do interesse coletivo.

A posse dos equipamentos e aquisição das tecnologias necessárias ao trabalho podem ainda ser almejadas como horizonte para melhorar as atuais condições de trabalho e minimizar os desgastes e sofrimentos à saúde dos cooperados. Caberia ainda ampliar a escuta e o olhar para os agravos, desgastes e sofrimentos mais sutis e discutir com os trabalhadores novas possibilidades de reconfiguração do processo de trabalho cotidiano, visando a melhoria das condições de trabalho e saúde.

A perspectiva de contínuo crescimento do universo de trabalhadores e de grupos organizados atuando na pré-reciclagem demanda apoio de ordem jurídica e técnica para reduzir a exploração sofrida por eles nas relações comerciais e para ampliar seu poder de barganha, promovendo a desconcentração de renda na cadeia da reciclagem a favor destes trabalhadores. Demanda ainda, como sinalizamos no capítulo 2, maior atenção do campo da Saúde do Trabalhador visando melhorar as precárias condições de trabalho e saúde hoje existentes.

Nesta direção, parece importante ampliar a capacidade da rede de unidades básicas e de pronto-atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e mesmo dos Centros de Referência em Saúde dos Trabalhadores (CRSTs) para enfrentar a problemática da saúde/doença relacionada às novas formas de trabalho degradado, insalubre e desregulamentado como o

da pré-reciclagem.

A maioria dos CRSTs acaba trabalhando com “demanda aberta” e priorizando o atendimento assistencial, em detrimento das ações de vigilância aos locais e ambientes de trabalho e da implementação de estratégias de prevenção de agravos e promoção da saúde (GOMES E LACAZ, 2005). Além disso, habituados ao contexto do trabalho regulamentado, parecem faltar subsídios para intervir em condições precárias como as encontradas em associações e cooperativas de pré-reciclagem. Afinal, se fossem seguir a referência usual, provavelmente tenderiam a recomendar o encerramento de tais atividades, dada a obriedade das condições insalubres, perigosas e desgastantes do local de trabalho⁹⁷.

Como bem enfatizam Gomes e Lacaz (2005), parece então fundamental formar estes profissionais da rede de saúde pública para “acompanhar as aceleradas mudanças no quadro dos processos produtivos, atualizando permanentemente as propostas de ação”. Especialmente os trabalhadores dos CRSTs, das delegacias regionais do trabalho e da previdência social, a fim de que possam oferecer apoio institucional para promover a melhoria e superação destas precárias, insalubres e degradadas condições de trabalho da pré-reciclagem.

Para tanto, acreditamos ser essencial que estes profissionais se aproximem do processo de trabalho cotidiano de cooperativas como a

⁹⁷ A Lei nº 8212/91 prevê a aplicação de ações regressivas contra empresas violadoras das normas de saúde no trabalho, “que provocam verdadeiras epidemias de doenças e acidentes” (Lacaz, 1997, p. 14). É bem provável que se as associações e cooperativas de pré-reciclagem fossem fiscalizadas quanto ao cumprimento das normas de saúde no trabalho, todas seriam fechadas. Exemplo positivo de uma atuação construtiva, na contra-mão da tendência geral de intervenção tecnocrática, é o CRST de Campinas, cujos profissionais, atentos às demandas de trabalhadores com LER atuantes na cadeia da pré-reciclagem, pareciam vir buscando se aproximar desse novo perfil de trabalhadores informais e construir alternativas para enfrentar os novos desafios colocados.

Coopermape, podendo ir além da visão tecnocrática e distanciada da identificação de riscos, e sim dialogar com a percepção dos trabalhadores sobre as condições de trabalho e saúde e promover a intervenção a partir de mudanças identificadas e acordadas junto aos cooperados.

Entendemos que a presente investigação pode oferecer subsídios teórico-práticos a uma atuação que vá nesta direção, tanto a partir dos elementos trazidos pela análise do processo de trabalho e pelas entrevistas que permitiram a aproximação da percepção dos trabalhadores sobre o processo saúde-doença, como pela metodologia adotada para o trabalho de campo.

Nosso envolvimento com os trabalhadores e com a Coopermape excede o compromisso do Mestrado, alimentando o desejo de continuidade do trabalho de acompanhamento do grupo na direção de fortalecer mudanças na organização do processo e das condições de trabalho de forma a avançar nas etapas de beneficiamento dos recicláveis e a promover a saúde dos trabalhadores.

Permanece vivo também um desejo de aprofundar a investigação do funcionamento e dos fluxos do mercado da reciclagem e seus condicionantes, bem como da possibilidade da “intercooperação” reunir forças e condições para promover a desconcentração de renda neste mercado a favor dos trabalhadores de cooperativas autogestionárias.

BIBLIOGRAFIA⁹⁸

ABRAMO, Laís. Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de uma política de emprego. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Orgs.) *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Educacional e Profissional*. São Paulo: Escola Sindical CUT, 2005. p. 91-120.

ACHUTTI, Luíz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997. 208 p.

ADORNO, Theodor W. De la relación entre sociología y psicología. In: _____. *Actualidad de la filosofía*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991. p. 135-204

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: _____. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 19-52

ANTUNES, Ricardo. Qual crise da sociedade do trabalho? In: _____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 73-102

BARROS, Joana da Silva. Duas experiências no espelho da autonomia: o Programa Coleta Seletiva Solidária e o assentamento de reforma agrária Dom Tomás Balduino. In: *Moradores de rua – pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004. p. 72-102

BESSEN, Gina Rizpah. *Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo: desafios e perspectivas*. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

⁹⁸ De acordo com: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BOLTANSKI, Leuc. *Classes sociais e o corpo*. 3. ed. Tradução Regina A. Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 191 p.

BOSI, Ecléa. Sugestões para um jovem pesquisador. In: _____. *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 59-67.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 693-713.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 379 p.

CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanistas, 1997. 343 p.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL. *Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares de 2002*. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/destaque/aterros_100403.htm>. Acesso em: 24 dez. 2005.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003. 193 p.

COSTA, Fernando Braga. *Garis: um estudo de psicologia sobre a invisibilidade pública*. 2002. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002

DIAS, Allan Rodrigues. *Condições de vida, trajetórias e modos de "estar" e "ser" catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)*. 2002. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002

FERREIRA, João Alberto; ANJOS, Luis Antonio dos. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 689-696, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa* – 3. ed. Revista e Atualizada, Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 1999.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 13-41.

GOMES, Carlos Minayo; LACAZ, Francisco Antonio Castro. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 797-807, 2005.

GONÇALVES FILHO, José Moura. *Problemas de método em Psicologia Social*. São Paulo, Mimeo, 1998.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GRIMBERG, Elisabeth. *A Política Nacional de Resíduos Sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social*. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=35>. Acessado em: 24 set. 2004.

GRIMBERG, Elisabeth; BLAUTH, Patrícia. (Orgs.). *Coleta Seletiva: reciclando materiais, reciclando valores*. São Paulo, Pólis, 1998. 104p.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e psicopatologia do trabalho. In: HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Tradução Arakcy Martins Wanda Caldeira Brandt. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 233-271.

HIRATA, Helena. Divisão sexual do trabalho: o estado das artes. In: _____. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Tradução Wanda Caldeira Brandt. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 273-289.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 2000; Censo Demográfico 2000*. Disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 mar. 2003.

LACAZ, Francisco Antonio Castro. Saúde dos trabalhadores: cenários e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 7-19, 1997.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de produção. In: _____. *Processo de produção e saúde*, São Paulo: Hucitec, 1989. p. 99-144.

LEGASPE, Luciano Rodrigues. *Reciclagem: a fantasia do Eco-capitalismo* – Um estudo sobre a reciclagem promovida no Centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores. 1996. 239 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996

LORENZETTI, Claudio Cavalcanti. Micro Usina de Reciclagem de Plásticos da Restinga. In: REDE INTERAMERICANA PARA A DEMOCRACIA. *Deliberación Publica y Desarrollo Económico – Diez experiencias de toma de decisión comunitaria en America Latina*, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: _____. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986. p. 25- 44.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. In: DURHAM, E.R.; FERNANDES, F. (Orgs.). *Malinowski*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 24-48.

MARX, Karl. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1. t. 2. p. 187-260.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos 2003*. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Classificação Brasileira de Ocupações 2002*. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>>. Acesso em: 23 dez. 2005.

MIURA, Paula Orchiucci Cerantola. *Tornar-se catador: uma análise psicossocial*. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2004

MURRAY, Hugh. *Uma introdução aos sistemas sócio-técnicos ao nível do grupo de trabalho primário*. Tradução Arakcy Martins Rodrigues (mimeo). Documento do Tavistock Institute of Human Relations. Londres. 1970.

OFFE, Clauss. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: _____. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 167-194.

PAGÉS, Max et al. Um método dialético de análise de conteúdo. In: _____. *O poder das organizações*. São Paulo: Editora Atlas, 1987. p. 188-222.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. 2002. 264 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU. *Com o PEC Embu amplia reciclagem e renda de catadores*, 2005. Notícia disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Embu. Disponível em: <<http://www.embu.sp.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2005.

RECICLOTECA. Coleta seletiva em Embu das Artes. *Informativo nº 11* - outubro, novembro e dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.recicloteca.org.br/images/info/11.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2005.

RIZPAH, Gina. *Os desafios da sustentabilidade da coleta seletiva, as cooperativas de catadores: A experiência da Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu – Coopermape*, 2003a. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/Gina_Rizpah_2003.pdf>. Acesso em: 09 set. 2005.

RIZPAH, Gina. *Os desafios de manter vivas as cooperativas de catadores*. Entrevista concedida a Plastivida (Instituto Sócio-ambiental dos Plásticos), 2003b. Disponível em: <<http://www.plastivida.org.br/bibliote/jornal/090/pag03/pg03.htm>>. Acesso em: 09 set. 2005.

ROCKWELL, Elsie. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez, 1986. p. 31-54.

_____. *Reflexiones sobre el proceso etnográfico*. IPN/CINVESTAV. Mimeo. 1987.

RODRIGUES, Arakcy Martins. O trabalho Autônomo e Semi-autônomo. In: RODRIGUES, A. M./ SATO, L. (Org.). *Indivíduo, Grupo e Sociedade: Estudos de Psicologia Social*. São Paulo: Editora da USP, 2005. p. 57-104.

_____. Lugar e imagem da mulher na indústria. In: RODRIGUES, A. M./ SATO, L. (Org.). *Indivíduo, Grupo e Sociedade: Estudos de Psicologia Social*. São Paulo: Editora da USP, 2005. p. 189-209.

RODRIGUES, Luciana. A globalização no lixo. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 13 nov. 2005. Economia, p. 31.

SAMAIN, Etienne. O que vem a ser portanto um olhar? In: ACHUTTI, L. E. R. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997. p. XVII-XXI.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 440 p.

SATO, Leny. A representação social do trabalho penoso. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano – As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 188-211.

_____. Trabalho e Saúde Mental. In: Saúde, Meio Ambiente e Condições de Trabalho. Conteúdos básicos para uma ação sindical. São Paulo: CUT – Central Única dos Trabalhadores, 1996, p. 169-176.

_____. “Djunta-Mon”: O processo de construção de organizações cooperativas. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 219-225, 1999.

_____. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1147-1166, 2002.

SELIGMANN - SILVA, Edith. O campo da saúde mental do trabalho. In: _____. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Cortez, 1994. p. 45-90.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

SOUZA, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 7-10.

SPINK, Peter. Democracia no local de trabalho ou a gerência sabe o que é melhor? *Revista Psicologia Atual*, São Paulo, v. 5, n. 28, p. 37-41, 1982.

WITTMANN, Tatiana. *Cooperativa transforma a vida de catadores em Embu*, 2003. Disponível em: <www.fermanconsultoria.com.br/acervo_casos_news79.php>. Acesso em: 21 nov. 2005.

YIN, Robert K. Conduzindo estudos de caso: coleta de evidências. In: _____. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 105-130.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R.C.L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-125.